UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

NORMA MARIA BENTES DE SOUSA

URBANIZAÇÃO DO AMAZONAS ENTRE O PASSADO E PRESENTE: A MANUTENÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE MANAUS

RIO DE JANEIRO
2016

NORMA MARIA BENTES DE SOUSA

URBANIZAÇÃO DO AMAZONAS ENTRE O PASSADO E PRESENTE:
A MANUTENÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE MANAUS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: **Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira.**

RIO DE JANEIRO
2016

CIP Catalogação na publicação

S725u Sousa, Norma Maria Bentes de

Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus / Norma Maria Bentes de Sousa. – Rio de Janeiro, 2016.

285 f

Orientadora Hipólita Siqueira de Oliveira

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2016.

1. Industrialização - Manaus (AM). 2. Urbanização - Manaus (AM). 3. Borracha- Industria - Manaus (AM). 4. Economia - Manaus (AM). 5. Zona Franca de Manaus. I. Oliveira, Hipolita Siqueira de orient. II. Título.

CDD. 22. 307.7609811

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

NORMA MARIA BENTES DE SOUSA

URBANIZAÇÃO DO AMAZONAS ENTRE O PASSADO E PRESENTE:

A MANUTENÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE MANAUS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira (Orientadora)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

_____

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

_____

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer
Departamento de Serviço Social - DSS/UFAM

_____

Profa. Dra. Isabel de Medeiros Valle
Departamento de Ciências Sociais - DCIS/UFAM

_____

Prof. Dr. José Carlos de Matos Pereira
Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS/UFRRJ

À Prof.ª Ana Clara Torres Ribeiro (*in memoriam*).

Saudades do ser humano, da intelectual, da militante em defesa da reforma urbana. Estar pela segunda vez no IPPUR/UFRJ e não contar com sua presença e amizade foi algo não previsível e difícil de aceitar.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento não parte do zero e também não resulta de uma ação individual. É uma construção coletiva, tornando-se, às vezes, inviável registrar e agradecer a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente de sua elaboração.

Nesse sentido, inicialmente agradeço à minha orientadora, que me acompanhou diretamente nesse processo. Custei a decidir esse quesito, e no percurso fiz algumas mudanças. A história me mostrou que a escolha foi 100% certa. Além do rigor, compromisso com a produção do conhecimento científico e domínio do tema, ainda tive o privilégio de contar com sua amizade, compreensão e solidariedade. Uma benção. Obrigada, Hipólita!

Aos membros da Banca do Exame de Qualificação, prof. Carlos Brandão, Dr. José Carlos M. Pereira e, em uma participação inédita, à prof[a]. e eterna Mestra Aurileá Abelém. As críticas e sugestões me indicaram pistas do caminho a ser seguido.

Aos leitores e críticos dos meus textos: Joaquina Barata, Auriléa Abelém, José Carlos M. Pereira, Maria Elvira R. de Sá, Maria das Graças da Silva, Elenise Scherer, Izabel Valle, José Aldemir, Marcia Oliveira. Uns participando mais, outros menos, mais todos com carinho e amizade dedicaram parte de seu tempo para comigo colaborarem. Obrigadão!

Às pessoas entrevistadas, que foram muitas. Escolho o Prof. Admilton Salazar, do CT-PIM para homenagear e agradecer o apoio.

Às equipes das bibliotecas por onde passei: SUDAM, SUFRAMA, IBGE-AM, Colégio Adventista e IPPUR.

À equipe da Secretaria Acadêmica do IPPUR/UFRJ: André, Zuleika e Cristina.

À Turma de Doutorado IPPUR-2012. Muitas trocas, amizades, apoios. Escolho os estrangeiros Maria Clara e Gustavo para representar tudo isso.

Aos professores que contribuíram nesse percurso: Frederico Araújo, Henri Acserald, Luiz César de Queiroz Ribeiro, Hélion Póvoa Neto, Hermes Magalhães, Tavares, Julieta Nunes, Orlando Junior.

Ao meu filho querido Arthur Wallace. Você é o meu melhor. Eu te amo. Obrigada!

Aos meus pais Antonio Colares e Benigna Bentes. Aos meus irmãos Manoel, Aloizio, Adilson e George e irmãs Zenilda, Nazaré e Alexandra, pela torcida, orações e apoio. Moram todos no meu coração.

Aos amigos e amigas que durante todo esse tempo me apoiaram de forma incansável: Ednéia Cortezão, Ana Claudia Monteiro, Marcia Oliveira, Ilcleson Mendes, Lucia Porto, Socorro Pena, Leíria Ferreira, Ivana Freire, Ivana do Carmo, Sammia Fernandes, Lucilene Rodrigues (in memoriam). Valeu pessoal!

Aos amivizinhos do Varanda Castanheira, agradeço as orações e torcida. Igualmente ao grupo “Pais ajoelhados, filhos de pé”, do colégio Adventista.

Aos Apoios na elaboração de tabelas, gráficos, revisão gramatical, ABNT e outras tarefas: Adjalma, como sempre muito competente e comprometido, Fabíola, Junior, Naty, Rômulo, Rafaelle, Marilac.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), Programa RH-Doutorado / Fluxo Contínuo.

E, principalmente, a Deus, misericordioso, compreensivo, amoroso. Quanta honra de me possibilitar estar mais perto de minha família nesses anos de afastamento para o Doutorado. Em simultâneo, atendeu um pedido que fiz há mais de 10 anos, além de propiciar a realização de um sonho acalentado há mais ou menos o mesmo período. Não tenho nenhuma dúvida quanto à sua importância principal em minha vida. De fato, “Deus faz novas todas as coisas”.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado... (Karl Marx).

E neste teu esplendor cavalga prosperamente, por causa da verdade, da mansidão e da justiça (Salmos 45:4).

RESUMO

A inserção subordinada do Estado do Amazonas na divisão regional do trabalho de um país dependente e periférico na economia mundial ajustou e impôs limitações ao seu desenvolvimento. Sua inserção, via especialização monoprodutiva, foi ditada pelos centros dominantes, localizados nas escalas nacional/global, concentradores de tecnologia e controladores das decisões do que/quanto produzir em áreas favoráveis à geração do excedente. Tais processos tiveram implicações na urbanização amazonense com grande concentração em sua capital, Manaus. O objetivo desta tese é identificar as determinações e especificidades da manutenção da primazia urbana no Estado do Amazonas, herdada do ciclo da borracha e dominante até os dias atuais. A análise desse processo, no período 1967-2014, identificou fatores da concentração da urbanização (e da riqueza) sob a dominância da Zona Franca de Manaus (ZFM): pouca articulação da principal atividade econômica, a industrial, localizada em Manaus, com as demais frações do território amazonense; crescente migração da população dos municípios do Amazonas para a capital estadual; e manutenção da rede urbana dendrítica. A pesquisa utilizou dados secundários, dos censos demográficos e das pesquisas econômicas do IBGE, focando-se em dois períodos: urbanização sem industrialização (1870-1920), sob o comando do ciclo da borracha; urbanização com industrialização (1967-2014), liderada pela atividade industrial da ZFM. A produção industrial transplantada, centrada nas últimas etapas produtivas e baixa articulação com a produção regional, promoveu, ao longo do tempo, o esvaziamento demográfico-econômico dos demais municípios amazonenses e reforçou uma urbanização “voltada para trás”, a da primazia urbana de Manaus, demonstrando, em última instância, que o comando e as decisões sobre o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas continuam sendo externos a esse espaço sub-regional.

Palavras-chave: Urbanização. Amazonas. Manaus. Ciclo da borracha. Zona Franca de Manaus. Industrialização.

ABSTRACT

The subordinate insertion of the State of Amazonas in the regional division of labor of a dependent and peripheral country into the world economy has adjusted and imposed limits on its development. Its insertion, via monoproductive specialization, was lead by the dominant centers, located in the national / global scales, leaders in technology and controllers of the decisions of what and how to produce in areas favorable to the surplus generation. These processes had implications in the Amazonas urbanization with great concentration in its capital, Manaus. The aim of this thesis is to identify the determinations and specificities of the maintenance of urban primacy in the State of Amazonas, inherited from the rubber cycle to the present day. The analysis of this process, in the period 1967-2014, identified factors of the concentration of urbanization (and wealth) under the dominance of the Manaus Free Zone (ZFM): little articulation of the main economic activity, manufacturing industry, located in Manaus, with the other portions of the Amazonian territory; increasing migration of the population from the municipalities of Amazonas to the state capital; and maintenance of the dendritic urban network. The research used secondary data, demographic censuses and economic research of IBGE, focusing on two periods: urbanization without industrialization (1870-1920), under the control of the rubber cycle; Urbanization with industrialization (1967-2014), led by ZFM's manufacturing industry. The transplanted industrial production, centered on the last productive stages and low articulation with the regional production, promoted over time the demographic-economic depletion of the other municipalities of Amazonas and reinforced a urbanization "backwards", that of the urban primacy of Manaus, demonstrating that the command and decisions on the socio-economic development of Amazonas continue to be external to this subregional space.

Keywords: Urbanization. Amazonas. Manaus. Rubber Cycle. Manaus Free Zone. Industrialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1-	Exportações de borracha brasileira (libra esterlina – mil) (1872-1929).....	84
Fluxograma 1-	Leis pré-ZFM e Decreto 288/1967 de criação da Zona Franca de Manaus	181
Gráfico 2-	PIB Municipal, Participação da capital, 04 municípios com + participação e demais municípios (%) - Amazonas (1970 a 2010)	218
Gráfico 3-	Dinâmica populacional, Manaus, 4 municípios mais populosos e demais municípios - Amazonas (1970 a 2010) - (%)	228
Mapa 1-	Amazonas, malha hidroviária e rodoviária, e localização dos municípios (2010)	232
Mapa 2-	Transporte/ligações de cargas aéreas, Brasil (2010)	241
Gráfico 4-	Municípios e a contribuição para a urbanização segundo três níveis de hierarquia urbana (%) - Amazonas (2010)	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Extensão da rede rodoviária - Brasil, Estados da Região Norte (1930)..... 80

Quadro 2- Benefícios Fiscais e Extrafiscais oferecidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal às empresas do Polo Industrial de Manaus – Manaus/AM (2011)..... 182

Quadro 3- Projetos industriais aprovados pela Suframa, por setor de atividade (1968-1974) 185

Quadro 4- ZFM - Projetos Implantados por Subsetores – Manaus-AM (setembro/1988)..... 186

Quadro 5- Áreas de Livre Comércio - ALCs da Amazônia (1980-1994) 196

Quadro 6- Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - UFs, em ordem de posição (2006 - 2010)..... 214

Quadro 7- Amazonas, Número de municípios (1970 -2010)..... 230

Quadro 8- Municípios do Amazonas, ano de criação e principal atividade ... 233

Quadro 9- Municípios do Amazonas, ano de criação e principal atividade.... 237

Quadro 10- Manaus e outros municípios - ligações rodoviárias..... 239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estradas de ferro, segundo extensão da rede em tráfego – Região Norte – 1934..... 79

Tabela 2- População, participação da Região Norte – Brasil (1872, 1890, 1900, 1920)..... 96

Tabela 3- População e Taxas de crescimento do Brasil e das Unidades Politicas da Região Norte (1872, 1890, 1900, 1920)..... 98

Tabela 4- População dos municípios das capitais do Amazonas e do Pará e Percentual da população dos municípios das capitais em relação ao das unidades da federação - UFs (1872 – 1920)..... 99

Tabela 5- Números de Municípios Região Norte segundo Unidades da Federação - UFs (1872 - 1933)..... 103

Tabela 6- Brasil, Regiões, Região Norte e estados, Área Km^2 (2012)..... 112

Tabela 7- População presente, Brasil e grande região (1940 – 1950)..... 122

Tabela 8- População Região Norte e Unidades da Federação (1940 - 1950). 123

Tabela 9- População dos municípios das capitais da Região Norte e percentual da população dos municípios das capitais em relação ao das Unidades da Federação (1940 – 1950)..... 124

Tabela 10- População por situação de domicílio, Brasil, Região Norte (1960).. 129

Tabela 11- População por situação de domicílio nas Unidades da Federação - UFs - Região Norte (1960)..... 130

Tabela 12- População total, % da Capital em relação a UF, População urbana, UFs selecionadas, região Norte (1960)..... 131

Tabela 13- População residente, Brasil, Região Norte, Total e % - Proporção da Região Norte (1970 - 1991)..... 143

Tabela 14- População da região Norte e demais Unidade da Federação. Participação das UFs no total (1970 – 1991)..... 146

Tabela 15- População residente, Capitais da Região Norte (1970 – 1991)..... 147

Tabela 16- População residente, total e por situação de domicílio, Brasil, Região Norte (1970 -1991)..... 151

Tabela 17- População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e total de capitais estaduais (1970 – 1991)..... 152

Tabela 18- População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e capitais estaduais (1970 – 1991)..... 153

Tabela 19- População residente por situação do domicílio, Capitais estaduais Manaus e Belém (1970-1991)..... 156

Tabela 20- População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e total de capitais estaduais (1970 – 1991)..... 158

Tabela 21- Área, segundo as regiões fisiográficas e unidade da federação Amazonas (1964)..... 166

Tabela 22- Municípios por classe de tamanho, UF Amazonas (1960) 167

Tabela 23- População segundo as zonas macrofisiográficas, municípios e situação de domicílio no Amazonas (1960)..... 169

Tabela 24- Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais segundo ramo de atividade, Amazonas (1960)..... 170

Tabela 25- Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais e mais economicamente ativas - Amazonas (1960)..... 171

Tabela 26- Atividade comercial, segundo classe de comércio, número de estabelecimentos e pessoal ocupado – P.O., Amazonas e Manaus (1970-1980)..... 184

Tabela 27- Setor Industrial - Balança comercial do Polo Industrial de Manaus (em US$ 1.000.000), Mercado Externo e Mercado Interno (1988 – 1999)..... 189

Tabela 28- Setor Industrial - Balança comercial do Polo Industrial de Manaus (em US$ 1.000.000), Mercado Externo e Mercado Interno (2000 – 2010) 200

Tabela 29- Evolução da mão-de-obra ocupada no Polo Industrial de Manaus (2000 - 2010)..... 201

Tabela 30- Evolução da quantidade de empresas industriais incentivadas pela ZFM - Manaus (2000 - 2010)..... 201

Tabela 31- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a seção de atividade do trabalho principal, indústria de transformação - Manaus e Amazonas (2010)..... 202

Tabela 32- - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo a naturalidade em relação à unidade da federação (UF) - Manaus (2010)..... 203

Tabela 33- Faixas de salário (Salário Mínimo - SM) da Mão de obra das empresas industriais incentivadas pela ZFM - Manaus (2000 - 2010)..... 203

Tabela 34- Proporção dos valores dos Salário, encargos e benefícios sociais no Faturamento das empresas industriais incentivadas pela ZFM - Manaus (2000 - 2010) (Valores em US$ 1,00)..... 204

Tabela 35- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a condição de contribuição para instituto de previdência oficial, na indústria de transformação - Manaus (2010)..... 205

Tabela 36- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência, por subgrupo e categoria do emprego no trabalho principal - Manaus (2000 – 2010)..... 206

Tabela 37- Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação – Amazonas (1967 -1995)..... 211

Tabela 38- Ocupações com maior número de admissões e percentual no total de admitidos na Indústria de Transformação - Manaus/AM (2003 – 2010)..... 212

Tabela 39- Unidades locais - ULs, pessoal ocupado - PO, total em 31.12, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), Indústria Extrativa e Indústria de Transformação, municípios com 50.000 habitantes ou mais - Amazonas (2010 - 2013)..... 213

Tabela 40- Amazonas, Valor adicionado bruto - VAB a preços correntes - PC, total e por atividade econômica, municípios selecionados a partir de 1º de participação, demais municípios (%) (2010)..... 215

Tabela 41- Estado do Amazonas, PIB Municipal, Total, Participação da Capital, 04 municípios com mais participação e demais municípios (%) (1970 – 2010)..... 217

Tabela 42- População residente, natural de outras Unidades da Federação (UFs) - Amazonas - Manaus (1970 - 2010)..... 220

Tabela 43- Distribuição dos migrantes de Manaus segundo a região e a situação domiciliar de origem e destino (1980)..... 225

Tabela 44- Dinâmica populacional do estado do Amazonas, capital, quatro municípios selecionados, demais municípios (1970-2010)..... 227

Tabela 45- População residente nos 4 municípios mais populosos, Proporção sobre a população total, Variação entre décadas, Amazonas - 1970, 1980, 1991, 2000, 2010..... 229

Tabela 46- Número de municípios criados nas unidades da federação da Região Norte (1960 - 2010)..... 236

Tabela 47- Rede do Sistema Nacional Viário - SNV, Brasil, Região Norte e UFs, planejada, segundo a pavimentação ou não pavimentação, total (km^2)..... 240

Tabela 48- Municípios por classe de tamanho, proporção sobre a população total e proporção sobre a população urbana, segundo os Censos Demográficos - Amazonas - 1970, 1980, 1991, 2000, 2010..... 245

Tabela 49- População residente por situação de domicílio, Amazonas (1970 – 2010) 247

Tabela 50- Grau de urbanização - Manaus (1970 – 2010) 247

Tabela 51- População da região Norte e demais Unidade da Federação. Participação das UFs no total (1970 – 2010)..... 255

Tabela 52- População residente, Capitais da Região Norte 2000 – 20100..... 256

Tabela 53- População residente, total e por situação de domicílio, Brasil, Região Norte (1970 -2010)..... 257

Tabela 54- População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e total de capitais estaduais (1970 – 2010) 257

Tabela 55- População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e capitais estaduais (2000 – 2010) 258

Tabela 56- População residente por situação do domicílio, Capitais estaduais Belém e Manaus (2000-2010)..... 260

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Anuário Estatístico do Brasil
AGSNs	Aglomerados Subnormais
BASA	Banco da Amazônia
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BCB	Banco de Crédito da Borracha
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CBA	Centro de Biotecnologia da Amazônia
CCAW	Comissão dos Acordos de Washington
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CKD	*Completely Knocked Down*
CODEAMA	Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CT-PIM	Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DA	Distrito Agropecuário
DI	Distrito Industrial
DNI	Departamento Nacional de Imigração
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa
FECASALC	Fondo Español de Cooperación para Agua y Saneamiento en América e do Latina y el Caribe
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional

FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NEPECAB	Núcleo de Pesquisa sobre Cidades na Amazônia Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPB	Processo Produtivo Básico
PBPQ	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PDAs	Planos de Desenvolvimento da Amazônia
P&D&	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI	Polo de Desenvolvimento Industrial Incentivado
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIBM	Produto Interno Bruto Municipal
PIM	Polo Industrial de Manaus
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNP	Polo Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROSAMIM	Programa de Recuperação dos Igarapés de Manaus
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PT	Partido dos Trabalhadores
RADAM	Projeto Radar na Amazônia
RCC	Rubber Reserve Company
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIDA	Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SBCD	Sociedade Burocrática de Consumo Dirigida
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SKD	*Semi Knocked Down*
SMs	Salários Mínimos
SNV	Sistema Nacional Viário
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SRMM	Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI	Tecnologia da Informação
TELEBRAS	Telecomunicações do Brasil
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZFM	Zona Franca de Manaus
ZLPs	Zonas de Livre Produção
ZPEs	Zonas de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 21

2 HERANÇAS ESTRUTURAIS E NOVAS DETERMINAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO URBANO-REGIONAL BRASILEIRA..... 29

2.1 Os ciclos econômicos e determinações da dinâmica urbano-regional: elementos para a compreensão da urbanização brasileira dispersa no território..... 29

2.2 A urbanização brasileira e as novas determinações: concentração urbana e multiplicação de cidades..... 39

2.3 A questão urbano-regional no pós-2003..... 48

2.4 Amazônia: uma fronteira urbana?..... 55

3 AS HERANÇAS DO PASSADO NA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O CICLO DA BORRACHA E SUAS REPERCUSSÕES NO ESTADO DO AMAZONAS..... 70

3.1 Os ciclos econômicos, o apogeu da Borracha na Amazônia e as bases da urbanização concentrada..... 70

3.2 O Ciclo da borracha: a Amazônia e a produção primário-exportadora voltada "para fora"..... 83

3.3 A urbanização concentrada nas capitais estaduais..... 95

3.3.1 A rede urbana amazônica: a origem da urbanização concentrada..... 100

3.3.2 A modernização dos "de fora" na Amazônia e em Manaus..... 106

4 NOVAS DETERMINAÇÕES NA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: A INTEGRAÇÃO NACIONAL VIA POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS... 111

4.1 A Amazônia e o estado do Amazonas de 1930 a 1960: a busca de saídas para a "crise" e a articulação comercial..... 111

4.2 Amazônia e Amazonas no pós-1960 a 1980: integração planejada, autoritária e produtiva..... 131

4.2.1 A integração produtiva..... 136

4.3 As políticas desenvolvimentistas e a urbanização acelerada na Amazônia: diferenciações intra-regionais..... 142

4.3.1 A dinâmica populacional e suas limitações..... 142

4.3.2 A urbanização da Amazônia no período desenvolvimentista: a cidade como *locus* de moradia da população regional..... 149

4.3.3 A rede urbana Amazônica: transformações para a integração capitalista..... 156

5 ZONA FRANCA DE MANAUS: NOVOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS..... 165

5.1 A integração econômica da Amazônia Ocidental: a Zona Franca de Manaus ZFM..... 166

5.1.1 Antecedentes da implantação da ZFM no Amazonas: a urbanização herdada do ciclo da borracha..... 166

5.1.2 A implantação da ZFM no Amazonas: múltiplas determinações e interesses em diferentes escalas..... 171

5.2 A ZFM e a ênfase na industrialização: novas determinações para o desenvolvimento econômico do Amazonas..... 183

5.2.1 Mudanças e ajustes da Industrialização Incentivada e a renovação dos incentivos fiscais..... 189

6 A URBANIZAÇÃO DO AMAZONAS NO PRESENTE: A AMPLIAÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE MANAUS..... 208

6.1 O esvaziamento econômico dos municípios do interior do Amazonas: atividade industrial sem encadeamentos com a produção regional..... 209

6.2 A migração interna como fator de concentração da urbanização na capital..... 218

6.3 A rede urbana de Amazonas e a reafirmação de Manaus como cidade primaz..... 230

6.3.1 A manutenção do padrão dendrítico..... 231

6.3.2 A manutenção da primazia urbana de Manaus..... 242

6.3.3 A Manaus do presente: o espaço mais urbanizado na hierarquia estadual e regional da Amazônia..... 250

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 262

REFERÊNCIAS..... 269

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do estado do Amazonas, que é o objeto desta tese, circunscreve-se em diferentes momentos históricos. O padrão de urbanização assumido e mantido é próprio de um espaço situado em uma região/país da periferia do capitalismo. Suas estruturas, especificidades e a inserção do estado na divisão regional do trabalho vão implicar na maneira como se estabeleceu o desenvolvimento e a urbanização da Amazônia e do Amazonas nos dias atuais. As *heranças do passado* somaram-se às novas determinações do presente, conformando um padrão de urbanização específico a esse espaço sub-regional.

A Amazônia foi a região que viveu, no período de *isolamento relativo* (GUIMARÃES NETO, 1997), um dos últimos ciclos econômicos prévios à industrialização do país – o da borracha –, cujo auge da exportação foi entre 1870 e 1920, portanto, antes do período do modelo de acumulação brasileiro pós-1930, que teve na indústria e na cidade seus pontos basilares. Naquele contexto histórico, a borracha era um produto com demanda interna incipiente, e seu fornecimento centrava-se nas grandes indústrias situadas nos países centrais que dominavam a tecnologia de sua utilização como insumo para a produção de manufaturados.

Essa região do país continental localiza-se, fisicamente, distante dos grandes *centros de decisão.* Em contraste, o Sudeste, além de concentrar a produção do principal produto de exportação (café), constituindo um complexo econômico no Estado de São Paulo, também abrigava o centro de decisão política do país no Rio de Janeiro. São Paulo constituiu, no âmbito do complexo cafeeiro, sob relações contraditórias entre capital mercantil e industrial, forças produtivas que impulsionaram a industrialização brasileira, tornando-se o *centro dinâmico* do país e comandando a hierarquia urbano-regional estabelecida no período pós-década de 1930.

O processo de desenvolvimento regional no Brasil relaciona-se, conforme Furtado (2013), às decisões tomadas por agentes diante das estruturas existentes. Nessa interação entre decisões e estruturas foram concebidas estratégias de desenvolvimento relacionadas à inserção do país em uma dinâmica mais ampla da acumulação capitalista. Assim, no contexto da integração do mercado nacional, quando

se buscou superar as limitações e fragilidades de interações que marcavam as relações entre as regiões, estabeleceram-se políticas de desenvolvimento para as macrorregiões periféricas ao centro decisório (econômico e político), incluindo-se a Amazônia. No decorrer do período de 1930 a 1980, buscou-se a integração econômica da Amazônia, deflagrando um processo de urbanização diverso e complexo na região *meio-continente*[1], revestindo-se de especificidades na Amazônia Ocidental[2], em particular, no estado do Amazonas.

Na Amazônia Ocidental, especificamente no estado do Amazonas, a opção de desenvolvimento econômico foi, principalmente, a indústria de transformação, incentivada pelo Estado e organizada sob o modelo produtivo de zona de processamento de exportação, a Zona Franca de Manaus (ZFM), composta por indústrias nacionais e estrangeiras e constituindo-se, quando de sua implantação, na única experiência existente no Brasil nessa modalidade de produção industrial (VALLE, 2007).

Ao mesmo tempo, a ZFM representava uma estratégia de relocalização das plantas industriais de grandes empresas dos países centrais, em um movimento mais amplo de mundialização do capital, buscando condições favoráveis ao processo de acumulação na periferia capitalista. Em contraste, na Amazônia Oriental, no Pará, que é o principal estado da região, as atividades produtivas enfatizaram o uso intensivo dos recursos naturais, as matérias-primas regionais, cuja produção, em particular da indústria extrativa mineral, encontra-se dispersa no território paraense e lidera sua economia nos dias atuais favorecendo a desconcentração da urbanização (TRINDADE JUNIOR, 2010).

A atividade industrial incentivada pela ZFM, por possuir características muito específicas, centrada na última etapa produtiva industrial de bens de consumo duráveis (eletroeletrônicos), além de possuir centros de comando e decisão fora da região e do

---

[1] Termo que será utilizado como sinônimo de Amazônia, em referência ao de *país continental* usado por autores como Furtado (2012), Prado Junior (2011) e Brandão (2007), para enfatizar a característica de grande extensão territorial do Brasil. Ao adotá-lo, se quer enfatizar essa mesma característica, em âmbito regional, a magnitude do território amazônico que representa mais de 40% da área total do país.

[2] Durante o governo militar, para fins de execução do planejamento na região, a Amazônia foi dividida em duas grandes áreas: a **Amazônia Ocidental,** formada pelos Estados do Amazonas e Acre, os Territórios de Roraima e Rondônia; e a **Amazônia Oriental,** formada pelos Estados do Pará e Território do Amapá (Decreto-Lei 291/ 1967).

país, não manteve relações mais efetivas e duradouras com as demais frações do território amazonense e nem com a produção regional ao longo desses 49 anos de sua existência[3].

Sob a vigência da ZFM ocorreu a ampliação da concentração das atividades econômicas e da urbanização na capital do estado do Amazonas, gerando condições para a persistência da primazia urbana herdada do ciclo da borracha. A primazia urbana caracteriza-se pela constituição de uma grande cidade que concentra funções urbanas, caracterizando as economias latino-americanas em sua formação inicial (FARIA, 1978). Sua permanência e predominância no estado amazonense, contraditoriamente, o *projeta inteiramente para o passado* e destoa da dinâmica de urbanização regional e nacional, em particular, desta última, que tem na desconcentração urbana e na multiplicação do número de cidades de variados portes e importância, a sua principal característica a partir da década de 1970.

Nesse sentido, as principais questões suscitadas por esta tese são: Que determinações propiciaram a manutenção da primazia urbana no Amazonas estabelecida no ciclo da borracha e dominante até os dias atuais? Quais as especificidades desse processo de urbanização em relação à região e ao país?

Para responder a essas questões, entende-se que os processos deflagrados no Amazonas não ocorrem de forma isolada de um contexto maior. Nessa direção, busca-se compreender esse processo de urbanização, situando-o em múltiplas escalas, regional-nacional-internacional, para captar em um movimento mais amplo: a inserção do estado do Amazonas na divisão regional do trabalho, bem como suas repercussões para a dinâmica interna estadual e os desdobramentos nas relações e hierarquias urbano-regionais que foram sendo estabelecidos ao longo do desenvolvimento da região e do país.

Assim, com base em Brandão (2012), parte-se do pressuposto de que não é possível compreender a dinâmica urbano-regional do Amazonas sem a necessária leitura e articulação com os processos sociopolíticos e socioeconômicos no nível das múltiplas escalas espaciais, bem como seus nexos com a dinâmica do capital em busca por novos espaços de acumulação e a realidade concreta do desenvolvimento do

---

[3] A Zona Franca de Manaus foi instituída pelo Decreto-Lei 288, do ano de 1967.

capitalismo no país subdesenvolvido e periférico. Torna-se, portanto, indispensável desvelar essa totalidade, apreendendo como esta se concretiza na realidade amazonense, em um movimento que vai do geral para o particular ou do mundial-nacional para o regional-local.

Por outro lado, apesar de a estratégia econômica definida para a Amazônia Ocidental, com sede no estado do Amazonas, ou mais especificamente na sua capital Manaus, a partir de 1967, ter como base o comércio e, principalmente, a indústria, não houve superação de problemas estruturais que afetam sua população, reproduzindo, em âmbito regional, a lógica de desenvolvimento desigual. Nesse sentido, tem promovido um desenvolvimento impeditivo do livre acesso da população aos bens e serviços produzidos, ao mesmo tempo em que ampliou e aprofundou as desigualdades no âmbito intraestadual.

Ademais, emergiram novas contradições. O fato de concentrar na capital amazonense as atividades econômicas industriais, infraestrutura urbana, oportunidades de trabalho e renda, além de serviços essenciais, possibilitando seu posicionamento como sexta economia municipal do país (IBGE, 2012), teve várias consequências para o Amazonas, tal como o *êxodo rural*. Fortemente de caráter intraestadual, houve deslocamento populacional e esvaziamento dos municípios do interior amazonense, transformando Manaus no município do Amazonas com o maior número de *aglomerados subnormais (*IBGE, 2011). Como particularidades, cabe destacar, em especial, que a população indígena que se deslocou para a cidade enfrenta situações degradantes para sua reprodução. É o grupo social que, no aspecto cor/raça, possui, proporcionalmente, a maioria de pessoas residindo nesses aglomerados precários e inadequados para moradia (SOUSA, 2014b).

Entende-se que, ao longo desse processo de integração do Amazonas ao projeto de acumulação capitalista, persistiu a promoção de um crescimento econômico voltado “para fora”, no que se refere à apropriação do excedente produzido socialmente, ainda que o movimento de integração econômica nacional que o originou tivesse como diretriz voltar-se “para dentro” do país, não indicando a superação dos problemas e entraves que afetam a maioria da população regional.

Desse modo, a hipótese desta tese é a de que a permanência quase secular da urbanização concentrada no Amazonas, na contramão das tendências em curso no Brasil, torna evidente que sua inserção subordinada na divisão regional do trabalho, com atividade industrial transplantada e sem relação com a produção regional, reforçou o padrão urbano anterior, sendo determinante para a manutenção dessa herança de tempos pretéritos, concentrando desenvolvimento e urbanização em uma única porção do território, a capital Manaus.

O objetivo principal da tese é desvelar os principais determinantes do processo de urbanização que conformou a manutenção da primazia urbana no estado do Amazonas. Nesse sentido, optou-se por dividir a análise nos dois momentos mais importantes do fenômeno urbano nesse espaço sub-regional. O primeiro ocorreu no período de predomínio das regiões como *células exportadoras* – o ciclo da borracha – denominado de "urbanização sem industrialização" (1870-1920). O segundo ocorreu no período da integração nacional, pós-implementação e vigência da Zona Franca de Manaus, denominado de "urbanização com industrialização" (1970 até os dias atuais).

Na comparação entre esses dois períodos, busca-se evidenciar, além das diferenças e similitudes quanto ao processo de urbanização, a permanência de questões estruturais e problemáticas não equacionadas, como a manutenção de seu isolamento físico no território nacional, a apropriação do excedente fora do espaço regional, a não garantia de melhores condições de vida para seus habitantes, negando-lhes o direito à cidade e à cidadania. Assim, objetiva-se nesses dois períodos do processo de urbanização do Amazonas: 1) definir os fatores que propiciariam a formação da primazia urbana em Manaus - as atividades econômicas prevalecentes no ciclo da borracha, as atividades de comercialização/exportação na cidade e a formação de uma rede urbana incipiente; 2) destacar os elementos que favoreceram a manutenção e aprofundamento da concentração urbana na capital no período da indústria incentivada e seu relacionamento com os municípios do estado; 3) evidenciar a contribuição da migração para o crescimento populacional de Manaus e sua acentuada urbanização; e 4) identificar as repercussões das mudanças operadas na base econômica do Amazonas para a conformação da rede urbana do Amazonas.

No referente aos procedimentos metodológicos, entende-se que, focar em processos que implicam no desenvolvimento e urbanização do Amazonas, adotando períodos históricos específicos da trajetória desse espaço sub-regional, exige uma perspectiva que supere a visão fragmentada ou fragmentadora dos processos a serem estudados.

Para construir esse objeto de estudo, o conhecimento do processo de urbanização do estado do Amazonas constituído em um tempo de longa duração, optou-se pelo método que articula estrutura e história para a reconstituição e estabelecimento das principais determinações que se encontram plasmadas e fragmentadas na realidade empírica. A recorrência à história se dá por sua importância para compreender a dinâmica da sociedade em sua trajetória de desenvolvimento ao longo do tempo. Quanto à estrutura, privilegia-se o ângulo do social e do econômico, por conterem as determinações gerais de uma sociedade, podendo ser observadas as mudanças e permanências ocorridas. Faria (1978) sintetiza a utilização do método histórico-estrutural para a análise e compreensão da urbanização brasileira nos seguintes termos:

> Estrutural, para mostrar como as determinações gerais, articuladas em torno da divisão do trabalho social, particularizam-se no contexto brasileiro, produzindo, reproduzindo e transformando a rede urbana. Histórica uma vez que, esta abordagem permitirá integrar a estas determinações gerais, outras particulares, que dão a especificidade do urbano brasileiro em cada período ou mesmo em cada conjuntura particular (FARIA, 1978, p. 96).

A pesquisa da tese privilegiou a interface entre as múltiplas escalas de decisão política e planejamento, neste caso, a nacional, regional e local. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, e levantamento de dados secundários (estatísticos) sobre as atividades econômicas, dinâmica demográfica e a rede urbana amazonense. Dentre as fontes utilizadas, destacam-se as pesquisas econômicas estruturais do IBGE realizadas anualmente, mostrando o desempenho das atividades industriais Pesquisa Industrial Anual (PIA). Ao mesmo tempo, buscou-se enfocar aspectos socioeconômicos e demográficos do estado do Amazonas, utilizando dados dos levantamentos censitários.

A tese encontra-se estruturada em cinco capítulos, a saber:

Na seção 2, delineiam-se os elementos teóricos que serão utilizados para a compreensão do fenômeno da urbanização brasileira, em sua origem, no período dos ciclos econômicos e quando da mudança de padrão de acumulação sob a dominância da atividade industrial. A urbanização é discutida articulada ao desenvolvimento regional, identificando seus limites e desdobramentos para a Amazônia, entendida, nesse segundo momento, como uma região de fronteira, uma fronteira urbana.

Na seção 3, é abordado o ciclo da borracha na Amazônia, no final do século XIX e início do século XX, mais precisamente de 1870 a 1920, período do auge das exportações. A ênfase da abordagem recaiu sobre a dinâmica primário-exportadora, sua localização nos estados da região e a formação da mão obra por migrantes nordestinos. Além disso, o enfoque privilegia os desdobramentos do grande dinamismo econômico regional para a constituição do seu primeiro momento de urbanização, concentrada nas capitais Belém e Manaus; o embelezamento dessas cidades com base no padrão europeu e a criação de condições para a formação da rede de cidades no Amazonas, comandada pela cidade primaz – Manaus, bem como as contradições desse momento de *boom* econômico regional.

Na seção 4, são enfocados os processos e ações que propiciaram as bases para a integração da Amazônia ao mercado nacional, no período 1930 a 1980; a criação de instituições estatais para viabilizar as políticas desenvolvimentistas, a integração física, os grandes projetos econômicos, seus limites, contradições. Do mesmo modo, são observados os desdobramentos das políticas desenvolvimentistas nas sub-regiões Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, as diversidades dos processos de urbanização e a reafirmação de elementos do passado, na primazia urbana, na parte ocidental, sob o comando da capital Manaus.

Na seção 5, a abordagem está centrada no modelo da ZFM, implantada como política de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental, baseada em incentivos fiscais e extrafiscais, com sede na capital do estado do Amazonas, no ano de 1967, em uma estratégia de relocalização do capital para dar continuidade ao seu processo de acumulação. A abordagem inicialmente enfoca o período pré-implantação da ZFM no Amazonas, a atividade econômica predominante, a distribuição populacional e a rede de cidades. Em seguida, discute as múltiplas determinações que levaram à adoção

desse modelo de produção no Amazonas, o domínio da atividade industrial, suas fases e indicadores que demonstram o tipo de emprego gerado pelas empresas incentivadas.

Na seção 6, são examinadas as especificidades da urbanização do Amazonas que, sob o comando da industrialização incentivada, esvaziou econômica e populacionalmente os demais municípios do estado e impôs a migração interna como importante componente para o crescimento populacional da capital, além do enfoque sobre a rede de cidades com a ampliação da primazia urbana de Manaus. As contradições e limites desses processos são observados na constituição de Manaus como metrópole sem região metropolitana e, no âmbito intraurbano, enfocará a capital do Amazonas que, no século XX, constitui-se como município de maior número de aglomerados subnormais, onde reside, em termos proporcionais, sob o ângulo cor/raça, a maior quantidade de população indígena, colocando-os na condição de “herdeiros das desigualdades” nas cidades da Amazônia.

2 HERANÇAS ESTRUTURAIS E NOVAS DETERMINAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO URBANO-REGIONAL BRASILEIRA

O objetivo desta seção é situar o processo de urbanização no Brasil e sua relação com a dinâmica de desenvolvimento regional, identificando possíveis particularidades da Amazônia como espaço subnacional em um processo de escala mais ampla. Será abordado o processo de urbanização do Brasil e da Amazônia, suas principais referências e marcos elucidativos. Parte-se das heranças do passado, de uma urbanização dispersa no território brasileiro, complexa e composta por grandes cidades e uma multiplicidade de pequenos e médios centros urbanos. No caso da Amazônia, o foco é em sua integração ao mercado nacional, viabilizada por meio do processo de urbanização, conforme explicita a tese da *fronteira urbana*, proposta por Becker. Nesta, a região foi incorporada ao desenvolvimento econômico pela lógica do urbano, uma estratégia utilizada pelo Estado para promover sua rápida ocupação.

2.1 Os ciclos econômicos e determinações da dinâmica urbano-regional: elementos para a compreensão da urbanização brasileira dispersa no território

Para compreender o processo de urbanização no Brasil e suas relações indissociáveis com o desenvolvimento regional, será adotada a periodização de Guimarães Neto (2012). Esse autor identifica três períodos distintos na dinâmica de relação entre as regiões do país: a de *isolamento relativo*, que abrange a vigência do sistema colonial até o início do século XX (1920); *a de articulação comercial*, que abrange os anos 1930 até meados dos anos 1960; e a de *integração produtiva,* meados de 1960 até 1980. A partir dos anos de 1990, a divisão inter-regional do trabalho não teve grande alteração, enquanto que na primeira década do século XXI sua nitidez não é mais tão demarcada, exigindo a adoção de menores escalas.

No período de isolamento relativo, o mercado nacional ainda não se encontrava integrado, estando em fase de estruturação, assim como também o Estado Nacional lançava as suas bases. Predominava no Brasil as "*células exportadoras*, espalhadas e dispersas, formando um compósito de unidades regionais esparsas" (BRANDÃO, 2012, p. 102). Nessa estrutura, cada macrorregião destacava-se na produção de um

determinado produto primário, como o café no Sudeste e o açúcar no Nordeste, havendo pouca articulação das regiões no sentido de um mercado nacional, pois, a comercialização era realizada diretamente com o centro comprador, localizado no exterior.

Nesse período, prevalecia no comando do modelo de acumulação primário exportador, o capital mercantil. Este, conforme situa Cano (2010), tem sua emergência antes da etapa da acumulação primitiva, acompanhando o início das trocas mercantis de bens e serviços, restringindo-se a órbita da circulação. Contudo, ele não desapareceu quando da emergência de outras formas de capital; ora sofreu metamorfoses, ora permaneceu inalterado, mas subordinado a outro tipo de capital, ou mesmo assumindo outras formas, como a do capital imobiliário.

Situando a formação do sistema urbano brasileiro nesse período da história do país, Faria (1976) esclarece que, até o final do século XIX, os principais fatores que condicionaram sua gênese tinham a ver com o caráter agrário-exportador da economia e à situação, primeiro de colônia e depois de país de economia dependente, cuja inserção na divisão internacional do trabalho ocorria sob a forma de fornecedor de alimentos e matérias-primas aos centros mais avançados da economia mundial.

Contudo, diferentemente das demais economias latino-americanas, com igual experiência de colônia agrário-exportadora e de industrialização tardia e dependente, cujo sistema urbano foi formado em torno de uma grande cidade que desempenhava múltiplas funções (econômicas, comerciais e administrativas), concentrando as funções urbanas e a urbanização em um sistema denominado de ***primitive city***, no Brasil isso não ocorreu, pelo menos não de forma pronunciada. Conforme esse autor:

> Ao contrário, as características da economia primário-exportadora, no Brasil, contribuíram para a relativa dispersão tanto da população como do sistema de cidades por vastas porções do território brasileiro (FARIA, 1976, p. 94).

Nesse aspecto, a formação de um sistema urbano disperso no território brasileiro teve como determinante a constante substituição de um produto de exportação por outro, o que gerou os denominados *ciclos econômicos* (do ouro, do café, do açúcar, da borracha) que resultaram no deslocamento geográfico constante do eixo dinâmico da economia exportadora (FARIA, 1976).

O deslocamento geográfico dos ciclos econômicos de exportação atraía, incorporava e concentrava população, especialmente nos períodos de auge dos *ciclos*, favorecendo a urbanização (criação de núcleos urbanos subordinados à atividade agrícola ou da mineração) e sua dispersão no território nacional. Dessa forma, pode-se dizer que a urbanização brasileira seguiu a trilha dos recursos naturais, da produção e oferta de produtos primários que interessavam ao mercado internacional, portanto, em áreas descontínuas onde ocorriam os ciclos econômicos. Para Santos (2013), a expansão da atividade comercial e a exploração mineral possibilitaram as bases do povoamento e a criação de riqueza, ampliando as relações e a criação de cidades no litoral e interior.

Por sua vez, a predominância da localização das cidades no litoral brasileiro reproduz uma ocupação do espaço que demonstra as relações econômicas coloniais estabelecidas com a metrópole. Conforme destaca:

> No Brasil, o sistema urbano é tributário de estrutura econômica colonial que nitidamente concentrou a urbanização ao longo do litoral, expressando sua integração com a metrópole (BITOUN; ARAUJO; FERNANDES, 2009, p. 3).

Para Oliveira (1982), a determinação mais importante para a localização das cidades brasileiras no litoral tem a ver com a divisão internacional do trabalho que controlava “de cima e de fora” a produção voltada para a exportação. Assim, as cidades funcionavam, em primeira instância, como sedes do capital comercial, nelas estando todo o aparelhamento necessário para fazer a ligação da produção com a comercialização internacional e o controle desse comércio. Nessas cidades, também “se concentrava a maioria dos aparelhos de Estado controladores das relações entre a economia colonial e a economia metropolitana” (OLIVEIRA, 1982 , p. 39). Decorre daí a relação do Estado com o urbano nesse período, estabelecida no âmbito de suas relações com as atividades exportadoras de matérias-primas.

O fato de as atividades monocultoras serem autárquicas imprimiu determinações na forma como se configurou a urbanização brasileira, muitas vezes compreendida como deflagrada somente a partir do processo de industrialização no século XX. Essas atividades produtivas voltadas para o comércio internacional resultaram em um sistema que tem, de um lado, um vasto campo movido pelo complexo latifúndio-minifúndio,

fundado, sobretudo, nas monoculturas, e de outro, criou grandes cidades (OLIVEIRA, 1982, p. 38-39).

Nesse entendimento, as atividades monocultoras limitaram a formação de mercados regionais e de uma rede de cidades compostas por vilas e pequenos núcleos populacionais no entorno das regiões produtoras, ou se as criaram, foram incipientes. Portanto, o padrão urbano originado nesse período, que vai caracterizar durante um bom tempo a urbanização brasileira, constituiu-se de um sistema composto por poucas grandes cidades e uma rede urbana pobre. Nas palavras de Oliveira (1982, p. 39):

> Esse padrão vai permanecer, durante muito tempo no Brasil, quase intocado. Os diversos ciclos da economia (não vistos do ponto de vista dos ciclos do capital), o ciclo do açúcar e todos os outros, terminando no ciclo mais extenso, mais duradouro e mais marcante da recente história brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial.

Passado o período de *boom* da exportação de determinado ciclo, com o declínio da atividade extrativista, ocorria a estagnação econômica do lugar e a população que era atraída para essas atividades tinha que buscar novas formas de sobrevivência. A dinâmica dos ciclos econômicos, sua gestação, o auge e, especialmente, o momento da queda e declínio da produção vão imprimir uma forte característica às cidades brasileiras, já nesse período: a de serem espaços da expressão e reprodução da pobreza e desigualdade social. É nessa direção que vão as reflexões de Brandão, ao dizer que nos momentos de declínio e estagnação dos ciclos econômicos “uma grande massa de desclassificados de propriedade e deserdados de qualquer forma de riqueza material vai sendo depositada nas cidades” (BRANDÃO, 2012, p. 102).

Destaca-se, nessa massa empobrecida, a presença da população escrava presente nas atividades agroexportadoras, seja ela de origem nativa, notadamente os grupos indígenas, ou a trazida pelo tráfico de negros africanos escravizados, uma vez que, no caso do povoamento e ocupação, houve diversidade na colonização europeia da América. Prado Junior (2011), ao analisar a formação do país em suas bases coloniais, identifica os limites da inserção do colono europeu nas atividades produtivas na América, em particular, na zona tropical e subtropical, onde se situa o Brasil. Diante

das adversidades das condições naturais, muito diferentes de seus lugares de origem, o colono europeu, com poucas exceções, “viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam por ele” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 25-26). Assim, na massa destituída dos ciclos econômicos tendem a predominar negros escravizados e indígenas, dois grupos populacionais que estarão marcados pela desigualdade social.

No que tange, especificamente, às desigualdades regionais no Brasil, Guimarães Neto (1997) situa suas raízes nesse período de *isolamento relativo.* Segundo Pacheco (1996), na vigência dos ciclos econômicos exportadores estão as *determinações mais gerais* do que ficou conhecido como “desequilíbrios regionais”. Pela forma como evoluíram as regiões, os denominados complexos exportadores ou “células exportadoras” ficaram dispersos em diferentes pontos do território nacional “dotados de dinâmica econômica e de capacidade de diversificação da base produtiva muito diferentes” (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 44). Essa trajetória marcará as bases das desigualdades regionais existente no país, que se tornará mais evidente quando iniciar o processo de articulação entre as regiões visando à integração do mercado nacional.

Para Brandão (2012), a dispersão no território de população e atividades econômicas que caracterizam a configuração regional e urbana ocorridas antes da industrialização do país legaram um fardo histórico monumental, composto pelas desigualdades regionais e urbanas ou conforme suas palavras, “O isolamento, a extensividade e a fragmentação regional foram um pesado legado histórico que perdurou em um processo secular” (BRANDÃO, 2012, p. 104).

Evidenciam-se, nesse sentido, as interações entre o desenvolvimento regional desigual e o processo de urbanização brasileira. Nessas inter-relações, foram sendo reproduzidas as contradições e desigualdades sociais, acrescentando às heranças do passado novas problemáticas, consubstanciando-se em estruturas assimétricas que marcam a trajetória histórica do país.

Na década de 1920, iniciou-se uma importante transição na trajetória de acumulação de capital no país, no contexto da primeira grande crise mundial do capitalismo e da I Guerra Mundial. Devido aos fatores limitantes nas relações

econômicas e políticas no plano internacional, com desdobramento para a importação de mercadorias manufaturadas para os países de economia baseada na agroexportação, se delinearam mudanças importantes nos rumos do Brasil. No âmbito da crise de 1929 e do movimento que ficou conhecido como “Revolução de 1930” promoveu-se a ruptura com o modelo exportador de matérias-primas e iniciou-se um processo de acumulação voltado para o mercado interno. Conforme:

> Transitar-se-ia, assim, do velho padrão primário exportador – onde o complexo cafeeiro paulista predominava - em direção a um novo - o da industrialização –, que se firmaria a partir de 1933 (CANO, 2005, p. 2).

Nessa transição para um novo modelo de acumulação, sob o comando da industrialização, favoreceu-se uma grande concentração econômica em São Paulo, tendo em vista sua estrutura produtiva mais avançada no aspecto do processo de acumulação do capital, com mercado de trabalho urbano e desenvolvimento de um capital industrial, financeiro e comercial herdados do complexo cafeeiro[4].

O início do processo de industrialização brasileira promove o deslocamento do *centro dinâmico* da economia antes situado na produção primária para exportação (alimentos e matérias-primas) para a produção industrial articulada aos setores internos.

Mello (1982) identificou nessa transição, de uma economia exportadora para a industrialização, um significado mais profundo, configurando-se a *passagem para o modo especificamente capitalista de produção*. Isso porque, o modelo vigente até então, pautado nas economias exportadoras, não constituiu forças produtivas propriamente capitalistas, dado esse caráter de produção *para fora*.

> Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital ou outros meios de produção (MELLO, 1982, p. 96).

Nessa perspectiva, mais que uma mudança setorial ou de destino da produção, o processo de industrialização significou no Brasil uma transição para a constituição das

---

[4] Lessa e Dain (1982, p. 218) situam o nascimento propriamente dito da indústria brasileira em fins do século XIX com o capital industrial restrito a alguns, a poucos ramos da produção (bens-salário), nos setores de tecnologia aberta, com atuação do capital nacional, como o têxtil. Enfatizam que, naquele período, o capital industrial “instala-se como uma projeção do complexo mercantil”.

forças produtivas especificamente capitalistas, por ter implicado na criação das suas bases materiais.

Por outro lado, admitir que a industrialização latino-americana seja capitalista, não basta. Segundo Mello (1982), seria necessário compreendê-lo como um processo que assumiu determinadas especificidades na região. Nesse sentido, esse autor denomina a industrialização ocorrida na América Latina de *retardatária*. Sua especificidade encontra-se no fato de advir de economias exportadoras capitalistas, o que, no caso do Brasil, significou ter suas bases na economia cafeeira paulista, e ter ocorrido quando o capitalismo monopolista já dominava na escala mundial, ou seja, "em que a economia mundial capitalista já está constituída" (MELLO, 1982, p. 98). Portanto, na expressão cunhada pelo autor, o capitalismo brasileiro é um *capitalismo tardio.*

No Brasil, a plena constituição das forças produtivas propriamente capitalistas, de suas bases materiais, não ocorreu de forma imediata. Houve um primeiro momento, o da *industrialização restringida*, entre 1933 a 1955, no qual a limitação das bases técnicas e financeiras não propiciou condições para a implantação do setor de bens de produção, o "que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial" Mello (1982, p. 110). Para esse autor:

> Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais.

A *industrialização pesada* que desse conta da constituição das bases materiais capitalistas desenvolveu-se no período de 1956 a 1961, configurando um novo padrão de acumulação, no qual as limitações técnicas e financeiras foram sendo superadas, tendo crescido, de forma acelerada, a capacidade produtiva "do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados" (MELLO, 1982, p. 117). O advento da industrialização pesada ocorre quando o setor produtor de bens de capital deixa de ser manufatureiro, ou seja, quando as máquinas passam a ser produzidas por meio de máquinas.

Ressalta-se que a industrialização pesada no Brasil foi comandada pela grande empresa oligopolista, já no momento de internacionalização do capital, e pelo Estado,

que criou as bases para essa associação, definindo “um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores” (MELLO, 1982, p. 118), além de investir de forma massiva em infraestrutura e na indústria de base, fatores favoráveis aos investimentos estrangeiros no Brasil. A ação do Estado em articulação com o capital estrangeiro, tendo em vista as limitações técnicas e financeiras do capital nacional, foi decisiva para que a industrialização pesada, ou modo de produção capitalista propriamente dito, se constituísse no país.

Todas essas mudanças em direção à constituição do modo de produção capitalista, tendo à frente a indústria, foram acompanhadas, em simultâneo, de mudanças na sociedade brasileira, dentre as quais se destacam a maior articulação entre as regiões, no sentido da integração de um mercado nacional e a intensificação do processo de urbanização do território sob tais bases.

Sob o comando da economia paulista, o processo de integração do mercado nacional “induziu as outras regiões a um ajustamento no espaço econômico limitado no interior, do qual deveriam restringir a sua evolução econômica futura” (GUIMARÃES NETO,1997, p. 5).

Nesse processo de integração nacional, a função de complementaridade que as demais regiões passaram a despenhar em relação à economia paulista foi destacada por Cano (2007). Esse autor observou que a eclosão da crise mundial do capitalismo, em 1929, implicou em restrições no comércio exterior, limitando as exportações. Isso forçou as demais regiões a importar os produtos manufaturados produzidos em São Paulo. Este último, por sua vez, passou a importar mais matérias-primas e alimentos dessas regiões. Todo esse processo, sob o comando paulista, promoveu a *integração do mercado nacional*, ao mesmo tempo em que impôs às demais regiões a única opção: ajustar-se de forma complementar à economia capitalista de São Paulo.

Estabeleceu-se, portanto, no plano interno, uma relação centro-periferia entre as regiões do país, expressa em uma divisão regional do trabalho comandada pela região Sudeste, fundada na base produtiva industrial.

Brandão (2012) destaca as limitações estabelecidas para o desenvolvimento das demais regiões que, em sentido mais amplo, implicou na divisão do trabalho entre as unidades produtivas brasileiras. A economia paulista adquiriu porte para operar em

escala nacional, enquanto as demais economias regionais constituíram-se de forma restrita a seus mercados locais. Conforme esse autor:

> A partir daí as estruturas produtivas localizadas fora de São Paulo passariam a ser *acionadas* pelas decisões desse centro. Ou seja, as economias periféricas eram *reflexas*, com crescentes vínculos de subordinação, em relação ao núcleo da acumulação, perdendo endogenia e sendo impossibilitadas de engendrar um processo autônomo de industrialização (BRANDÃO, 2012, p. 117, destaque do autor).

Com o novo padrão de acumulação na escala nacional, de caráter urbano-industrial, identifica-se um duplo movimento no país: um em direção à integração das regiões situadas no grande território nacional e outro que concentra a industrialização e a diversificação produtiva em uma porção do território, o seu centro hegemônico, situado na região Sudeste.

Uma característica marcante na relação entre as regiões, que persistirá no processo de integração nacional, são as desigualdades regionais. A constituição desse desenvolvimento desigual das regiões foi um processo complexo, se consolidando nas diversas partes do território nacional a partir das reconfigurações ocorridas no âmbito da integração do mercado nacional, sob o comando da industrialização da região Sudeste. Conforme Guimarães Neto (1997, p. 44-45):

> A indústria paulista e a sudestina, de modo mais geral, estabelecem-se em sólidas bases, no contexto do processo de substituição de importações do qual resultou, dessa forma, a consolidação, também, de grande desigualdade entre os espaços regionais do país.

Esse autor acrescenta ainda que, *heranças* estruturais, impeditivas do acesso à terra, à propriedade, à renda e aos direitos de cidadania são um legado que persiste e não foi superado no decorrer da história brasileira, estando presentes nas heterogêneas dinâmicas regionais. A permanência e persistência dessas heranças estruturais são fruto do pacto pelo poder das elites que dominam o país. Em que pese à mudança no padrão de acumulação, as *heterogeneidades estruturais* mantêm-se e a elas são acrescentadas novas determinações, complexificando ainda mais seu enfrentamento quando da ocorrência do processo de urbanização que eclodiu a partir da segunda metade do século XX.

A partir da década de 1970 ocorre a desconcentração regional da atividade produtiva, sendo determinada, principalmente, pelas políticas industriais e regionais sob

o comando dos militares, com pesados investimentos de empresas estatais e de capitais extrarregionais em determinados espaços “periféricos”, fora do polo concentrador. Ao mesmo tempo, o centro dinâmico da economia passou a apresentar desvantagens para grandes investimentos de capital, as denominadas deseconomias de aglomeração, como a alta dos salários dos trabalhadores, a grande sindicalização, valorização dos preços dos terrenos, poluição, restrições ambientais etc.

Brandão (2012) acrescenta que contribuiu também para essa desconcentração produtiva regional, o alargamento da fronteira mineral e agrícola, destacando-se as regiões Oeste e Norte do país. Na mesma direção, destaca-se também o fato de algumas regiões passarem a ser concebidas como “válvula de escape” às tensões sociais presentes em certos espaços sub-regionais, especialmente no referente a questões de acesso à terra.

É nesse contexto que irão se acentuar ainda mais as ações voltadas para a dinamização econômica das regiões da periferia brasileira, pois são ações estatais e de capitais extrarregionais em áreas das regiões periféricas, como de investimentos setoriais, indústria de base, muitos relacionadas ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). No caso da Amazônia, que será melhor abordado nos capítulos subsequentes, esse processo iniciou ainda na década de 1960, quando das ações que visaram sua integração física ao país, com a construção da Rodovia Belém-Brasília, por exemplo, situada no contexto de outras obras rodoviárias executadas nas demais regiões, com o mesmo objetivo, o de promover a integração e expandir a fronteira da acumulação.

Tais ações propiciam o avanço da industrialização em outras regiões do país, porém, não de forma autônoma, pois atuam de forma complementar ao centro econômico dominante. É um período denominado pelos especialistas como de desconcentração industrial.

Guimarães Neto (1997) identificou que, nesse período, a taxa de crescimento das demais economias regionais aumentou junto com a taxa de crescimento da economia do polo concentrador, o Estado de São Paulo. Esse processo de desconcentração regional foi por ele mensurado a partir de dados de participação das regiões no PIB e no emprego, que sofreram alteração e evidenciaram a ocorrência das

mudanças. Todavia, há desconcentração, mas não superação das assimetrias regionais. A hierarquia da divisão de trabalho regional continuou sob o comando do Sudeste.

Santos e Silveira (2008) realizaram esse debate do desenvolvimento desigual entre as regiões no âmbito do território nacional, estabelecendo uma distinção entre as regiões “do mandar” e “do fazer”. Tal distinção resulta de um conjunto de condições, e não de apenas de uma delas, no conjunto formado pelo sistema de objetos e sistemas de ação que esses espaços contêm, para serem regiões de comando, enquanto essas condições estão ausentes nas demais, que ficam na posição de obedecer a esse comando.

O desenvolvimento desigual das regiões expressa, antes de tudo, as disputas, contradições e antagonismos existentes entre as classes sociais e suas frações no capitalismo brasileiro. Nesse sentido, o debate que coloca as regiões como antagônicas entre si, escamoteia e camufla as disputas intraclasses sociais que estão postas e em conflito, independente da fração do território onde se localizam.

No âmbito desse desenvolvimento desigual entre as regiões, um processo de urbanização também foi sendo conformado. Reafirma-se, portanto, a intrínseca relação entre desenvolvimento regional e urbanização. Sob o comando da industrialização substitutiva de importações, emergem novas determinações e condicionantes do processo de urbanização, uma vez que, o novo modelo de acumulação tem no urbano o seu principal espaço de realização. Além disso, esse processo ocorre no quadro de integração regional e produção industrial voltada “para dentro”. As especificidades da urbanização brasileira nesse novo momento serão abordadas a seguir.

2.2 A urbanização brasileira e as novas determinações: concentração urbana e multiplicação de cidades

Na conjuntura do pós-segunda guerra mundial, mais precisamente a partir da segunda metade dos anos 1950, o país passou a viver profundas transformações, de várias ordens: econômicas, culturais, sociais, políticas. Essas novas determinações foram assentadas e mescladas às profundas desigualdades sociais constituídas e solidificadas com tempo de longa duração, imprimindo, a esse processo, complexidades

específicas de uma sociedade que avançou, mas manteve vários condicionantes herdados de outros tempos históricos.

Todas essas mudanças evidenciaram uma série de contradições inerentes à desigualdade social da produção capitalista, pois promoveram desenvolvimento econômico sob o comando da industrialização, sem que isso correspondesse à superação de problemas estruturais, como as assimetrias regionais, o acesso à terra e a melhoria das condições de vida para a toda a sociedade. É nessa direção que vão as reflexões de Brandão:

> A industrialização avançou, arrastando e acicatando o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infra-estrutural etc. Transformações materiais mais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhadas de maior acessibilidade, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação e saúde de qualidade, à moradia e aos serviços urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança, ou seja, *sem direitos à economia urbana moderna etc.* Contudo, avançou-se na construção de um *espaço nacional*, erigido sob novo padrão de acumulação, por meio do aprofundamento de mecanismos de políticas públicas protetores e controladores da reprodução ampliada de diversas facções burguesas, consolidando uma capacidade de dar coerência à valorização de uma ampla frente de capitais – bastante assimétricos, segundo os cortes setoriais, regionais, de porte etc. – agora *integrados produtivamente* (BRANDÃO, 2012, p. 126, destaque do autor).

O processo de urbanização que se delineou com força no cenário do país sob novas determinações evidenciou uma transição rural-urbano, colocando a cidade como *locus* principal de domicílio dos brasileiros, na indissociável relação entre economia e sociedade. Faria sintetiza essa inflexão, ao afirmar que:

> Ficou para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola, e emergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial (FARIA, 1976, p. 102).

Ao longo do processo de urbanização desencadeado no período de 1940 a 1980, foram estabelecidas as bases para reconfiguração da estrutura produtiva que promoveu a redistribuição da população pelo território nacional, seja entre regiões, seja do campo para a cidade. Nesse contexto, ocorreu a multiplicação de centros urbanos de variados tamanhos e importância, emergindo também novas problemáticas e contradições sociais que aprofundam e consolidam diferenças regionais, desta vez postas em

evidência pela ótica do urbano. Então, qual o sistema urbano que emergiu e acompanhou essas grandes mudanças estruturais?

Descortinou-se um sistema urbano que acompanhou essas grandes mudanças estruturais, comandado *"pelo espaço mais avançado do capitalismo brasileiro, em sua dimensão, complexidade e heterogeneidade, a metrópole"* (SIQUEIRA, 2009, p. 8), ao mesmo tempo em que emergiu uma multiplicidade de centros urbanos, de variados tamanhos e importância, acompanhando a dinâmica de desenvolvimento e integração regional do país.

O emergente sistema urbano brasileiro possui duas características principais: concentrar grandes contingentes populacionais (em termos de tamanho absoluto), em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, em outras áreas metropolitanas e capitais regionais e sub-regionais; e alimentar o crescimento da população urbana em um número grande e crescente de cidades de diferentes tamanhos (e importância) que se integram no complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto entre o campo e a cidade, como *entre* as cidades (FARIA, 1976, p. 103).

Ao apresentar um panorama geral sobre o crescimento da população urbana e da urbanização no país no período 1940 a 1980, Martine; Camarano; Beltrão (1988) identificaram que a taxa anual de crescimento da população urbana e a da população rural entre as décadas apresentou-se sempre favorável à primeira.

Assim, a população urbana que em 1950 era de 18 milhões de habitantes, ou 36% da população total, em 1980 atingiu 80 milhões, ou seja, a taxa de urbanização subiu para 68% em 30 anos. Nas cidades de mais de 20 mil habitantes moravam mais de 60 milhões de pessoas em 1980, sendo mais de 50% do total (FARIA, 1976).

Com o novo sistema urbano, passou-se então a ser conformada uma hierarquia urbano-regional sob o comando de grandes metrópoles que coincidem, quanto à localização, de encontrarem-se nas regiões onde as relações capitalistas encontram-se mais desenvolvidas e plenamente estruturadas, notadamente, as localizadas na região Centro-Sul e, particularmente, as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e a outros espaços urbano-metropolitanos situados fora dessa região, além das capitais estaduais que a elas se vinculam diretamente.

Nesse novo momento, referendaram-se no território do país continente, as *heranças do passado*, das assimetrias e desigualdades regionais, e a não resolução de questões, como do acesso à terra e ao trabalho, somando-se a novas contradições que vão estar presente na realidade urbana que os fará transparecer de forma mais explícita, estabelecendo um conflito insolúvel pela imposição da lógica de acumulação do capitalismo periférico e *tardio* e constituindo-se na negação do *direito à cidade*[5] à grande parte de seus habitantes. É como se os problemas e as contradições sociais só fossem transferidos no tempo (e espaço), sendo atualizados e incorporados a novos dilemas, com ênfase na ótica do urbano.

Na busca de elementos para entender esse processo do ponto de vista demográfico, Martine; Camarano; Beltrão (1988) analisam dados das cidades brasileiras e a proporção da urbanização sobre o total da população. Chama a atenção que, entre 1940 e 1980, a década de 1950 foi a mais significativa em termos de crescimento urbano e urbanização. Isso porque, nessa década, além do maior crescimento demográfico no país, ocorreram grandes mudanças estruturais, como a implantação da indústria de base, a migração inter-regional, a construção de vias de interligação entre regiões e internamente a elas e outros acontecimentos que impactaram significativamente na dinâmica urbana brasileira. Conforme esses autores:

> Além de apresentar as maiores taxas de crescimento e de urbanização [...] essa década registrou o maior dinamismo em termos do surgimento de novas cidades e de passagem de cidades para as classes superiores. Um determinante óbvio desse vigor urbanizante foi o período de maior crescimento demográfico já verificado na história brasileira. Mas esse fato coincidiu com uma transformação social da extraordinária amplitude e intensidade em todos os setores. Sem entrar em detalhes, basta recordar que foi o período em que o

---

[5] Segundo as formulações de Lefebvre (1991a, p. 161), o *direito à cidade* é "[...] condição de um humanismo e de uma democracia renovados". É o direito à vida urbana em sua plenitude, com liberdade e humanidade. Este surge como uma proposta radical de resistência à massificação imposta pela Sociedade Burocrática de Consumo Dirigida (SBCD), que por meio das instituições e ideologias, exerce pressões e repressões sobre a vida cotidiana no sentido de impor à sociedade formas e ritmos de vida impeditivos da reflexão e, consequentemente, da contestação desse modo de vida. É em meio a este processo de massificação que emergem, contraditoriamente, importantes fenômenos de individuação, possibilitando a manifestação da busca de direitos, do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991b). Na perspectiva de Lefebvre, garantir o valor de uso da cidade constitui-se em tarefa primordial, colocando em condição de subordinação o valor de troca, para a garantia da plena apropriação dos recursos urbanos por todos os seus habitantes, seus bens e serviços, superando o estado de alienação e massificação da sociedade burocrática de consumo dirigido por meio da ruptura dos códigos da propriedade privada e do mercado (SOUSA, 1998).

> país reequipou seu parque industrial, implantando a indústria pesada, iniciou as mudanças na estrutura da produção agrícola, transferiu a capital para o centro do país, construiu elos de interligação rodoviária entre as diversas partes do país, ocupou novas fronteiras e provocou uma enorme emigração inter-regional, foi um período de transformações profundas em curto espaço de tempo (MARTINE; CAMARANO; BELTRÃO, 1988, p. 27).

Assim, no período de 1940 a 1980, a urbanização tomou forma e intensidade ainda não conhecidas na história do país. Dentro desse processo, Santos (2013) indica dois fatores que influenciaram o crescimento da população urbana: elevadas taxas de crescimento vegetativo e migração rural-urbana. Conjugam-se, portanto, o crescimento da população total e, ao mesmo tempo, o deslocamento para a cidade por parte da população rural.

Para o pujante crescimento da população nos anos de 1950, neste caso, o crescimento vegetativo da população, os fatores fundamentais foram a queda na taxa de mortalidade vigente até a década anterior (1940) e a manutenção dos altos níveis de fecundidade. Ambos, somados, possibilitaram o crescimento populacional exponencial na década de 1950. Conforme Santos, natalidade elevada e queda da mortalidade têm como causas essenciais: “os progressos sanitários, a melhora relativa nos padrões de vida e a própria urbanização” (SANTOS, 2013, p. 33). O crescimento acelerado da população na década de 1950 é retratado oficialmente pelo IBGE:

> A maior aceleração no crescimento absoluto da população do Brasil ocorreu durante a década de 1950, quando se observou um acréscimo de 18,1 milhões de habitantes, correspondendo a um incremento relativo de 34,9%. O período seguinte ainda apresentou um elevado padrão de crescimento, com um aumento de 32,9%, ou seja, 23,1 milhões de habitantes (IBGE, 2000, p. 22).

É importante ressaltar que, segundo Lojkine (1981), o fenômeno urbano é um processo que vai ocorrer somente no capitalismo. Cidades sempre existiram, mas esse conjunto de fenômenos que caracterizam a urbanização (modo de vida, formas de organizar o trabalho, questão social, dentre outros) só vai estar presente no modo capitalista de produção. Para Lojkine, “A urbanização capitalista atual poderia ser então definida como a forma mais desenvolvida da divisão do trabalho material e intelectual” (LOJKINE, 1981, p. 142), sendo, portanto*, lócus* por excelência do desenvolvimento capitalista (LOJKINE, 1981, p. 5).

Sendo o espaço urbano modelado pela busca de maior lucratividade do capital, ele apresenta, paradoxalmente, contradições geradoras de desigualdades socioespaciais, embora o novo sistema, em seu eixo estrutural, anuncie-se como portador de igualdade de condições para todos. A função da cidade no capitalismo é viabilizar as condições adequadas à circulação de mercadorias e serviços, pois, conforme dito anteriormente, *as formas de urbanização são antes de mais nada formas de divisão social (e territorial) do trabalho* (LOJKINE, 1981, p. 5).

Nesse entendimento, a cidade é fundamental para viabilizar as condições gerais para a reprodução do capital, com seus limites, contradições e desigualdades na apropriação do excedente produzido socialmente. Sendo *locus privilegiado* da reprodução das condições gerais da produção, no qual se incluem as relações sociais de produção estabelecidas entre capital e trabalho, esse elemento reflete-se na apropriação desigual do espaço urbano.

A divisão do trabalho exige a criação ou revigoramento de núcleos urbanos que cumpram papéis específicos nessa divisão (concentração de mão de obra, serviços especializados, infraestrutura e base logística) que viabilizem a atuação do capital nos novos espaços regionais que passam a ser integrados pela nova modalidade de acumulação, e que não são incorporadas da mesma forma e intensidade no território. É nessa perspectiva que se direcionam as reflexões de Bitoun; Araujo; Fernandes (2009, p. 2):

> Como as cidades estão intimamente associadas à geração de excedentes, a distribuição geográfica do fenômeno urbano é desigual, por força da própria natureza desigual da produção de valor. Desigualdades são pré-requisitos fundamentais para crescimento e eficiência econômica, em que a geração de lucro é o sinal vital da economia. Não surpreende que desigualdades sejam expressas na distribuição de cidades no território: investimento deve se concentrar em alguns pontos do território nas áreas mais lucrativas, de modo a maximizar o lucro e o crescimento.

A desigualdade de urbanização do território que é alavancada a partir desse período reflete na formação da rede urbana brasileira. Conforme Corrêa, a rede urbana que é a rede geográfica mais significativa, se define “pelo **conjunto de centros urbanos articulados entre si**” (CORRÊA, 2011, p. 204, grifo nosso). Assim, para Santos e Silveira (2002, p. 19), a urbanização do território do país tem um significado,

dentre outros, de maior divisão do trabalho, uma vez que há cada vez mais pessoas em um número menor de lugares.

A existência da primazia urbana é uma característica da urbanização latino-americana, sendo vinculada a grandes concentrações de população e funções urbanas nas metrópoles, em particular nas capitais nacionais, conforme enfatizou Siqueira (2010), fato que não se observa com ênfase no Brasil, conforme destacado inicialmente por Faria (1978), ao evidenciar uma urbanização dispersa no território associada aos ciclos econômicos. Nas palavras de Siqueira (2010, p.79):

> Embora marcado pela heterogeneidade estrutural entre seus distintos países, o processo de urbanização latino-americana apresenta alguns traços em comum. O de maior evidência é a alta concentração demográfica e econômica em suas metrópoles principais, na maioria das vezes, a capital do país. Exceto para o Brasil, o padrão urbano dos países latino-americanos poderia ser caracterizado pela “macrocefalia”, ou seja, pela alta primazia urbana observada pela grande concentração da população e das atividades econômicas em suas principais metrópoles.

Apesar de destoar, no âmbito geral, da primazia urbana que marca a realidade latino-americana, no país de dimensão continental a rede urbana que se conformou no início do período de 1940 a 1980 possuía uma visível e acentuada concentração urbana. Herdada ainda da vigência do modelo agrário-exportador, a rede de cidades brasileiras, conforme Oliveira (1982), constituía-se por um grande centro comandando uma rede formada por pequenas cidades, situação presente nas diversas macrorregiões brasileiras.

No país de desenvolvimento capitalista tardio, cujas estruturas produtivas foram plenamente constituídas somente em meados do século XX, Martine; Camarano e Beltrão (1988) situa que, em 1940 a rede urbana brasileira era formada por apenas três municípios com população acima de 500 mil habitantes, concentrando mais da metade da população urbana brasileira (55,2%). No final do período, em 1980, havia 14 cidades nessa classe de tamanho, abrangendo 61,8% da população das cidades, evidenciando uma ampliação do número de grandes centros urbanos e constituindo a rede urbana nacional.

Sobre os deslocamentos populacionais, registrou-se, nesse período, o fenômeno da migração interna entre as regiões, notadamente, para a mais industrializada, a Sudeste, deixando para trás as experiências de migração internacional recorrente no

modelo de acumulação primário-exportador. As regiões denominadas de fronteira agrícola, na qual se inclui a Amazônia[6], foram também o destino de milhões de brasileiros em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhor rendimento, a principal componente empírica indicada pelos demógrafos para os deslocamentos populacionais em nível de grupos e indivíduos[7].

Foram realizadas iniciativas do Estado, em conjunto com o capital privado, tanto para viabilizar a desconcentração produtiva na direção das demais regiões do país, integrando-as ao modo de acumulação já instalado no cento dinâmico, quanto para aliviar tensões nele presentes, que têm a ver com as *heranças do passado*, como a não resolução de questões impeditivas do acesso à terra e aos direitos sociais viabilizadores de cidadania. Mello e Novais (2009, p. 9) registram essa situação da seguinte forma:

> O deslocamento permanente da fronteira agrícola, nestes anos que vão de 1950 a 1980, tornou-se possível porque o Estado foi construindo estradas de rodagem e criando alguma infraestrutura econômica e social (eletricidade, polícia e justiça, escolas, postos de saúde etc.) nas cidades que foram nascendo ou revivendo na "marcha para o interior do Brasil". Nos anos 50, o trabalho na agricultura do Norte do Paraná atraiu muitos migrantes, bem como a "abertura" de terras em Goiás e no que seria hoje o Mato Grosso do Sul. Depois, nos anos 60 e 70, intensificou-se o movimento em direção à fronteira norte, ao Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Sul do Pará e Sul do Maranhão. Mas, na fronteira, aqueles pobres migrantes se encontrariam sempre com a habitual violência dos grandes proprietários ou dos "grileiros", cheios de capangas, protegido pelos governos, prontos para desalojá-los, para jogá-los para terras mais distantes e piores.

Quanto ao deslocamento populacional rural-urbano, Santos (2013) é enfático ao registrar que, no período de 1940 a 1980 ocorreu uma inversão demográfica importante no país que transformou a cidade, de forma incontestável, no principal lugar de moradia da população brasileira. Nesse período, conforme esse autor, a taxa de urbanização que era de 26,35% em 1940, passou para 68,86% em 1980. Nesse aspecto, sobre a importância do *êxodo rural* para a composição e crescimento da população urbana, abordando o período de 1960 a 1980, Martine; Camarano; Beltrão (1988, p. 38)

---

[6] Esse assunto será melhor abordado na seção 4.

[7] "Os deslocamentos geográficos da população, nas suas dimensões e características, são determinados pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação setorial e espacial de recurso e pela consequente distribuição desigual das oportunidades. Em nível de grupos e indivíduos, esta perspectiva é correspondida pela evidência empírica de que a busca de emprego e de melhor renda constitui a motivação para migrar" (MARTINE; CAMARANO; BELTRÃO, 1988. p. 54).

destacam que do total de 49 milhões de pessoas vivendo nas cidades brasileiras, 28 milhões deslocaram-se do campo para a cidade. Isso significa que o êxodo rural foi responsável por 58% do crescimento urbano e da elevação das taxas de urbanização no período citado.

Conforme Bitoun; Araujo; Fernandes (2009), por suas características de aglomerado, a cidade evidencia a concentração de população, serviços e infraestrutura necessários à produção. Assim, no âmbito das regiões, as cidades tendem a se constituir em pontos do **território eleitos** para serem espaços de desenvolvimento econômico. Para Brenner, o processo de urbanização, considerado em termos de *aglomeração*, é constituído por um conjunto de condições que classicamente é tido como seu definidor:

> Ou seja, a concentração densa de população infraestrutura e investimento em determinados lugares situados sobre um plano territorial de maior amplitude e menor densidade demográfica (BRENNER, 2014, p. 18).

Por sua vez, os investimentos produtivos nas regiões arrefecem em conjuntura adversa das décadas de 1980 e meados de 1990. Nesse aspecto, é inegável salientar o papel do Estado tanto para a industrialização do país e criação de condições para a concentração industrial em São Paulo (Sudeste) quanto para a desconcentração no pós-1970 e meados de 1980.

Nos anos de 1990, essa ação fica bastante comprometida pela adoção de políticas de caráter neoliberal e de mudanças no plano internacional, com a reestruturação produtiva, a ênfase na escala local, em detrimento da nacional/regional, a fragmentação dos investimentos e maior abertura à participação do capital estrangeiro no país e a “desindustrialização”, principalmente com a perda/enfraquecimento de setores importantes como os intensivos em tecnologia (SIQUEIRA, 2010).

Assim, a dinâmica regional fica sendo impulsionada pelas forças do mercado, em uma tendência a especializar algumas regiões em determinados setores específicos da atividade produtiva (intensivos em mão de obra e recursos naturais) e disputas entre unidades federativas (estados e municípios) em termos de manutenção ou dotação de incentivos fiscais para o desenvolvimento produtivo. Identifica-se essa situação muito clara em Manaus, quanto à disputa em torno da manutenção, ou não, do polo industrial

incentivado no Amazonas frente a empresas atuantes no mesmo setor, localizado no estado paulista.

Em linhas gerais, o novo padrão de desenvolvimento que começou a delinear-se a partir dos anos de 1990 possuía diretrizes que se opõem ao modelo de desenvolvimento via industrialização por substituição de importações e que tinha na intervenção estatal sua principal base de sustentação.

Para os países em desenvolvimento, a retomada das ideias neoliberais foi estabelecida por meio de diretrizes do denominado “Consenso de Washington”, que se constitui em conjunto de 10 proposições fundadas em ideias liberais que objetivavam orientar o desenvolvimento econômico dos países da periferia em dificuldades, especialmente da América Latina. Segundo Carneiro (2012, p. 765-766):

> Essa estratégia de desenvolvimento de inspiração liberal constitui-se na verdade das concepções das instituições multilaterais, como o FMI e o BIRD e dos órgãos do governo americano afeitos ao assunto. As recomendações seguiam a orientação geral da liberalização com a ampliação do papel do mercado e da concorrência e do encolhimento do papel do Estado. Seus dez pontos eram: disciplina fiscal, reordenamento das prioridades da despesa pública, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, abertura comercial, liberalização do IDE (inward), privatização, desregulação, garantias do direito de propriedade.

Para Guimarães Neto (2012), há incipientes alterações na divisão regional do trabalho, ao mesmo tempo em que as diferenciações intrarregionais são ampliadas. Frações do território sub-regional se destacam em termos de dinamismo econômico, que a elas se restringe, havendo reduzida ou nenhuma incorporação das demais partes constitutivas. É nessa direção que vão as reflexões de Pacheco (1996). Pode-se dizer que isso ocorre na Amazônia, com partes do território sendo incorporadas à dinâmica do desenvolvimento capitalista, enquanto outras não. O estado do Amazonas, objeto deste estudo, pode ser considerado um exemplo emblemático.

2.3 A questão urbano-regional no pós-2003

A dinâmica do desenvolvimento regional e urbanização, a partir de 2003, passa a ser condicionada por novas determinações. Parte-se do entendimento que esse é um período de mudanças no contexto econômico, social e político nacional, sob uma correlação de forças e ascensão de um novo grupo político na esfera federal de poder.

Na contramão das expectativas referentes à ascensão ao governo federal de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo no primeiro mandato, não houve mudança da política econômica em relação à que já vinha sendo executada anteriormente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), (PAULANI, 2013). Isso porque as linhas mestras do regime de política macroeconômica nos moldes neoliberais – o sistema de metas de inflação, o *superávit* primário e o câmbio flutuante – duas das quais, contidas nos dez pontos estabelecidos pelo Consenso de Washington e impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a concessão de empréstimos durante o segundo governo do FHC, foram mantidas no primeiro mandato do governo Lula, embora tenham se tornado mais flexíveis em seu segundo mandato (PINTO, 2015).

Esse fato trouxe sérias implicações para a economia do país, em vista de sua inserção no movimento maior do processo de acumulação capitalista. Houve cortes nos gastos públicos, reduzindo os investimentos governamentais no país e no favorecimento de setores não produtivos da economia. Conforme Paulani (2013), essas medidas, em conjunto com outras a ela sintonizadas[8], ampliaram as condições de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira[9], como *plataforma internacional de valorização financeira*[10], mantendo e aprofundando sua condição como espaço de atração/atuação do capital financeiro que ronda o mundo em busca de melhores oportunidades de lucratividade para o seu padrão de negócio, que é o de alimentar-se de juros, situação que foi inserida na economia brasileira desde meados da década de 1950.

---

[8] Outras medidas importantes para a definição dos rumos do desenvolvimento do país foram a manutenção da política de abertura econômica (comercial e financeira) ao setor externo e a independência operacional do Banco Central e de sua gestão monetária. A primeira, teve por justificativa, dentre outras, abrir o mercado brasileiro à concorrência internacional, para com isso estimular os investimentos dos empresários nacionais em inovações. A segunda, a independência operacional do Banco Central, é considerada como decorrente da necessidade de viabilizar e garantir a política monetária estabelecida pelo governo, neste caso, o sistema de metas para combate e controle da inflação. Nesse sentido, era necessário ter um Banco Central independente e sem subordinação a nenhuma outra instância do Estado (PAULANI, 2013).

[9] Por meio de medidas como estender a reforma da previdência ao funcionalismo púbico, reformar a lei de falências segundo interesses dos credores financeiros, e aumentar o grau de abertura financeira (PAULANI, 2013, p. 5).

[10] A consolidação dessa forma de inserção do país como plataforma de valorização financeira ocorreu na etapa madura do processo de financeirização denominado de “finanças diretas” (CHESNAIS apud PAULANI, 2013. p. 5), não mais predominantemente intermediada pelos bancos, mas entrando em cena os fundos de investimentos e os fundos de pensão, bolsas e mercados secundários de títulos, dentre outros.

Outro fato marcante, do ponto de vista econômico, foi a conjuntura favorável às exportações brasileiras, marcada pela importância do “efeito China” na escala mundial. Além de sua emergência como principal produtor e exportador de produtos de Tecnologia da Informação (TI) e de bens de consumo industriais intensivos em mão de obra/tecnologia, a China transformou-se em um grande mercado consumidor de máquinas e equipamentos de alta tecnologia e produtos finais de países como Alemanha, Japão, Coréia e de *commodities* (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.), da África, Ásia e América Latina, valorizando o preço das *commodities* e expandido o consumo no mercado mundial de produtos alimentícios, tais como soja e algodão.

Os impactos do aumento das exportações e da valorização do preço das *commodities* do Brasil pela China foram positivos para as contas externas brasileiras, injetando recursos e propiciando o reequilíbrio externo e fiscal. Conforme:

> Entre 2003 e 2010, configurou-se um expressivo superávit do balanço de pagamentos (231,8 bilhões de dólares no acumulado) que permitiu ao governo saldar os empréstimos com o FMI, diminuir o endividamento público externo e acumular reservas (PINTO, 2013, p. 91).

A estabilidade e o crescimento econômico propiciaram, particularmente, no período 2004/2008, a retomada de políticas de expansão e fortalecimento do mercado interno, como a política de valorização do salário mínimo, de geração de postos de trabalho formais, de ampliação do crédito ao consumidor, as de transferência de renda, como as políticas sociais do Programa Bolsa Família, particularmente esta última, diretamente relacionada à escolha central do governo federal, de buscar a redução da pobreza extrema e ainda as de expansão do ensino superior e de segurança alimentar (ARAUJO, 2013).

Apesar da retomada de políticas que favoreceram o mercado interno e a redução da pobreza e das desigualdades de renda, isso não implicou em colocar a política regional no centro da agenda pública, conforme observam Brandão e Siqueira (2013). Houve iniciativas importantes, como a recriação das estruturas de planejamento e desenvolvimento regional, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[11], e

[11] Leis Complementares 124 e 125, 4 de janeiro de 2007, respectivamente.

a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)[12]. Contudo, essas ações tiveram reduzido efeito, por causa da ausência de prioridade dada pelo Congresso Nacional que sequer aprovou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), suporte financeiro para as ações da PNDR, ao mesmo tempo em que o Ministério da Integração Nacional ficou sendo conduzido pelas forças políticas do governo anterior (ARAÚJO, 2013).

As constatações sobre os rumos do desenvolvimento das regiões brasileiras nos governos do pós-2003 é de que as alterações promovidas foram determinadas, conforme tipologia feita por Araújo (2013), menos por políticas “centradas em regiões consideradas como espaços diferenciados e que exigem tratamento específico e extraordinário”, ou *explícitas*, e mais pelas políticas *implícitas* – macroeconômicas, sociais e de corte setorial – efetivadas pelo governo federal (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 1).

No caso da política econômica focada no mercado interno, esta teve impactos diferenciados para as regiões do país. Nesse sentido, Araújo (2013) destaca que o padrão de crescimento econômico pautado no consumo de massa favoreceu as regiões da periferia nacional, Norte e Nordeste que, no período de 2003 a 2010, lideraram no crescimento das vendas do comércio varejista e na expansão do crédito. Os mesmos resultados positivos foram obtidos nessas duas regiões, acrescidas do Centro-Oeste, pela política de incentivo ao trabalho formal que, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, registraram os maiores crescimentos. As três regiões também obtiveram taxas de crescimento econômico superior às das demais regiões e à média nacional (4,4%), no período 2003-2010: Norte (5,4%), Centro-Oeste (5%), Nordeste (4,9%), Sudeste (4,5%), e Sul (3,4%) (ARAÚJO, 2013, p. 44).

Além disso, com base em dados da PNAD; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Araújo (2013) destaca que, entre 2003 e 2009, houve forte queda da pobreza extrema nas regiões marcadas por essa característica, a Norte e a Nordeste. Ainda na área social, ocorreu a expansão do ensino superior com o aumento do número de universidades públicas, da oferta de vagas e inclusão de estudantes em universidades particulares via Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ambos,

---

[12] Decreto 6.047, 22 de fevereiro de 2007.

ensino público e privado, melhoraram os indicadores de educação superior, que em 2000 eram 5,9 milhões e passaram para 13,5 milhões no ano de 2010. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte tiveram os maiores aumentos de sua participação no ensino superior, entre 2000 e 2010, com 14,1% para 16,2; 7,1% para 8,6%; e de 3,0% para 4,7%, respectivamente (ARAÚJO, 2013, p. 49).

Não perdendo de vista as determinações gerais do movimento de acumulação do capital e a inserção do país na divisão internacional do trabalho, Siqueira (2010) destaca que o aumento das exportações (minerais e agrícolas) e da valorização do preço das *commodities* decorrentes do "efeito China" beneficiou, economicamente, principalmente as regiões com forte especialização nesses setores: Centro-Oeste e Norte.

Pinto (2013), por sua vez, destaca que a previsão dos investimentos regionais em infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2010) evidencia uma significativa participação dos investimentos destinados às regiões Norte (sobretudo para o segmento energético) e Nordeste (notadamente para a dimensão social e urbana). A região Sudeste também foi bastante beneficiada, em virtude dos investimentos para o setor energético.

Apesar disso, Siqueira (2010) destaca que não houve mudanças significativas na distribuição do PIB regional, considerado o período de 2002 a 2010. O Nordeste manteve em 2010 a mesma participação relativa no PIB nacional de 2002, ou seja, 13% e 13,5%, respectivamente. Enquanto que o Norte, com 4,7% e 5,3%, e o Centro-Oeste, com 8,8% e 9,3%, entre 2002 e 2010 registraram pequeno aumento nessa participação relativa. Por outro lado, tiveram uma leve diminuição, o Sul, com participação de 16,9% indo para 16,5% e, o Sudeste, que foi de 56,7% para 55,4%, no período enfocado.

No ano de 2012[13], conforme dados das Contas Regionais do IBGE (2014), todas as regiões seguiram a mesma tendência registrada no ano de 2010 na distribuição do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, o Nordeste não alterou sua participação, com 13,6%, o Norte aumentou para 5,3% e o Centro-Oeste registrou crescimento mais significativo, para 9,8%, enquanto Sul e Sudeste tiveram leve diminuição, com 55,2% e 16,2%, respectivamente.

---

[13] Ano da última divulgação das Contas Regionais pelo IBGE.

Como se pôde constatar, os limites das políticas regionais *implícitas* para alterar as desigualdades regionais tornam-se evidentes e as contradições do comando das exportações brasileiras, que têm nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste suas principais produções, também. O *sentido da colonização*, que coloca a economia brasileira voltada *para fora* e se baseia na exportação de matérias-primas e alimentos (PRADO JUNIOR, 2011) e, na atualidade, incluindo alguns produtos industrializados básicos, coloca-se com força novamente, em que pese ocorrer em outro momento das relações entre as regiões e o país já ter se industrializado.

Pinto (2013) e Siqueira (2010) destacam que essa dinâmica econômica comandada por produtos agrícolas e minérios evidencia uma tendência à reprimarização da economia brasileira. Essa tendência à reprimarização vem sendo acompanhada por outra, que é denominada por alguns autores como desindustrialização, referente à redução da participação da indústria como atividade econômica, tanto na produção quanto na geração de postos de trabalho.

Ao abordar essa questão da desindustrialização a partir do ângulo dos grupos econômicos que estão em evidência internamente dentro do quadro acima traçado – o setor bancário-financeiro e o setor exportador de *commodities* – observa-se que ambos contribuem para essa ocorrência. O setor bancário-financeiro reproduz-se por meio do capital não gerador de estrutura produtiva, de inovação tecnológica e de postos de trabalho como a atividade industrial. Já o setor exportador de *commodities* baseia-se na exportação de produtos primários, recursos naturais, como minerais e alimentos, com pouco ou nenhum beneficiamento e/ou desenvolvimento tecnológico para citar apenas esses aspectos.

Portanto, conforme Siqueira (2015), esses dois setores com grande importância na economia (e na política) do país têm fortes vínculos externos e tendem a reforçar o processo de desindustrialização e suas implicações, pois:

> O papel da indústria enquanto um sistema de produção, capaz de endogeneizar o progresso técnico, aprofundar a divisão social do trabalho, engendrar diferenciações na estrutura produtiva e promover encadeamentos intra e intersetoriais, além de ocupações de qualidade, parece não ser percebido pelo pensamento conservador, que não entende que o avanço da produtividade geral da economia só é possível no capitalismo com a dominância do sistema industrial no desenvolvimento dos demais setores (SIQUEIRA, 2010, p. 5).

Na escala macrorregional, a melhoria dos indicadores socioeconômicos do Centro-Oeste, Nordeste e Nordeste, em função da valorização do preço das *commodities* e produtos agroextrativos, associados às políticas voltadas para o mercado interno, aumento do emprego e políticas de redistribuição de renda, não se refletiu em inflexão na trajetória de desenvolvimento regional desigual que remonta a tempos pretéritos.

As atualizadas desigualdades urbano-regionais, que em última instância são representativas das assimetrias na apropriação do excedente gerado pelo trabalho coletivo, estão permeadas de relações sociais de produção que reforçam vínculos com o passado agroextrativista, mantendo e reforçando "as coalisões tradicionais de dominação e reprodução histórica no Brasil, vinculado aos setores do agronegócio e do extrativismo mineral" (PINTO, 2013, p. 100).

Ademais, estão colocados novos desafios para entendimento das matizes que a dinâmica urbano-regional adquiriu nesse processo, além dos que advém de outros períodos. Siqueira (2010) destaca a existência de sub-regiões em que se concentra o dinamismo econômico das macrorregiões, tal como o complexo de Carajás e a ZFM no Norte. Dinamismo que depende da ação estatal, seja pelos incentivos estatais ou do aumento do consumo interno, ou ainda, diretamente relacionados ao ciclo de preços e da demanda do mercado externo.

Estes setores são os responsáveis pelas processualidades que repercutem na urbanização regional nos dias atuais, favorecendo sua dispersão ou concentração, e estabelecendo, muitas vezes, relações diretas com o externo, tal qual no período da produção agroexportadora dos ciclos econômicos.

Além disso, como apenas partes do território das regiões apresentam dinamismo econômico, reproduzem no âmbito intrarregional, as desigualdades postas na escala nacional, tornando mais complexa seu entendimento/equacionamento, com repercussões no processo de urbanização, situação que pode ser constatada na região amazônica, que será abordada no próximo item.

2.4 Amazônia: uma fronteira urbana?

O objetivo desta parte é fazer uma reflexão sobre o processo de urbanização na Amazônia, com base em algumas interpretações, buscando situar como a região tem sido pensada (e articulada) a partir da lógica do urbano. Nesse aspecto, serão privilegiadas algumas elaborações relevantes sobre o tema. Uma das motivações para realizar essa reflexão é observar como têm sido estabelecidas as conexões entre o processo de urbanização e o desenvolvimento (capitalista) concretizado na região.

Apesar da complexidade dos temas *desenvolvimento* e *urbanização*, parte-se do entendimento de que para a compreensão do fenômeno urbano na região, estes não podem ser abordados de forma estanque e separada, mas sim, devem ser inter-relacionados. Busca-se, a partir de algumas dessas elaborações teóricas, situar historicamente o processo de urbanização na região, identificando sua emergência, trajetória e implicações para o desenvolvimento regional na atualidade.

Para orientar essa reflexão, suscitaram-se algumas questões: a que se pode atribuir o processo de urbanização na Amazônia no seu segundo momento mais importante, o da integração nacional? Existe algum elemento nesse processo de urbanização que o torne específico? Como a inserção da Amazônia na divisão regional do trabalho repercutiu em seu processo de urbanização?

No âmbito das distintas interpretações, busca-se identificar como se posicionaram diferentes autores que reuniram elementos teóricos/empíricos sobre o advento da urbanização na Amazônia, suas generalidades e especificidades, tendo em vista as questões propostas acima, para com isso entender esse processo no Estado do Amazonas, objeto desta tese. Portanto, no diálogo entre desenvolvimento e urbanização pretende-se o entendimento sobre a existência de um padrão urbano amazônico/amazonense.

Parte-se do pressuposto de que a proposta de desenvolvimento pensada e implementada na Amazônia coloca ênfase no processo de urbanização, em coerência com o modelo de desenvolvimento capitalista em marcha na escala nacional.

A urbanização é um dos elementos associados ao modelo, embora a Amazônia não siga o mesmo curso e a mesma trajetória desse processo na escala de outras

regiões, por tratar-se de um espaço subnacional que se insere de forma periférica na divisão regional do trabalho, situada no âmbito de uma nação dependente, subordinada, de capitalismo tardio, e possuir especificidades como a imensidão territorial, a abundância de recursos naturais, a diversidade étnica e o uso dos rios como forma predominante de deslocamentos e referência para a vida da população e localização das cidades.

A Amazônia participa desse processo, apesar das temporalidades distintas com que a produção social do espaço sob o capitalismo se concretiza na região. E, conforme já destacado, a urbanização amazônica possui especificidades, apesar de não, necessariamente, destoar de suas determinações mais gerais.

Pode-se afirmar dois grandes períodos da urbanização regional: o *boom* da Borracha e o período das políticas desenvolvimentistas, este último com repercussões até os dias atuais, em que pese as novas determinações postas na escala nacional, relacionadas com a tendência à reprimarização da economia que, conforme visto, coloca a região em evidência pela produção das *commodities,* minérios em particular. Nesta parte, será enfocado o período da integração nacional.

Situando a dinâmica desse processo na região Norte, o auge da urbanização ocorreu entre as décadas de 1970 a 1990, momento em que a proporção de pessoas morando nas cidades superou a média do país. Nesse contexto, são reproduzidas na região as desigualdades sociais, as contradições e os conflitos do modo de produção capitalista que busca incorporar à sua lógica, de forma inexorável, territórios e meios/modos de vida distintos dos grandes centros urbanos.

Ainda na década de 1960, alguns fatores e acontecimentos relevantes sintonizam a Amazônia às mudanças que estavam em curso na escala nacional, tais como a inversão da situação de domicílio, de rural para urbano, resultantes da industrialização e da modernização da agricultura. Uma das interpretações mais referenciadas sobre o processo de urbanização e o complexo de ações estatais visando integrar a região economicamente ao país, principalmente a partir do período supracitado, é a que a compreende como *fronteira*, proposição feita por Becker (1990a).

A Amazônia, nessa perspectiva, seria um espaço novo, uma frente de expansão, de ocupação, ainda não plenamente estruturado, e por isso passível de gerar novas

realidades. Nessa perspectiva, a região é fronteira para o avanço do capital, para a constituição de novas relações de produção, contando para isso com a importante ação estatal.

A região amazônica, constitui-se, portanto, em simultâneo, numa fronteira econômica de valor para o capital e um espaço sociopolítico, estratégico para o controle e estruturação do território pelo Estado. A perspectiva de ação política do Estado na fronteira é destaca pela autora:

> Fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. Tampouco se restringe a um processo de colonização agrícola. Distintivo da situação de fronteira não é o espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra. [...] contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e, portanto, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político (BECKER, 1984, p. 67).

Na tese da fronteira, a expansão do capitalismo na Amazônia conecta-se a um processo mais amplo da dinâmica do país no final do século XX, no contexto de sua inserção na nova escala da relação capital-trabalho, “articulada aos interesses do capital industrial e financeiro, e referenciada à produção de um espaço planetário” (BECKER, 1990a, p. 131). Assim, a produção desse espaço global, planetário, é tarefa do Estado, pois esse espaço é uma *condição* da reprodução generalizada, estando associado ao *crescimento das forças produtivas* e à *urbanização maciça* ou à formação de unidades gigantes de produção e consumo (BECKER, 1990a).

A Amazônia insere-se na estratégia global do Estado nacional por ser fronteira de recursos, uma reserva mundial, dando sua contribuição, ao ser integrada economicamente e compor essa dinâmica mais ampla posta na escala do país. Na nova divisão internacional do trabalho, a fronteira é o espaço a ser incorporado ao global, ao fragmentado, ao urbanizado (BECKER, 1990b).

A partir de metade do século XX, a ocupação da Amazônia torna-se prioridade nacional, em que, além de sua incorporação às novas relações econômicas capitalistas, destaca-se pelo fato de ser vista como solução para as tensões sociais decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sul, em decorrência da persistência do latifúndio ou da modernização da agricultura.

Nesse contexto, algumas ações também são realizadas para potencializar a vinda de força de trabalho para os denominados grandes projetos, e ao mesmo tempo ocupar produtivamente a região. Coloca-se, portanto, nessa ação, os programas de colonização agrícola (estatal e privada), em particular às margens das rodovias, acenando para a possibilidade de acesso à terra para os trabalhadores expulsos de seus locais de origem. Estava em destaque, nessa estratégia, a concepção da região como “espaço vazio”, sendo necessária sua ocupação.

Entre 1966 e 1985, adota-se o planejamento regional dos governos militares para promover a integração efetiva da região à Nação. Assim, algumas instituições foram criadas e outras redimensionadas, como a transformação do Banco de Crédito da Borracha (BCB) em Banco da Amazônia (1966) e a SPVEA em SUDAM. Em 1967, é criada a Zona Franca de Manaus para industrializar a parte da Amazônia Ocidental, em meio à economia extrativista vigente na região (BECKER, 2009).

Becker (2009) denomina de "malha programada” o conjunto de ações do Estado durante os governos militares para a apropriação física/controle do território amazônico e criação de condições para o capital avançar na região. Essa intervenção do Estado, que incorpora ações anteriores, são: 1) Redes para o exercício do controle técnico e político: a) rodoviária; b) telecomunicações; c) urbana; d) hidroelétrica; 2) Subsídios ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios, com mecanismos fiscais e creditícios; 3) Indução de migração por meio de múltiplos mecanismos e projetos de colonização, visando a formação de um mercado de trabalho de base local; 4) Superposição de territórios federais sobre os estaduais: estratégia fundamental do governo federal para apropriação de terras, criando, via decreto, territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade (BECKER, 2009, p. 221).

Por outro lado, uma dimensão importante desse processo de incorporação da Amazônia à economia de mercado, diz respeito ao fato de esta ser uma *fronteira que já nasce urbana*. Conforme ressalta Becker, a mediação do urbano é uma estratégia utilizada pelo Estado para promover a rápida ocupação regional. Advém daí um aspecto dos mais importantes para a compreensão das mudanças que passaram a ocorrer na região a partir de então, o da Amazônia como *fronteira urbana*.

Nessa proposição, destaca-se a importância dos núcleos urbanos para a produção do espaço do capital, pois, "*é pela mediação do urbano que o Estado opera a gestão/produção do espaço global" (*BECKER, 2003, p. 651*),* viabilizando a produção/consumo de mercadorias em níveis cada vez mais altos e generalizados em todos os quadrantes do planeta.

O núcleo urbano, defende essa autora, *é "um elo na cadeia de mobilização, extração e concentração do produto excedente"* e tal mobilização se efetua por meio, não tanto da produção, mas, principalmente, da exploração da mobilidade da força de trabalho e da circulação do capital. Alguns núcleos urbanos, ao lado do papel extrativo, passam a ter também outro, generativo, como mercado não só de trabalho, mas para a produção regional, como *lócus* de aprendizado ocupacional e político e como fonte de acumulação, inclusive para investimentos na terra (BECKER, 1990a).

Nesse aspecto, os núcleos urbanos desempenhariam três papéis fundamentais: 1) como dispositivos espaciais que sustentam a circulação, principalmente da força de trabalho e do capital, circulação que responde por seu crescimento e pela organização da rede; 2) são a base da ação político-ideológica do Estado; 3) embrionariamente, exercem papel generativo na região, contribuindo para formar hábitos e atitudes urbanos, ressocializando os migrantes. Além disso, concentram meios de consumo coletivo necessários à vida na cidade, e são espaços para a criação de grupos sociais que estabelecem novas relações de mando e poder na região.

Na perspectiva de Becker, desde o início do projeto de ocupação da Amazônia, projetou-se a urbanização, viabilizada por meio das várias políticas governamentais de integração do território, tal como a política urbana de polos de crescimento (Polamazônia) ou o "urbanismo rural" proposto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultando em múltiplas formas de urbanização, "desde o crescimento explosivo de cidades velhas e novas à multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis" (BECKER, 1990a, p. 134).

Nessa ação do Estado, o urbano é colocado como condição importante para a apropriação/transformação do território, tendo em vista sua incorporação ao avanço das relações capitalistas na região. Como elemento empírico, essa autora identifica nas pesquisas de campo feitas pela região, em particular na Amazônia Oriental e no norte

do Mato Grosso, vários modelos de urbanização: o de urbanização dirigida; o de urbanização “espontânea”; o de urbanização dos grandes projetos privados e de urbanização em áreas tradicionais (BECKER, 1990a, p. 137-141).

Os modelos de urbanização identificados por essa autora demonstram a diversidade de ocorrências desse processo na Amazônia. Ao mesmo tempo em que demonstram modalidades não diretamente vinculadas a atividade industrial. Apesar desta também existir na região. Abaixo, um breve resumo das características desses modelos:

O modelo de **urbanização “espontânea”,** presente em áreas de ação indireta do Estado, com apropriação privada das terras por empresas de grupos econômicos ou fazendeiros individuais. Prevalecem relações de trabalho assalariado combinado e renda da terra. Os núcleos urbanos possuem diferenciação interna entre os espaços de produção (localização central, sede do comércio e serviços de consumo e de circulação) e de reprodução, onde vive a força de trabalho, os peões e semiproletários nos quarteirões periféricos dos povoados e vilas. A rede urbana é dominada pelos centros regionais, com poucos registros de cidades médias. Constitui-se como sistema de circulação de mercadorias e força de trabalho, esta última sendo recrutada para as frentes de expansão econômica.

O modelo de **urbanização dirigida** <u>é o da colonização planejada e executada diretamente pelo Estado ou pelas companhias colonizadoras</u>. Sua filosofia é a do urbanismo rural do INCRA, com um sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados a partir de Rurópolis, polo de desenvolvimento integrado para uma área de influência constituída de agrópolis e agrovilas (BECKER, 1990a, p. 138). A colonização oficial tem como base a rodovia, enquanto a de particulares localiza-se em áreas de terras virgens. “Dado o forte controle exercido pelas companhias, quase inexistem povoados espontâneos. A rede urbana é inspirada na filosofia do urbanismo rural do INCRA e, paradoxalmente, a reproduz com mais sucesso do que o Estado” (BECKER, 1990a, p. 139).

O modelo de **urbanização dos grandes projetos privados** é o modelo de grande escala, interessado em investimentos de longo prazo na terra e na produção, principalmente de gado e madeira. Becker afirma que esse é o caso típico da “floresta

de recursos". Isolada, ela parte de uma organização transnacional, cujas relações entre os componentes do conjunto são maiores do que com a vida regional e local, onde cada componente se situa. Semi autossuficiente, ela depende de uma base urbana para instalações, residência de pessoal técnico numeroso e trabalhadores permanente, e atendimento à massa de trabalhadores (BECKER, 1990a, p. 141).

O modelo de **urbanização em áreas tradicionais**, localizadas em áreas onde a expansão de frentes e o crescimento das capitais estaduais não foi suficientemente dinâmico para alterar o padrão tradicional de um centro regional, comandando a rede de povoados ao longo do rio.

Nessa proposta de integração econômica da Amazônia, essa autora destaca que houve a utilização das ideias de Celso Furtado, mas com interpretações diversas. Assim, a colonização da Amazônia com nordestinos foi realizada, mas sem os complementos econômicos e meios de circulação necessários e o discurso de despovoamento da Amazônia desconheceu a presença das populações tradicionais e indígenas, sendo as ações implementadas de forma violenta na região (BECKER, 2009, p. 220).

Os impactos desse processo na rede urbana e regional[14] foram variados, dentre os quais se cita: fortalecimento e/ou consolidação de centros regionais e locais; surgimento e crescimento de cidades em função de projetos de colonização; implantação de núcleos urbanos modernos para servir às empresas e a seus projetos econômicos; retração econômica de cidades voltadas para a circulação fluvial ou pouco afetadas pelo crescimento econômico; multiplicação de pequenos núcleos urbanos em áreas de forte impacto e dinamismo das novas atividades econômicas e concentração populacional nas capitais estaduais (BECKER, 1990a).

A rede urbana amazônica torna-se, portanto, complexa, composta por núcleos diferenciados, condição necessária para a estruturação e expressão da fronteira, uma vez que reproduz os diversos interesses que aportam para a realidade local. Conforme:

---

[14] Tendo em vista o fato de que na fronteira amazônica a apropriação da terra é pouco produtiva, com "estoques econômicos descontínuos e pouco densos, fluxo muito amplos e temporariamente intensos" (BECKER, 1990a, p. 134), para a autora a circulação torna-se a base da estruturação dessa rede urbana regional.

> A criação de uma rede de núcleos diferenciados é condição e expressão da estruturação da fronteira – investimentos estatais seletivos em locais estratégicos atendem a diversos interesses de grupos sociais e políticos e somam-se à dinâmica econômica local, gerando núcleos diferenciados quanto à sua função e hierarquia, que compõem redes variadas nas sub-regiões em formação (BECKER, 1990a, p. 134).

Em sua produção mais recente, Becker defendeu a tese da Amazônia como uma ***floresta urbanizada***, elencando vários fatores que justificam essa proposição e afirmam a importância das cidades no contexto regional, são eles:

1) **Urbanização galopante da região** ocorrida a partir da década de 1960, com crescimento ascendente da população urbana (1970: 35%; 1980: 44,6%; 1990: 61%; 2000: 69,07%), implicou em várias mudanças: a) Na estrutura urbana e do povoamento: ocorrendo a desconcentração urbana - diminuição da participação relativa das grandes cidades e aumento da participação relativa das cidades médias e pequenas[15] -, reduzindo a histórica concentração populacional em Belém e Manaus; b) No padrão de povoamento: deixou de ser somente ao longo dos rios, com novas cidades ao longo do novo eixo, o rodoviário; c) Nos fatores fundamentais de crescimento urbano**:** entre 1970 e 1980, a imigração e a mobilidade do trabalho; pós-1988: a criação de municípios e migração intrarregional, reduzindo a participação da migração externa (BECKER, 2003).

2) Existência de uma **íntima relação cidade-campo,** decorrente da forte mobilidade da população que vem para a região em busca de terras e de emprego, e não sendo absorvida, migra intrarregionalmente, buscando novas frentes, trabalhando no campo e residindo em núcleos urbanos. Isso forma uma rede rural-urbana de núcleos precários, mas que participam da rede de circulação de mercadorias e de informações; e, uma **grande variedade de situações quanto ao crescimento, ao tamanho e à estrutura das cidades.** Exemplos: Rondônia, com cidades regularmente espaçadas, de tamanho relativamente similar; no Sudeste do Pará, coexistem cidades maiores - centros regionais - e cidades muito pequenas; as *company towns* são outro tipo de cidade, assim como as *cidades-gêmeas* em fronteiras (BECKER, 2003). Essa

---

[15] Assim, a Amazônia constituiu-se na única região do Brasil em que a proporção da população urbana de mais de 100 mil habitantes veio caindo progressivamente" (BECKER, 2003, p. 655).

característica, de íntima relação cidade-campo, segundo essa autora, talvez seja uma das maiores especificidades da Amazônia.

3) **Carência generalizada de equipamentos e serviços:** Os núcleos são "inchados", constituindo um dos maiores problemas ambientais da região, além de se situarem em locais impróprios. Apesar de essa situação ser geral no país, com falta de água e esgoto em quantidade suficiente para a população, na Amazônia, é bastante generalizado o elevado grau de carência desses serviços. Além de serem densamente ocupadas, essas cidades localizam-se em áreas impróprias para moradia.

4) **Economia urbana instável e informal:** em 1995, em 50% dos municípios a população empregada no setor formal não chegava a 2%, na maioria não chega a 10%, e nenhum município tem mais de 40%. Os empregados no setor formal são vinculados principalmente ao emprego público, seguido do comércio. Há fraca arrecadação de impostos pelos municípios da região, dependentes das transferências do governo federal para sobreviver. Portanto, **as cidades amazônicas são sustentadas pelos empregos públicos de um lado, e pela economia informal**, de outro (BECKER, 2003).

Apesar dessa fragilidade econômica da base municipal e urbana, essa autora destaca a importância da dimensão política no processo de urbanização regional, pela presença do aparato dos diferentes escalões do governo, seguido do papel das lideranças locais e seus *lobbies* na própria criação de vilas e distritos, e a presença de organizações das sociedades civis. Embora a urbanização da região não se associe a dinâmicas econômicas, da industrialização e da modernização da agricultura (a não ser em áreas localizadas), "seu papel político é essencial nas tomadas de decisões para controle do território e para a gestão ambiental, constituindo parceria política não mais negligenciável" (BECKER, 2003, p. 656).

Oliveira (2000) também compreende, pela abordagem da fronteira, as mutações na Amazônia a partir de 1960, identificando o Estado como seu principal promotor, por seu papel na produção do espaço criador das condições gerais para a reprodução do capital em território privilegiado à sua expansão. Nesse aspecto, analisa que essa expansão capitalista na fronteira é prenhe de "contradições ligadas à dinâmica da

mundialização, à estratégia geopolítica do Estado visando promover a integração nacional e as especificidades da própria região" (OLIVEIRA, 2000, p. 182).

Contrapondo-se a uma visão sobre a região na qual predomina o aspecto quantitativo, como o "espaço vazio", para Oliveira, os processos deflagrados nesse período não podem ser compreendidos apenas como o de ocupação demográfica, pois muitas áreas em que se deu o avanço da fronteira já se encontravam habitadas. O que houve, segundo esse autor, foi uma destruição das estruturas existentes. Dessa forma, argumenta que:

> O novo que é uma das dimensões da fronteira na Amazônia significa a produção de um espaço "novo" para o capital, mas não significa necessariamente ocupação. Na Amazônia a fronteira é lugar de destruição e de construção, de conflitos, de perdas e de ganhos, enfim, da produção contraditória do espaço e da vida (OLIVEIRA, 2000, p. 183).

Para esse autor, o fato de ser uma área já ocupada, diferencia a fronteira amazônica da *zona pioneira* que vai sendo povoada ao mesmo tempo em que novas e superiores condições de vida são implementadas com melhorias técnicas, materiais e espirituais[16] e da *fronteira pioneira* que significa ocupação de terras novas. Nesse sentido, a Amazônia seria uma *fronteira econômica*, num movimento de incorporação da região à economia de mercado, com a particularidade de ser patrocinada pelo Estado e desrespeitar os direitos das populações locais (OLIVEIRA, 2000, p. 183-184).

Oliveira (2000) destaca dois aspectos importantes para a compreensão dos processos que atingem a região de fronteira: a emergência de conflitos sociais e a urbanização. No primeiro aspecto, o projeto de modernização do Estado associado ao capital, ao ser estabelecido em áreas ocupadas gera conflitos com as relações preexistentes, pois não existe vazio de vida, suscitando resistência à nova dinâmica

---

[16] Conforme Machado (1992), a concepção de fronteira elaborada pelo historiador norte-americano J. Tuner, no contexto científico (e político) da época apoiava-se em generalizações emprestadas da Biologia e da geografia. Associa a noção de "espaços vazios" ou "espaços abertos" ao povoamento, isto é, espaços com baixa densidade de população à metáfora do organismo social. A fronteira é um organismo vivo com a capacidade de se adaptar aos fatores ambientais, ao mesmo tempo em que expressaria a passagem para um estágio mais avançado de evolução social, lugar de germinação do *espírito* da nação norte-americana. Assim, o tema da modernização era associado ao nacionalismo. Em uma analogia com "a teoria dos germes", que seriam povos e instituições, Turner deduz que, propagados os germes da modernização, emergiriam nas áreas primitivas ou "selvagens" após sucessivos estágios, cidades com economias diversificadas e industriais (MACHADO,1992, p. 28-29).

imposta. O conflito decorre, pois, do embate entre o “moderno”, expresso nas tecnologias de produção do capital, e o “arcaico”, visível na exploração da força de trabalho e na retirada das populações locais das áreas de interesse do Estado e do capital (OLIVEIRA, 2000, p. 185). Em suas palavras:

> Se de um lado, é moderna a introdução da tecnologia para a produção de energia, para a prospecção mineral, para a produção agropecuária e para a construção de hotéis de selva, por outro lado a metodologia de implantação e execução desses projetos se reveste de uma estratégia marcadamente arcaica de exploração do trabalho escravo, do não reconhecimento dos direitos trabalhistas, da proibição da organização sindical, do não reconhecimento do direito à posse da terra e da expulsão das populações locais, especialmente índios e posseiros.

Quanto ao segundo aspecto, também para Oliveira (2000), assim como em Becker (1990a), “a fronteira já nasce urbana”, embora isso não seja novidade no país, pois no norte do Paraná a fundação urbana precedeu à colonização rural. Contudo, é diferente na Amazônia, pois a urbanização constituiu-se no início e não no fim de um processo, vinculada à expansão de novas atividades e ao mesmo tempo sendo seu suporte, no plano econômico e, principalmente, no institucional.

Além disso, diferente da frente pioneira do Paraná, onde as cidades são próximas umas das outras, a fronteira nasce urbana na Amazônia **“não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar”** (OLIVEIRA, 2000, p. 186-187, grifo nosso).

Nesse sentido, mais do que a forma urbana, é o conteúdo das relações sociais que vão sendo transformadas por novos hábitos de consumo, novas relações de troca mediadas pela mercadoria, a sintonia com acontecimentos externos que ocorrem distante desses lugares, mas que neles têm repercussão, conectadas que são pelas novas tecnologias de informação e comunicação, além das expressões da ausência de urbanidade que também estão presentes nas grandes e pequenas cidades.

A dispersão dos núcleos populacionais, uma característica da urbanização amazônica, mantém-se, apesar de emergir um novo eixo de localização das cidades, que é ao longo das rodovias. O surgimento de núcleos urbanos ao longo do eixo rodoviário passou a disputar com a forma tradicional de localização das cidades amazônicas, o padrão dendrítico às margens ou proximidade dos rios (CORRÊA, 1989).

Um aspecto interessante da análise de Oliveira (2000) diz respeito ao processo de avanço do “capitalismo dependente” na região que ocorreria com ou sem ditadura militar, pois algumas dessas ações advêm de períodos anteriores a essa forma de governo. Isso, para ele, só demonstra que a estratégia de integração da região ao país, por meio da expansão das atividades econômicas, visava, na verdade, criar condições para uma integração mais ampla à economia que se mundializa (como exemplo, os grandes projetos de extração de minérios) em convergência com a análise de Becker (1990a).

Em resumo, para Oliveira (2000) a fronteira na Amazônia comporta uma multiplicidade de fenômenos. Contudo, é categórico ao afirmar o potencial de destruição da expansão do capital no espaço regional, pois, “num primeiro momento se coloca como um processo destrutivo por excelência, não só da natureza como de modos de vida” (OLIVEIRA, 2000, p. 188). Mas também cria novas estruturas para atender a interesses externos à região.

Em suas pesquisas, Trindade Junior. (1998, 2000, 2004) discute um movimento de urbanização mais complexo com a metropolização na Amazônia, também adotando o mesmo entendimento de Becker (1990a), da região como *fronteira econômica*. Assim, a urbanização seria parte dessa dinâmica imposta à Amazônia pela sua importância na estruturação do espaço regional, daí a região ter se urbanizado antes de sua expansão agrícola. No período de 1970 a 1980, as taxas de urbanização desse espaço subnacional foram superiores às do país, com 90,2%, seguido do período de 1980 a 1991, com 83,7%, enquanto no Brasil foi de 83,7% e 83,6%, respectivamente, fato que não ocorreu somente com a população, aumentando também o número de cidades (TRINDADE JUNIOR, 1998).

O autor vincula a urbanização da região ao processo de industrialização do país, no qual é inserida como fronteira econômica e viabilizadora de recursos para a economia nacional e de exportação:

> Pode-se dizer que a urbanização amazônica é uma decorrência do processo de industrialização verificado no País, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só à dinâmica econômica mundial, como também à industrialização interna, ainda que a industrialização não seja, como no caso de Belém, o elemento propulsor direto da metropolização (TRINDADE JUNIOR, 2000, p. 118).

Para Trindade Junior (1998), essa *urbanização concentrada* nas capitais estaduais teve distintas repercussões na região. No âmbito intrarregional teve importância na Amazônia Oriental, favorecendo o processo de metropolização com a criação da Região Metropolitana de Belém (RMB), ainda na década de 1970[17]. Por outro lado, o autor destaca que, o fato de Manaus receber incentivos com a criação da Zona Franca, propiciou condições para sua emergência como metrópole da Amazônia Oriental, ainda na década de 1970.

Esse fato leva a constatar que, embora não oficializada em legislação[18], como a RMB, e sem compor com outros municípios amazonenses uma região metropolitana, a concentração da urbanização favoreceu também a metropolização na Amazônia Ocidental[19].

A constituição de Manaus como metrópole, sem formar uma região metropolitana, pode ser considerada uma das especificidades desse processo na Amazônia Ocidental. Vários elementos contribuem para essa ocorrência em sua parte ocidental. A existência de obstáculos naturais que separam os municípios limítrofes a Manaus e áreas municipais muito extensas destoam da Amazônia Oriental que, ao contrário, quando da institucionalização da RMB, em 1973, já mostrava sinais de dispersão de seu processo de urbanização, ao incorporar outro município, neste caso, Ananindeua, em sua composição, situação que foi favorecida, dentre outros, pela proximidade física dos dois municípios e existência de conurbação.

Portanto, conforme exposto, a urbanização da Amazônia caminha *pari passu* com o modelo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil, inclusive com a constituição de metrópoles. É importante destacar que a urbanização industrial não é a forma hegemônica de urbanização da Amazônia, ainda que exista essa relação, como, por exemplo, é o caso da capital do Amazonas – Manaus.

---

[17] A Região Metropolitana de Belém (RMB) foi criada oficialmente no ano de 1973 (Lei Complementar Nº 14, 08/06/1973), sendo composta pelos municípios de Belém e Ananindeua, no primeiro momento de instituição do espaço metropolitano no Brasil. Esse assunto será tratado na seção 5.

[18] A Região Metropolitana de Manaus foi oficializada somente na primeira década do século XXI, no ano de 2007, já em outro contexto de criação de regiões metropolitanas no Brasil

[19] Assunto que será melhor abordado na seção 6.

Mesmo que não vivencie os mesmos processos em simultaneidade com o que ocorre na escala nacional, a região tem o auge da urbanização, se considerarmos a localização domiciliar de seus habitantes, nas décadas de 1970 a 1990, quando a população morando em área urbana na Amazônia alcança taxas superiores às do país.

No contexto das ações governamentais que visaram à integração da região à nação, esta participa e dá sua contribuição, como mercado consumidor dos produtos industrializados do Centro-Sul, especialmente de São Paulo, e fornecedora de matérias-primas para a produção nacional e para o exterior e, ainda, sendo alternativa de solução para tensões sociais de outras regiões. Em virtude de sua inserção produtiva potencializada pelas políticas desenvolvimentistas, a região especializou-se na produção das *commodities,* notadamente para o mercado externo*,* em particular de minérios, e bens de consumo duráveis que abastecem o mercado interno.

Como ressaltou Becker (2003), a urbanização da região não é uma consequência direta da industrialização e da modernização da agricultura, como ocorreu em outras regiões do país. Há outros elementos explicativos de seu particular processo de urbanização. O principal deles, em sua perspectiva, é a de que a urbanização é um elemento utilizado pelo Estado para ocupar rapidamente a região, daí não seguir a mesma trajetória de outros espaços subnacionais.

Na perspectiva adotada nesta tese, entende-se que a urbanização regional como diretriz de ocupação e desenvolvimento relaciona-se com processos mais amplos que têm a ver com a divisão regional de trabalho e o modelo de acumulação vigente quando da integração nacional, com base na urbanização e industrialização.

A inserção subordinada da região na divisão regional do trabalho, atuando de forma complementar e com limitações ao centro dominante, impôs para a Amazônia que apenas algumas partes de seu território estivessem mais vinculados à dinâmica de urbanização e desenvolvimento deflagrados na escala nacional, enquanto outras porções da imensidão de seu território têm fraca relação com esses processos postos nessas escalas mais amplas.

Nesse processo de urbanização desigual do território amazônico foram estabelecidos centros e periferias na escala regional, no qual se cristalizam elementos herdados de outros tempos, como a concentração da população, do desenvolvimento e

das funções urbanas em poucas cidades, e uma rede de cidades pequenas e com articulações mais internas que externas.

No caso das duas metrópoles Belém e Manaus, espaço urbano mais avançado do capital que também se faz presente nessa região, apesar de sua projeção nacional, possuem rede de relações mais restritas, notadamente, no âmbito regional, com as capitais estaduais e, na escala nacional, com as cidades mais dinâmicas do Centro-Sul, conforme demonstra estudo REGIC; IBGE (2007).

As sedes das metrópoles amazônicas, as capitais estaduais Belém e Manaus, ilustram bem o processo de urbanização desigual da Amazônia. Nelas, as determinações do passado somam-se às do período de integração nacional. Apesar de não receberem os mesmos investimentos e terem perfil econômico diverso, de comércio e serviços, em Belém, e de atividade industrial, em Manaus, ambas capitais comandam a hierarquia urbana e regional desde o período do ciclo econômico da borracha.

Nessa perspectiva, alguns elementos apontam para maior complexificação da urbanização na parte oriental da Amazônia, comandada por Belém, como a emergência de cidades de médio porte, embora isso seja fenômeno raro na parte ocidental, esta última comandada por Manaus, que mantém forma urbana do passado, ainda que sedie atividade econômica moderna, tal como será analisado nas próximas seções.

3 AS HERANÇAS DO PASSADO NA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O CICLO DA BORRACHA E SUAS REPERCUSSÕES NO ESTADO DO AMAZONAS

Nesta seção, será feito um quadro histórico do estado do Amazonas, enfatizando a urbanização promovida e herdada do ciclo da borracha. O processo de urbanização do estado do Amazonas será abordado em um dos importantes momentos para a sua emergência e desenvolvimento: o do auge da atividade econômica centrada no agroextrativismo, cujo auge da produção "para fora" ocorreu no período de 1870 a 1920, ora denominado de "urbanização sem industrialização". Esse período está datado até o ano de 1920; toma-se esse marco de tempo como representativo do período, no qual prevalecia o *isolamento relativo* entre as macrorregiões, quando os complexos exportadores regionais se deslocaram pelo território brasileiro, promovendo uma urbanização dispersa. O ciclo da borracha constituiu-se na modalidade regional da economia primário-exportadora vigente no país nesse período, determinando a urbanização amazônica e do estado do Amazonas.

No decorrer da seção, buscar-se-á responder às seguintes questões: 1. Como o estado do Amazonas foi inserido na divisão regional do trabalho a partir da economia da borracha; e quais as repercussões para seu processo de urbanização? 2. Que fatores beneficiaram, durante o ciclo da borracha, a constituição da *urbanização concentrada* na capital do estado do Amazonas? 3. Quais as características dessa urbanização?

3.1 Os ciclos econômicos, o apogeu da Borracha na Amazônia e as bases da urbanização concentrada

O período da história que ficou conhecido na Amazônia como ciclo da borracha foi um dos acontecimentos mais importantes para o processo de urbanização da região Norte, em particular no estado do Amazonas. Nesse, foram lançadas as bases que determinaram a emergência da primazia urbana, que é marcante nesse espaço sub-regional, com a urbanização concentrada em um único município no estado amazonense, sua capital estadual, que tem perdurado até os dias atuais.

A questão que se coloca inicialmente é: Considerando a importância desse período para o desenvolvimento econômico regional, no Ciclo da borracha, como se inseriu o estado do Amazonas na divisão regional do trabalho e quais as repercussões para seu processo de urbanização?

Parte-se do pressuposto de que a urbanização desse espaço sub-regional conformado no ciclo da borracha, relaciona-se a processos que ocorriam tanto na escala regional quanto na escala nacional, no qual, do ponto de vista das relações entre as regiões, havia um *isolamento relativo,* (GUIMARÃES NETO, 2009). Assim, o padrão de urbanização configurado na Amazônia mescla heranças estruturais com especificidades regionais, e determinações extralocais, nacionais e internacionais do período mais recente.

A região amazônica participou dos movimentos de expansão da fronteira primário-exportadora no Brasil em um período que ficou conhecido como *Ciclo da Borracha* (1840-1920). Reproduziu, portanto, na escala regional, processos que tinham centralidade nacional, outrora como colônia e posteriormente como país de economia dependente que não promoveu a ruptura com o *sentido da colonização*, ou seja, sua produção continuava dependente da demanda do mercado externo europeu para produtos agroextrativos, bem como da mão de obra escrava (indígena e negra), conforme trata Prado Junior (2011), mesmo que na Amazônia esse processo tenha ocorrido com algumas especificidades próprias da concretização do padrão de acumulação capitalista.

Segundo Prado Junior (2011), desde o final do período colonial, passando para o país independente, o sentido da colonização permaneceu no Brasil. Este sentido está presente no período dos ciclos econômicos, cuja produção continuou voltada para o mercado exterior. Essa produção tinha suas bases na exploração de recursos naturais (café, tabaco, açúcar) e quanto à forma de uso da mão de obra, esta se baseava no escravismo.

Assim, o sentido da colonização é visto como uma síntese daquilo que foi fundamental ao país e permanece desde sua gênese, voltando-se “para fora”, sem a formação sólida de um mercado interno, fato que vai ocorrer somente a partir de 1930. Deriva daí sua subordinação a outras economias estranhas a ela, o que ocorre também

em outros setores. Portanto, no Brasil desse período, “numa palavra, não completamos ainda hoje nossa evolução da economia colonial para a economia nacional” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 7).

Situando a formação histórica do território amazônico, segundo Becker (2009), no âmbito mundial, desde a descoberta do continente americano, em 1492, este foi anexado pelo Tratado de Tordesilhas (1494), antes de ser conhecido e ocupado. No Tratado é elucidada a posição da Amazônia na ordem mundial em transformação: as terras foram divididas em Lusitânia, parte oriental portuguesa e Nova Andaluzia, parte ocidental espanhola, primeiras denominações da Amazônia.

Em 1580, ocorreu a união das Coroas de Portugal e Espanha e, com isso, a apropriação da Amazônia, “concretizada mediante disputa com outros povos europeus, de um lado, e com as populações amazônicas, de outro” (BECKER, 2009, p. 204). Nesse sentido, o século XVI ficou marcado como um período de exploração, de reconhecimento físico por grandes expedições, viajantes e primeiros missionários nas terras recém-conquistadas pelos colonizadores.

Importante registrar que, do ponto de vista histórico, a constituição de cidades na Amazônia precede ao ciclo da borracha. Nesse aspecto, a fundação pelos portugueses da mais importante cidade da região Norte – Belém – ocorreu em 1616, dentro de uma estratégia geopolítica de posse, controle e domínio do território hoje denominado de Amazônia. Belém encontra-se situada de frente para o oceano Atlântico, na faixa litorânea, assim como muitas cidades brasileiras fundadas nesse período.

Dentro desse contexto, Belém foi fundada como ponto de penetração e defesa do território luso em terras brasileiras, por meio da construção do *Forte do Presépio*. Do Forte, desencadearam-se ações que resultaram na criação de novos povoamentos na região:

> Do pequeno núcleo, junto ao forte, partiriam, em breve, os novos povoadores da região, criando os primeiros núcleos de povoamento, como as atuais cidades de Bragança (ex-Souza de Caeté), em 1633 e Cametá (ex-Vila Viçosa de Santa Cruz) (CORRÊA, 1989, p. 192).

Nesse movimento simultâneo de expansão territorial, ocupação e exploração extrativista emergiu em 1669 o Forte de São José do Rio Negro, localizado próximo à embocadura do Rio Negro, no Amazonas, e do rio Madeira. Sob a proteção desse forte,

a missão religiosa dos Carmelitas criou a aldeia missionária de Manaus (posteriormente conhecido como Lugar da Barra) que, a partir da segunda metade do século XIX, progressivamente, adquiriu importância na rede urbana da Amazônia (CORRÊA, 1989).

A atual cidade de Manaus pode ser considerada exemplo emblemático dessa relação entre os lugares ocupados pela população indígena e a emergência das futuras vilas e cidades amazônicas. O Forte de São José do Rio Negro foi estabelecido em uma área habitada por três grupos indígenas, *Manaós*, *Tarumã* e *Baré* (SOUSA, 2014).

O Forte de São José do Rio Negro foi formado com um arraial em seu entorno. A presença indígena nesse território era recorrente e o encontro com o colonizador, que se pautava na lógica de imposição da dominação, não foi desprovido de conflitos e de destruição. Melo destaca esse encontro da seguinte maneira:

> Por outro lado, já havia uma população indígena com a qual os portugueses buscaram estabelecer “alianças”, como aconteceu com os Baré. Os Manaós e Tarumã, que também ocupavam este espaço, negaram-se a fazê-lo e foram sumariamente dizimados (MELO, 2009, p. 46).

É dessa origem conflituosa, violenta e de resistência dos nativos contra a dominação colonial, que Manaus erigiu-se como cidade amazônica. Posteriormente, o arraial formado em torno do Forte de São José do Rio Negro passou a ser denominado de Lugar da Barra e, em 1758, tornou-se sede da capitania de São José do Rio Negro.

Cabe registrar que diante às dificuldades do domínio português sobre o território ao Norte, em 1621 a América Portuguesa foi dividida em dois estados: Estado do Maranhão e Grão-Pará, abrangendo capitanias localizadas ao norte do Cabo de São Roque até a Amazônia; Estado do Brasil, abrangendo as capitanias ao sul do Rio Grande do Norte (GUERRA, 2011).

Corrêa (1989) em sua proposta de periodização da rede urbana amazônica estabelece a fundação de Belém como seu elemento inicial. Este é reforçado no segundo período que vai da metade do século XVII à metade do século XVIII, com a política da coroa de expansão dos fortes e a criação das aldeias missionárias. O autor destaca que as aldeias foram o “embrião” da rede urbana comandada por Belém. Estas, bem como os fortes, foram estabelecidas nos lugares previamente ocupados pela população indígena, demonstrando o forte vínculo das primeiras cidades amazônicas com as populações nativas da região.

Conforme esclarece Prado Junior (2011), na colonização da América é a exploração para fins comerciais que interessa aos portugueses – o domínio – e depois a ocupação e povoamento desse território para fins de organização da produção voltada para o comércio internacional. Portanto, o povoamento da América ocorrido posteriormente só foi realizado porque estava voltado para atender a fins de comércio da metrópole.

Assim, o ciclo das drogas do sertão também se reproduziu no âmbito regional e teve sua contribuição para a formação do que seria, no futuro, a rede urbana amazônica. Isso porque, localizados às margens dos rios, os fortes e as aldeias constituíram-se em pontos de referência para a dominação portuguesa e posse do território, impedindo a sua tomada por outros povos e também para o controle/exploração da mão de obra indígena que não apenas cultivava para a subsistência, mas percorria os vales para a obtenção das “drogas dos sertões”, visando à exportação, atividade comercial que beneficiou principalmente os missionários (CORRÊA, 1987).

Corrêa explica que a dispersão das espécies que constituíam as “drogas do sertão”, próprias de uma floresta heterogênea como a Hiléia Amazônica, implicava na dispersão das aldeias missionárias, mas havia articulação entre esses núcleos de povoamento, sobretudo por meio das ordens religiosas e da circulação de mercadorias que iam para Belém. Essa articulação simples gerou o embrião da rede urbana amazônica, padrão, do tipo **dendrítico**, pela predominância dos povoamentos situados ao longo das margens dos rios. Nesta, há a posição excêntrica e proeminente da cidade de Belém e, pela forma com que a circulação assumiu no espaço, possibilitou também a expansão do domínio português sobre o território (CORRÊA, 1989).

No entanto, há posições diferenciadas quanto ao desencadeamento da urbanização na Amazônia.

Machado (1999) situa que o povoamento da região amazônica, já na época pré-colombiana, obedecia ao traçado da rede fluvial por onde era feita a circulação, mas defende que a Amazônia somente terá uma protoforma de rede urbana com o advento da economia da borracha, ou seja, séculos depois desse período da história da região.

Machado (1999) compreende que todo o processo inicial que envolveu o domínio do território (e da população), implicando em construções/edificações, criação de vilas e fortes pelos colonizadores, usando a mão de obra indígena, não redundou na gênese do processo de urbanização na região, uma vez que:

> Desde a época colonial, sucessivos relatórios de governo indicavam que a autossuficiência das propriedades agrícolas, a dificuldade de comunicação, baixa disponibilidade de mão de obra e a inexistência de complementaridade produtiva entre os subespaços amazônicos eram poderosos obstáculos ao crescimento das cidades (MACHADO, 1999, p. 2).

Portanto, apesar de as vilas e cidades amazônicas serem fortalecidas durante o ciclo das drogas do sertão e, no futuro, uma boa parte delas será constituída como importantes centros urbanos, como é o caso das capitais estaduais originadas no período colonial, ainda não havia elementos suficientes para a formação de uma rede urbana regional que conformasse uma hierarquia entre os núcleos, com funções específicas, intenso relacionamento e complementariedade entre eles.

É importante esclarecer que a área do atual estado do Amazonas somente foi definida como pertencente a Portugal a partir de 1750, por meio do Tratado de Madri, que estabeleceu os limites com a Espanha, visando pôr fim às disputas territoriais entre os dois países. Anos depois foi criada a capitania do Rio Negro nessa área, visando fazer valer os novos limites territoriais. Assim:

> Na tentativa de fazer valer o tratado, com a delimitação das fronteiras ao norte, houve uma maior integração da região do rio Preto e foi criada, em 1755, a Capitania de São José do Javari, posteriormente denominada Capitania do Rio Negro, atual Estado do Amazonas (GUERRA, 2011, p. 2).

Outra mudança político-administrativa do império brasileiro ocorrida em 1772 vai impactar na então capitania do Rio Negro. Nesse ano, extinguiu-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Este é desmembrado em dois novos estados, o Estado do Maranhão-Piauí e o Estado do Pará. Por sua vez, ao estado do Pará foi incorporada a Capitania do Rio Negro (futuro estado do Amazonas), formando o Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro, tendo Belém como a capital do novo Estado com subordinação a Lisboa.

Em 1833, a sede da capitania do Rio Negro foi elevada à categoria de vila com o nome de *Manaós*, em homenagem aos índios guerreiros que viveram nessa área e que

resistiram bravamente à dominação portuguesa, não aceitando serem escravizados como queriam tanto os militares, quanto os religiosos.

Já no período do ciclo da borracha, em 1853, o Amazonas que antes fazia parte da Província do Pará e Rio Negro, tornou-se independente, somando-se às dezoito províncias existentes no Império do Brasil. Segundo Oliveira (2006, p. 6), quando de sua instalação, “havia uma cidade, Barra do Rio Negro, capital da nova Província, vinte e oito freguesias e trinta e um povoados”.

Todas as províncias passaram à categoria de estados quando da Proclamação da República, em 1889, mantendo as mesmas fronteiras. Na ocasião, o Império do Brasil passou a ser denominado de Estados Unidos do Brasil, tomando também como referência o modelo americano e introduzindo o federalismo no país (GUERRA, 2011). Portanto, no ciclo da borracha, o Amazonas, junto com o Pará, eram os dois Estados que compunham a “região meio-continente” Amazônia.

Mas, de que Amazônia se está falando? São múltiplas as definições acerca desta região que envolve interesses políticos, militares e econômicos. Essas definições, muitas vezes, se entrecruzam considerando os interesses que estão postos e/ou em disputa. Aqui, trata-se de algumas delas como, por exemplo, da grandeza do território amazônico, de ser um suposto “espaço vazio”, da forte relação com os rios e recursos naturais por parte de sua população, e, principalmente, da Amazônia urbana, sintonizando-se ao processo de urbanização em curso no país, particularmente a partir de meados do século XX.

Quando se qualifica a região amazônica como *meio-continente*, se quer acentuar a imensidão de seu território e destacar ser essa uma especificidade regional desde o período colonial. No Anuário Estatístico do Brasil (AEB) (1908-1912), os dois estados amazônicos, Amazonas (1.894.724 km), Pará (1.149.712 km) e o território do Acre (152.000 km) ocupavam, respectivamente, 1^0, 3^0 e 12^0 em superfície no país. Durante o período de *isolamento relativo* entre as regiões, no país continente que é o Brasil, tal situação era superdimensionada, tomando porte de meio continente na Amazônia e, em particular, do Amazonas, o maior estado brasileiro em extensão territorial. No AEB (1916) consta a seguinte referência sobre a extensão territorial do país e dos estados amazônicos:

> O Brazil nada tem que invejar no ponto de vista territorial. Em extensão uma das mais vastas regiões do mundo; a sua área, de cerca de 8 milhões 500 mil kilômetros quadrados, occupa no globo terrestre um espaço equivalente quasi metade da América do Sul e póde conter, com exclusão da Rússia, todos os outros paizes da Europa. Alguns Estados de que se compõe o territorio brazileiro são muito maiores do que varios e importantes paizes da Europa e da America. A área dos dous mais extensos Estados – Amazonas e Mato Grosso – é maior que a de todo territorio da Persia e a das republicas sul americanas Perú, Bolívia e Colombia; a do Estado do Pará é mais ampla que a da Venezuela e a do Chile (AEB, 1916, p. v).

Por essa característica de região *meio-continente*, as interações e fluxos internos e externos eram, sobremaneira, mais dificultados. Para sua viabilização, o uso dos abundantes rios da região como via de circulação de pessoas e mercadorias era a alternativa mais viável. Aliás, a forte relação com os rios, seja como meio de transporte ou como busca de meios de sobrevivência, por meio da pesca, por exemplo, bem como relações culturais e mitológicas (comemorações religiosas e festivas, lendas do boto, da cobra-grande, da mãe d'água e outras), também se constituem em uma especificidade importante da vida regional.

Estudando a Amazônia e suas formas culturais, Pizarro (2012) denominou a região de "Nação de águas", pois identificou que a vida e a cultura de sua população têm como eixo central a natureza e o *mundo das águas* formado pelo rio Amazonas e afluentes. Nas palavras da autora:

> A Amazônia possui o maior bosque tropical úmido do planeta e o rio Amazonas, mais do que o Congo, Orinoco ou Mississipi, é o mais caudaloso da Terra. A experiência diária de sua riqueza como biodiversidade em flora, fauna e germoplasma, tornou os povoados amazônicos em coletividades que constroem sua vida e sua cultura em torno da vida do rio, sua bacia e suas vertentes, seus períodos de subida e descida das águas, desenvolvendo tecnologias adaptadas a seus ritmos; coletividades humanas cujo perfil, sociabilidade e cultura se constituíram na relação com a natureza (PIZARRO, 2012, p. 25).

Benchimol (1995) faz essa mesma constatação, destacando a vida em função dos rios na Amazônia. Estes se constituem como referência nos mais distintos setores da vida da população amazônica, seja como fator de identidade social e cultural, seja na produção econômica (tipo de atividades, sazonalidade da produção, circulação de mercadorias). Os períodos de enchentes e vazantes dos rios trazem consequências para os modos de vida regionais, determinando seu ritmo, a dinâmica do cotidiano, a alimentação, a produção da habitação, e afetam tanto a zona rural quanto a cidade. No

caso da habitação, por exemplo, o cálculo da altura do piso (assoalho) das casas, na zona ribeirinha, é feito de acordo com o período de seca ou cheia dos rios.

Essa relação intensa com os rios, nascida da cultura indígena, influenciou, inclusive, na nomenclatura dos estados como Pará, Amazonas, Acre, Amapá, o antigo Guaporé que hoje é Rio Branco, as denominações de vilas, povoados e capitanias. Nestas últimas, destaca Benchimol, apesar do caráter religioso de alguns nomes adotados de seus santos padroeiros – fruto da interferência de colonizadores, missionários e catequistas – foram sincretizados e complementados com apelidos dos rios: Santa Maria de Belém do Grão-Pará, São José do Rio Negro, Santo Antonio do Madeira, Santa Izabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Conceição do Araguaia, dentre outros (BENCHIMOL, 1995).

No caso da Amazônia brasileira, a integração interna e com as demais regiões, ocorria via navegação de cabotagem, situação que desde o período colonial nunca foi fácil de ser equacionada, o que tornava a comunicação marítima do território da região Norte mais facilitada com Portugal, especialmente com Belém, localizada de frente para o Oceano Atlântico. Conforme registra Guerra (2011, p. 2), nos seiscentos, “a navegação da costa Leste-Oeste era muito difícil, de modo que a região Norte do Brasil tinha comunicação marítima mais fácil com Lisboa do que com Salvador”. Já no período da borracha, a navegação pelos rios da região foi dinamizada pela introdução da navegação a vapor, em 1853.

A localização de Belém no litoral e com proximidade maior à metrópole repercutiu na importância atribuída a essa cidade, centro comercial e político-administrativo, com proeminência durante as atividades do ciclo exportador da borracha. Conforme Oliveira (1982), ao estudar as relações entre o Estado e o urbano nesse período, destaca que as cidades existentes, não apenas tinham a função de exportação comercial, mas repercutiam sua divisão social do trabalho. Eram sedes do capital comercial, responsável pelo poder econômico na agroexportação e também do Estado, representante do poder político que nela sediava seu aparelho burocrático.

O autor defende essa afirmação com base no caráter agroexportador da economia destacando que o padrão litorâneo das cidades nesse período da história ocorreu não somente pelo caráter exportador de produtos primários da economia, mas

também devido à divisão social do trabalho, tendo a ver com a especificidade do capital que controlava, “de cima e de fora”, a economia agroexportadora.

Apesar de a fundação de Belém e Manaus, ao longo do século XVII, preceder o período do ciclo da borracha, a função desempenhada por ambas, particularmente no período dessa grande dinamização da economia regional, está diretamente relacionada ao fato de concentrarem o capital econômico e político que comandava a dinâmica comercial da economia baseada na exportação da borracha, incluindo a parte que diz respeito ao embelezamento dessas capitais, que será abordado posteriormente.

Por sua vez, quanto à estrutura de circulação terrestre na Amazônia, especificamente de rodovias e ferrovias, esta era incipiente. Essa ausência de infraestrutura rodoviária e ferroviária também estava presente nas demais regiões do país, porém, no Norte, constituía uma situação ainda mais grave. Havia três estradas de ferro na região Norte, a Madeira Mamoré, Tocantins e Bragança, cuja soma totalizava 740.785 km de extensão, representando apenas 2,24% dos 33.106.374 km existentes no país (tabela 1).

É importante enfatizar que a construção dessas ferrovias se vinculou à economia da borracha, direta ou indiretamente, cada uma dando sua contribuição específica. A maior delas, a Estrada de Ferro Madeira – Mamoré situada no atual estado de Rondônia foi concebida para transportar borracha, atravessando para a Bolívia.

Tabela 1- Estradas de ferro, segundo extensão da rede em tráfego - Região Norte – 1934

Estradas de Ferro	Extensão	
	Absoluta (Km)	Relativa (%)
Região Norte	740.785	2,24
Estrada de Ferro Bragança (1884)[1]	291.870	0,88
Estrada de Ferro Tocantins (1908)[1]	82.430	0,25
Estrada de Ferro Madeira – Mamoré (1912)	366.485	1,11
Demais estradas de ferro do Brasil	33.106.374	100

Nota: 1. Ano de inauguração do primeiro trecho. A estrada de ferro Bragança vinculou-se, diretamente ao escoamento da produção das colônias agrícolas situadas em sua área de abrangência.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1936).

As rodovias eram internas à região e não possuíam nenhuma forma de revestimento. As existentes eram todas de terra e distribuíam-se de forma quase igual entre os estados do Amazonas (315,50 km) e Pará (355,50 km). No Território do Acre, até 1930, não havia registro de rodovias. As estradas da Amazônia possuíam em conjunto 671 km, correspondendo a 0,69% do total das rodovias brasileiras (113.249,90 km) já no período pós-auge do ciclo da borracha, em 1930 (quadro 1).

Quadro 1 - Extensão da rede rodoviária – Brasil, Estados da Região Norte (1930)

Unidades Políticas	Extensão total das estradas de Rodagem (km)	Trechos rodoviários segundo a classe respectiva (Km)					
		Concreto	Concreto asfaltado	Macadame	Pedra Britada	Terra melhorada	Terra não melhorada
Brasil	113.249,90	45,4	59,2	805,6	4.222,60	16.147,70	91.962,40
Amazonas	315,5	-	-	-	-	77,5	238
Pará	355,5	-	-	-	-	105	250,5
Território do Acre	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil (1936).

A abundância de recursos naturais, rios, florestas, fauna e diversidade de espécies, vegetais, do solo e subsolo (minérios, petróleo e gás etc.), também é uma especificidade da região amazônica que terá papel determinante no seu desenvolvimento.

Tal característica, desde a colonização, imputa à região uma fama mundial, marcada por uma série de visões fabulosas acerca de suas riquezas e segredos, de seres mágicos da floresta, de povos e animais estranhos, que a “inventam” a partir do olhar europeu e a propagaram junto a outros povos, por meio de anotações de missionários, cronistas viajantes, pesquisadores e seus relatórios (GONDIM, p. 2007). Vem daí a cobiça pelo “eldorado”, o paraíso ou inferno verde, lenda e mitos associados à floresta, rios e seus habitantes, suas riquezas naturais e potencialidades de uso, que persistem até a atualidade.

No aspecto de sua composição populacional, esta é heterogênea e diversificada. Grupos, tribos, nações e etnias indígenas com variadas línguas, culturas e modos de

vida, habitavam a região em grande número, ainda que, desde o advento do “descobrimento”, no século XVI, as populações nativas da Amazônia vêm sofrendo sistemática redução. Há que se registrar também a presença da escravidão negra, introduzida para trabalhos nos cultivos de cana de açúcar, café, dentre outros. População estrangeira de vários países, alguns, inclusive, foram objeto de migrações incentivadas pelos governos.

Apesar disso, há certo predomínio da visão sobre a Amazônia como região que mescla imensidão territorial com “vazio demográfico”. Em interessante reflexão sobre a baixa composição populacional da Amazônia, Reis (1953) destaca que a região foi sendo esvaziada ao longo do tempo. Dentre outros motivos, esse autor aponta a política colonial de ocupação do território que promoveu a redução sistemática da população indígena por meio de matança, nas guerras e na escravização, contaminação por doenças trazidas pelo homem branco, sem imunidade por parte dos povos indígenas.

Contribuiu também para a mortalidade na região a ocorrência de doenças com forte incidência em áreas rurais e de floresta, como a malária e a febre amarela, dentre outras que atingiam tanto os nativos do lugar, quanto pessoas não nativas. Além do que, situada na periferia nacional, há precariedade nos serviços de saúde pública, ampliada pela dificuldade de acesso a algumas áreas, fator que se soma aos já aludidos para a baixa oferta desse tipo de serviço. Contudo, há que se registrar a fartura de ervas e plantas medicinais na região, recurso alternativo bastante utilizado pela população regional para fazer frente aos casos de doença.

Nesse aspecto, diante da abundância de recursos naturais, já havia, no período que precede o *boom* da borracha, a extração de produtos regionais, como raízes, cascas, amêndoas, essências, madeiras, óleos, resinas, frutos, fibras e sementes. Cabe lembrar que, conforme visto inicialmente, a Amazônia também viveu o ciclo das drogas do sertão (séculos XVII e XVIII), no qual colonizadores e exploradores buscavam aqui as especiarias para abastecer o comércio europeu e que consolidou algumas vilas, embriões das futuras cidades amazônicas.

De qualquer forma, o fato é que, em relação à economia regional, no início do século XIX, época que precede o avanço da extração para a comercialização do

produto gomífero, havia uma situação nada animadora. O cacau, principal produto extrativo para exportação, vivia um retrocesso pela queda do preço internacional. A agricultura comercial praticada encontrava sérios obstáculos para se colocar no mercado de exportação. Além do cacau, figuravam como produtos de exportação: açúcar, café, fumo, algodão, borracha, couros e peles. No entanto, em geral, segundo Santos (1980), não havia ambiente favorável aos produtos tropicais no mercado internacional.

Nesse período, é importante registrar o contexto de efervescência política da então Província do Grão-Pará, diante do movimento de insurreição e luta pela independência dessa província em relação ao poder central do Brasil ocorrida entre os anos de 1835 a 1840. Esse movimento teve sua origem em Belém e foi protagonizado pela população pobre, residente em cabanas, denominada *cabanos*, e alguns segmentos da classe média regional. Desta composição pelos *cabanos* surgiu a denominação do movimento que ficou conhecido como *Cabanagem*. Os cabanos buscavam a atenção do governo central em relação à situação de miséria e pobreza em que se encontravam; comerciantes e agricultores reclamavam participação nas decisões governamentais.

Instaurou-se o conflito social e os cabanos pegaram em armas para o enfrentamento das tropas do governo. Depois de muita resistência foram vencidos, mas o movimento ficou na história do país como uma luta popular pela independência e esteve, como um dos principais líderes da Cabanagem, Eduardo Angelim, cearense e seringueiro.

Outro aspecto importante é que os grupos sociais que faziam parte do movimento – indígenas, negros e mestiços – viam na população branca e abastada (portugueses) uma representação do poder e mandonismo que oprimia e impedia o alcance de boas condições de vida na província do Grão-Pará, portanto, lutaram contra esta última.

Alguns autores enfatizam que todo esse processo de luta social acarretou problemas para a economia regional, por impactar nas atividades produtivas (os trabalhadores estavam na guerra), plantações, inclusive seringais, foram abandonados, e também pela morte de mais de 30 mil pessoas (REIS, 1953), sendo este mais um

elemento para a redução da população. Sobre a Cabanagem, os envolvidos e suas consequências, Ricci (2006, p. 6) afirma:

> A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste.

Enquanto esse quadro se colocava no cenário político, no aspecto da economia da borracha que, conforme visto, já constava na lista das exportações amazônicas na primeira metade do século XIX, não possuía grande valorização no mercado internacional. No total das exportações da região, o produto gomífero representava 16,6% em 1838, e 24% em 1848, “e possivelmente vinha oscilando bastante sensível nesse ínterim até por volta de 1852” (SANTOS, 1980, p. 30). Mas, a partir de sua valorização no mercado internacional, pelo uso da indústria, principalmente de pneumáticos, esse quadro irá se alterar radicalmente, inserindo a Amazônia nos Ciclos Econômicos da economia agroexportadora que marcou a economia e a sociedade brasileira até o início do século XX.

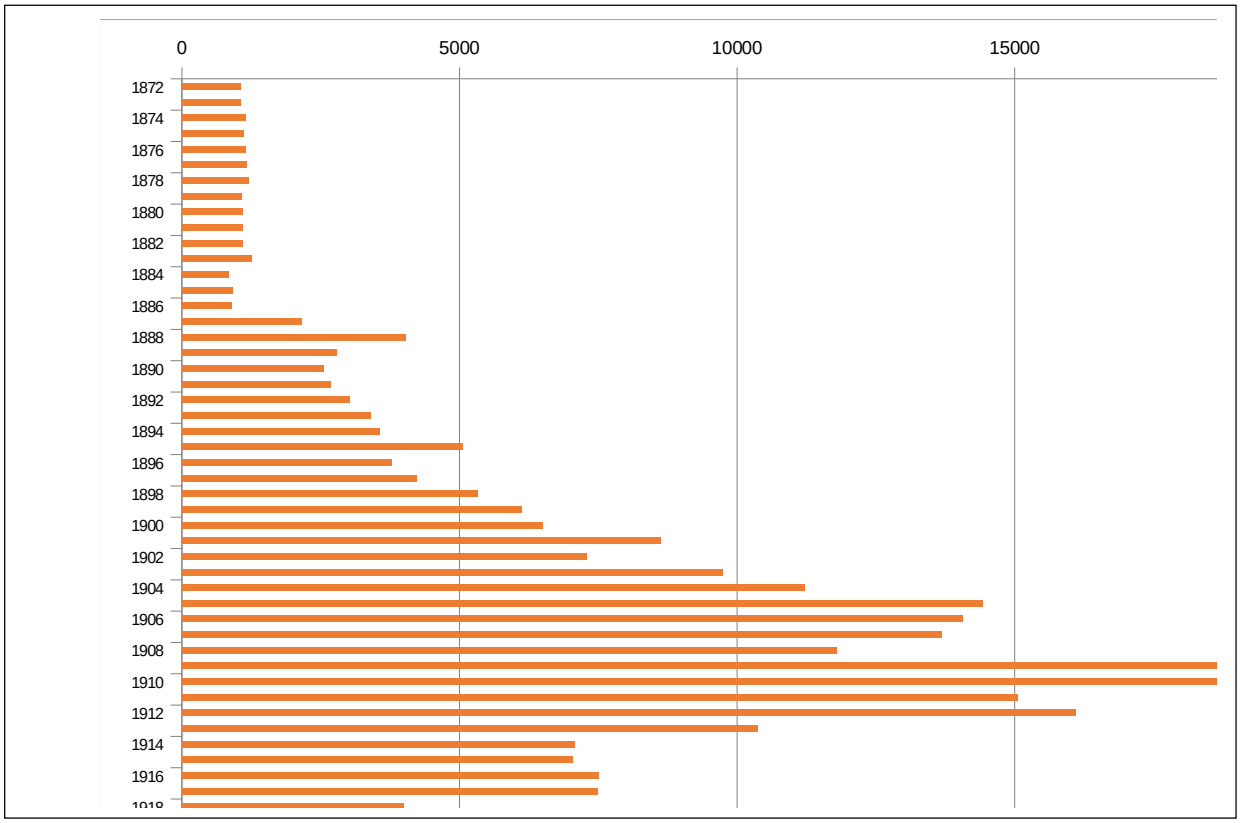
3.2 O Ciclo da borracha: a Amazônia e a produção primário-exportadora voltada “para fora”

Sob a dominância da borracha, a Amazônia e o Amazonas incluíram-se na dinâmica dos ciclos econômicos marcando a inserção do país na condição de uma economia primário-exportadora no quadro mundial. A partir de meados do século XIX, com o ciclo da borracha, a região passou a experimentar um grande impulso em seu desenvolvimento econômico, cujo auge ocorreu entre 1870 a 1920, tendo como mola propulsora a comercialização do produto gomífero no mercado internacional. Esse *boom* das exportações irá até 1920, quando se inicia a queda das vendas para o exterior.

A crescente valorização da borracha no mercado internacional fez aumentar a produção para comercialização, propiciando à Amazônia grande dinamismo econômico e retirando-a da situação de baixas perspectivas na qual se encontrava. O início das exportações mais acentuadas ocorreu a partir de 1850, momento em que os países centrais aumentaram sua demanda pelo produto. “Na Inglaterra a importação passou de 23 toneladas em 1830 a 68 em 1845, 209 em 1850 e 1.818 em 1855. Nos Estados Unidos, em 1850, a borracha importada já atingia 1.000 toneladas e, em 1865, subiu a 3.000” (SANTOS, 1980, p. 49).

Com a valorização do produto gomífero, houve aumento das exportações internacionais e a alta dos preços. No gráfico 1, é possível identificar o auge e a queda das exportações da borracha para o mercado internacional, ocorrido entre o final do século XIX e início do século XX.

Gráfico 1 - Exportações borracha (libra esterlina – mil (1872-1938)



Fonte: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988; Estatísticas do século XX (2003).

Nesse contexto, pode-se afirmar, guardando as devidas particularidades, que a região Norte se constituiu em uma economia primário-exportadora, dotada de relativa autonomia, diante da fraca articulação política e econômica do país, desempenhando, portanto, o mesmo papel de fornecedora de matérias-primas e recursos naturais para os grandes centros mundiais.

Nesse período, prevalecia o *isolamento relativo* quanto ao relacionamento entre as regiões. Guimarães Neto (1997) destaca que não existia propriamente ainda uma divisão regional do trabalho, posto que uma hierarquia, com uma região em posição de comando, só irá ser estabelecida em sua plenitude posteriormente, a partir de 1929, na fase de integração nacional.

Ressalta-se que, embora a região esteja circunscrita em uma dinâmica econômica cuja demanda é extralocal e extranacional, esse período cíclico possui desdobramentos específicos, tanto para seu desenvolvimento socioeconômico quanto para o processo de urbanização que também será impulsionado diante dessa nova dinâmica posta no quadro regional.

O principal produto regional que vai colocar a Amazônia na condição de grande produtor mundial é a borracha (*hévea brasiliense*) – esta foi a denominação utilizada para o látex extraído das seringueiras, ou ainda goma elástica. Essa seiva já tinha largo uso entre os indígenas do continente americano e seus principais atributos estavam na elasticidade e impermeabilidade. Segundo Reis (1953), Cristóvão Colombo o registrou na sua segunda viagem à América: “Na Amazônia, a utilização das gomas foi realizada pelos Cambebas ou Omáguas que ocupavam uma vasta área do Solimões-Maranõn” (REIS, 1953, p. 50).

O produto florestal (borracha) se sobressaiu frente aos demais produtos regionais a partir da segunda metade do século XIX, diante da alta demanda da indústria nos países centrais. Isso decorreu do desenvolvimento de técnicas que possibilitaram seu largo uso industrial, particularmente no setor automobilístico (pneumáticos).

Quanto ao processo produtivo da borracha, o produto encontrava-se disponível nos seringais, local de plantações nativas das seringueiras, árvore da qual se retirava a

seiva que originava a goma elástica. Em uma pequena síntese, Reis descreve os principais elementos do mundo da borracha:

> “Cau-chu”, nome que o indígena amazônico dava à árvore de onde colhia o látex valioso, significava pau que dá leite. Os luso-brasileiros, uma vez que o produto era mais empregado no fabrico de seringas, passaram a chamá-lo seringa e à árvore de seringueira. O extrator, como consequência, não podia deixar de ser o seringueiro, como seringal seria a área de exploração da espécie (REIS, 1953, p. 55).

Os seringais localizavam-se espalhados na floresta amazônica, em grande quantidade nas zonas rurais do estado do Amazonas e do Território Federal do Acre, criado oficialmente em 1903, depois de um litígio e da vitória do Brasil sobre a Bolívia que propiciou a transferência de suas terras, grande produtora de borracha e, por isso, muito valorizada.

Segundo Reis (1953), a descoberta dos seringais no interior das matas obedecia à lógica da aventura e iniciativa dos próprios seringueiros em busca de melhorar os negócios para o qual contava-se, no geral, com a experiência dos mais antigos na atividade. Contudo, sua localização às margens dos principais rios relacionava-se diretamente com a necessidade de enviar o produto para os dois portos exportadores sediados em Belém e Manaus. Quanto aos grandes importadores, estes estavam, em maior parte, em Nova York e Liverpool e, em menor escala, Havre e Hamburgo.

No referente à atividade extrativa, os dois estados amazônicos, Amazonas e Pará, possuíam diferença na produção. O primeiro se sobressaía, significativamente, produzindo látex em grande quantidade. Para se ter uma ideia dessa diferença, em cerca de dez anos (1887-1896) o Amazonas produziu 48.454 toneladas, enquanto no Pará, em seis anos (1808-1904), a produção foi de 11.962 toneladas (REIS, 1953). A produção do Amazonas, realizada nos municípios do interior, procedia de áreas identificadas a partir da calha dos rios, com destaque para a calha do rio Purus, principal região produtora.

Quanto ao território federal do Acre, após sua incorporação ao território do país, também se constituiu em um grande produtor de borracha. Um fato importante é que, com sua criação tardia, esse território foi formado majoritariamente por população extralocal, no qual se destaca a população do Nordeste, região de origem de mais de 80% de seus habitantes (SANTOS, 1980).

No que diz respeito à composição da força de trabalho na economia gomífera, esta teve, inicialmente, a participação principal da população nativa, no qual se incluiu a população indígena. Cabe destacar que a exploração da mão de obra indígena foi registrada em estudos como os de Oliveira (2012), no Alto Solimões, estado do Amazonas, além de Cardoso e Muller (2008), e Reis (1953), que enfatizaram a superexploração dos indígenas nessa atividade.

A exploração do trabalho dos indígenas remete à larga utilização da mão de obra cativa nas atividades econômicas da economia primário-exportadora, conforme destacada por Prado Junior (2011) e Oliveira (1982). Este último enfatiza o retardamento da constituição de mercado de trabalho assalariado em virtude da permanência do uso da mão de obra escrava no Brasil.

Todavia, o crescimento da demanda da borracha no mercado internacional exigiu que mais trabalhadores fossem inseridos no processo de extração da seiva, havendo, neste caso, uma importante contribuição de mão de obra externa, vinda da região Nordeste, e sendo um registro importante da migração interna no país antes da mudança do padrão de acumulação e da integração nacional.

Sobre o processo migratório externo para a região, Santos (1980) destaca a importante contribuição dos migrantes nordestinos para o crescimento da população amazônica nesse período, e faz algumas diferenciações. Também ocorreu migração espontânea, bem como migração induzida sob o comando de grupos particulares, boa parte sem escrúpulos, que arregimentavam mão de obra no Nordeste para os trabalhos na extração da borracha (SANTOS,1980, p. 89-90). Eles atuavam, muitas vezes, usando de falsas promessas e promovendo o endividamento dos migrantes junto aos donos de seringais (despesas com passagem, por exemplo), antes mesmo de iniciarem os trabalhos.

Aliás, o endividamento prévio dos trabalhadores dos seringais é um dos elementos-chave do sistema comercial, conhecido como *aviamento*. Esse sistema caracterizava a economia da borracha. De forma simplificada, pode-se dizer que o elemento inicial e mais fundamental do sistema é o seringueiro que trabalhava nos seringais e recebia a remuneração de sua mão de obra sob a forma de mercadorias –

gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho, principalmente. A remuneração em dinheiro dificilmente era utilizada.

No sistema de aviamento, dificilmente havia saldo a receber para o trabalhador do seringal, pois o que era aviado com antecedência pelo patrão (dono do seringal), lhe era cobrado em valores exorbitantes, que denominavam juros. O seringueiro, aviado e assim endividado, tinha que trabalhar bastante para pagar a dívida e, mesmo assim, sempre estava com saldo negativo, pois os cálculos eram feitos de uma forma que sempre beneficiava o patrão. Muitas vezes, havia fugas e outras tentativas de sair do sistema, mas o patrão possuía mecanismos para evitar esse tipo de perda, atuando com equipes que controlavam a produção e os produtores.

Além disso, as condições de trabalho também eram muito adversas, expondo os trabalhadores a condições inadequadas que não eram favoráveis à sua saúde, segurança e bem-estar. Ao invés de enriquecer, os trabalhadores, nessa atividade, empobreciam.

Quanto ao dono do seringal, este, por sua vez, adquiria a mercadoria dos comerciantes e, em troca, fazia o pagamento com a borracha produzida pelos seringueiros. Nessa relação entre seringalista e comerciantes havia também cobrança de juros exorbitantes por parte dos segundos aos primeiros. Esses comerciantes, vindos dos principais centros, retornavam com essa produção e iam ao ponto final da cadeia. Nas casas exportadoras (ou casas aviadoras) que lhes tinha fornecido essas mercadorias também eram cobrados juros. Elas comercializavam a borracha adquirida dos seringalistas em troca de novas mercadorias. As casas exportadoras também comercializavam a borracha no mercado internacional.

O sistema que está se abordando é apenas do ponto de vista do que ocorria internamente, no comércio da borracha na região produtora. É certo que esse sistema alimentava o sistema internacional, pois contribuía para fornecer essa matéria-prima aos principais centros capitalistas, ao mesmo tempo em que deles adquiria muitas mercadorias. Estes eram os agentes estrangeiros envolvidos no sistema e que dele também se beneficiavam.

Em relação à mão de obra usada nos seringais, no caso da migração nordestina, esta foi uma experiência importante, pois prevalecia a migração internacional nas

atividades produtivas desse período. A migração de pessoas oriundas do Nordeste ganhou impulso no período da grande seca que assolou a região, principalmente com estiagem de 1877. Conforme Cardoso e Muller (2008), entre 1872 a 1877, essa região teve uma das secas mais prolongadas de sua história, dizimando entre 100 a 200 mil pessoas e comprometendo a pecuária nordestina. Esse contexto também dificultou a reação dos grupos dominantes da região à emigração induzida de cerca de meio milhão de pessoas para a Amazônia.

Portanto, a mão de obra que trabalhou na produção da borracha foi constituída pela migração externa não oficial, oriunda principalmente da região Nordeste e pelos nativos da região, em que se inclui a população indígena.

A vinda de migrantes da região Nordeste teve implicações para o incremento demográfico na Amazônia. Assim, conforme Santos (1980), a aceleração do crescimento populacional na região pode ser constatada nos dados dos censos demográficos de 1872 a 1920. Houve um exponencial aumento da população regional, quase a quadruplicando no período de 40 anos (1870-1910), indo de 323.000 em 1870 para 1.217.000 em 1910. Esse fato propiciou o aumento da participação da população da região Norte, no contexto total do país, com 3% em 1870 e 5,1% em 1910.

Sobre o aumento da população decorrente da atividade extrativa da borracha, Santos (1980) destaca que, ao mesmo tempo em que a população da região Norte crescia, a do Nordeste decrescia (de 46,7% em 1872 para 35,6% em 1910) e, em termos proporcionais, tal avanço demográfico foi superior às demais regiões, inclusive a região Sul.

Uma ressalva a ser feita diz respeito à diferença da política migratória praticada pelo governo para o Sudeste, outra região do país que vivia naquele período um ciclo econômico, o do café, no qual a ênfase foi a migração internacional. Na composição da mão de obra para os cafezais, predominavam imigrantes que já possuíam certa experiência com trabalho assalariado, vindos em grande quantidade do Norte da Itália, além de receberem incentivos do governo (VERSIANI, 1993).

No caso da Amazônia, Santos (1980) destaca que os imigrantes vindos para a região não possuíam a mesma qualificação para o trabalho como os que foram para o Sul, tampouco possuíam perfil empresarial, uma vez que os seringueiros eram

empreendedores individuais. Além disso, não houve iniciativa do poder público quanto à política migratória, pois devido ao *laissez-faire* predominante, este funcionava sob pressão de interesses instalados, neste caso, os da economia cafeeira e de seu parque industrial implantado. Assim, restava para a região um tratamento discriminatório que marginalizava a Amazônia quanto aos programas de imigração, as políticas de crédito e a outras políticas de desenvolvimento.

Esse autor registra a existência de tentativas de colonização agrícola na região, com migração nacional e internacional (franceses, açorianos e luso-espanhóis) de iniciativa dos governos estaduais, principalmente do estado do Pará, com o objetivo, formar colônias para dinamizar a atividade agrícola, posta em segundo plano pela população regional, uma vez que esta preferia os trabalhos nos seringais, que se apresentavam mais vantajosos por conta da crescente valorização da borracha no mercado externo, em que pese o sistema de aviamento predominante nas relações de trabalho.

Vincula-se a essas experiências de colonização agrícola a construção da Estrada de Ferro de Bragança para escoar a produção. Importante também destacar a vinda de migrantes para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, localizada no atual estado de Rondônia, cujo objetivo era escoar a produção da borracha para exportar através da Bolívia. O processo de migração internacional que arregimentou trabalhadores para a Amazônia durante o ciclo da borracha mobilizou em torno de 40 mil trabalhadores.

Essas tentativas de colonização agrícola com migração internacional foram frustradas por vários fatores, dentre os quais a falta de preparo dos migrantes para o tipo de atividade econômica, a distância de localização das áreas de colonização e a falta de apoio do governo central. Neste último caso:

> É que a política imigratória do Império tendia indiscutivelmente a favorecer o sul do país, onde a economia cafeeira se encontrava em plena expansão. De maneira que as províncias do Norte mal puderam contar com tímido apoio do Governo Central (SANTOS, 1980, p. 92).

Quanto às tentativas de colonização agrícola com migrantes nacionais, estas constituíram-se num primeiro estágio da passagem destes na região. Posteriormente, com o insucesso dessas tentativas, estes foram redistribuídos para os seringais (SANTOS, 1980).

Por outro lado, ainda que, conforme já referido, houvesse fraca articulação regional com o poder central, destacam-se algumas contribuições da economia da borracha para o país. Nesse aspecto, em 1910, no auge da produção, a borracha representou 40% das exportações nacionais, igualando-se ao café, principal produto brasileiro, que atingiu, nesse mesmo ano, 41% do total de produtos exportados. Segundo Santos (1980, p. 290), “entre 1898 a 1908, quando as exportações do café sofreram contração no valor total, foi a borracha amazônica que compensou em boa parte o declínio”.

No que tange ao processo de produção existente na economia da borracha, Cano (2007) chama a atenção para vários fatores que inviabilizaram seu desenvolvimento econômico e que estão a ele diretamente relacionados: a extração do látex exigia a internação do homem na floresta; não se fez as aberturas de terras; a utilização intensiva de mão de obra na atividade principal impedia o desenvolvimento da agricultura comercial produtora de alimentos; e, apesar desse comprometimento de massa de trabalhadores livres, não foi criado assalariamento, “transformando sua mão de obra pela economia do aviamento, em produtores diretos” (CANO, 2007, p. 52).

Além disso, segundo esse mesmo autor, a forma como estava estruturada a comercialização da goma elástica, dominada pelo capital mercantil, tanto de origem nacional quanto estrangeira, “atomizaram o uso de parte do excedente, internamente, permitindo grande evasão para o exterior, com importação de bens e serviços e remessas de lucros e juros” (CANO, 2007, p. 53).

Dentro desse contexto de desfavorecimento e inexistência de inversões produtivas na região, depois do *boom* da produção/exportação da borracha, ocorreu a decadência devido à concorrência da produção asiática, levando à baixa dos preços pelo aumento da oferta do produto no mercado internacional, evidenciando-se seus limites para o desenvolvimento da Amazônia. Um dos principais limites foi o fato de essa atividade não ter enraizamento que possibilitasse o desenvolvimento econômico da região e, quando da crise, restou pouco para a Amazônia desse período de grande prosperidade, ao mesmo tempo em que expôs as contradições e quem de fato foram os beneficiados com o excedente produzido.

Nesse aspecto, evidencia-se o fato de a economia da borracha não ter desencadeado crescimento industrial na região Norte, como no caso do café, em São Paulo. Para autores como Santos (1980) e Cano (2007), a borracha não se projetou sobre outros setores, ao ponto de ter implicado em diversificação setorial, crescimento industrial e formação de um complexo econômico.

Santos (1980) elenca vários aspectos que justificam a não industrialização da borracha na Amazônia. Um deles é que isso nunca tinha sido cogitado antes da apresentação do Plano de Defesa da Borracha (1912) e que se aceitava como dado que esse processo fosse realizado no exterior, pois o empresário local não possuía treino nos contatos com a economia mundial e nem com o avanço tecnológico, havendo exceções, mas preferiam a atividade comercial. No aspecto específico do Plano de Defesa da Borracha, Reis (1953) destaca que seus custos foram considerados muito altos pelos deputados da época, o que dificultou sua aprovação.

Ao buscar responder por que a economia da borracha não gerou na Amazônia um “complexo econômico” tão dinâmico quanto foi o cafeeiro em São Paulo, que lhe propiciou condições para desencadear a atividade industrial, Cano (1975) identificou que o problema maior estava no sistema de produção baseado no “aviamento”. Organizado em torno do pequeno produtor independente, e dominado pelo capital comercial, o aviamento não estabeleceu relações de produção calcadas no assalariamento da mão de obra, havendo também baixa monetarização, pois a remuneração era feita, predominantemente, em mercadorias.

Nessa perspectiva, a manutenção de uma região ou área atrasada economicamente é uma das características de onde há predomínio do capital comercial – o tipo de capital das economias primário-exportadora – pois isso mantém seu poder econômico e político, favorecendo sua reprodução de forma permanente. Nas palavras de:

> Quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior e nefasta será a presença do Capital Mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico. Essa dominação terá caráter conservador e procurará manter o atraso ou o subdesenvolvimento, pois disso dependerá a manutenção de seu poder econômico e político sobre aquele espaço, permitindo duradoura reprodução a esse Capital Mercantil. Tais poderes decorrem do absoluto (ou quase) controle sobre a produção local em termos de financiamento, armazenagem e

> distribuição, e sobre o controle dos aparelhos de Estado (governos municipais, estaduais e central) que podem interceder na área (CANO, 2010, p. 2).

De qualquer forma, o predomínio do capital mercantil também comandava a economia cafeeira. Contudo, pelas inversões produtivas ocorridas naquele ciclo econômico, que possibilitaram a constituição do mercado interno, a formação de mercado de trabalho e capital disponível para ser aplicado na industrialização (MELLO, 2009) favoreceu a origem dessa atividade no país. Conforme situam Lessa e Dain (1980), o nascimento da indústria ocorre no Brasil, como em outras economias latino-americanas, em fins do século XIX. Nesse contexto, o capital industrial circunscrito a poucos ramos da produção (bens-salário) instala-se como uma projeção do complexo mercantil. Estes são ramos de tecnologia aberta e com frequência os capitais nacionais incorporam esses setores, como o da indústria têxtil (MELLO, 2009, p. 218).

No caso da Amazônia, ao domínio do capital comercial são associados outros elementos que são específicos da forma da organização produtiva, “fundada no pequeno produtor independente, internado e disperso na floresta virgem” (CANO, 1975, p. 73). No primeiro caso, a existência de ampla rede fluvial na região não exigiu maiores investimentos para a implantação de um sistema de transporte e, no segundo caso, este não favoreceu a emergência de uma agricultura mercantil de base alimentar, mesmo que houvesse demanda, pelo fato de não haver empresa agrícola, nem disponibilidade de terras abertas, e nem mesmo força de trabalho excedente para ser incorporada a essa atividade.

Todos esses fatores justificam a não criação de oportunidade de inversão industrial expressiva na Amazônia, mesmo que existisse um pequeno mercado, que assim se apresentava em decorrência da baixa remuneração dos trabalhadores e também da limitada urbanização (CANO, 1975).

Contudo, Reis (1953) registra estudos e iniciativas que já ocorriam antes do período da crise da borracha, alertando para sua decadência, mas que não foram considerados na época. O governo federal, diante da situação de caos que se encontrava a região, em 1918, comprou e estocou o produto em armazéns, mas não seguiu adiante sob a alegação de prejuízos muito grandes para os cofres públicos.

O que se percebe é que essa foi uma ação tardia frente a uma situação de crise instalada na região. A própria ausência de consumo interno de borracha no país, tendo em vista que o Brasil ainda não havia passado por um processo de industrialização, a superioridade da Inglaterra, por meio de suas colônias asiáticas na determinação dos preços no mercado, por conta de sua produção em larga escala, tornavam uma retomada do comando da produção amazônica nas exportações algo pouco provável. Conforme:

> Não havendo consumo, no país, da borracha bruta, a falta de indústria apropriada, não se fazia possível concorrer no mundo no mercado internacional, onde os preços vigorantes eram muito mais baixos que os da borracha adquirida em Belém e Manaus (REIS, 1953, p. 74).

No caso da produção industrial, destaca-se também que essa era uma atividade econômica com grande participação de países industrializados, como a Inglaterra, detentores dos processos e técnicas de uso industrial do produto. O Brasil, de "industrialização tardia", segundo Mello (2009), irá alavancar essa atividade somente a partir da década de 1930, num processo substitutivo de importações, ou seja, uma década após o auge da produção gomífera amazônica. Esta atividade esteve concentrada, desde o início, em outra região, a Sudeste, justamente pelas inversões produtivas decorrentes do complexo cafeeiro.

Registra-se que uma tentativa de produção industrial da borracha vai ser comandada na Amazônia em outro período, entre 1934-1945, com o *plantation* de seringa e beneficiamento da borracha comandado pela Companhia Ford do Brasil, como um projeto idealizado por Henri Ford, nas terras dos atuais municípios de Fordlândia e Belterra, no estado do Pará, o qual contará com o apoio dos governos americano e brasileiro. Contudo, ambas as experiências não tiveram êxito e foram abandonadas pelo empresário. Importante estudo sobre a experiência de Ford na Amazônia no município de Belterra foi feita por Pereira (2012).

Em que pese a ausência de desdobramentos industriais e de integração intersetorial e regional, destaca-se que um dos benefícios da produção da borracha para a União está na contribuição fiscal. Nas palavras de Santos (1980, p. 292):

> Dado certo momento do Segundo Reinado, o contribuinte da Amazônia passou a pagar anualmente ao governo nacional muito mais que a média dos contribuintes brasileiros. Difícil precisar esse momento; situa-se talvez entre

> 1865 e 1875. O fato é que em 1880, apesar do aumento havido na população regional, a receita *per capita* do governo central na Amazônia já atingira Rs 15$651, enquanto a média brasileira não saíra de 10$400. Dez anos mais tarde, a contribuição por habitante da Amazônia, para a União, ultrapassava o dobro da do contribuinte médio do país. E esse padrão prosseguiu por mais de vinte anos ainda, sendo que em 1910 a diferença excedeu o triplo.

Outra contribuição da economia da borracha foi o incentivo à propriedade privada da terra, situação pouco recorrente na Amazônia desse período, prevalecendo a posse entre seus ocupantes. Diante da imensidão do território, segundo Reis (1953), a questão da propriedade se colocava no cenário regional de maneira secundária.

Ademais, predominava na Amazônia relações ainda não totalmente parametradas pela lógica mercantil, fato alterado pelo surto gomífero, pois passou a haver disputa pelos seringais e a necessidade de sua ocupação de maneira mais efetiva e permanente. Assim, a proteção da propriedade da terra emitida pelas autoridades, via documentos legais de posse, passaram a ser demandadas a partir das novas exigências da dinâmica da economia da borracha.

> A legalização das posses, a formação da propriedade, na base do que fixavam e garantiam os textos jurídicos, constituíam, destarte, uma decorrência das novas condições de vida que exigia a delimitação dos seringais (REIS, 1953, p. 78).

Finalmente, não resta dúvida de que uma das maiores contribuições do ciclo da borracha para a Amazônia foi a urbanização da região, a qual será abordada de forma mais ampla no próximo subitem.

3.3 A urbanização concentrada nas capitais estaduais

A dinamização econômica promovida pelos ciclos exportadores conformou uma urbanização dispersa no território nacional (FARIA, 1978). A Amazônia não destoou desse quadro mais geral, embora esse processo possua algumas especificidades diretamente relacionadas às características da atividade de produção extrativa da borracha e físico-naturais da região, além da já discutida dominância do capital mercantil, um dos obstáculos para a promoção do desenvolvimento econômico regional.

Conforme visto na seção anterior, a crescente valorização da borracha no mercado internacional, principalmente a partir de 1870, exigiu o aumento de sua produção. Sendo assim, cada vez mais se alocava mão de obra para a atividade de extração da goma elástica, ao mesmo tempo em que iam sendo incorporadas novas áreas de seringais para a sua realização. Comandados pela demanda da borracha no mercado internacional, esses elementos foram cruciais para o aumento populacional e para criação e/ou revigoramento de núcleos de povoamento, embriões das futuras cidades amazônicas.

Além disso, nesse período, houve a modernização e dotação de infraestrutura nos dois principais centros urbanos, as capitais Manaus e Belém, constituindo-se em uma das poucas retenções na região do excedente gerado nesse ciclo econômico, ao mesmo tempo em que situa as cidades amazônicas no padrão de urbanização higienista e embelezador prevalecente nesse período.

No que tange ao crescimento populacional, conforme já referido na parte anterior, a população da Amazônia aumentou de forma exponencial durante o ciclo da borracha, devido à incorporação de mão de obra externa, oriunda, principalmente, da região Nordeste.

Uma das repercussões desse crescimento populacional da região Norte foi seu aumento de participação relativa no total da população do país. Assim, em 1872, a região Norte possuía 3,29% da população brasileira; em 1890, essa participação amplia-se para 3,32%, atingindo 4,01% em 1900 e 4,64% em 1920, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 - População, participação da Região Norte – Brasil (1872, 1890, 1900, 1920)

Unidades Políticas	População Censos demográficos				Participação Região Norte			
	1872	1890	1900	1920	1872	1890	1900	1920
Região Norte	332.847	476.370	695.112	1.421.157	3,29	3,32	4,01	4,64
Brasil	10.112.061	14.333.915	17.318.556	30.635.605	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (1936. v. 2).

Contudo, houve distribuição interna desigual dos migrantes que vieram para a região, bem como sua alocação nas atividades econômicas. Segundo Santos (1980), o

Amazonas recebeu mais migrantes e estes foram alocados nos trabalhos dos seringais, enquanto que no estado do Pará houve iniciativas de política migratória pelo governo estadual. O percurso predominante foi o da inserção nas atividades agrícolas, para substituir a população que as preteria em detrimento da atividade extrativa da borracha.

De todo modo, apesar do maior volume de migrantes ter ido para o Amazonas, isso não foi suficiente para ultrapassar o estado do Pará em termos do quantitativo populacional. Este manteve sua representatividade no conjunto da região, possuindo mais da metade da população da Amazônia, em 1900. Na citação abaixo, Santos (1980) especifica melhor essas diferenças de distribuição e crescimento da população entre Pará e Amazonas:

> A distribuição espacial do crescimento não se fez, porém, uniformemente. Nas épocas de seca total do Nordeste (1877 e 1900), e às vezes parciais (1898), a população amazonense era contemplada com maior afluxo de retirantes. Isto se deduz facilmente da verificação de que nos intervalos de 1870-1880 e 1890-1900 os incrementos populacionais do Amazonas foram de 120% e 69%, respectivamente, ao passo que os do Pará situaram-se em 0,4% e 36%. É significativo que no Amazonas em 1910 – sem contar, pois, o Acre – já possuía perto de 360.000 habitantes, mais que o Pará havia tido em 1890. Incluindo-se o Acre, o ocidente amazônico passara a contar com aproximadamente 433.000 habitantes. Apesar disso, a população paraense continuava a ter grossa maioria, com mais de 64% do total da Amazônia (SANTOS, 1980, p. 110).

Justifica-se, portanto, o saldo positivo do Amazonas em relação ao Pará e mesmo ao país, expresso no crescimento médio anual do estado amazonense em dois períodos, do lapso de tempo de quase 50 anos (1872-1920), inclusive no último período, de 1900 a 1920. Assim, entre 1872 a 1890 e 1890 a 1900, o crescimento médio anual do Amazonas foi de 0,05, contra 0,01 e 0,03 do Pará, e 0,02 e 0,02 do Brasil. Já no período de 1900 a 1920, o estado amazonense diminuiu para 0,02, enquanto que o Pará se elevou para 0,04 e o país ficou no patamar de 0,03, conforme tabela abaixo.

Tabela 3 - População e Taxas de crescimento do Brasil e das Unidades Políticas da Região Norte (1872, 1890, 1900, 1920)

Unidades Políticas	População Censos demográficos				Crescimento médio anual		
	1872	1890	1900	1920	1872 - 1890	1890 - 1900	1900 - 1920
Amazonas	57.610	147.915	249.756	363.166	0,05	0,05	0,02
Pará	275.237	328.455	445.356	983.507	0,01	0,03	0,04
Território Acre	-	-	-	74.484	-	-	-
Brasil	10.112.061	14.333.915	17.318.556	30.635.605	0,02	0,02	0,03

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. (1936, v. 2).

No tocante ao crescimento populacional do estado do Amazonas, é importante registrar que este ocorreu principalmente nos municípios do interior, exclusive a capital Manaus, uma vez que, tendo em vista a característica de localização dos seringais dentro da floresta, na zona rural, muitos trabalhadores foram diretamente para os municípios produtores, e “[...] espalharam-se pelos vales seringueiros do Juruá, Purus, Madeira [...]” (IBGE, 1977, p. 171).

Nesse aspecto, nos períodos posteriores ao primeiro censo demográfico brasileiro (1872), pelas funções administrativa e comercial desempenhadas no Ciclo da borracha, Manaus não acompanhou o frenético crescimento da população do Estado. Apesar de continuar crescendo quantitativamente, década após década, a capital amazonense foi diminuindo sua participação relativa, em especial, se a referência tomada for o ano do primeiro recenseamento.

Assim, em 1872, o Amazonas registrou 57.610 habitantes, enquanto Manaus possuía 29.334, ou seja, metade da população do estado, com 50,9%. Uma década depois, em 1890, no início do auge da produção gomífera, os dados censitários registraram que a população do Amazonas cresceu quase três vezes, passando a ter 147.915 pessoas. Por sua vez, o número de habitantes da capital também aumentou para 38.720 moradores, mas diminuiu radicalmente sua participação, que passou a ser de 26,2%, ou pouco mais de ¼ do total amazonense.

A tendência de diminuição da representatividade populacional da capital em relação oposta ao incremento populacional do Estado persistiu durante todo o Ciclo Áureo da Borracha. Em 1900, o Amazonas atingiu 249.756 habitantes, enquanto a

população de Manaus registrou 50.300, ou 20,1% do total amazonense. Já em 1920, final do *boom* da borracha, o Amazonas registrou 363.166 moradores, enquanto na capital estavam 20,8%, ou 75.704 habitantes.

A capital paraense apresentou uma dinâmica populacional de maior equilíbrio em relação à representatividade no total da população estadual, do que a capital do estado do Amazonas, demonstrando ter sofrido menos impacto com as mudanças operadas pela economia da borracha na região. Manteve essa participação na faixa acima de 20%, exclusive no ano de 1890, quando diminuiu para 15,20%. Assim, em 1872, Belém possuía 22,50% da população do estado do Pará, em 1900, 21,70% e em um pequeno acréscimo, obtido em 1920, alcançou 24% (tabela 4).

Tabela 4 – População dos municípios das capitais do Amazonas e do Pará e Percentual da população dos municípios das capitais em relação ao das unidades da federação - UFs (1872 – 1920)

Ano	População dos municípios das capitais X Percentual da participação nas UFs			
	Manaus- AM		Belém- PA	
	População	Proporção da População das capitais em relação aos das UFs	População	Proporção da População das capitais em relação aos das UFs
1872	29.334	50,9	61.997	22,5
1890	38.720	26,2	50.064	15,2
1900	50.300	20,1	96.560	21,7
1920	75.704	20,8	236.402	24

Nota: 1 - Para 1872 até 1920: População presente.
Fonte: IBGE. Sinopse do Censo (2010).

Santos (2013) observa que o peso da população das capitais no processo urbano brasileiro se sobreleva, do ponto de vista quantitativo e do qualitativo, até a II Guerra Mundial. Nos estados onde a atividade extrativa é predominante, a proporção de pessoas que vive nas capitais é maior, fenômeno típico das regiões Norte e Centro-Oeste.

Pode-se dizer, portanto, que, o Ciclo da borracha, cujo eixo central é a atividade extrativa, estimulou a concentração populacional na região, que embora de caráter rural, teve importante presença também nas capitais estaduais. A concentração da população das capitais estaduais entre 1872 e 1920, apesar da redução da participação

de Manaus para menos da metade, foi forte o suficiente para manter esse município junto com Belém como líderes do *ranking* de população em seus respectivos estados, ao mesmo tempo em que também concentravam funções administrativas, comerciais e financeiras fundamentais para a dinâmica do sistema mercantil da borracha.

Conforme destacou Oliveira (1982), na economia primário-exportadora, as cidades brasileiras eram sede do capital comercial e do aparelho burocrático do estado, derivando daí sua importância nesse modelo de acumulação e o caráter da urbanização existente nesse período. As matérias-primas passavam pelas cidades para serem comercializadas e exportadas, pois eram dotadas de portos exportadores, caso emblemático de Belém e Manaus, na Amazônia. Essas cidades sediavam o capital comercial que fazia o controle de toda a produção agroexportadora e a ligação dessa produção com a circulação internacional de mercadorias.

Por outro lado, nas cidades também estavam estabelecidos os aparelhos burocráticos do Estado para o controle da atividade monocultora de exportação. Nestas "se concentrava a maioria dos aparelhos de Estado controladores das relações entre a economia colonial e a economia metropolitana" (OLIVEIRA,1982, p. 39). Portanto, as cidades eram sede do poder político e, principalmente, do poder econômico, do poder comercial, desempenhando um importante papel na circulação internacional de mercadorias.

O crescimento e concentração da população nas capitais estaduais amazônicas, associados tanto à alocação de recursos quanto à concentração de atividades econômicas e também político, fortaleceu e deu primazia a esses dois núcleos urbanos que assumem o comando de suas emergentes redes urbanas. Somados, esses aspectos serão determinantes nas suas trajetórias posteriores, em especial, a da capital amazonense.

3.3.1 A rede urbana amazônica: a origem da urbanização concentrada

A constituição e o desenvolvimento de uma rede urbana regional são algumas das principais contribuições do Ciclo da borracha, e isso é consenso entre vários autores, sendo possível constatar em Corrêa (1989 e 1987), Machado (1999), Oliveira (2006) e Castro (2008). Derivou-se daí um processo de urbanização formado por

poucos grandes centros urbanos e uma rede urbana incipiente, assemelhando-se ao que ocorreu na escala nacional (OLIVEIRA, 1982).

Considerando as características físico-naturais da região amazônica, a rede urbana que emergiu nesse período conformou-se em um padrão *dendrítico* (CORRÊA: 1989). Este se caracteriza por ter os principais núcleos de povoamento localizados ao longo dos rios da região, seguindo, portanto, o percurso natural da rede fluvial.

Devido às características de exploração da borracha, cuja fonte da seiva eram as seringueiras, estas se encontravam internalizadas na floresta, fato que promovia permanentes deslocamentos populacionais de uma área para a outra, em busca de novos seringais, conforme exauria-se esse produto.

Por essa dinâmica extrativa, os efeitos do crescimento da economia da borracha para a expansão da rede urbana amazônica se fizeram presentes no aparecimento de novos núcleos urbanos e revigoramento dos antigos. No primeiro caso, a ampliação da área ocupada para a produção da borracha condicionou a emergência de novos núcleos urbanos, diante da expansão da malha de produção e troca de mercadorias por um território maior. No segundo, partia-se de uma base pré-existente, contribuindo, assim, para imprimir uma nova dinâmica aos núcleos antigos e seu revigoramento (CASTRO, 2008). Nos dois casos, os abundantes rios da região constituíam-se no marco de referência dos fluxos de deslocamento, de um seringal para o outro, ou de uma vila ou cidade para outra.

Para Oliveira (2006), a introdução da navegação a vapor, em 1853, vinculada à economia da borracha, também teve especial relevância na configuração da malha urbana amazônica. Esta melhorou as comunicações entre os povoados pela facilidade propiciada por esse tipo de transporte e promoveu a interiorização pelo fato de exigir paradas obrigatórias para o abastecimento de lenha (combustível), em uma distância de cerca de 30 quilômetros, nos denominados *portos de lenha,* localizados nas vilas. Por causa da distância, entre as vilas havia vários portos às margens dos principais rios, via de regra estruturados com casas chamadas de “barracões”. Alguns se dinamizaram, a maioria entrando em colapso, junto com a economia da borracha, pelo refluxo e/ou modernização desse tipo de transporte.

Portanto, o uso em larga escala dos rios para o acesso e transporte da goma elástica, pessoas e mercadorias foi enfatizado nesse período, apropriando-se dessa forma histórica de circulação amazônica, potencializada e reconfigurada pela navegação a vapor. Os permanentes deslocamentos de pessoas e mercadorias aos poucos foram estabelecendo ou revigorando núcleos de população espalhados ao longo dos cursos dos rios, ou nas suas proximidades.

A produção gomífera, as moradias dos seringueiros, os seringais, o aviamento e o uso dos rios foram elementos que conformaram uma rede urbana com padrão dendrítico pela localização dos principais núcleos de povoamento ao longo dos rios. Castro (2008) destaca que nas bocas de rios e igarapés, localizava-se um posto ou comércio cuja função era canalizar a produção agroextrativa trazida dos interiores, levando-as para os portos das cidades maiores.

Por sua vez, para Machado (1999), a *rede protourbana amazônica* emergiu a partir da associação entre povoamento e exploração da borracha. A autora explica esse processo ao identificar que:

> O aparecimento de novas aglomerações e o desenvolvimento, mesmo que precário, da forma urbana se devem à espacialmente extensiva cadeia comercial de exportação da borracha in natura e à importação de bens de consumo (MACHADO,1999, p. 3).

Assim, conforme essa autora, a cadeia comercial da borracha existente entre cidades, vilas e vilarejos refletia na formação da rede urbana, sendo que a posição na hierarquia das aglomerações estava relacionada à sua posição nessa cadeia de comercialização.

Entre 1872 e 1933, abarcando o período de expansão e crise da borracha que ocorreu entre 1890-1920, é possível constatar a dinamização do número de municípios na região, especialmente nos dois estados existentes, o Amazonas e Pará. Em 1872, ano do primeiro registro do IBGE, totalizavam-se 39 municípios na Amazônia, sendo 07 no Amazonas e 32 no Pará.

No auge da produção da borracha, em 1900, esse quantitativo quase duplicara na região, alcançando o total de 74 municípios, com destaque para o Amazonas, que passou a ter 24, triplicando suas municipalidades. O Pará também teve acréscimo, quase duplicando seu total e passando a 50 municípios.

Já na última década do período áureo da borracha, de 1911 a 1920, houve poucos acréscimos ao número de municípios na região, com 84 em 1911 e 89 em 1920. Em 1933, já na crise da borracha, o número de municípios na região espelha esse momento de depressão, sendo reduzido a 71, no seu total, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 5 - Números de Municípios Região Norte segundo Unidades da Federação - UFs (1872 - 1933)

Anos	Número de Municípios X UFs			Total
	Acre	Amazonas	Pará	
1872	-	7	32	39
1900	-	24	50	74
1911	3	27	54	84
1920	5	28	56	89
1933	6	28	37	71

Nota: O Acre era território federal. Passou a ser estado a partir de 1970.
Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Nesse contexto, Oliveira (2006) destaca que a parte a Oeste da Amazônia foi sendo ocupada por população não indígena nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá. Assim, foram criados os municípios de: Manicoré e Humaitá, no rio Madeira; Lábrea, Boca do Acre e Canutama, no rio Purus; Carauari e Eirunepé, no rio Juruá; Codajás, no rio Solimões.

Na última década do século XIX, além da expansão urbana da cidade de Manaus que se estendeu até 1910, consolidou-se também a base da divisão municipal do Estado e estabeleceram-se os critérios para a criação de novos municípios, sendo determinada a estrutura do poder municipal e da nova divisão do estado do Amazonas. A Lei Estadual Nº 33 de 04/11/1892 estabeleceu que os municípios tivessem no mínimo 10.000 habitantes (OLIVEIRA, 2006).

No que tange à hierarquia da rede urbana amazônica, Castro (2008) e Corrêa (1989) acrescentam que Manaus e Belém, devido à localização estratégica que possuíam como porto exportador, foram cidades projetadas como centros maiores sobre as demais cidades.

A intensificação das relações entre os núcleos de povoamento pelas atividades de comercialização da borracha, transporte de mercadorias e pessoas para os seringais vai culminar em uma forte concentração de atividades e população. Primeiro em Belém, a cidade primaz da Amazônia, desde a sua fundação, em 1616, no período colonial; segundo em Manaus, fundada também no mesmo período, em 1679, que emergiu como centro dinâmico da parte ocidental da região.

> A função econômica de circulação e gestão da produção, a partir da cidade, é a chave para o entendimento da formação da rede urbana na Amazônia [...]. O *boom* da borracha, que se deve ao interesse do mercado exterior, fez aparecer vilas e povoados que deram origem posteriormente a cidades, fortalecendo algumas delas de forma mais expressiva como Manaus e Belém (CASTRO, 2008, p. 18).

A ascensão de Manaus como *centro dinâmico* da parte ocidental da região, ao lado de Belém, na parte oriental, implicou em fortes repercussões sobre a rede urbana da Amazônia. Assim, a partir desse período, Belém passou a dividir com Manaus o topo da hierarquia da rede urbana amazônica. Nas palavras de Corrêa (1989, p. 214), “essa dupla concentração, rompendo a sólida e tradicional primazia de Belém, passa, desde então, a caracterizar a rede urbana amazônica”.

Nessa perspectiva, no Ciclo da borracha, Belém e Manaus são os principais centros urbanos da região amazônica, funcionando como pontos centrais de toda a economia de base extrativa exportadora. Corrêa (1989) denomina esse processo de ***urbanização concentrada*** nas duas principais capitais estaduais da Amazônia.

Pode-se dizer que, nesse período, é estabelecida uma divisão intrarregional do trabalho, no bojo da emergente rede urbana amazônica. Belém e Manaus concentram as atividades de porto receptor-exportador, centro administrativo, comercial, financeiro e de serviços, com perfil predominantemente urbano, enquanto nos demais municípios produtores de borracha realiza-se, principalmente, a atividade de extração do produto gomífero, de caráter preponderantemente rural.

Manaus, segundo Corrêa (1989*),* foi o município mais relativamente beneficiado no Ciclo da borracha, por sua localização estratégica e pela grande produção da goma elástica no estado do Amazonas. A capital amazonense comandava a entrada e saída dos principais vales produtores de borracha nessa parte da Amazônia e promovia sua exportação.

A urbanização concentrada nas duas capitais estaduais amazônicas remete à forma *primitive city* do sistema urbano destacado por Faria (1976). Nesse sistema, uma grande cidade concentra várias funções urbanas, comandando os pequenos centros, sendo esta uma das principais características das economias coloniais primário-exportadoras. Tal caracterização ilustra o caso da Amazônia, em particular, do estado do Amazonas, pois Manaus, que já possuía certa centralidade na região, desde sua fundação, em 1679 (Ciclo das Drogas do Sertão) e a partir do Ciclo da borracha, adquiriu maior importância e comando sobre os demais núcleos de povoamento da área que posteriormente será denominada de Amazônia Ocidental.

Por sua vez, Oliveira (1982), analisando a urbanização existente na economia brasileira de base primário-exportadora, identifica um padrão de urbanização polarizado, composto, de um lado, por pequeno número de grandes centros urbanos e, de outro, por um número maior de pequenas cidades, uma rede urbana incipiente ou mesmo inexistente que vai dominar no país por um tempo de longa duração. Em suas palavras:

> Esse padrão vai permanecer, durante muito tempo no Brasil, quase intocado. Os diversos ciclos da economia (não vistos do ponto de vista dos ciclos do capital), o ciclo do açúcar e todos os outros, terminando no ciclo mais extenso, mais duradouro e mais marcante da recente história brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial (OLIVEIRA, 1982, p. 39, grifo nosso).

A existência dessa urbanização emergente da economia agroexportadora, polarizada em grandes centros em pequeno número e rede urbana fraca, situa a Amazônia nessa mesma dinâmica.

Além disso, a existência desses condicionamentos leva à emergência, na região, de um processo de urbanização que pode ser caracterizado como sem industrialização, pois, decorrente dos desdobramentos da economia primário-exportadora da borracha, que possibilitou o desenvolvimento de atividades e serviços de caráter urbano, além da concentração de população nesses pontos do território regional, o das capitais estaduais, Belém e Manaus.

3.3.2 A modernização dos “de fora” na Amazônia e em Manaus

A proeminência das duas capitais estaduais, no âmbito regional, fez com que uma pequena parcela do excedente produzido nos seringais e drenado via seus portos para os grandes centros internacionais ficasse retida nesses dois principais núcleos urbanos amazônicos, conforme já identificados, como sede do capital comercial e dos aparelhos de Estado. Na literatura regional, os representantes do capital comercial e suas frações foram denominados de “barões da borracha”.

Autores como Santos (1980), Castro (2008), Oliveira (2008) e Dias (1997) destacam a modernização e a dotação de infraestrutura nas cidades de Belém e Manaus, a partir da dinâmica da economia da borracha, como um dos únicos benefícios desse período de geração de riqueza na região. Apesar de a Amazônia ser vista como área distante do desenvolvimento, foi “uma das primeiras da América Latina a se modernizar, durante o período da borracha” (PIZZARO, 2012, p. 19).

Pelo fato de Manaus e Belém serem locais de moradia dos “barões da borracha e também constituírem-se como centros administrativos e de comércio da economia gomífera, parte do excedente gerado que ficou retido na região foi aplicado no embelezamento das duas capitais, o que as tornava destoantes das demais cidades amazônicas (SANTOS, 1980, p. 307). Ostentação de riqueza, gastos com artigos de luxo importados e suntuosos foi uma das formas de aplicação dos recursos financeiros gerados pela borracha, por parte da elite econômica. “A cidade das obras suntuosas ostenta a riqueza e a cultura de uma elite tão postiça quanto ela” (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

A opção de investimento do excedente gerado pela economia da borracha na ostentação e luxo pelos barões da borracha e na parte estética da cidade é um elemento importante para justificar a não incorporação da riqueza na geração de estruturas que dinamizassem a economia regional para além da atividade extrativa. Assim, conforme visto, quando as exportações da goma elástica sofreram retração, não houve como fazer frente à recessão econômica que assolou a região.

Nesse aspecto, conforme destacado inicialmente, Manaus, como muitas das cidades amazônicas brasileiras, originou-se com a instalação de uma estrutura de defesa. Assim, em 1669 foi estabelecido, nessas terras, o Forte de São José do Rio

Negro. Séculos mais tarde, na ocasião de sua titulação como cidade, em 24 de outubro de 1848, Manaus “era um pequeno aglomerado urbano, com cerca de 3 mil habitantes, uma praça, 16 ruas e quase 250 casas” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2014, p. 2014).

No âmbito do estado do Amazonas, Manaus, com o fortalecimento, centralidade e importância alcançados no Ciclo da borracha – concentrando infraestrutura, comércio e serviços urbanos superiores aos demais municípios amazonenses – constituiu-se no *centro dinâmico* desse subespaço regional e também o mais urbanizado. Conforme já referido, para o porto de Manaus era escoada e depois exportada toda a produção de borracha dessa parte da Amazônia.

Em Manaus, também foram estabelecidas atividades administrativas, comerciais e prestação de serviços que permitiam realizar a comercialização/exportação do produto gomífero para os centros mundiais. Além disso, a capital do estado era o local de moradia dos *barões da borracha*, sendo modernizada e dotada de infraestrutura e serviços urbanos existentes naquela época somente nas cidades dos grandes centros mundiais europeus e norte-americanos, conforme destacado por Oliveira (2008), Dias (1997), Santos (1978) e outros. Datam desse período o Teatro Amazonas, a Alfândega, o Tribunal de Justiça e outros, cuja arquitetura remete aos grandes centros europeus.

Aos demais núcleos de povoamento, cabia a função de concentração da produção da borracha, que era extraída na zona rural desses municípios e, posteriormente, enviados para Manaus. Faziam também o comércio aviador, com o objetivo de prover os seringueiros de mercadorias que suprissem suas necessidades mínimas e alimentassem o sistema de aviamento.

Durante o Ciclo da borracha, o projeto de modernização e transformação de Manaus na “Paris dos Trópicos”, em pleno auge da produção e exportação gomífera para o mundo, dotou-a de infraestrutura e serviços para a elite da época, inspirada nos padrões europeus (DIAS, 2007).

Em uma reflexão sobre esse processo de modernização, o parâmetro adotado é o da civilidade, o externo, a realidade europeia, como também ocorreu na capital Belém, denominada de *“Petit Paris”*. Dias (2007) registra que a modernização imposta a Manaus exigia, dentre outras medidas, a derrubada e proibição de casas construídas

nos padrões regionais feitas com barro e palha, pois representavam o atraso e a feiura, ou, mais especificamente, em uma leitura dessa ação, a forma de habitar dos nativos da região amazônica, especialmente a dos indígenas.

É interessante observar que esse intento modernizador e higienizador em Manaus parece ter clara associação com a Reforma do Prefeito Pereira Passos, realizada na capital federal, no início do Século XX. Sob a justificativa de erradicar as pestilanças que tinham assolado o Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, acabar com sua feiura, embelezando-a, dotando-a de infraestrutura e comodidade para a elite da época, o prefeito Passos remodela a cidade e expulsa a população pobre residente na área central. Além disso, ele promulga um conjunto de leis e códigos para o disciplinamento e a ordem urbana. Os expulsos do centro da cidade eram escravos e não escravos; esses ficaram às proximidades da cidade, originando uma modalidade de habitação popular existente até os dias atuais: a favela (BENCHIMOL, 2008).

Estava em voga, nesse período, como modelo mundial de intervenção urbana, o denominado urbanismo higienista, que tinha no prefeito de Paris, Hausmann, sua principal referência (ABELÉM, 1989).

Para Elias e Scotson (2000), os estabelecidos *(establishment)* são grupos considerados distintos, com posição e poder, “a boa sociedade”, como referência para os demais. Quanto aos *outsiders*, são aqueles que não possuem esses atributos, os “de fora”, não constituindo exatamente um grupo social pela pouca intensidade de seus laços sociais.

No caso de Manaus, ao que tudo indica, há uma inversão do ocorrido em Winston Parva, comunidade estudada por Elias e Scotson (2000), pois lá os antigos moradores eram os “estabelecidos”, por estarem há mais tempo no lugar e deterem conhecimentos e postos de poder social. Os indígenas e a população nativa de modo geral encontravam-se há mais tempo no local, bem como detinham o conhecimento sobre ele pelo fato de sempre habitarem ali. No entanto, foram considerados e tratados como *outsiders,* os “de fora” pelas elites da borracha, não ocupando postos de poder social. Tiveram que se submeter e adequar-se às mudanças impostas ao seu local de moradia, referenciada a padrões externos à realidade amazônica.

Nessa perspectiva, o “civilizar” os índios e a sociedade local ocorria não somente pela inserção ao trabalho, sob o ritmo da extração para a exportação, mas pela imposição de regras, códigos e novos costumes para permanecerem na cidade, ou manterem-se nessa sociedade comandada pelos grupos de *estabelecidos* no lugar (ELIAS; SCOTSON, 2000). Conforme:

> A modernidade de Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando o atrasado e o feio, e construindo o moderno e o belo (DIAS, 2007, p. 29).

Assim, a modernização promovida na cidade, nesse período áureo, é concebida para as elites, seguindo a lógica da desigualdade na distribuição e usufruto dos recursos produzidos nos seringais por meio da exploração, quase escravidão dos trabalhadores pela lógica do aviamento. Assim, o acesso à infraestrutura urbana e aos bens e serviços da “Paris dos Trópicos” foi negado à população não pertencente à elite da borracha. É nessa direção que seguem as reflexões de Oliveira:

> No período da borracha, embora tenha sido construída uma importante infraestrutura urbana de transporte, de energia e de saneamento, ou seja, embora tenham sido aplicadas as mais avançadas técnicas urbanísticas da época, “vendidas” como sinais de progresso e crescimento, a maioria da população não teve acesso a elas e nem mesmo teve suas necessidades básicas atendidas. Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguem estabelecer as condições de produção e de reprodução da cidade, para o atendimento dos interesses hegemônicos. Na “Manaus do fausto”, o espaço urbano é sempre apresentado como um largo cenário onde só a elite tem rosto e se destaca (OLIVEIRA, 2008, p. 67).

Concentração demográfica de infraestrutura e ostentação, riqueza produzida pela atividade primário-exportadora da borracha e não retida, não aplicação do excedente gerado na promoção de inversão produtiva, divisão de trabalho entre as capitais estaduais (urbano) e os demais municípios (rural), quase escravização e miséria dos trabalhadores *versus* a riqueza e exuberância dos barões da borracha, negação da cultura e costumes indígenas e regionais, modernização da cidade tomando como referência o externo, o padrão europeu, são elementos desse primeiro

grande momento da urbanização do estado do Amazonas, marcado pela desigualdade de acesso aos bens e serviços gerados na produção social.

No próximo capítulo, serão abordados os pressupostos iniciais para a emergência do segundo mais importante momento do processo de urbanização do estado do Amazonas, desta vez sob o comando da atividade industrial implantada sob incentivos e benefícios da criação da Zona Franca de Manaus.

4 NOVAS DETERMINAÇÕES NA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: A INTEGRAÇÃO NACIONAL VIA POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS

Este capítulo tem como objetivo situar o processo de integração da Amazônia à economia nacional, no contexto das políticas desenvolvimentistas implementadas na região, discutindo as processualidades que integraram a região à Nação sob a lógica do urbano. Nesse sentido, serão observados os impactos das políticas desenvolvimentistas na (re)configuração da rede urbana amazônica, o processo de urbanização e suas diferenciações intrarregionais, na Amazônia Ocidental, e na Amazônia Oriental. Nesta seção, examinam-se as seguintes questões: 1) Como a Amazônia inseriu-se na divisão regional do trabalho no período pós-ciclo da borracha e quais as repercussões para seu processo de urbanização? 2) De que maneiras se processou a inserção da Região Norte e do estado do Amazonas ao longo do processo de integração nacional (1930-1980), em dois momentos, o da articulação comercial (1930-1960) e o da integração produtiva (1970-1980)? 3) Quais as repercussões das políticas desenvolvimentistas no âmbito intrarregional, em particular no processo de urbanização?

Desse modo, serão abordados aspectos da busca de alternativas para a saída do período de depressão pós-queda das exportações da borracha, em um contexto de mudanças no padrão de desenvolvimento brasileiro que passa a ser o urbano-industrial, com desdobramentos para a Amazônia. Serão identificados os nexos que viabilizaram a inserção da Amazônia ao novo padrão de acumulação adotado no país a partir de 1930, destacando a ação estatal para viabilizar a incorporação da região e do estado do Amazonas ao desenvolvimento capitalista no país. Ao mesmo tempo, serão enfocadas as repercussões dessas ações no crescimento demográfico e urbanização regional.

4.1 A Amazônia e o estado do Amazonas de 1930 a 1960: a busca de saídas para a “crise” e a articulação comercial

Após o *boom* da produção de borracha (1872-1920), ocorreu uma crise com a queda dos preços e das exportações, tendo em vista a concorrência com a produção asiática, que barateou os custos e passou a liderar a produção mundial, com fortes

repercussões em vários aspectos da sociedade amazonense, conforme visto no capítulo anterior.

Inicialmente, é necessário situar que, no começo desse período, a Amazônia, atualmente Região Norte, era denominada de *Setentrional*, sendo composta pelos Estados do Pará e do Amazonas, além do Território Federal do Acre. Posteriormente, irão fazer parte da Amazônia os territórios de Amapá, Rio Branco e Guaporé, que na atualidade são os Estados do Amapá, Roraima e Rondônia, respectivamente. O quadro abaixo evidencia a composição atual do território da Região Norte, a extensão territorial, incluindo o estado de Tocantins, que foi incorporado a partir de sua criação no período de elaboração da Nova Constituição Federal de 1988, e sua representatividade na área total do país.

Tabela 6 - Brasil, Regiões, Região Norte e estados, Área Km^2 (2012)

Unidades da Federação/Regiões	Área - Km^2	% Região Norte	% Brasil
Acre	164.123	4,3	1,9
Amazonas	**1.559.159**	**40,4**	**18,3**
Amapá	142.829	3,8	1,7
Pará	1.247.955	32,3	14,7
Rondônia	237.591	6,1	2,8
Roraima	224.300	5,9	2,6
Tocantins	277.720	7,2	3,2
Norte	**3.853.677**	**-**	**45,2**
Nordeste	1.554.292	43,4	18,2
Centro-Oeste	1.606.404	52,9	22,2
Sudeste	924.620	25,9	10,9
Sul	576.774	15,8	6,7
Brasil	8.515.767	-	100

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos.

No cenário internacional, a crise mundial do capitalismo em 1929 repercutiu de forma diferenciada sobre os países a ele alinhados e, no caso daqueles de economia agroexportadora como o Brasil, tiveram grandes impactos, uma vez que dependiam da demanda externa para os seus produtos. Segundo Cano (2005, p. 4):

> Como economias primárias exportadoras e fortemente reflexas à demanda externa, os países latinoamericanos foram fortemente atingidos em suas exportações, cuja redução de volume e de preço resultou em queda de suas capacidades para importar, entre 50% a 70%. Acrescente-se que, aos primeiros

> sinais da crise, o capital estrangeiro retirou boa parte de suas aplicações, destruindo nossas precárias reservas de divisas.

No âmbito da política nacional, a década de 1930 marcou o início de um período de grandes mudanças no país, especialmente quanto à adoção de um novo modelo de desenvolvimento até então centrado no agrário exportador, dando início a um processo de industrialização interna. Esse fato vai influenciar, sobremaneira, na dinâmica nacional/regional em seus aspectos econômico, social e político.

A Revolução de 1930 foi o acontecimento político que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, no contexto de uma crise de hegemonia entre diferentes setores, no qual as oligarquias tradicionais não conseguiam mais manter-se dominantes no poder. Nesse sentido, essas oligarquias foram derrotadas pelo movimento de 1930, ainda que não liquidadas (IANNI, 2009).

Diante dos desdobramentos da crise mundial que afetavam a exportação do principal produto brasileiro, o café, o presidente Getúlio Vargas adotou medidas anticíclicas para evitar a queda do preço do produto no mercado internacional, comprando e queimando parte da produção, possibilitando sua recuperação. Na perspectiva dos estudiosos sobre o desenvolvimento brasileiro, isso mostra uma ação do Estado, cuja intervenção na economia promoverá profundas transformações. Nesse sentido, segundo Fonseca:

> Mais do que a precoce recuperação, a crise colaborou para que a economia brasileira passasse por uma inflexão estrutural com a superação do modelo agroexportador, centrado na venda para o mercado externo de poucos produtos primários, e alterasse seu “centro dinâmico”, dando início ao processo de substituição de importações (FONSECA, 2013, p. 408).

Nessa mesma direção, Cano (2005) afirma que a política econômica praticada pelo governo Vargas, a partir da Revolução de 1930, serviu não somente para conter a crise do café, mas, em um sentido mais amplo, para a formação do mercado nacional e a mudança no padrão de acumulação.

Esse novo padrão, com o predomínio das atividades industriais e voltado para o mercado interno irá concentrar-se em São Paulo, uma vez que este possuía estrutura produtiva capitalista mais avançada, herdada do complexo cafeeiro, com mão de obra assalariada e desenvolvimento do capital industrial financeiro e comercial (CANO,

1975). Portanto, nesse período, o Sudeste assumiu posição hegemônica frente às demais regiões, dando início a um processo de industrialização desigual e concentrador simultaneamente à integração do mercado nacional, no âmbito da qual emerge uma divisão inter-regional do trabalho, comandada pelo estado paulista (GUIMARÃES NETO, 1997).

A ação do Estado foi decisiva para eliminar as barreiras de comercialização entre as regiões e incentivar a complementaridade entre elas, visando superar os obstáculos existentes entre os *complexos exportadores*[20]. Nessa perspectiva, conforme Guimarães (1997), a partir de 1930 inicia-se o período marcado pela *articulação comercial* das macrorregiões brasileiras. Localizados em espaços distintos e dotados de dinâmica econômica e de capacidade de diversificação da sua base produtiva muito diferente, o Estado brasileiro buscou *articulá-las comercialmente* para a constituição do mercado interno, sob o comando da região Sudeste, o centro dinâmico do país.

Cano (2005) destaca que, além da eliminação dos impostos interestaduais, Getúlio Vargas também via outro obstáculo cuja superação era necessária para integrar o mercado nacional: a necessidade de ampliação da infraestrutura de transporte, energia e de comunicações nas regiões. Da mesma forma, havia também a preocupação em “preencher os vazios” do território nacional, especificamente os da Região Centro-Oeste. Nesse sentido, foi estabelecida a “Marcha para o Oeste”, com uma série de ações e investimentos nessa região, constituindo-se em uma antecipação do que posteriormente iria ser implementado na região amazônica.

Nessa direção, a Amazônia encontrava-se em um cenário ainda de pós-declínio da produção de borracha, restando à população poucas expectativas de melhorias de condições de vida e muito desalento. Assim, as três décadas posteriores ao fracasso da última tentativa de retomar a produção/exportação de seu produto mais importante – o Plano de Apoio à Borracha, em 1914, instituído pelo presidente Hermes da Fonseca –

---

[20] O Governo Vargas fez uma série de justificativas para a eliminação dos impostos interestaduais e intermunicipais, a fim de eliminar barreiras que impediam a livre circulação de mercadorias e produtos entre estados e municípios. Nesse sentido, o Decreto 19.995 de 14-05-1931 dizia: "considerando a necessidade de assegurar a unidade econômica do território brasileiro, a fim de que todos os produtos nacionais ou já nacionalizados sejam tratados com a mais absoluta igualdade e respeito ao trabalho nacional [...]" (CANO, 2005, p. 8).

foram de estagnação, com a produção e exportação do produto em ritmo declinante e a economia regional em colapso (HALL, 1989).

Frente a essa situação adversa, restava à região encontrar novas alternativas de dinamização de sua economia, usando as estruturas produtivas da borracha para outros setores, ao mesmo tempo em que a população migrante que ainda chegava para trabalhar nos seringais buscava fixar-se em outras atividades e áreas. Conforme Oliveira:

> Dadas as novas condições, os recursos humanos e materiais então empregados na extração da borracha foram deslocados para outros setores, como a agricultura, ou outras atividades extrativas; os novos contingentes de migrantes nordestinos tenderam a fixar-se como camponeses em algumas regiões do Maranhão, Pará e Baixo Amazonas [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

A mudança do novo padrão de desenvolvimento brasileiro teve reflexos no território amazônico. De acordo com Stella (2009), com a crise das exportações da borracha, a Amazônia dinamizou e diversificou a produção agrícola (incluindo a produção de fibras como juta e malva), utilizando a estrutura produtiva do produto principal anterior para a castanha do Pará, que passou a ocupar a liderança nas vendas; ocorreu também, nesse período, uma grande produção de mandioca. A partir de então, a produção amazônica passou a circular no mercado interno, seja entre os estados da região Norte, seja para as demais regiões do Brasil, com destaque para o Sudeste, cujo parque industrial em ascensão começou a demandar a produção de borracha. A circulação das mercadorias era feita, predominantemente, via navegação de cabotagem. Nesse sentido:

> Envolvida no novo processo macroeconômico do país, a tradicional base primário-exportadora da Amazônia, que desde o período colonial se direcionava ao estrangeiro, finalmente reorientou-se para o mercado interno brasileiro. No ano de 1938, as exportações do agregado amazônico correspondiam a 50,3%, e para o mercado nacional 49,7%. Em 1939, o comércio com o mercado interno passou a prevalecer com 50,4% do valor das vendas da região destinando-se a outros Estados (cabotagem), e 49,6% a outros países. A partir de então, a integração comercial seguiu aprofundando-se (STELLA, 2009, p. 70-71).

No entanto, a região Norte passou a inserir-se mais como consumidora de produtos nacionais, industrializados ou não, do que fornecedora. Assim, de acordo com Stella (2009), do total de aquisições da Amazônia no ano de 1938, 90% eram do mercado brasileiro e somente 10% provinham do mercado externo, o que demonstrava

uma das faces do processo de integração do mercado nacional em curso, embora com diferenças entre as Unidades da Federação que faziam parte da Amazônia, com destaque para o Pará, pois desenvolvia atividade com maior importância econômica: a agricultura. No Amazonas e no Acre, ainda predominavam o extrativismo.

Oliveira (2003) destaca que, em busca de diversificar sua base produtiva, o estado do Amazonas iniciou ações para colonização agrícola com migrantes japoneses, ainda na década de 1920. A estes, foram doados 1.0000 de hectares de terras, no município de Parintins. Os japoneses criaram a Companhia Industrial Amazonense S. A. e, em 1934, obtiveram a aclimatação da fibra de juta indiana, nas áreas de várzea. Contudo, em virtude dos desdobramentos da II Guerra Mundial, os migrantes japoneses sofreram uma série de restrições e essa experiência foi extinta. De qualquer forma, a cultura da juta já havia sido disseminada pelo interior da Amazônia e, diante do aumento da demanda nacional por sacarias, favorecido pelas restrições de importação dessa fibra no país, a produção aumentou de 1.100 toneladas em 1940 para 39.000 em 1960 e 51.000 toneladas em 1964.

Em que pese permaneceram as antigas formas do sistema econômico do aviamento na atividade de produção e beneficiamento de juta, registraram-se algumas diferenças diante do sistema produtivo da borracha. Nas palavras de Oliveira:

> Apesar de se organizar segundo o esquema tradicional de aviamento, a atividade de juticultura era grande absorvedora de mão-de-obra na agricultura, em decorrência de a produção ser desenvolvida em minifúndios e no setor de transformação, pela concentração de trabalhadores nas prensas não apenas em Manaus como também nas cidades de Itacoatiara, Parintins e Manacapuru (OLIVEIRA, 2003, p. 52).

O quadro de crise vivido na escala regional atingiu especialmente Manaus. O espaço de ostentação e riqueza de outrora passou a ser espaço de pobreza. Portanto, ocorreu na capital amazonense aquilo que foi apontado por Brandão (2012), após o fim de cada ciclo econômico: as cidades brasileiras foram sendo depósitos de uma população desclassificada e deserdada de qualquer riqueza material.

Em Manaus essas contradições e conflitos sociais vieram à tona, emergindo a “espacialidade dos vencidos” dos trabalhadores, ocupando as áreas da cidade às margens dos igarapés, desde a década anterior (1920), produzindo o espaço e apropriando-se de forma desigual da cidade em “crise” (OLIVEIRA, 2008).

Como a capital amazonense reproduz em seu interior aspectos do relevo amazônico, tendo suas condições fisiográficas formadas por igarapés, canais, áreas tendencialmente sujeitas a alagamentos e mais expostas a vetores de doenças, foram esses os espaços a que a população pobre teve acesso para suprir necessidade de moradia. Por outro lado, enquanto para os pobres as áreas de moradia estão às margens dos igarapés, a elite se vai, e a que fica passa a ocupar os casarões degradados (OLIVEIRA, 2003).

Quando se iniciou a década de 1940, de acordo com Souza (2009), a Amazônia recebeu a visita do presidente Getúlio Vargas. No famoso “Discurso do Rio Amazonas”, proferido em Manaus, afirmou que a Amazônia era a “terra do futuro” e que “a Marcha para o Oeste” integraria a região à economia da nação. Dessas promessas presidenciais, segundo esse autor, o que se concretizou foi a criação dos territórios federais do Amapá, Rio Branco e Guaporé (Decreto-Lei 6.550, de 1944), resultante do desmembramento de áreas dos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. De qualquer forma, esses elementos permitiram antever a provável extensão da “Marcha para o Oeste” em direção à Região Norte.

Outro grande acontecimento regional na década de 1940 foi a Batalha da Borracha. Esse segundo Ciclo da borracha (1945-1950), denominação dada por alguns estudiosos, contou com recursos dos Estados Unidos da América (EUA), país com o qual o Brasil se aliou na II Guerra Mundial. Esse acontecimento trazia expectativas de serem revividos os áureos tempos da época da grande produção/exportação gomífera na Amazônia.

Inicialmente, os EUA criaram, em 1940, a Rubber Reserve Company (RCC), empresa que enviou técnicos ao Brasil para pesquisarem formas de expandir a produção da borracha e aumentar sua resistência ao “mal das folhas”, espécie de praga que atacava as seringueiras. Já no contexto da II Guerra Mundial, os seringais asiáticos que forneciam borracha para os EUA foram ocupados pelo Japão (97% das áreas), exigindo que o país buscasse novas fontes para garantir a produção de sua indústria bélica. A partir de então, aumentou seu interesse pela produção brasileira, especificamente, na Amazônia.

Em 03 de março de 1942 o Brasil assinou os *Acordos de Washington*[21], aliando-se aos EUA na II Guerra Mundial. Para sua implementação, criou-se a Comissão dos Acordos de Washington (CCAW), subordinada ao Ministério da Fazenda. Um dos compromissos firmados pelo país era de repassar para os EUA toda a produção de borracha, por um período de cinco anos, com preço mínimo pré-fixado. Contudo, os preços estavam abaixo dos praticados no mercado, gerando discordância por parte dos comerciantes amazonenses. Enquanto na Bolívia o quilo do produto era de Cr$80,00 cruzeiros, no Brasil atingiu o valor máximo de Cr$18,00 cruzeiros (OLIVEIRA, 2003).

A RCC investiu US$ 5 milhões para estimular a produção. Com recursos do aliado, em julho de 1942, o governo brasileiro criou o Banco de Crédito da Borracha – BCB para incentivar a produção e centralizar as operações de compra e venda do produto gomífero[22].

Contudo, as quantidades requeridas pelos EUA (45 mil toneladas/ano) não poderiam ser alcançadas, pois o contingente de seringueiros na ativa não era suficiente. Desse modo, em novembro de 1942, o governo brasileiro decidiu povoar e recuperar o vale do rio Amazonas, criando o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

O Departamento Nacional de Imigração (DNI), junto com o BCB, coordenaram o recrutamento/encaminhamento dos trabalhadores para os seringais por meio da SEMTA e da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Esses órgãos desempenharam os papéis dos antigos aviadores (RCC e SAVA), enquanto o BCB era responsável pelas exportações, função dos antigos agentes comerciais. A criação dessas instituições demonstra o aumento da presença estatal na região Norte, diferente dos períodos anteriores, apesar de isso ocorrer em uma conjuntura emergencial.

Nesse período, segundo Cytronowicz (2000), no Nordeste, o estado do Ceará estava passando por uma grande seca, o que levou cerca de 20 a 30 mil trabalhadores

---

[21] Por esse acordo, o Brasil recebeu o financiamento para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de novos materiais bélicos. Houve várias contrapartidas do Brasil aos EUA: o envio de tropas para a guerra, a autorização para os EUA manterem, de forma provisória, bases no Nordeste, dentre outros (STELLA, 2009).

[22] O BCB foi considerado o primeiro estabelecimento financeiro criado no país para estimular a produção de um único produto, sendo posteriormente copiado para outros produtos e regiões (CYTRINOWICZ, 2000).

flagelados, junto de suas famílias, a se deslocarem para Fortaleza. Estes foram recrutados para a Batalha da Borracha, convencidos pela propaganda e promessa de boas condições de trabalho e melhoria de vida. Nessa primeira convocação, cerca de 14 mil trabalhadores foram mobilizados. Posteriormente, foram recrutados mais trabalhadores em outras regiões do país.

Entretanto, não se sabe o número exato de pessoas que foram “servir à pátria” na II Guerra Mundial como soldados da borracha, pois assim era feita a convocação desses trabalhadores. Na ausência do número exato de pessoas envolvidas, estima-se de 32 a 55 mil trabalhadores, o que demonstra, por si só, segundo Cytronowicz (2000), a dimensão da terrível tragédia que foi esse episódio na história do país.

As condições a que foram submetidos os trabalhadores não correspondiam às promessas feitas durante a convocação, pois não houve cumprimento dos contratos de trabalho, os recrutados foram expostos às condições adversas na selva amazônica e foram abandonados à própria sorte. Muitos morreram sem sequer um registro, inviabilizando saber quantas vidas foram tragadas em batalha. Conforme Cytronowicz :

> As estimativas do número de mortos impressionam em um país que teve 465 soldados mortos no *front* europeu da guerra: entre quinze e vinte mil trabalhadores teriam morrido no mais completo abandono na floresta. Na Constituinte de 1946, o número de mortos foi calculado entre dezessete e vinte mil pessoas (CYTRONOWICZ, 2000, p. 219).

Quanto aos resultados, Hall (1989) afirma que a economia amazônica teve uma leve recuperação, momento em que Manaus e Belém reviveram os bons tempos do *boom* da borracha, ainda que de forma reduzida frente àquele apogeu do início do século. Nessa mesma direção, Souza (2009, p. 320) mostra essa dinamização nas principais cidades amazônicas.

> Foram anos de euforia econômica, o dinheiro voltava a circular em Manaus e Belém, fazendo surgir até uma tímida especulação imobiliária, muito proveitosa, já que era bom negócio alugar casa para os funcionários dos diversos organismos que lidavam com a produção da hévea.

No referente à produção da borracha, esta ficou bastante aquém do alcançado no auge das exportações. Em 1942, a produção foi de 42.410 toneladas, insuficiente para suprir a demanda dos EUA. De acordo com Cytronowicz (2000), o Brasil, entre

1943 e 1947 exportou 87.253 toneladas e, apenas no ano de 1943, os norte-americanos consumiram 332.700 toneladas.

Com o fim da guerra e o aumento da oferta da borracha sintética no mercado, a produção amazônica voltou a declinar, levando à decadência das exportações regionais[23]. Os seringais faliram e foram hipotecados por falta de cumprimento dos acordos e o BCB foi estatizado. Segundo Stella (2009), houve certa reação dos comerciantes do Pará e do Amazonas para a adoção de uma produção racional de borracha. Por outro lado, a destinação do produto passou a ser o mercado interno, demarcando um novo momento para suas exportações.

> Devido às incertezas internacionais, ela cada vez mais se deslocava ao mercado nacional. De 1944 a 1945, o consumo brasileiro do produto praticamente dobrou. A partir de 1945, a quantidade exportada seguiu caindo e jamais se recuperou. Entre 1946 e 1947, o mercado interno comprou mais borracha que o exterior, marcando a nova fase no destino de sua produção (STELLA, 2009, p. 77).

Outro fato importante para o desenvolvimento da Amazônia nessa década foi a inclusão do artigo 199, na Constituição Federal de 1946 que determinou o repasse de 3% da renda tributária da União, dos estados e municípios para a região Norte, a serem aplicados por meio do Plano de Valorização Econômica, por 20 anos consecutivos.

A definição do artigo 199, dentro de uma visão de política desenvolvimentista, representou, no âmbito governamental, a preocupação com as regiões “deprimidas”, no qual a Amazônia inseria-se. De forma mais ampla, segundo Oliveira; Trindade e Fernandes (2014), essa medida demonstra a emergência do debate sobre planejamento regional no país, que será fortalecido principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Ainda de acordo com os autores, nesse período, pode ser identificada, na região, uma discussão mais aprofundada sobre os problemas amazônicos, de orientação desenvolvimentista e de viés regionalista.

Esse debate regional tinha como ponto de partida a importância do planejamento para promover o desenvolvimento, a necessidade de instituições de ensino e pesquisa, o conhecimento sobre as potencialidades regionais e a dotação de serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura regional. Por outro lado, com a volta da crise

---

[23] Ao mesmo tempo a experiência do empresário Henri Ford com o produto fracassou no município de Belterra-PA, levando ao seu abandono em 1945.

econômica, apesar da produção da borracha estar direcionada para o mercado interno, havia uma pressão para a baixa de preços, pois o produto asiático era a metade do preço do produto nacional. Tal fato não agradava a elite gomífera da Amazônia. Portanto, os interesses e ideias se aproximavam, tendo em vista a valorização econômica regional (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014).

De qualquer forma, é perceptível que, embora a inserção da Amazônia seja de subordinação a uma dinâmica internacional e, posteriormente, nacional, esta não deixa de ser também desejada pelas elites regionais, cuja expectativa era de sair da crise econômica. Assim, a inclusão do art. 199 da CF/1946, cujo objetivo foi o de incentivar o desenvolvimento econômico da região Norte, buscou alcançar também a almejada constituição do mercado interno.

No entanto, a viabilização da nova modalidade de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia não foi imediatamente concretizada. Ainda no ano de 1946, foi constituída uma comissão formada por parlamentares, denominada de Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para elaborar o Plano da Amazônia que condicionaria a aplicação dos recursos repassados do orçamento da União.

Cabe ressaltar que o Pós-Segunda Guerra Mundial colocou em debate, no plano internacional, a necessidade da promoção do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos que incidirá na criação de vários organismos, como a Organização das Nações Unidas (ONU); e no âmbito regional, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Os principais teóricos da CEPAL, Raul Prebisch e Celso Furtado, elaboraram uma teoria explicativa das desigualdades de desenvolvimento do capitalismo nos países da periferia capitalista, fomentando o debate para a promoção de políticas no âmbito dos países latino-americanos para a superação dessa condição. Essas elaborações tinham na industrialização sua proposta principal.

No aspecto demográfico, os dados demonstram que entre 1940 e 1950 houve diminuição da participação relativa da população da Amazônia no total do país. Em 1940, os 1.627.608 habitantes da região Norte correspondiam a 4% da população brasileira. Por sua vez, em 1950, os 2.048.696 moradores da Amazônia passaram a representar 3,9% do total populacional do país, demonstrando que a região Norte, apesar do incremento populacional propiciado pela Batalha da Borracha – que, como foi

visto, ceifou muitas vidas, e dos que sobreviveram, parte deles retornou para seu local de origem – não resultou no crescimento de participação da população regional no contingente do país.

Vários autores definem o período da Batalha da Borracha como de grande crescimento populacional, contudo, é importante situar que o crescimento absoluto não implicou em aumento da participação relativa da região Norte no total dos habitantes do país que viviam uma dinâmica demográfica mais intensa, fato confirmado pelos dados censitários, como o descrito na tabela a seguir.

Tabela 7 - População presente, Brasil e grande região (1940 – 1950)

Brasil, Grande Região	População - Total e %			
	1940		1950	
	V. absoluto	%	V. Absoluto	%
Norte	1.627.608	4,0	2.048.696	3,9
Nordeste	14.434.080	35,0	17.973.413	34,6
Sudeste	18.345.831	44,5	22.548.494	43,4
Sul	5.735.305	13,9	7.840.870	15,1
Centro-Oeste	1.093.491	2,7	1.532.924	3,0
Brasil	41.236.315	100	51.944.397	100

Nota: Para 1872 até 1950: População presente.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Nesse mesmo período (1940-1950), no âmbito intrarregional, o Acre foi o único estado que registrou um leve crescimento de participação da população no total da região Norte, de 5,0% para 5,6%, enquanto Pará e Amazonas tiveram queda nessa participação. Convém lembrar, contudo, que, com a criação dos novos territórios, Guaporé, Rio Branco e Amapá, em 1943, a partir de área dos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, provavelmente houve também redistribuição de população para os novos entes federados (tabela 8).

Tabela 8 - População Região Norte e Unidades da Federação (1940 - 1950)

Grande Região e Unidade da Federação	População (Pessoas) X Ano			
	1940		1950	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Norte	1.627.608	100	2.048.696	100
Guaporé (Rondônia)	-	-	36.935	1,80
Acre	79.768	5	114.755	5,60
Amazonas	438.008	27	514.099	25,09
Rio Branco (Roraima)	-	-	18.116	0,88
Pará	944.644	58	1.123.273	54,82
Amapá	-	-	37.477	1,82

Nota: Para 1872 até 1950: População presente.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Por sua vez, as três capitais amazônicas, Manaus, Rio Branco e Belém, registraram crescimento de participação populacional em relação ao total de suas Unidades da Federação, sendo o crescimento das duas primeiras mais significativo, conforme dados da tabela abaixo. Em 1940, Manaus e Rio Branco representavam 20,1% e 24,3% do total de população de suas UFs, respectivamente, passando a corresponder 24,6% e 27,2%, em 1950. Em Belém, o ritmo de concentração populacional nas duas décadas foi menor, com 21,8% em 1940, e 22,7% em 1950. Quanto às capitais dos novos territórios criados em 1943, pelo caráter inicial da formação desses novos entes federados, a dotação de aparato burocrático-administrativo estatal nas capitais Porto Velho – RO, Boa Vista – RR e Macapá – AP, justifica a concentração populacional nessas sedes municipais, com registros de 73,8%, 95,2% e 55,0%, respectivamente.

Resguardadas as especificidades das novas capitais amazônicas em relação às antigas (Belém, Manaus e Rio Branco), a partir dos dados da tabela 9, pode-se afirmar que, mesmo a passos curtos, avançava a concentração da população amazônica nessas grandes capitais.

Tabela 9 - População dos municípios das capitais da Região Norte e percentual da população dos municípios das capitais em relação ao das Unidades da Federação (1940 – 1950)

Município	População nos municípios das capitais (pessoas) – total e %			
	1940		1950	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Porto Velho - RO	-	-	27.244	73,8
Rio Branco - AC	16.038	20,1	28.246	24,6
Manaus – AM	106.399	24,3	139.620	27,2
Boa Vista - RR	-	-	17.247	95,2
Belém – PA	206.331	21,8	254.949	22,7
Macapá – AP	-	-	20.594	55,0

Nota: Para 1872 até 1950: População presente.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Quanto à localização do domicílio, nos anos 1950, a Amazônia começou a destoar da dinâmica do país em relação ao que se tinha em 1940. Assim, em 1950, enquanto 36,20% da população do Brasil era urbana, na Amazônia, este percentual era de 31,50% (CASTRO, 2008).

Essa situação ocorreu, em particular pelo fato da intensa urbanização que estava em curso no país, conforme atestam Faria (1976) e Martine (1988), e o processo de integração da região à economia do país ainda estava em seus passos iniciais. Este último destaca ser na década de 1950 o acontecimento de grandes transformações na escala nacional, incluindo o percurso decisivo em direção à inversão demográfica do campo para a cidade que ocorreria posteriormente.

Na região Norte, um fato importante registrado em 1950 foi a transformação do antigo BCB em Banco de Crédito da Amazônia (BCA), evidenciando que o desenvolvimento da Amazônia não seria mais visto pelo governo a partir de um único produto, abrindo-se a possibilidade de investimentos federais na diversificação produtiva para a sua inserção na dinâmica nacional, o que vai ao encontro das expectativas dos grupos econômicos regionais. O BCA, além de ampliar as ações nas atividades produtivas, assumiu a função de um banco regional.

Por outro lado, em 1953 é regulamentado o artigo 199 da CF/1946, por meio da Lei 1.806/53 (06/01/1953), após sete anos de sua aprovação (OLIVEIRA, 2009). No

âmbito dessa mesma Lei, no Art. 22 é criada a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com sede em Belém, com responsabilidade sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que orientou a aplicação dos recursos destinados à região Norte por meio do Art. 199. No mesmo Art. 22, da lei de criação da SPVEA, foram definidos como seus objetivos:

> a) assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro;
> b) constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;
> c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

Portanto, os objetivos dessa instituição de planejamento estão em sintonia com as diretrizes de ocupação regional, promovendo um desenvolvimento paralelo e complementar ao da economia brasileira por meio de seus próprios recursos.

A área de abrangência do Plano de Valorização era a Amazônia Legal, ou seja, além dos seus estados e territórios incluía parte do estado do Maranhão (Oeste do meridiano 44º), do estado de Goiás (Norte do paralelo 13º de latitude sul atualmente estado de Tocantins) e do Mato Grosso (Norte do paralelo 16º latitude Sul). A nova área para a aplicação do Plano de Valorização da Amazônia foi justificada como sendo para fins de planejamento e desenvolvimento da região, não sendo uma definição geográfica. De qualquer forma, a incorporação de parte desses estados amplia ainda mais o tamanho da Amazônia, passando a corresponder a 61,2% do território nacional (SUDAM, 1988).

No parágrafo 1º da Lei 190, foi estabelecido o objetivo do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, constituindo-se em um conjunto de ações para dinamizar o desenvolvimento regional que inclui obras e medidas com foco nas atividades extrativa, agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca. O objetivo final, segundo a legislação, era o de elevar as condições sociais de vida e bem-estar econômico da população amazônica e do país.

Convém destacar que o Plano da Amazônia foi elaborado por uma comissão formada por parlamentares denominada de Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e levou cinco anos para ser concluído, de 1946 a 1951. No bojo das discussões é que se propôs, no anteprojeto, a criação de uma

Superintendência e de uma Comissão de Planejamento (OLIVEIRA, 2014), portanto, avançando na proposição inicial da definição dos recursos que previa apenas a elaboração de um plano de aplicação.

No Amazonas, foi instituída a Zona Franca de Manaus, por meio da Lei 3.173 de 6/6/1957, com sede na capital. Segundo o Decreto nº 47.757 de 3/2/1960, a ZFM foi concebida como um porto livre para armazenamento, beneficiamento e comércio de mercadorias estrangeiras na Amazônia, com os países limítrofes. Pelo fato de nesses países funcionarem portos similares, com a posição estratégica de Manaus, a ZFM permitiria estabelecer a participação do Brasil nesse mercado.

As atividades definidas para a Amazônia no Pós-Segunda Guerra, conforme observado por Barbosa (2013), não mais se circunscrevem somente à atividade extrativa, mas também à indústria e à mineração. O Plano de Valorização atesta esse fato, demonstrando quais os possíveis caminhos a serem trilhados pela região na busca do desenvolvimento econômico, em consonância com as diretrizes nacionais.

É importante situar ainda que essas ações ocorrem no contexto do denominado nacional-desenvolvimentismo orientador da política econômica brasileira, tendo como um de seus principais representantes o governo de Juscelino Kubistchek, iniciado em 1956. Utilizando do planejamento como instrumento privilegiado, JK elaborou o Plano de Metas, com 30 metas a serem alcançadas durante o seu governo, incluindo várias áreas: energia, transporte, indústria, educação e saúde.

Segundo Vesentini (1987), o período JK foi de grande crescimento econômico no país, comandado pela industrialização, com determinações externas e internas ao cenário internacional, vinculadas ao Plano de Metas.

> Esse período (1955 – 1961) conheceu uma formidável expansão industrial: a produção industrial cresceu 80%, com taxas mais elevadas nas indústrias de equipamentos de transportes (600%), elétricas e de comunicações (380%) e mecânicas (125%); o índice médio de crescimento do PNB, de 1955 a 1961, foi de 7% ao ano. Esse notável crescimento econômico, mais intenso a partir de 1957, contrasta com os índices registrados tanto antes quanto depois desse período: da taxa de 7,7% ao ano, de 1961, passou-se a 5,5% em 1962 e apenas 2,1% em 1963; e o índice médio anual do quinquênio 1952 – 1956 foi de 5,2% (VESENTINI, 1987, p. 101).

A construção de Brasília, denominada meta-síntese do Plano de Governo de Juscelino Kubitscheck, tinha como objetivo colocar a capital nacional no centro do país,

interiorizando-a. Para tal, nas metas de transporte, o governo JK investiu na construção de rodovias como a Belém-Brasília para interligar a região Norte ao Centro Sul.

Cabe destacar que a referida rodovia já constava no Plano Quinquenal da SPVEA elaborado para o período de 1955 a 1959, cuja ênfase era a construção de infraestrutura. Nesse aspecto, Oliveira (2009) destaca que a construção da Rodovia Belém-Brasília resultou mais de uma definição da geopolítica nacional do que propriamente de uma política regional. Outro resultado do Plano, conforme esse autor, foram os investimentos financeiros nos sistemas elétricos, no qual se destaca Manaus, pois convivia com o racionamento de energia.

A rodovia Belém-Brasília (BR-010), com 1.954 km de extensão, permitiu ligar a Amazônia à capital federal. Teve sua construção concluída em 1960, acentuando os fluxos econômicos e de pessoas, aumentando as possibilidades de articulação da região Norte à dinâmica nacional, pois a integração ocorria antes somente por via marítima. Para interligar a Amazônia à sua porção ocidental, foi construída a Brasília-Porto Velho-Rio Branco (BR-029, atual BT-364), com 3.306 km, tendo sido concluída em 1960. Anterior a essas duas grandes rodovias que permitiram a conexão física com o Centro-Sul, foi a construção, em 1959, do primeiro aeroporto regional, em Belém-PA.

Assim, o final da década de 1950 e início da década de 1960 marcaram na Amazônia o início de sua integração física ao país sob novas modalidades de acesso, pelo sistema rodoviário e aeroviário. A partir de novos meios e modos de deslocamento, as transações comerciais de compra e venda tornaram-se mais ágeis. Ampliou-se também a presença do Estado por meio de ações e instituições de planejamento na região, promovendo a diversificação produtiva e ampliando as frentes de desenvolvimento. Esse assunto será abordado no próximo item.

Com o avanço da industrialização substitutiva de importações no país, especialmente a partir de 1950, as unidades produtivas industriais e serviços a ela correlatos têm na cidade *locus* preferencial. Com a concentração da terra no campo, os grandes latifúndios impedem o acesso aos trabalhadores rurais à mecanização da agricultura, bem como impedem a existência de serviços essenciais na zona urbana. Estes são fatores que atuaram conjuntamente para a ida da população para as cidades.

Por outro lado, essa ascensão do movimento de urbanização no Brasil, no Pós-Segunda Guerra Mundial ocorreu em um contexto de forte crescimento demográfico, pois, conforme referenciado no primeiro capítulo, resultou de uma associação entre uma taxa de natalidade elevada, ao mesmo tempo em que a taxa de mortalidade encontrava-se em queda. Ambos, natalidade elevada e queda da mortalidade tinham como causas essenciais “os progressos sanitários, a melhora relativa nos padrões de vida e a própria urbanização” (SANTOS, 2013, p. 33). Portanto, em 1960, o Brasil já estava a caminho da inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, promovendo uma importante inflexão na dinâmica demográfica brasileira, que terá seu caráter alterado da predominância de moradia na zona rural, para uma face marcadamente urbana a partir de então. Segundo Santos:

> Os anos de 1960 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, como entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do país. Nos anos de 1960-1970, os dois números se aproximam. E, na década de 1970-1980, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte (SANTOS, 2013, p. 32-33).

Nesse contexto, as diferenças da urbanização brasileira se tornarão mais marcantes em relação à Amazônia. Na escala nacional o Brasil tornava-se cada vez mais urbano, situação que destoa do que ocorre na Região Norte. O Brasil, em 1960 possuía 45,08% da população domiciliada na zona urbana, enquanto na região Norte, a proporção de pessoas residindo em cidades era de 35,54%. E, conforme evidencia a tabela 10, na década de 1960, a diferença de urbanização do Norte em relação ao país já era de 10%, estando posta na escala nacional a irreversibilidade da inversão demográfica campo–cidade que ocorrerá na década seguinte.

Portanto, é nesse quadro da acelerada urbanização brasileira que avança também, a passos rápidos, a integração regional que se acentuará a partir de 1960 na Amazônia.

Tabela 10 - População por situação de domicílio, Brasil, Região Norte (1960)

Brasil, Grande Região	População (pessoas)		Situação de domicílio			
			Urbana		Rural	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Brasil	70.992.343	100	32.004.817	45,08	38.987.526	54,92
Norte	2.930.005	100	1.041.213	35,54	1.888.792	64,46

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Apesar de o ritmo de concentração urbana ser mais lento na Amazônia, em virtude da predominância das atividades produtivas extrativas e relações de produção estabelecidas no campo que caracterizam a região, há diferenças no tocante à urbanização de suas unidades federativas, especialmente dentre as duas principais, o Amazonas e o Pará.

Nesse aspecto, na década de 1960, período em que é instituída a Zona Franca de Manaus (1967), a população do estado do Amazonas distribuía-se quanto à localização domiciliar predominantemente na zona rural, 66,89% dos 714.774 habitantes, enquanto 33,11% ou 478.120 pessoas estavam na zona urbana.

Por sua vez, o estado do Pará, que possuía 60,04% da população regional, com 1. 538. 193 moradores (IBGE, 1964), apresentava urbanização mais próxima do quadro nacional e superior à da regional, pois desse total, 623.816 pessoas, ou 40,56%, estavam domiciliadas na zona urbana. O território do Acre, a terceira Unidade Federativa da região Norte em quantitativo populacional, com 160.208 habitantes tinha população fortemente rural, com 78,78% da população residindo nessa zona.

Rondônia e Roraima tinham situação parecida com a do estado do Pará referente à distribuição de sua população, com 56,43% e 56,88% domiciliadas na zona rural, enquanto o Amapá era a única UF que contava com mais da metade de sua população na zona urbana, 51,37%, em que pese sua pouca representatividade populacional na região em termos absolutos (tabela 11).

Tabela 11 – População por situação de domicílio nas Unidades da Federação - UFs - Região Norte (1960)

Unidades da Federação	População (Pessoas)		Situação de domicílio			
			Urbana		Rural	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Acre	160.208	100	33.998	21,22	126.210	78,78
Amapá	68.889	100	35.390	51,37	33.499	48,63
Amazonas	**721.215**	**100**	**239.659**	**33,23**	**481.556**	**66,77**
Pará	1.550.935	100	630.672	40,66	920.263	59,34
Rondônia	70.783	100	30.842	43,57	39.941	56,43
Roraima	29.489	100	12.717	43,12	16.772	56,88

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Conforme evidenciado, o processo de urbanização que avançava no país ainda não era a realidade encontrada na Amazônia e nem no Amazonas. Estes ainda se encontravam na contramão das tendências demográficas do país, pois no aspecto domiciliar seus habitantes estavam, em sua maioria, no campo. Tal situação evidencia uma forte vinculação da sociedade amazônica e amazonense com a dinâmica social de caráter marcadamente rural.

Um aspecto importante a ser ressaltado é a concentração da população urbana nas capitais dos dois principais estados da Amazônia, que conforme visto na seção 3, é herdada da época da borracha (CORRÊA, 1989). Nesse sentido, no Pará, a capital Belém, que na década seguinte sediaria uma das 12 (doze) regiões metropolitanas brasileiras, possuía ¼ da população estadual (25,45%) e quase o total desta domiciliada na zona urbana, ou 94,63%, uma taxa de urbanização bastante superior à de sua Unidade Federativa e também da região.

No Amazonas, apesar de a capital possuir também ¼ da população amazonense (24,30%), a população urbana de Manaus estava um pouco abaixo da capital paraense, com 87,85%, mas análoga a esta quanto à superioridade da taxa de urbanização, tanto estadual quanto regional. Os dados podem ser confirmados abaixo.

Tabela 12 – População total, % da Capital em relação à UF, População urbana, UFs selecionadas, região Norte (1960)

UF, Capital	População (Pessoas)		% da Capital em relação à UF	População Urbana	
	V. Abs.	%		V. Abs.	%
Pará	1.538.193	100		_	_
Belém	399.222	100	25,95	377.777	94,63
Amazonas	714.744	100		_	_
Manaus	173.703	100	24,3	152.432	87,75

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

4.2 Amazônia e Amazonas no pós-1960 a 1980: integração planejada, autoritária e produtiva

A década de 1960 traz para a Amazônia uma nova forma de promover o desenvolvimento regional. Por meio da Lei nº 4.216, de 1963, definiu-se a concessão de incentivos fiscais para a iniciativa privada que investisse em projetos de desenvolvimento na Amazônia. O objetivo era atrair investimentos externos para a região, estimulando a participação do setor privado. Aprovada a legislação, sua operacionalização ocorrerá já em outro contexto político, o da Ditadura Militar.

Os militares mantiveram as diretrizes do “Desenvolvimentismo-Associado”, de defesa do intervencionismo estatal, industrialização e nacionalismo, embora matizadas com suas próprias orientações geopolíticas, fundamentadas na Escola Superior de Guerra e sua ideologia de “segurança nacional”. Nesse sentido, justificavam a intervenção na Amazônia por meio do *slogan* “integrar para não entregar”.

Em um contexto de maior abertura ao capital estrangeiro, associaram-se ao capital internacional. Essa introdução do capital estrangeiro para o financiamento das políticas de desenvolvimento levou à denominação de “Desenvolvimentismo-Associado”, vertente inaugurada por Juscelino Kubitscheck e consolidada pelos governos militares no pós-64 (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013, p. 412). Nesse período, há um cenário favorável à contração de empréstimos do exterior.

O primeiro presidente militar, General Castelo Branco (1964-1967), anunciou durante uma visita à Macapá-AP, em 1966, as novas ações para desenvolver a região

Norte, denominada de “Operação Amazônia”. Essa *Operação* constituiu-se em uma reformulação da política de desenvolvimento regional, a partir da perspectiva dos militares, vinculando-a à doutrina de segurança nacional. As políticas propostas passaram a ter, portanto, duplo objetivo, de promoção do desenvolvimento econômico e geopolítico.

No documento base para a reformulação da política de desenvolvimento e segurança para a Amazônia, o relatório “Operação Amazônia” (MECOR, 1966) partiu de uma concepção da região como *espaço vazio*, sem presença de população, aberto a possíveis insurreições vindas dos países limítrofes que possuíam atividades de guerrilha.

Nessa perspectiva, ao definir a região como espaço *vazio,* os militares desconsideraram a existência da população local, como os povos indígenas, respaldando-se na concepção oficial vigente que vê esses povos como desprovidos de condições de se autodeterminar, sendo necessária a tutela estatal para serem integrados à sociedade nacional. Essa concepção oficial sobre a incapacidade dos indígenas é sintetizada por Oliveira da seguinte forma: “[...] o índio é tido como portador de uma cultura primitiva, incapaz por si só de aprender ou adaptar-se às condições de uma cultura superior” (OLIVEIRA, 2013, p. 432).

Segundo Machado (1992), essa concepção de fronteira que desconsidera a população indígena da região, vendo-a como “espaço vazio”, está presente nos primeiros trabalhos sobre fronteira, feitos pelo historiador J. Tuner, que estudou o povoamento e colonização dos Estados Unidos. Para Turner e seus antecessores, “espaço vazio” não se referia somente ao aspecto demográfico de baixa densidade de população, mas esse conceito foi elaborado para contrapor-se à presença indígena: eram espaços não civilizados, aqueles onde não existiam as formas de civilização. Assim:

> A propriedade privada e o aparato jurídico que a legitimam sob a forma do Estado eram instituições próprias da civilização e ausentes das comunidades indígenas. Dessa maneira, era possível anular os argumentos jurídicos sobre o direito de posse dos indígenas sobre as terras americanas (MACHADO, 1992, p. 29).

Por outro lado, imbuídos da ideologia da segurança nacional, temiam a possibilidade de a região ser porta de entrada para grupos com outras orientações político-ideológicas, em um contexto de *Guerra Fria* que dividia o mundo em dois grandes blocos, o capitalista e o comunista. Essa ideologia estava sintetizada na frase "integrar para não entregar", utilizada pelos militares na definição das ações na região.

Nesse contexto, são inseridos outros dois elementos para justificar a intervenção do Estado na Amazônia, além da necessidade da integração econômica: o discurso da área com baixa densidade populacional e o fato de estar sendo ocupada por grupos sociais indígenas desprovidos de condições para defendê-la, o que, por conseguinte, tornava-a vulnerável à expropriação por outros povos, respaldada também, neste último caso, pelas interpretações científicas vigentes. Portanto, era urgente a tarefa de ocupação da fronteira amazônica. Conforme Oliveira:

> A síntese da "intervenção" pode ser resumida em tamponar fronteiras, vulneráveis tanto pela sua rarefação demográfica quanto por estarem habitadas por indígenas "menores de idade", definidos assim pela própria Constituição e pela longa prática da relação entre "civilizados" e as nações indígenas, prática e teoria às quais não faltava a legitimidade "científica" de uma antropologia tradicional que considerava os índios como faltos de história, portanto sem passado, sem presente e sem futuro (o que relembra a Conquista original) (OLIVEIRA, p. 86, 1997).

Devido à urgência requerida para promover o desenvolvimento e o povoamento da região, conforme exigiam a segurança nacional e a integração da Amazônia à economia do país, nesse primeiro momento a industrialização não é referendada como atividade principal a ser desenvolvida. Assim, no relatório da "Operação" há a indicação do aproveitamento agrícola-pecuário como possibilidades efetivas para diversificar a estrutura de produção e atender ao ritmo que a situação requeria em substituição aos setores extrativo e comercial. Contudo, o documento assinala que o mérito da industrialização local "estará na fixação de bases mais estáveis para o aproveitamento dos recursos naturais existentes e potenciais" (MECOR, 1966, p.16).

Para conhecer e utilizar os recursos naturais existentes na região foi definido um plano de pesquisa em diversas áreas, pois já haviam sido (re) criadas instituições de ensino e pesquisa na Região, como a Universidade Federal do Pará, fundada em 1957,

e a Universidade do Amazonas, refundada em 1962[24]. O documento finaliza recomendando a realização da *Operação Amazônia*, que deve mobilizar a sociedade nacional para promover a ocupação e o desenvolvimento da região. Essa meta é a prioritária. Outras importantes medidas são a instalação de Zona Franca Fiscal, como instrumento de desenvolvimento, e a concessão de incentivos fiscais, como os vigentes no Nordeste, incluindo a adequação de legislação para esse fim (MECOR, 1966).

Portanto, é o próprio Estado que vai viabilizar as condições necessárias para o avanço do capitalismo na Amazônia. Uma das estratégias é a (re) criação de instituições que ampliarão a ação estatal na região, cada uma atuando em uma área específica. Dentre as que terão atuação mais decisiva, destacam-se a SUDAM (Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966), o Banco da Amazônia (BASA) (Lei nº 5.122, de 28/09/1966), ambos com sede em Belém, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (Decreto 288, de 28 de fevereiro de 1967), com sede na capital do Amazonas.

Para fins de execução do planejamento governamental, a Amazônia foi dividida em duas grandes áreas. Com base no Decreto-Lei 291/ 67, o Governo Federal definiu: a **Amazônia Ocidental,** formada pelos estados do Amazonas e Acre e os territórios de Roraima e Rondônia; e a **Amazônia Oriental**, formada pelos estados do Pará e território do Amapá.

Referente aos objetivos das instituições de planejamento e execução (re) criadas pelo novo governo, a SUDAM, que substituiu a SPVEA, foi concebida como a versão amazônica da SUDENE, criada em 1959, na região Nordeste, embora em outro contexto, sob a orientação político-ideológica dos militares, o que as torna distintas[25]. A SUDAM orientava-se pela mesma diretriz de promoção do desenvolvimento regional, via industrialização substitutiva de importações, com financiamento por meio da política de incentivos fiscais ao capital privado, pois se tinha claro a impossibilidade de a região

---

[24] A Universidade Livre de Manaus foi fundada originalmente em 1909, sendo considerada a primeira Instituição de Ensino Superior no país. Criada pelo Clube da Guarda Nacional do Amazonas, no contexto do *boom* da borracha, funcionou por 17 anos, sendo desativada em 1926 (UFAM).

[25] A proposta que originou a SUDENE emergiu das discussões e projetos do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no qual Celso Furtado teve papel fundamental, sendo inclusive seu primeiro superintendente.

se autossustentar financeiramente. Sobre a criação da SUDAM e a relação com a SUDENE, Lira (2005, p. 96) destaca que:

> O modelo e a estratégia eram as mesmas e, face o diagnóstico de que, por si só, a região não apresentava uma estrutura econômica que a possibilitasse gerar uma alternativa de desenvolvimento capitalista, foi-lhe imputada também a estratégia de adoção da industrialização como motor do desenvolvimento local, moldada no pressuposto da substituição regional de importações nos moldes cepalino. A SUDAM passaria a se constituir na estrutura institucional que ensejaria o planejamento regional ou, melhor dizendo, na estrutura institucional que conduziria o planejamento regional através da política de incentivos fiscais.

Quanto ao BASA, este foi criado em substituição ao BCA, ampliando suas ações e assumindo a função de agente financeiro das políticas federais de desenvolvimento regional, “tornando-se depositário dos recursos provenientes dos incentivos fiscais” (BASA, 2014).

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foi criada para administrar a ZFM, reformulada da proposta aprovada anteriormente (1957). Assim, pelo Decreto – Lei n° 288 de 28, de fevereiro, de 1967, o Governo Federal ampliou a legislação de criação da ZFM e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário. A criação da ZFM, seus desdobramentos e a industrialização promovida em Manaus será objeto do capítulo quatro neste trabalho.

Na distribuição da sede das grandes instituições de planejamento e financiamento do desenvolvimento no território amazônico, foram contempladas tanto a Amazônia Ocidental quanto a Amazônia Oriental, e nelas, os dois estados mais importantes da região, tanto do ponto de vista da economia, como em termos de quantidade de população. Assim, na Amazônia Ocidental, a SUFRAMA ficou sediada na capital do Amazonas, enquanto na Amazônia Oriental, a SUDAM e o BASA tiveram suas sedes localizadas em Belém-PA. As capitais Manaus e Belém, além da localização estratégica, possuíam infraestrutura herdada da época da borracha, e estavam aptas a oferecer melhores serviços e recursos para as novas instituições.

Os recursos para financiar as ações da “Operação” tiveram diversas origens, mas de uma fonte comum: as instituições públicas federais. Tem-se como exemplo os impostos federais, os investimentos diretos, os do Fundo de Valorização da Amazônia,

os de diversos ministérios que, de alguma forma, estavam relacionados às ações, dentre outros, além de empresas públicas como Petrobras, Embratel, Rede Ferroviária Federal (MECOR, 1966, p. 24).

A política de incentivos fiscais foi aprovada no ano de 1963, mas ampliada em 1966, tendo em vista a realização da “Operação Amazônia”. Assim, estabeleceu-se a concessão de 50% de isenção de imposto de renda devido até 1982 para quem investisse em agricultura, pecuária, indústria e serviços básicos (saúde, educação, transporte, colonização, turismo, dentre outros). Hall (2009) destaca que a política de crédito subsidiado foi concedida, pela primeira vez, para a aquisição de terras em grande escala, trazendo consequenciais sociais e ambientais que repercutem até os dias atuais.

Segundo esse mesmo autor, a criação de gado já era uma realidade na Amazônia desde a década de 1950, mas com os recursos colocados à disposição do setor privado, os projetos pecuários aprovados pela SUDAM saltaram de 04, em 1966, para 162, em 1969. O incentivo à criação de gado foi volumoso, contando com muita propaganda, como a atividade mais rentável na Amazônia e a perspectiva de que seria o “setor dinâmico” da economia do Norte (HALL, 1990, p. 26).

4.2.1 A integração produtiva

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu o avanço da integração amazônica à economia nacional pela firme decisão do governo militar em explorar a fronteira de recursos naturais abundantes na região e promover sua ocupação. A Amazônia passa, então, a ser vista como fronteira de recursos. Nesse período, o Brasil estava no auge do denominado “milagre brasileiro”, que lhe possibilitou as mais altas taxas de crescimento de sua história, repercutindo nos investimentos feitos na região e ampliando-os.

As grandes instituições de planejamento e a ação governamental SUDAM, BASA e SUFRAMA – implantadas na década anterior – em parceria com outras instituições regionais e nacionais, serão as principais responsáveis pelas grandes intervenções, denominadas na literatura regional de “grandes projetos”. Os “grandes projetos”

permitirão o avanço da integração econômica e de ocupação da Amazônia, perseguindo o duplo objetivo: garantir a segurança do território nacional e a inserção produtiva da Amazônia na economia nacional.

Durante o Governo Médici (1969-1974), foi implementada uma primeira rodada de grandes intervenções pautadas no binômio integração-ocupação. Cabe destacar que, nesse período, havia uma discussão sobre internacionalização da Amazônia, em virtude do interesse demonstrado pelos Estados Unidos em explorar seus recursos naturais, como um projeto do Instituto Hudson financiado pelo Pentágono. Nesse contexto, mais do que nunca, a integração da região tornou-se meta prioritária para o governo militar.

Nesse sentido, assumindo a diretriz de utilização do planejamento como estratégia de intervenção por meio de planos, programas e projetos para aprofundar a integração física da Amazônia ao Centro-Sul, foi elaborado o Programa de Integração Nacional (PIN) (Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970), cujo objetivo era ampliar a malha rodoviária através da abertura de grandes rodovias. Uma diferença em relação a outros projetos do mesmo tipo realizados na região foi associar a construção de grandes rodovias a projetos de colonização. Essa dupla intervenção buscava garantir a efetiva ocupação do território “vazio”, inviabilizando qualquer possibilidade de uso para outros interesses.

Segundo Lira (2005), o PIN e seus objetivos situaram-se como subprodutos do planejamento mais amplo do país, pois, nesse período (1972), entrou em execução o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ocorrendo assim uma subordinação do planejamento regional ao nacional. Nesse aspecto, a proposta de integração física da Amazônia, por meio de grandes rodovias, já fazia parte dos objetivos do I Plano Quinquenal da SUDAM (1967 – 1971).

Para compor os PNDs, vigorava a orientação para as instituições regionais elaborarem seus planos de desenvolvimento em sua área de atuação. Os planos de desenvolvimento da SUDAM passaram então a ser denominados de Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), em um contexto de planejamento realizado em várias escalas, no qual se pretendia que o regional estivesse articulado às diretrizes nacionais de desenvolvimento.

No âmbito do PIN, as principais obras para a integração física da Região foram a **Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163)**, a Rodovia **Transamazônica (BR 230)** e a **Rodovia Perimetral Norte (BR 210**). Dentre essas três grandes rodovias, a Transamazônica foi concebida como estratégica, por interligar o Norte ao Nordeste, permitindo a vinda do "excedente" populacional flagelado pela seca na região nordestina, ocupando o espaço "vazio" amazônico, segundo os militares. Nesse sentido, resolver-se-iam as tensões sociais existentes no Nordeste, onde as secas e a falta de acesso à terra impediam a melhoria das condições de vida de parte significativa da população. Os recursos para a construção da estrada de 5.000 km^2 vieram dos fundos de incentivos fiscais, US$ 100 milhões do PIN, além de doações estrangeiras.

Becker (2009) destaca que essa estratégia de atuação complementar entre as regiões Norte e Nordeste, em que pese às distorções realizadas nessa concretização, colocou em prática uma proposta já visualizada por Celso Furtado, na década de 1950.

A colonização ao longo da Transamazônica foi executada via Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), em ação complementar ao PIN. Apesar de promover a redistribuição de terras devolutas, ao que parece, seu maior objetivo, segundo Hall (1989), foi o de promover a agroindústria, criando uma classe de fazendeiros de pequeno e médio porte, substituindo a agricultura de subsistência. Coube ao INCRA (criado em 1970), o assentamento das famílias de migrantes.

Apesar das tentativas de colonização dirigida e a existência de colonização espontânea, no caso da Belém-Brasília, o acesso à terra e a fixação do homem foram limitadas. Em ambos os casos, estudos apontam que a colonização dirigida favoreceu o minifúndio, enquanto a colonização espontânea resultou em latifúndios (MARTINE; CAMARANO; BELTRÃO, 1988).

Quanto aos resultados do PIN, a Transamazônica passou a ser conhecida pela população regional como "transamargura", pois, por ter sido construída sem a realização de estudos sobre a área, a estrada transformou-se em um grande problema, especialmente no período de chuvas, quando ficava intransitável, situação que, dentre outras, inviabilizou sua conclusão, e as famílias assentadas, com pouco conhecimento da região e sem o apoio governamental, ficaram abandonadas à própria sorte (CASTRO; ALONSO, 2006). Além disso, segundo esses autores, a rodovia "tornou-se

um território de conflitos étnicos e de violência" (CASTRO; ALONSO, 2006, p. 167), envolvendo a população indígena, cujas terras foram atravessadas pela rodovia, a população local e os migrantes.

A conjuntura internacional, devido à crise do petróleo na década de 1970, tornou-se adversa, porém, não houve alteração na direção das políticas governamentais concebidas para a Amazônia, embora sob um novo governo, o do General Ernesto Geisel (1974-1979). Nesse período, foi apresentado o II PND, prevendo na política econômica nacional, a conclusão do processo de industrialização pesada, de insumo, de bens de capital e de bens intermediários, e investindo em várias frentes. Mas, a possibilidade de uma dívida externa para o Brasil pressionou para que a política pública na Amazônia fosse produtora de divisas ao país (HALL, 1989, p. 39).

Nesse sentido, as ações governamentais continuaram a ser realizadas via planos, programas e projetos, mas buscando o aproveitamento da infraestrutura, bens e serviços que foram implantados na região. O II PND, de acordo com Hall (1989), propôs a ampliação das vias de circulação/integração, especificamente na área de transportes e comunicações, expandindo atividades voltadas para a exportação (carne de vaca, madeira e minerais) e concentrando os investimentos em áreas especificas, os denominados polos de desenvolvimento.

No II PND, foi incluída como VI tarefa para o desenvolvimento do país a Integração Produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste. Assim, foram definidos os programas que receberiam impulsos: o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (**POLAMAZÔNIA)**, o "Complexo Mínero-metalúrgico da Amazônia Oriental" e o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais (II PND 1975-1979, p. 6).

O **POLAMAZÔNIA** foi concebido como um dos principais programas dentro do enfoque de áreas integradas de investimento para a integração nacional (II PND, 1975-1979), formando 15 polos de desenvolvimento. Visava à exploração das potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais da região. Essa proposta inspirava-se nas formulações do teórico francês François Perroux, que em 1955 propôs uma política de concentração de investimentos em locais previamente escolhidos do território (TAVARES, 1972).

Os “polos” amazônicos foram concebidos fora da zona urbana, que segundo Stella (2009) criaram um ambiente favorável ao investimento privado, pois a prioridade eram as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e a colonização privada, enquanto o governo garantia a infraestrutura necessária para o funcionamento das atividades. Entretanto, de acordo com o mesmo autor, a Serra de Carajás representava o modelo dessa proposta, e por ser uma das mais ricas em minérios do planeta (ferro, ouro, estanho, bauxita, manganês, níquel e cobre e outros), em uma área de mais de 900 mil km², a Serra passaria a ser explorada em sua totalidade.

Quanto ao Programa de Polos Pecuários, a meta era a elevação do rebanho da Amazônia para 5 mil cabeças, utilizando dois componentes estratégicos, “sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor” (BRASIL, II PND, 1975-1979, p. 49).

Avançando na proposta de exploração dos recursos naturais e ambientais da Amazônia, foram definidas duas outras grandes prioridades: a exploração de minérios e metais, no denominado “Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental” formado pelas áreas de Carajás-Itaqui (minério de ferro e siderurgia), Trombetas-Belém (bauxita, alumina e alumínio) e o aproveitamento hidroelétrico dos Rios Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí); e uma Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional do Solo da Amazônia, com o objetivo precípuo de desenvolver atividades racionais do uso de madeireira, celulose e definir áreas de Parques e Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Parques de Caça (BRASIL, II PND, 1975-1979, p. 50-51).

Por fim, foi proposto no II PND a conclusão da implantação do Distrito Industrial e Agropecuário da ZFM, para desenvolver industrialização e colocar em execução as atividades agropecuárias (BRASIL, II PND, 1975-1979, p. 51).

Ao propor a integração nacional e, no caso da Amazônia, a sua ocupação produtiva, consta no II PND a preocupação em evitar a devastação dos recursos naturais. Para isso, a orientação é de que isso seria possível por meio do uso de ciência e tecnologia nessas ações, sendo proposto o Programa de Trópico Úmido para dotar a região de centros e núcleos de pesquisa (BRASIL, II PND, 1975-1979).

Conforme registrado anteriormente, os PDAs elaborados pela SUDAM incorporariam as prioridades e diretrizes nacionais, especificando-as, nas ações previstas. Assim, coube à SUDAM propor os desdobramentos para operacionalizar essas políticas regionais definidas em âmbito nacional.

A produção de energia foi outra linha de ação definida para complementar a matriz energética do país e promover a sustentabilidade dos empreendimentos da região. Foram construídas e ampliadas várias hidrelétricas, pois na Amazônia, por sua densa rede hídrica, há um alto potencial para essa atividade. Para comandar as ações de produção de energia, foi criada a Centrais Elétricas do Norte – Eletronorte S.A, em 1974, como subsidiária da Eletrobrás – Centrais Elétricas do Brasil S. A. Dentre as várias iniciativas, seu maior projeto foi a Hidrelétrica de Tucuruí, cuja produção de energia visava abastecer os grandes centros consumidores da região e a indústria de alumínio e bauxita.

Além disso, houve também a criação de estruturas para melhor conhecimento dos recursos naturais da Amazônia (CEAM – energia, CPRM – recursos minerais, Projeto RADAM – mapeamento) (CORRÊA, 1989).

Outra forma encontrada para reduzir o isolamento regional foi a dotação de serviços de telecomunicações, conforme consta no PDA. A empresa Telecomunicações do Brasil (TELEBRAS0 tinha a tarefa de melhorar a oferta dos serviços de telecomunicações, viabilizando condições para atingir esse objetivo.

O último presidente militar iniciou seu governo em um cenário negativo que antecedia os anos de 1980, conhecido como “década perdida” devido à crise da dívida externa. O novo Presidente, general João Batista Figueiredo (1979-1985), apresentou novos planos para a Amazônia, integrados ao III PND, como o Programa Grande Carajás, o Projeto Calha Norte, sendo os últimos da série de grandes projetos na Região Norte. Contudo, com o desenrolar da crise da dívida na década de 1980, os efeitos da promoção do desenvolvimento financiado por empréstimos externos vieram à tona, inviabilizando a política de grandes investimentos estatais no país e na região Norte.

O modelo de forte intervenção estatal na Amazônia (e no país) arrefeceu com a crise nos anos 1980 e a adoção das políticas neoliberais na década de 1990. Contudo,

mesmo com o refluxo da economia nacional e o fechamento e/ou abandono de vários projetos iniciados na década de 1970, os investimentos realizados resultaram no avanço econômico na região (agropecuária, mineração e industrialização). Nesse sentido, depois da integração comercial e física, a Amazônia integrou-se de maneira produtiva, contribuindo para a economia e desenvolvimento do país, ainda que de forma subordinada e repleta de contradições e conflitos.

Por outro lado, as contradições do modelo intervencionista e autoritário do Estado e sua proposta de desenvolvimento estavam cada vez mais expostas, concretizando-se sob a forma de problemas sociais, ambientais, conflitos étnicos, pela posse de terra, desmatamento e queimadas, colocando a região como foco de tensões, conflitos e violação aos direitos humanos.

Os impactos dessas iniciativas no espaço amazônico, tanto rural quanto urbano podem ser reconhecidos no crescente êxodo rural que a região passou a experimentar, especialmente a partir da década de 1970, pois foram desestruturados os meios e modos de sobrevivência (caça, pesca etc.) das populações tradicionais (ribeirinhos e indígenas), forçando a fuga para a cidade que se apresentava atrativa na busca por melhoria das condições de vida. A partir de 1970, a região já se destacava por seu processo de urbanização, assunto que será abordado no próximo subitem.

4.3 As políticas desenvolvimentistas e a urbanização acelerada na Amazônia: diferenciações intrarregionais

4.3.1 A dinâmica populacional e suas limitações

Conforme visto, a política de integração da Amazônia, marcada por uma série de mecanismos de integração comercial e física, em 1950, ganhou um maior fôlego com os militares no poder e a estratégia geopolítica e desenvolvimentista associada, em 1964.

As ações que visaram à ocupação da Amazônia e sua integração ao desenvolvimento econômico do país resultaram em crescimento populacional e numa acelerada urbanização de seu território. Contudo, é necessário ter atenção quando o enfoque é feito pelos resultados alcançados do ponto de vista quantitativo, a partir da

relação de grandes investimentos governamentais e seus impactos socioambientais na região.

Nesse sentido, do ponto de vista da representatividade populacional no conjunto do país, em 1970, a região Norte comparecia com 3,87% do total. As múltiplas ações de colonização dirigida, construção de rodovias de interligação com as demais macrorregiões, incentivos fiscais e creditícios ofertados ao capital, grandes projetos hidroelétricos e de infraestrutura, dentre outras iniciativas, contribuíram para o crescimento populacional ascendente na região via migrações, ainda que seus resultados não tenham sido tão expressivos.

Na década posterior, 1980, a população da região Norte passou a representar 4,94%, do total do contingente brasileiro, aumentando 1,07% em relação a 1970. Nas décadas que se seguiram, a população da região amazônica continuou crescendo, com auge ocorrido em 1991, quando registrou 6,83% da população brasileira.

Portanto, o crescimento demográfico amazônico teve seu momento mais significativo entre 1980 a 1991, quando acrescentou 4.149.850 pessoas para a região, uma taxa de crescimento entre décadas de 1,89% (tabela 13).

Tabela 13 - População residente, Brasil, Região Norte, Total e % - Proporção da Região Norte (1970 - 1991)

Brasil, Grande Região	População residente (Pessoas) X Ano							
	1970		1980		1970-1980 (%)	1991		1980-1991 (%)
	V. Abs.	%	V. Abs.	%		V. Abs.	%	
Brasil	93.134.846	100	119.011.052	100	-	146.825.475	100	-
Norte	3.603.679	3,87	5.880.706	4,94	1,07	10.030.556	6,83	1,89

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Ressalta-se que foi nesse período que a Amazônia voltou a atrair migrantes nacionais, sendo este o segundo momento mais importante dessa ocorrência na região. E, tal como ocorreu no ciclo da borracha, os fluxos migratórios vieram principalmente do Nordeste, mas também de outras regiões, como o Sudeste e o Sul. Nessa perspectiva, Benchimol (1991) destaca que a Amazônia foi a que mais cresceu demograficamente na década de 1980, registrando 5,04% ao ano, enquanto nas demais regiões essa taxa

foi inferior, como: o Sul, com 1,43%; o Sudeste, com 2,64%; o Nordeste, com 2,16%; e o Centro-Oeste, com 4,04%.

Contudo, para Cano (2011), apesar dos altos investimentos na região, aplicados na abertura da fronteira agrícola amazônica, na elevada especulação em suas terras e os equívocos no tratamento do meio ambiente, do ponto de vista quantitativo os resultados não foram na mesma proporção, contrastando, por exemplo, com o estado de São Paulo que, num período mais amplo, ou seja, entre 1970 a 2000, recebeu quatro vezes mais a quantidade de pessoas acrescentadas à região Norte.

É importante refletir sobre as dificuldades que a população migrante, tendencialmente desprovida de recursos financeiros, possui ao buscar melhores oportunidades de trabalho e sobrevivência fora de seus lugares de origem. O processo de industrialização e modernização dos grandes centros urbanos situados nas regiões mais dinâmicas, notadamente o Sudeste, e com maior facilidade de acesso, principalmente via rodovias, acenam com possibilidades de mais e melhores oportunidades de trabalho e renda, possuindo, portanto, atratividade superior frente às regiões periféricas, onde tais elementos não estão fortemente presentes ou estão em processo de estruturação inicial.

Isso justifica, em parte, o porquê de estas regiões dinâmicas serem destino preferencial dos migrantes brasileiros, em que pese os altos investimentos estatais para o acesso e desenvolvimento econômico da região amazônica, inclusive com ações de colonização dirigida no auge das políticas desenvolvimentistas.

Nessa perspectiva, as desigualdades regionais são expressas também na capacidade que os lugares têm de atrair, em maior ou menor intensidade, os fluxos migratórios, conforme as reflexões de Caetano:

> No Brasil, principalmente a partir da década de 50, o processo de industrialização centrado nas grandes áreas urbanas gerou um leque de oportunidades de empregos nos setores urbanos e de serviços e teve, como um de seus resultados, a formação de um fluxo migratório rural – urbano intenso, principalmente para os grandes centros da região Sudeste (CAETANO, 1998, p. 25).

No âmbito intrarregional, nesse período de auge do crescimento da participação da região Norte no total do país, observam-se algumas permanências, como a manutenção dos estados do Pará e do Amazonas liderando em quantidade de

população (primeiro e segundo lugar, respectivamente), além do Acre, que continuou ocupando o terceiro lugar, apesar de todos terem reduzido, em termos relativos, sua participação. Os dois estados mais importantes da região, Pará e Amazonas, registraram, respectivamente, a seguinte participação: 1970: 57,88% e 24,33%; 1980: 49,35% e 20,97%; 1991: 47,99% e 21,82%.

Ao mesmo tempo em que esses dois estados tiveram sua participação reduzida, outros territórios da região meio-continente passaram a se dinamizar. Todos os demais estados aumentaram sua população, do ponto de vista dos valores absolutos, com algumas particularidades.

Quanto ao aumento da participação populacional na região, cita-se como exemplo Rondônia. Este teve grande crescimento demográfico entre 1970 e 1991, em função da colonização oficial, nos assentamentos agrícolas do INCRA, ao longo da BR-364 que atraiu migrantes do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, expandindo também as vilas e povoados (BENCHIMOL, 1995). Registrava 3,08% em 1970, passando para 8,35% em 1980 e atingindo 11,29% em 1991.

Por sua vez, o estado de Roraima registrou essa mesma dinâmica de crescimento de Rondônia, ainda que com menor expressão: 1970: 1,13%; 1980: 1,35%; 1991: 2,17%. E, o estado do Amapá, que reduziu sua participação até 1991. A criação do estado do Tocantins, em 1988, acrescentou mais população à região (9,17%), a partir de 1991 (tabela 14).

Tabela 14 - População da região Norte e demais Unidade da Federação. Participação das UFs no total (1970 – 1991)

Região e UFs	População residente (Pessoas) X Ano					
	1970		1980		1991	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Norte	3.603.679	100	5.880.706	100	10.030.556	100
Rondônia	111.064	3,08	491.025	8,35	1.132.692	11,29
Acre	215.299	5,97	301.276	5,12	417.718	4,16
Amazonas	955.203	26,51	1.430.528	24,33	2.103.243	20,97
Roraima	40.885	1,13	79.121	1,35	217.583	2,17
Pará	2.166.998	60,13	3.403.498	57,88	4.950.060	49,35
Amapá	114.230	3,17	175.258	2,98	289.397	2,89
Tocantins	-		-		919.863	9,17

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

No aspecto da participação das capitais estaduais no total da população da Amazônia no período da integração produtiva, os dados censitários evidenciam que houve perda de representatividade. Assim, entre 1970 a 1991, as capitais diminuíram essa participação de 34,29% para 30,80%.

No referente às duas principais capitais da região Norte, que comandam as duas sub-regiões, Amazônia Ocidental (Manaus) e Amazônia Oriental (Belém), tiveram performances distintas. A capital do Amazonas aumentou sua representatividade no contingente das capitais regionais, partindo de 25,22%, em 1970 e, continuando em crescimento, registrando 32,74% em 1991.

Esse aumento da importância demográfica não ocorreu na capital do Pará, cuja representação da capital foi diminuindo de forma pronunciada ao longo do tempo, tornando evidente a perda populacional no conjunto das capitais nortistas. Assim, possuía 51,26%% em 1970, 46, 15% em 1980 e 40,29% no ano de 1991 (tabela 15).

Tabela 15 – População residente, Capitais da Região Norte (1970 – 1991)

Grande Região, Unidade da Federação	População residente (Pessoas) X Anos					
	1970		1980		1991	
	V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%
Norte	3.603.679	100	5.880.706	100	10.030.556	100
Capitais	1.235.582	34.29	2.022.115	34,39	3.089.460	30,8
Capitais	1.235.582	100	2.022.115	100	3.089.460	100
Rio Branco – AC	83.977	6,8	117.101	5,79	197.376	6,39
Manaus – AM	311.622	25,22	633.383	31,32	1.011.501	32,74
Boa Vista – RR	36.464	2,95	67.017	3,31	144.249	4,67
Belém – PA	633.374	51,26	933.280	46,15	1.244.689	40,29
Macapá – AP	86.097	6,97	137.452	6,8	179.777	5,82
Porto Velho – RO	84.048	6,8	133.882	6,62	287.534	9,31
Palmas – TO	-	-	-	-	24.334	0,79

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

O que se pode constatar é que o crescimento da participação da região Norte no total da população brasileira foi pequeno, se comparado a outras regiões de maior dinâmica econômica. Contudo, internamente, repercutiu reduzindo a tradicional concentração demográfica nos três principais estados, Pará, Amazonas e Acre. Também ocorreram alterações na concentração demográfica nas capitais estaduais, com diminuição dessa participação no total estadual.

Além disso, a capital da Amazônia Oriental iniciou um processo de redução da liderança no comando populacional da região, ao mesmo tempo em que, na Amazônia Ocidental, Manaus, em situação oposta, aumentou sua importância, ao registrar crescimento demográfico ascendente nesse período. Houve o acréscimo de uma nova unidade federativa, o estado do Tocantins, que aponta para novas possibilidades quanto à participação amazônica no total populacional do país.

Diante da constatação do descompasso existente entre o volume de ações, investimentos na região e as limitações dos resultados do ponto de vista quantitativo para o seu processo de ocupação, salta aos olhos o que tudo isso resultou para a população e para o território amazônico, sem entrar na discussão da realidade encontrada pelos migrantes dos projetos de colonização dirigida ou da espontânea.

As ações promovidas pelo Estado junto com o capital no território amazônico não foram desprovidas de impactos socioambientais vivenciados pela população regional. Muitos desses grandes empreendimentos foram estabelecidos em áreas habitadas por populações indígenas, pequenos produtores extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, que foram duramente atingidos por projetos minero-metalúrgicos, hidrelétricos, de exploração madeireira, de pecuária, na abertura de rodovias, explodindo vários conflitos socioambientais.

Esses conflitos e contradições das políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia, em última instância, representam as investidas do capital para a apropriação dos recursos naturais. Na região, aumentou a ocorrência de desmatamentos, poluição dos recursos hídricos, avanço do latifúndio e da propriedade privada da terra, pois tradicionalmente na região prevalecia o direito de uso sobre o direito de posse, e comprometimento dos recursos naturais necessários para a vida da população regional.

Tornam-se emblemáticos, para ilustrar esses casos, o processo de construção e funcionamento da Hidrelétrica de Juruti, no estado do Pará, construída entre 1974-1985, estudado por Silva (1999), e o da Hidrelétrica de Balbina, construída nos anos de 1985-1989 no estado do Amazonas, conforme estudos de Oliveira (2000), com graves consequências socioambientais para a população que habita nesses lugares, como a acentuação de conflitos agrários, com uso de violência para sua resolução, resultando no assassinato de trabalhadores rurais, de indígenas e população ribeirinha. A construção da Transamazônica, conforme já destacado, teve graves repercussões não somente para a população regional, mas também para os migrantes de outras regiões que, em muitos casos, não tiveram o apoio necessário dos órgãos governamentais para se estabelecerem com êxito nos projetos de colonização dirigida.

Os grandes projetos desenvolvimentistas e de integração à nação impactaram sobre os meios e modos de vida amazônicos, desestruturando-os e, em muitos casos, forçando a fuga da população para os grandes centros urbanos, o que favoreceu, dentre outros fatores, o processo de urbanização. Nesse sentido, a seguir, será abordada uma das especificidades desse processo de integração da região à economia nacional, que é a ascensão das cidades como local de moradia da população amazônica.

4.3.2 A urbanização da Amazônia no período desenvolvimentista: a cidade como *locus* de moradia da população regional

A Amazônia, na fase da integração produtiva[26], teve na lógica do urbano uma estratégia para promover sua rápida ocupação, conforme propugnou Becker (1990a). O processo de integração da região teve, dentre outros grandes impactos regionais, a conformação de uma urbanização de maior complexidade diferenciada intrarregionalmente, conforme apontado por vários estudiosos do tema.

No *rol* das políticas, programas e projetos da “malha programada”, tecnopolítica (BECKER, 1990a) implantadas, foram desenvolvidas atividades industriais e agroextrativas no espaço sub-regional, seguindo, predominantemente, a trilha dos recursos naturais, principalmente minérios, existentes em suas diferentes áreas.

Nessa perspectiva, admite-se, neste caso, haver uma correlação entre o tipo de atividade econômica predominante nesses espaços sub-regionais, Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental, que são resultantes das iniciativas de integração regional, e o tipo de urbanização promovida que, em última instância, vincula-se à inserção de cada uma dessas sub-regiões na divisão intrarregional do trabalho.

A urbanização em curso na escala nacional constitui-se numa das bases, junto com a industrialização, do novo modo de acumulação. A partir de 1970, a população brasileira passou a viver majoritariamente nas cidades, registrando-se uma inversão quanto à sua situação domiciliar. Esta deixou de ser predominantemente rural, passando a ter 55,94% da população residindo na zona urbana.

Contudo, Santos (2013) destaca que este fenômeno não ocorreu de forma homogênea na escala do país, em virtude dos diferentes graus de desenvolvimento econômico e ocupação prévia das diversas regiões, refletindo o alcance diferenciado da expansão da fronteira agrícola e das migrações inter-regionais no território brasileiro. Nesse sentido, essa inversão domiciliar de rural para urbano ainda não de estava expressa em 1970 na região Norte, pois 54,87% da população vivia na zona rural.

---

[26] Apesar da fase de integração produtiva ir de 1960 até meados de 1980, serão apresentados dados até o ano de 1991, pelo fato dos resultados dessa última década representarem, além do próprio início, toda a dinâmica da década anterior (1980).

Em 1980, quando o processo de urbanização se encontrava em plena marcha no país, registrando quase 2/3 da população brasileira morando nas cidades, ou seja, 67,59%, isso também passou a ocorrer na Amazônia, mesmo que com uma década de atraso. A região, que se encontrava no contexto de expansão das políticas desenvolvimentistas de integração à economia nacional, vivenciou sua inversão demográfica de rural para urbano no ano de 1980, ao atingir 51,63% da população vivendo em domicílios urbanos, enquanto a zona rural registrou 48,37%.

Ao refletir sobre o processo de urbanização no Brasil, em particular na Amazônia, nesse período, Santos (2013) observou que os altos investimentos em propaganda governamental para ações de colonização trouxeram para região, entre as décadas de 1970 a 1980, dois milhões de pessoas. Contudo, esse processo migratório não foi comparável ao grande contingente populacional, atraído para as grandes metrópoles como a do Rio de Janeiro que, nesse período, recebeu valor igual, e de São Paulo, cuja quantidade de migrantes foi o dobro.

Apesar desses limites quantitativos das cidades amazônicas na recepção da população migrante frente às metrópoles do Sudeste, questiona-se: qual o significado dessa urbanização ocorrida na Amazônia? Que elementos contribuem para entender esse fenômeno?

A localização dos domicílios, com predomínio da área urbana, que foi registrada na Amazônia a partir dos anos 1980, evidenciam a fronteira urbana em marcha na escala regional. Estabelece-se, na Amazônia, uma sintonia com a nova divisão do trabalho, no qual regiões da periferia atuam de forma complementar ao Sudeste, a região mais desenvolvida economicamente e também a mais urbanizada, num processo decorrente tanto de migração campo-cidade, quanto da vinda de migrantes de outras regiões que chegam às grandes cidades ou aos núcleos urbanos dos diversos modelos de urbanização.

No ano de 1991, o avanço da urbanização continua na Amazônia, com 59,05% da população habitando em cidades, embora em proporção inferior ao da escala nacional, que é de 75,59% (tabela 16).

Tabela 16 - População residente, total e por situação de domicílio, Brasil, Região Norte (1970 -1991)

Brasil, Grande Região	Situação do domicílio	População residente (Pessoas) X Anos					
		1970		1980		1991	
		V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%
Brasil	Total	93.134.846	100	119.011.052	100	146.825.475	100
	Urbana	52.097.260	55,94	80.437.327	67,59	110.990.990	75,59
Norte	Total	3.603.679	100	5.880.706	100	10.030.556	100
	Urbana	1.626.275	45,13	3.036.264	51,63	5.922.574	59,05

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

No âmbito intrarregional, os estados amazônicos apresentam dinâmicas de urbanização distintas no período 1970-1991. A virada para o predomínio de domicílios urbano em detrimento do rural ocorre na maioria desses entes federados somente na década de 1980, consolidando-se em 1991, quando todos eles alcançam essa condição de predomínio da urbanização.

Nos dois estados principais, Pará e Amazonas, evidencia-se situação diferenciada. Em 1991, enquanto o Amazonas é o segundo estado com maior percentual de população urbana da região, com 71,42%, atrás somente do Amapá que registra 80,89%, o estado do Pará é o menos urbanizado, com 50,37%, seguido do recém-criado Tocantins (57,69%) e Rondônia (58,20%), todos abaixo da média regional, que é de 59,05% (tabela 17).

Tabela 17 - População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e total de capitais estaduais (1970 – 1991)

Região e capitais estaduais	Situação de domicílio	População residente (pessoas) X Ano					
		1970		1980		1991	
		V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Norte	Total	3.603.679	100	5.880.706	100	10.030.556	100
	Urbana	1.626.275	45,13	3.036.264	51,63	5.922.574	59,05
Rondônia	Total	116.620	100	503.125	100	1.130.874	100
	Urbana	60.541	51,91	239436	47,59	658172	58,2
Acre	Total	218.006	100	306.893	100	417.165	100
	Urbana	60.557	27,78	135.754	44,23	258.035	61,85
Amazonas	Total	960.934	100	1.449.135	100	2.102.901	100
	Urbana	409.278	42,59	869.020	59,97	1.501.807	71,42
Roraima	Total	41.638	100	82.018	100	215.950	100
	Urbana	17.929	43,06	49.622	60,5	139.466	64,58
Pará	Total	2.197.072	100	3.507.312	100	5.181.570	100
	Urbana	1.037.340	47,21	1.702.403	48,54	2.609.777	50,37
Amapá	Total	116.480	100	180.078	100	288.690	100
	Urbana	63.785	54,76	106.424	59,1	233.515	80,89
Tocantins	Total	537.563	100	738.688	100	920.116	100
	Urbana	134.793	25,07	296.238	40,1	530.795	57,69

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

No tocante à dinâmica da urbanização nas duas capitais estaduais, no início do período de 1970, Belém e Manaus possuíam 57,86% e 27,23% da população urbana regional, respectivamente. A partir de 1980 iniciou, a perda de participação de Belém, reduzindo-a para 46,75%, enquanto a de Manaus aumentou para 34,70%. Em 1991, Manaus ultrapassou Belém em quantidade de população urbana e participação no total regional, registrando 39,51%, enquanto a capital paraense alcançou 33,33%. Nas décadas seguintes, manteve-se a predominância de Manaus na região, apesar da diminuição em relação a 1991.

Importante registrar também que, no período de 1970 a 1991, todas as demais capitais aumentaram sua participação na urbanização regional (tabela 18).

Tabela 18 - População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e capitais estaduais (1970 – 1991)

Capitais estaduais	População residente (pessoas) com situação do domicílio Urbana X Ano					
	1970		1980		1991	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Total	1.041.789	100	1.763.335	100	2.547.705	100
Porto Velho – RO	47.888	4,6	102.593	5,82	229.788	9,02
Rio Branco – AC	35.628	3,42	87.577	4,97	168.679	6,62
Manaus – AM	283.673	27,23	611.843	34,7	1.006.585	39,51
Boa Vista – RR	16.868	1,62	43.854	2,49	120.157	4,72
Belém – PA	602.829	57,86	824.405	46,75	849.187	33,33
Macapá – AP	54.903	5,27	93.063	5,28	154.063	6,05
Palmas – TO	-	-	-	-	19.246	0,76

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Conforme evidenciaram os dados vistos anteriormente, a urbanização, no âmbito intrarregional, ocorreu de forma diferenciada. Na sub-região Amazônia Ocidental, um elemento que se destaca é o fato de que Manaus, a capital do estado do Amazonas, no período de 1970 a 1980, registrou aumento progressivo no quantitativo de habitantes domiciliados em sua zona urbana, mesmo que tenha ocorrido uma incipiente redução no ano de 1991. Nesse aspecto, junto com o crescimento populacional, a proporção de pessoas vivendo na zona urbana tem sido a tônica em Manaus, revelando um padrão de desenvolvimento e urbanização concentrados na capital do Amazonas em detrimento dos demais 61 municípios amazonenses, diferentemente do ocorrido na capital da Amazônia Oriental, Belém.

Em 1970, tal qual a capital paraense, Manaus já possuía quase a totalidade de sua população na zona urbana, registrando a taxa de 91,03%. Contudo, com o avançar das décadas, a proporção de pessoas vivendo na zona urbana da capital amazonense aumentou ainda mais, alcançando 96,60% em 1980, e atingiu seu ponto máximo em 1991, quando se elevou para 99,51%.

A trajetória de aumento da proporção de pessoas residindo na zona urbana de Manaus revela a manutenção do padrão de urbanização concentrada nas capitais estaduais (CORRÊA, 1989), ao mesmo tempo em que ocorreu a manutenção e, mesmo

ampliação da participação desse município no total da população do estado do Amazonas, diferindo, neste último caso, da capital paraense.

Para Corrêa (1989), a urbanização concentrada relaciona-se ao intenso crescimento das grandes cidades, em especial das capitais estaduais que nas últimas décadas aglutinaram percentual significativo da população amazônica, especialmente Belém e Manaus. Na *urbanização concentrada*, o Estado foi também fundamental, incentivando o surgimento de novas atividades, criação de um número crescente de instituições relacionadas à nova dinâmica regional desencadeada pelas políticas desenvolvimentistas de integração à economia nacional, com isso, ampliando a densidade demográfica nas capitais dos estados amazônicos.

No caso de Manaus, a manutenção dessa urbanização concentrada relaciona-se ao peso das atividades econômicas, de caráter diverso da predominante no Ciclo da borracha, pois são eminentemente urbanas, especialmente a indústria de transformação incentivada pela ZFM, cujo poder de concentração do desenvolvimento econômico e atração de população para esse município já vem atravessando mais de quatro décadas.

Assim, em relação aos grandes projetos desenvolvimentistas aportados na Amazônia Ocidental, no âmbito da proposta integracionista, a principal iniciativa implementada à ZFM tem como sede a capital do mais importante estado dessa sub-região, Manaus, e não os municípios do interior do Amazonas, ainda que se registrem ações no âmbito dessa proposta em outros municípios.

No caso das atividades econômicas dinamizadas pela ZFM, a atividade comercial e principalmente a industrial, em sua forma incentivada, constituiu em uma grande inovação no âmbito da região, embora não possuíssem fortes encadeamentos com a economia regional, suas tradições produtivas e, principalmente, no uso dos recursos naturais nela existentes. Nas palavras de Becker (2009), é uma indústria que se efetivou de costas para a floresta, logrando pouco êxito no incremento da cadeia produtiva regional e, com isso, não incorporando a tradição agroextrativa dessa sub-região amazônica[27].

---

[27] Esse assunto será abordado de forma mais ampla na Seção 6.

A urbanização na escala sub-regional da Amazônia da parte Oriental se deu, conforme Trindade Junior. (2010), em decorrência do dinamismo econômico em outras frações do espaço não metropolitano, por meio da implantação de frentes de expansão econômica e de grandes projetos de investimentos em municípios situados fora da área de abrangência da capital, Belém.

Além disso, outro elemento que caracterizava Belém na década de 1970 era o seu caráter de abrigar quase 100% de sua população na zona urbana, precisamente 95,18%, o que a tornava mais urbanizada que Manaus, com 91,0%. Ao longo do tempo, simultâneo à perda da participação demográfica no conjunto da população do estado do Pará, a forte urbanização da capital paraense foi diminuindo, com o menor índice ocorrido em 1991, quando registrou 68,22%.

Portanto, ao longo do tempo, os grandes projetos econômicos situados em áreas distintas e distantes da capital paraense promoveram a desconcentração econômica e urbana na Amazônia Oriental. O Estado brasileiro, em ação desencadeada na segunda metade do século XX, associado ao capital, em busca da apropriação desse espaço sub-regional, pulverizou “mão de obra, investimentos, capitais, redes técnicas etc. pelo interior da região, atendendo às estratégias de povoamento, de exploração de recursos e de integração econômica e territorial” (TRINDADE JUNIOR, 2010, p. 121).

A forma pulverizada como foram feitos os investimentos econômicos e as ações governamentais na Amazônia Oriental, cujos setores mais dinâmicos são o mercado de trabalho na mineração, na indústria madeireira, na siderurgia e na construção civil (CASTRO, 1995), levaram a um novo dinamismo regional e das cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades.

O que se percebe é que com o favorecimento de certas porções de território espalhados no interior da Amazônia Oriental, ensejou-se uma nova divisão territorial do trabalho nessa sub-região, em que cada subespaço tem particularidades, movimento próprio e articulação com o todo (SANTOS, 2011). A nova estrutura de organização espacial na Amazônia Oriental ocorreu multiplicando novos núcleos populacionais, planejados ou não, redefinindo antigos núcleos urbanos que se alçaram à categoria de centros regionais ou mesmo por um novo padrão de urbanização concentrada (TRINDADE JUNIOR, 2010).

Para Trindade Junior (2010), a importância econômica e populacional que Belém possuía nas décadas anteriores na região passou a ser relativizada ou ao menos alterada frente aos novos espaços de incremento econômico, com registro de pequenas e, principalmente, cidades médias, que emergiram e tornaram-se importantes, fora de sua área de influência.

Os dados acerca da urbanização de Manaus e Belém estão na tabela 19.

Tabela 19 - População residente por situação do domicílio, Capitais estaduais Manaus e Belém (1970-1991)

Ano	Município X População residente X Situação do domicílio							
	Manaus – AM				Belém – PA			
	Total		Urbana		Total		Urbana	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
1970	311.622	100	283.673	91,03	633.374	100	602.829	95,18
1980	633.383	100	611.843	96,6	933.280	100	824.405	88,33
1991	1.011.501	100	1.006.585	99,51	1.244.689	100	849.187	68,22

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

As implicações das políticas desenvolvimentistas na fase da integração produtiva na rede urbana da Amazônia serão abordadas a seguir.

4.3.3 A rede urbana Amazônica: transformações para a integração capitalista

No processo de integração da região ao desenvolvimento capitalista nacional, uma das principais transformações da rede urbana amazônica foi a ruptura com o tradicional padrão dendrítico. A rede urbana baseada no padrão dendrítico, conforme visto na seção 3, foi erigida a partir da intensificação da atividade extrativa da borracha, que implicou em permanente fluxo de pessoas e mercadorias entre os núcleos populacionais, originando vilas e futuras cidades e promovendo o revigoramento de núcleos antigos.

A partir das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia, este passou a disputar com outra forma de localização das cidades e de deslocamento de pessoas, mercadorias e produtos. Segundo Abelém (1989), com a ruptura do padrão

dendrítico, o rio foi substituído pela rodovia, como principal local de moradia (e mobilidade) na região. Os novos núcleos de assentamento passaram a localizar-se no “centro”, em áreas de “terras-firmes”, em detrimento das áreas de “beira” do rio, em um terraço ou várzea alta, desempenhando novas funções urbanas e ocorrendo a dependência da rede urbana a um maior número de produtos (CORRÊA, 1989, p. 231).

Assim, conforme Corrêa (1987), novos e espontâneos núcleos de povoamento foram localizados ao longo das rodovias, surgidos de ocupação espontânea ou da colonização dirigida, esta última, com lotes de 100 hectares situados ao longo da Rodovia Transamazônica entre Itaituba e Altamira. Em 1970, essa política buscava consagrar uma prática tornada espontânea na Amazônia: “A da implantação do habitat rural concentrado, adotando-se, simultaneamente, a diferenciação hierárquica dos núcleos de povoamento: agrovila, agrópolis e rurópolis” (CORRÊA, 1989, p. 247).

As rodovias também foram importantes para o revigoramento de centros antigos, especialmente nos estados de Rondônia e Pará, além da valorização econômica da região que também contribuiu nesse impulso para as cidades mais antigas da região.

Corrêa (1989) registra que, com a abertura da Rodovia 364, em Rondônia, foram implantados assentamentos do INCRA a partir de 1970. Vários municípios como Ariquemes, Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, que estavam decadentes, vinculados ao extrativismo e à garimpagem de diamantes e cassiterita, dinamizaram-se e tiveram significativo crescimento populacional. A capital Porto Velho, que obteve beneficiamento tanto com a Rodovia 364 quanto com a rodovia que a liga a Manaus (BR 319), desenvolveu-se e apresentou considerado crescimento populacional, ascendendo à condição de capital regional. Esses fatores justificam a importante dinamização demográfica de Rondônia no âmbito da região. No Estado do Pará, a Rodovia Transamazônica também revigorou alguns municípios, por meio da implantação de programas de colonização dirigida e grandes projetos agropecuários. São exemplos Marabá (rio Tocantins), Altamira (rio Xingu) e Itaituba (rio Tapajós).

No bojo dessas transformações, o processo de urbanização da Amazônia foi acentuado, ao mesmo tempo em que promoveu alterações na histórica concentração urbana nas capitais, especialmente nas duas principais, Belém e Manaus.

Conforme já discutido, a urbanização concentrada nas capitais permaneceu dominante na região até a década de 1980, arrefecendo nas décadas posteriores. Nesse aspecto, fatores como o crescimento do número de cidades médias na Amazônia Oriental (TRINDADE JUNIOR; PEREIRA, 2007) e o espraiamento da urbanização nesses tipos de núcleos, favorecidas, dentre outros motivos, pela própria diminuição no ritmo de crescimento populacional das capitais, particularmente de Belém, o maior centro urbano da região, compõe o conjunto de justificativas para a retração desse padrão de urbanização amazônico.

Assim, entre 1970 e 1991, é perceptível uma acentuada desconcentração da urbanização nas seis capitais amazônicas, de 64,06%, em 1970, para 58,08%, em 1980 e, em 1991, diminuiu para 43,02%, mesmo com a participação de Palmas, capital de Tocantins, estado criado em 1988 e anexado à região Norte (tabela 20).

Tabela 20 - População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e total de capitais estaduais (1970 – 1991)

Região Norte e capitais estaduais	População residente com situação do domicílio Urbana X Ano					
	1970		1980		1991	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Norte	1.626.275	100	3.036.264	100	5.922.574	100
Capitais	1.041.789	64,06	1.763.335	58,08	2.547.705	43,02

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

A desconcentração da urbanização não ocorreu da mesma maneira entre as duas principais capitais estaduais, pois enquanto Belém perdeu importância no contexto regional, Manaus a ampliou. Nesse sentido, uma grande mudança foi o fato de *Manaus ser elevada à posição de metrópole da Amazônia Ocidental* (ABELÉM, 1989), (CORRÊA, 1989), (IBGE, 2007), dividindo com Belém o cenário metropolitano amazônico.

Para Corrêa (1989), essa elevação de Manaus à categoria de metrópole foi alavancada pela industrialização incentivada pelo Estado que, dentre outros desdobramentos, a revalorizou, ocorrendo o crescimento populacional nessa capital, aumento de pessoas ocupadas na atividade industrial e expansão do setor terciário.

A emergência de Manaus, como metrópole regional, foi registrada no estudo de Rede de Influências de Cidades (IBGE), do ano de 1987. Conforme o IBGE (2007), no estudo anterior, publicado no ano de 1966, Manaus aparecia subordinada à Belém.

Registre-se que a capital paraense foi instituída como sede de uma das primeiras regiões metropolitanas do Brasil, cedendo-lhe o nome à Região Metropolitana de Belém (RMB). Isso ocorreu por seu caráter de aglomeração concentradora de população e fortemente urbana, além de estar conurbada a Ananindeua, seu segundo município componente.

A RMB foi criada no ano de 1973[28] e compôs um dos primeiros agrupamentos de municípios limítrofes definidos no Brasil, nove no total, cuja junção visava integrá-los na perspectiva de planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, como unidade de planejamento e gestão, e um contexto de governo militar, com centralização e forte presença do Estado na condução dos destinos do país (FASE, 2014). Atualmente, a RMB está composta por sete municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará. Um destaque a ser feito, diz respeito ao município de Castanhal, que passou a integrar a RMB a partir do ano de 2011 (Lei Complementar n° 076, de 28.12.2011).

Nessa primeira fase de criação das regiões metropolitanas, estas eram reguladas por legislação federal e faziam parte da política nacional de desenvolvimento urbano, em uma ação relacionada “à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo” (BITOUN; MIRANDA; FERNANDES, 2009, p. 5). Em seu âmbito, estavam os principais centros nacionais, como as capitais estaduais e municípios que constituíam suas áreas de polarização e unidade socioeconômica.

Por outro lado, Manaus, ainda que não atendesse aos critérios para sua institucionalização como uma região metropolitana, notadamente o de conurbação entre municípios limítrofes, e possuir considerável distância física entre os municípios, além das barreiras naturais, como rios separando os municípios mais próximos à capital estadual, sua forte concentração demográfica e importância econômica no âmbito do estado do Amazonas e da região Norte fez com que o IBGE lhe classificasse nessa

---

[28] Lei Complementar Nº 14, de 08 de junho de 2016.

condição, ainda na década de 1970, uma situação que será formalizada somente na primeira década do século XXI[29].

Alguns fatores contribuíram para a aceleração do crescimento da população urbana de Manaus, dentre os quais, Corrêa (1987) destaca o fato de esta tornar-se foco de migração pelas possibilidades de emprego a partir da industrialização incentivada; e a capital amazonense tornar-se independente de Belém ao acessar o Sudeste, via Porto Velho, pela BR-174. Ainda na década de 1980, a situação alcançada por Manaus, no âmbito regional, foi sintetizada por esse autor da seguinte forma: “Trata-se de uma metrópole macrocefálica e ainda pouco articulada à sua região, mas, de qualquer modo, dotada de autonomia em face de Belém” (CORRÊA, 1989, p. 235).

Essa afirmação de Corrêa (1989) destacava a nova posição de Manaus no contexto de sua rede urbana e a fragilidade dos nexos internos com as demais cidades, mas, por outro lado, sua independência como emergente metrópole da Amazônia.

A capital amazonense, que passou a ocupar o topo da rede urbana regional, resultante da industrialização incentivada pela ZFM, se estabeleceu como metrópole regional classificada por suas interações espaciais como *grande centro industrial*, que conjuga com a atividade de comércio exterior (RIBEIRO, 2001). Seus fluxos de mercadorias partem para o Sudeste e exterior e nela se concentram serviços privados e públicos, além de infraestrutura necessária à realização das atividades industriais e de comércio nacional e externo.

Em última instância, a emergência de uma nova metrópole na Amazônia significou um impacto na rede urbana regional, sua reorganização e novos centros de comando diante das ações econômicas implementadas na região desde a década de 1960. Entretanto, tal impulso de desenvolvimento econômico baseado na indústria de transformação de bens duráveis não impulsionou novas funções dentro da própria rede urbana amazonense.

---

[29] Essa condição foi formalizada no ano de 2007, quando foi instituída a região RMM, tendo como sede a capital do Amazonas e sendo composta por nove municípios. A RMM foi instituída em um contexto institucional diverso da criação da RMB, sendo prerrogativa do governo estadual sua criação, e não atendendo o critério de conurbação entre municípios limítrofes. Esse assunto será melhor abordado no capítulo 5.

Nesse sentido, enquanto Belém perdeu primazia urbana, desconcentrando população e atividades econômicas, sem ter recebido em seu território os mesmos investimentos em industrialização que Manaus, estando estes dispersos no território paraense, conformou natureza metropolitana, cujas atividades econômicas predominantes são o comércio e serviços (TRINDADE JUNIOR, 1998).

Ademais, na rede urbana amazônica, além da ruptura do padrão tradicional dendrítico, da afirmação (e depois relativização) da urbanização concentrada e, de passar a ser comandada por duas metrópoles regionais, Belém e Manaus, novos núcleos foram criados na região, e os que estavam estagnados, muitos foram dinamizados. A criação/revigoramento dos núcleos populacionais também ocorreu no *boom* da borracha, mas há diferenciações em relação àquele período.

Na Amazônia, durante o período da borracha, Manaus e Belém tinham função de centros administrativos, de comercialização e também lugar de moradia dos barões da borracha. Os demais núcleos tinham função econômica de produção, nos quais se realizava a atividade extrativa, além de servirem de moradia aos seringueiros. Os núcleos da produção, apesar de possuírem comércio, eram dominados pelo sistema de aviamento, bem como pela gestão da produção e da força de trabalho, além de quase não existir monetarização. Os fluxos de mercadorias e pessoas iam dos núcleos produtores para os dois portos comercializadores/exportadores e, destes últimos, para os países centrais. Em ambos os casos, o trajeto era feito usando, predominantemente, os rios da região.

Todas as transformações que ocorreram na região sob a dominância das políticas desenvolvimentistas implicaram em uma maior complexidade funcional das cidades da rede urbana e de seus fluxos, definindo outra divisão territorial do trabalho na região (CORRÊA, 1987).

Sob a dominância das ações de desenvolvimento e integração regional que implicaram na criação ou revigoramento dos núcleos urbanos, destacaram-se também na Amazônia outras atividades econômicas como a mineração, com produção em larga ou pequena escala. A mineração de larga escala deu origem às *company towns*, que são núcleos de criação planejada, controlada pelas empresas que a criaram ou a administram, dotadas de moderna infraestrutura e serviços essenciais (CORRÊA, 1989)

e servindo como espaço de moradia do pessoal ocupado na produção e administração. A *company tow* exporta seus produtos sem passar pelos tradicionais portos amazônicos de Belém e Manaus, indo diretamente para o Centro-Sul, por meio de rodovias.

Trindade Junior, (2010) denomina esses núcleos populacionais de *cidades na floresta*, por possuírem interações predominantemente externas e voltadas às demandas extrarregionais, além de uma relação mais instrumental com recursos naturais, vistos a partir de seu aspecto de valoração econômica. Estas são, em grande parte, cidades-empresas, sedes de grandes projetos econômicos e estão presentes em várias partes do território amazônico, como Carajás e Porto Trombetas, no estado do Pará, e Vila do Pitinga, no Amazonas, mas encontram-se, em sua maioria, na Amazônia Oriental.

Os municípios que sediam os grandes empreendimentos geradores desse tipo de núcleo populacional se destacam na produção e arrecadação, no estado do Pará (TRINDADE JUNIOR, 2010) e têm contribuído para a desconcentração urbana vivenciada na atualidade pela Amazônia Oriental, pois, dentre outros desdobramentos, impulsionaram a redução da representatividade econômica e demográfica da capital paraense.

Além disso, o fato de as cidades dos grandes projetos situados na Amazônia Oriental terem ligações diretas com o externo, sem passar pela capital paraense, é um elemento que também tem contribuído para a perda de centralidade de Belém, por exemplo, no referente ao transporte de passageiros. Segundo o Mapa dos Fluxos aéreos, “as cidades mineradoras do sudeste paraense ligam-se preferencialmente à Brasília e não à própria capital do estado” (IBGE, 2013, p. 23).

Por sua vez, a mineração de pequeno porte, incluindo a garimpagem, também contribuiu, segundo Corrêa (1987), para a criação de núcleos com características urbanas. Iniciada nos anos de 1970, intensificou-se na década de 1980 a maior área de extração de ouro do país nos vales do rio Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins, Negro e seus afluentes, e nas áreas de extração em depósitos não aluvionários, como em Serra Pelada (sul do Pará). Os núcleos populacionais nessas áreas também eram denominados de *corrutelas* (CORRÊA, 1987).

Quanto ao Amazonas, na atividade de mineração o exemplo mais contundente é a criação do município de Presidente Figueiredo, na década de 1980, junto com um grupo formado por 13 municípios. Além das controvérsias por não ter havido consulta pública para a sua criação, Oliveira (2000) destaca que as justificativas que embasaram sua proposta de criação, assim como dos demais 13 municípios criados nesse mesmo período, foram a extensão territorial do estado do Amazonas, sendo necessária a divisão para melhor administrá-lo e os interesses dos políticos para obterem cargos eletivos e benefícios para seus apoiadores.

No entanto, esse autor destaca uma série de legislações federais que contribuíram para que Presidente Figueiredo fosse berço de dois grandes projetos, um do setor público e outro do setor privado. O primeiro foi a construção da hidrelétrica de Balbina, no ano de 1979, antes mesmo de sua criação. Esse empreendimento foi instalado em terras dos indígenas Waimiri-Atroari, inundando parte delas. Para a realização do empreendimento, foi criada a Vila de Balbina, como abrigo para trabalhadores e para a infraestrutura de construção da barragem.

O segundo projeto foi a realização da mineração em larga escala pela empresa Mineração Taboca, já na década de 1980. Esta criou a Vila do Pitinga, com fins e características similares às de Balbina. Além disso, houve iniciativas de atividades agropecuárias e assentamentos. Portanto, no bojo das ações desenvolvimentistas e de integração econômica da região, visando viabilizar seus interesses, as empresas criaram duas *company towns* no mesmo território que também era indígena, além da própria fundação desse município que atendeu, indiretamente, a esses fins.

Na década de 1990, atividades econômicas e fundiárias dinamizaram econômica e demograficamente Presidente Figueiredo, com a produção de açúcar e etanol pela empresa Agropecuária Jayoro[30], tendo como um dos financiadores (e compradores do açúcar), a empresa Recofarma – responsável pela produção do xarope da marca mundial de refrigerantes Coca-Cola –, indústria incentivada pela ZFM, e o Assentamento Canoas, do INCRA.

---

[30] Essa usina foi criada no contexto do Programa Pró-Alcool do governo federal, e recebeu apoio da SUDAM. Nos anos 2000, teve seu licenciamento ambiental suspenso devido a denúncias de que suas atividades estavam contaminando as águas de igarapés do município de Presidente Figueiredo e prejudicando a vida de seus moradores.

Quanto ao revigoramento dos municípios beneficiados pela construção de rodovias, destaca-se o município de Humaitá, situado no Sul do Amazonas, entrecortado pela BR 319 e pela BR 230 (Transamazônica). A construção dessas rodovias teve repercussão em sua dinâmica demográfica e econômica. Sua localização, na fronteira com o estado de Rondônia tem colocado Humaitá como porta de entrada para atividades ligadas à agricultura exportadora, presente nesse estado. Também compõe, junto com outros municípios (Lábrea, Apuí, Canutama e áreas de Manicoré), a parte amazonense do denominado Arco de desmatamento na Amazônia. Existem várias cidades localizadas ao longo dos eixos rodoviários, embora estas não sejam dominantes, pois uma das diferenciações do estado do Amazonas em relação ao processo de urbanização regional foi a manutenção do tradicional padrão dendrítico regional.

Em resumo, a urbanização promovida a partir das políticas e projetos desenvolvimentistas e integracionistas afirmou a tese da fronteira, mas diferenciando-se intrarregionalmente entre a ocorrida na Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental. Esta última rompeu com o paradigma da urbanização concentrada na capital estadual (CORRÊA, 1989), ao serem afirmados outros espaços urbanos importantes no estado paraense.

A parte Ocidental seguiu afirmando esse padrão clássico de urbanização da Amazônia, o da primazia urbana. Tendo em vista que, na parte ocidental da Amazônia, mais especificamente, no estado do Amazonas, ocorreu a implantação da Zona Franca de Manaus, que promoveu a industrialização como principal atividade econômica desse período integracionista, a urbanização do estado do Amazonas e suas especificidades sob o comando da indústria incentivada da ZFM será abordada de modo mais detalhado no capítulo a seguir.

5 ZONA FRANCA DE MANAUS: NOVOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS

O objetivo deste capítulo é discutir os fatores que implicaram na implantação da Zona Franca de Manaus, suas múltiplas determinações, desenvolvimento e características dessa proposta de desenvolvimento econômico para a Amazônia Ocidental. Tomando como referência os anos que vão de 1930 a 1960, como representativos do período Pré-Zona Franca de Manaus, inicialmente será situada quais eram as principais características demográficas e da rede de cidades na década de 1960 no Amazonas – período que precede a dinamização das atividades urbanas, em particular, da atividade industrial alavancadas pela implantação da ZFM. Em seguida, será abordada a implantação da Zona Franca de Manaus na Amazônia Ocidental, as múltiplas determinações que levaram à consecução dessa proposta para alavancar o desenvolvimento desta parte da região amazônica e a ênfase na atividade industrial. Serão respondidas as seguintes questões: 1) Quais eram as principais características demográficas e da rede de cidades na década de 1960 no Amazonas – período que precede a dinamização das atividades urbanas, em particular, da atividade industrial alavancadas pela implantação da ZFM? 2) O que determinou a implantação da ZFM em Manaus-AM, quais as principais fases da ZFM e que tipo de trabalho gerou?

Especificamente, na década de 1960, serão enfocados dois ângulos da realidade do Amazonas, o demográfico e o territorial, para identificar como se apresentavam na década que será instalada a ZFM e contrastar com possíveis inflexões e permanências do processo de urbanização no segundo mais importante período para esse processo, que é o iniciado em 1967, sob a dominância das atividades econômicas vinculadas à ZFM[31].

---

[31] Apesar de essa política desenvolvimentista passar a ser implementada nos três anos finais da década de 1960, ao avaliar as informações da década de 1970, especialmente do Censo Demográfico, identificou-se mudanças importantes que indicaram ser mais acertado utilizar, como base de dados, o ano de 1960 para contextualizar a última década desse período da “urbanização sem industrialização”. Não se quer afirmar com isso que inexistia atividade industrial no Amazonas. Havia sim, principalmente, a que beneficiava os produtos regionais, conforme ocorria no âmbito da grande região amazônica. Contudo, essa atividade industrial não era a dominante, pois os dados do Censo de 1960 evidenciam a

5.1 A integração econômica da Amazônia Ocidental: A Zona Franca de Manaus – ZFM

5.1.1 Antecedentes da implantação da ZFM no Amazonas: a urbanização herdada do ciclo da borracha

A década de 1960 é um marco importante do início do segundo mais importante momento de desenvolvimento econômico e de urbanização do estado do Amazonas. No final dessa década, mais precisamente em 1967, será aprovada a implantação da ZFM, com sede na capital do estado.

Situando as características do Amazonas nesse período, este se mantinha como a maior unidade da federação brasileira em extensão territorial, com 1.564.445 km^2, correspondendo a 18,38% do território nacional e 43,05% de sua região de pertencimento, a Norte, sendo superior a três, das quatro macrorregiões brasileiras, o Nordeste (11, 35%), a então denominada Leste (14,89%) e a Sul (9,70%) (tabela 21). Essa característica tem grandes implicações para qualquer ação de desenvolvimento em tão vasto território.

Tabela 21- Área, segundo as regiões fisiográficas e unidade da federação Amazonas (1964)

Regiões fisiográficas, unidade da federação	Área (km^2)	
	Total	**%**
Norte	3.581.180	42,07
Amazonas	**1.564.445**	**18,38**
Nordeste	965.652	11,35
Leste	1.260.057	14,8
Sul	825.621	9,7
Centro-Oeste	1.879.455	22,08
Brasil	8.511.965	100

Fonte: IBGE. AEB - Anuário Estatístico do Brasil (1964).

Os municípios amazonenses, organizados conforme a classe de tamanho, tinham a seguinte distribuição no ano de 1960: seis municípios com até 4.999 habitantes; 13 municípios na faixa de 5.000 a 9.999 habitantes; 19 estavam na faixa de

importância da atividade agrícola como mola propulsora da dinâmica da sociedade amazonense (trabalho, ocupação, situação de domicílio etc.).

10.000 a 19.999 habitantes, sendo este o maior grupo; cinco municípios na faixa de 20.000 a 49.999 habitantes; e apenas um município na faixa de 100 a 199.000 habitantes, sendo este a capital do estado (tabela 22). Inexistia município na faixa de 50 a 99.000 habitantes.

Tabela 22 – Municípios por classe de tamanho, UF Amazonas (1960)

Municípios por classe de tamanho	Quantidade	% sobre a população total	% sobre a população urbana
Até 4 000	6	2,68	0,87
5 - 9 000	13	13,91	7,6
10 - 19 000	19	37,95	14,9
20 - 49 000	5	21,16	12,3
50 - 99 000	0	0	0
100 - 199 000	1	24,3	64,4
Total	**44**	**100**	**100**

Fonte: IBGE. Censo demográfico. Organizado pela autora.

Assim, uma das especificidades que se sobressai no território amazônico e no estado do Amazonas é o fato de este ser composto por pequenos municípios (OLIVEIRA, 2012). Muitos são estabelecidos na condição de cidade mais pela força de serem sedes municipais do que propriamente possuírem algumas características definidas como urbanas, como a concentração populacional, a existência de serviços e infraestrutura e as atividades econômicas nela predominantes. De qualquer forma, apesar de pequenos do ponto de vista demográfico, esses municípios são grandes em termos da extensão territorial, ao ser considerado o tamanho do estado no qual se situam.

A predominância de pequenas cidades no Amazonas é reforçada pelo fato de, nesse período, haver apenas um registro, Manaus, do que se denomina de cidade de porte médio, definidas assim pelo tamanho demográfico, como as cidades de 50 a 500 mil habitantes (SPOSITO, 2007).

Outro aspecto importante a ser demarcado nessa década é a localização das cidades amazonenses. Nessa direção, sua organização em zonas macrofisiográficas demonstra a prevalência do padrão dendrítico da rede urbana (CORRÊA, 1989). Nessa divisão intraestadual, segundo zonas macrofisiográficas, estas, sem exceção, são

identificadas a partir de nomes dos rios, reforçando a característica de forte relação com esse elemento imprescindível na realidade amazônica.

Nessa divisão dos municípios, em 1960, destaca-se a zona fisiográfica do Rio Negro, composta por seis municípios, incluindo a capital estadual, ocupando o topo da hierarquia urbana, tanto no aspecto da concentração demográfica quanto no grau de urbanização (tabela 23). A zona fisiográfica do Rio Negro representava 33,88% da população estadual, com grau de urbanização de 64,62%, destoando significativamente das demais. A capital Manaus, localizada nessa mesma subárea, possuía 173.703 habitantes, representando 24,30% da população estadual e 87,85% do total da população urbana. Tal situação é radicalmente diferente no estado, pois a característica geral era de municípios com população fortemente rural. Esses dados evidenciam a primazia urbana de Manaus, com a concentração da população amazonense na capital.

Portanto, na década em que foi escolhida para sediar a ZFM, em 1967, Manaus já era o município com maior quantitativo da população estadual, sendo esta domiciliada fortemente em sua zona urbana. Para ilustrar os fatos acima aludidos, em 1960, observa-se que o segundo município com maior peso populacional no Amazonas, depois de Manaus, é Manacapuru, com 5,83%, seguido de Careiro, com 4,65%. No que tange à urbanização, os municípios de Anori (44,21%), Itacoatiara (34,86%), Eirunepé (33,30%) e Tefé (33,26%) eram os que possuíam maior participação relativa de população urbana no total de seus habitantes.

Tabela 23 - População segundo as zonas macrofisiográficas, municípios e situação de domicílio no Amazonas (1960)

Zonas, Municípios	População		Situação de domicílio (%)		Zonas, Municípios	População		Situação de domicílio (%)	
	Total	%	Rural	Urbano		Total	%	Rural	Urbano
Médio Amazonas	121.876	17,1	76,16	23,84	Rio Purus	59.312	8,3	88,12	11,88
Barreirinha	10.548	1,48	86,59	13,41	Boca do Acre	18.191	2,55	82,23	17,77
Itacoatiara	25.627	3,59	65,14	34,86	Canutama	6.525	0,91	85,85	14,15
Itapiranga	2.213	0,31	78,26	21,74	Lábrea	16.398	2,29	86,89	13,11
Maués	19.730	2,76	79,26	20,74	Pauini	10.247	1,43	95,42	4,58
Nhamundá	10.106	1,41	97,32	2,68	Tapauá	7.951	1,11	96,58	3,42
N. Olinda do Norte	8.766	1,23	69,46	30,54	Rio Juruá	51.926	7,26	90,68	9,32
Parintins	27.525	3,85	67,54	32,46	Carauari	14.066	1,97	90,62	9,38
Silves	3.251	0,45	84,22	15,78	Eirunepé	8.978	1,26	66,7	33,3
Urucará	5.104	0,71	76,12	23,88	Envira	11.016	1,54	99,78	0,22
Urucurituba	9.006	1,26	94,27	5,73	Ipixuna	10.175	1,42	96,84	3,16
Rio Negro	242.166	33,9	35,38	64,62	Juruá	7.691	1,08	97,62	2,38
Airão	4.990	0,7	94,93	5,07	Solimões-Javari	56.466	7,9	84,9	15,1
Barcelos	12.060	1,69	87,02	12,98	Atalaia do Norte	5.096	0,71	89,68	10,32
Careiro	33.253	4,65	99,39	0,61	Benjamin Constant	11.126	1,56	71,42	28,58
Ilha Grande	4.212	0,59	83,97	16,03	Fonte Boa	14.620	2,05	92,25	7,75
Manaus	*173.703*	24,3	12,25	87,85	Jutaí	1.485	0,21	96,03	3,97
Uaupés	13.948	1,95	90,27	9,73	S. Antônio do Içá	8.356	1,17	84,14	15,86
Solimões-Tefé	109.034	15,3	79,68	20,32	S. Paulo de Olivença	15.783	2,21	85,42	14,58
Anori	8.923	1,25	55,79	44,21	Rio Madeira	73.994	10,35	88,44	11,56
Coari	23.163	3,24	74,55	25,45	Autazes	14.410	2,02	86,9	13,1
Codajás	9.734	1,36	84,58	15,42	Borba	19.694	2,76	90,18	9,82
Japurá	2.940	0,41	97,69	2,31	Humaitá	14.712	2,06	91,95	8,05
Manacapuru	41.703	5,83	87,96	12,04	Manicoré	18.864	2,64	88,15	11,85
Maraã	6.997	0,98	92,2	7,8	Novo Aripuanã	6.314	0,88	79,19	20,81
Tefé	15.574	2,18	70,21	29,79	**Total**	**714.774**	**100**	_	_

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Por outro lado, quando se observa a inserção da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a atividade econômica, no ano de 1960, era explícita sua vinculação com o setor de atividade ligado à produção agrícola, realizada tradicionalmente na zona rural, notadamente, nos municípios do interior do estado amazonense (tabela 24).

Nesse aspecto, eram a agricultura, pecuária, silvicultura e as atividades extrativas que lideravam na absorção da população de 10 anos ou mais no estado amazonense, representando 70,93% da população ocupada. Os ramos de atividade de caráter eminentemente urbano, como a indústria (5,11%), o comércio de mercadorias (6,41%) e a prestação de serviços (7,01%), juntos somavam 18,53%, havendo, portanto, pequena inserção econômica da população amazonense nesses setores.

Tabela 24 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais segundo ramo de atividade, Amazonas (1960)

Ramos de atividade	Pessoas ocupadas	
	V. Abs	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Atividades extrativas	151.041	70,93
Atividades Industriais	10.874	5,11
Comércio de Mercadorias	13659	6,41
Prestação de serviços	14.931	7,01
Transportes, Comunicações e Armazenagem	8.205	3,85
Atividades Sociais	5.176	2,43
Serviços Administrativos Governamentais, Legislativo, Justiça	3.235	1,52
Defesa Nacional e Segurança Pública	2.042	0,96
Outras Atividades	3.786	1,78
Total	**212.949**	**100**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Em termos dos grupos ocupacionais, confirma-se que, em 1960, a dominância das atividades econômicas estavam centradas no mundo rural. Nesse aspecto, nas ocupações da agricultura e da produção extrativa, estava 70% da PEA do Amazonas, enquanto havia 7,90% na indústria extrativa e na construção civil e 5,25% nas ocupações administrativas. Todas as demais ocupações (comércio, transporte, serviços) possuem registros que representavam menos de 5% do total das ocupações da PEA amazonense (tabela 25).

Tabela 25 - Pessoas ocupadas de 10 anos e mais economicamente ativas, segundo grupos ocupacionais - Amazonas (1960)

Grupos Ocupacionais	Pessoas ocupadas	
	V. Abs.	%
Ocupações administrativas	11.187	5,25
Ocupações técnicas, científicas e afins	4.487	2,11
Ocupações da agricultura e da produção extrativa	149.061	70,0
Ocupações das indústrias de transformação e da construção civil	16.828	7,9
Ocupações do comércio e de atividades auxiliares	7.017	3,3
Ocupações dos transportes e das comunicações	7.460	3,5
Ocupações da prestação de serviços	6.837	3,21
Ocupações de defesa nacional e segurança pública	1.775	0,83
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas	8.297	3,9
Total	212.949	100

Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Havia, portanto, forte relação econômica e de vida, com a zona rural, evidenciada na atividade econômica predominante nos municípios. Além disso, a manutenção da primazia urbana de Manaus forma o contexto pré-instalação da ZFM no estado do Amazonas. A partir das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado no Amazonas, no final da década de 1960, é possível avaliar se essa dinâmica urbana concentrada na capital amazonense será mantida ou se alterará, bem como a dinâmica econômica centrada no campo. A implantação da ZFM no Amazonas, tendo como sede sua capital Manaus, será abordada no próximo subitem.

5.1.2 A implantação da ZFM no Amazonas: múltiplas determinações e interesses em diferentes escalas

Concebida no âmbito da “Operação Amazônia” que, conforme visto, foi deflagrada na região em 1966, a Zona Franca de Manaus constituiu-se na principal proposta implementada para a parte ocidental da Amazônia, englobando ações nos três setores de atividade: comércio, indústria e agropecuária.

Mas de onde surgiu essa proposta pensada como solução para os problemas regionais, fórmula redentora para o processo de depressão econômica que assolava o estado do Amazonas desde o ciclo da borracha? O que, de fato, ensejou a proposição da ZFM e, em linhas gerais, o que trouxe implícito em sua concretização?

Apresentada pelo governo militar como uma política desenvolvimentista de caráter regional, mais do que esperada pela sociedade do estado do Amazonas, possuía raízes mais amplas e profundas. Estas se encontravam no âmbito de um movimento mais amplo do capital que se mundializava para viabilizar e dar continuidade ao processo de acumulação. Para isso, buscou expandir-se para a periferia, tendo em vista a concorrência entre as grandes corporações e o contexto econômico adverso nos países centrais.

Conforme Anciães (1978), na década de 1960 já estava posta na escala global a estratégia do capitalismo de se mundializar, transferindo suas plantas industriais para outros países, especialmente para a periferia (América Latina, Ásia e África). O objetivo dessa descentralização da produção, ou de uma de suas partes, era reduzir custos da produção e da mão de obra e obter vantagens competitivas nas disputas deflagradas entre as grandes corporações vinculadas à fração de classe que comandava a atividade industrial nos países centrais.

O modelo das Zonas de Livre Produção (ZLPs) ou Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) emergiu como uma reorganização do processo de produção do atual estágio do desenvolvimento capitalista internacional, configurando-se como uma estratégia utilizada pelas grandes corporações transnacionais, combinando “uma grande centralização global na forma de empresas multinacionais com certo tipo de produção descentralizada” (ANCIÃES, 1979, p. 8).

Pinto (1987) destaca que o modelo de desenvolvimento industrial de zonas francas foi difundido no mundo e desenvolvido, do ponto de vista técnico, organizativo, espacial e legislativo, pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Por meio de vários documentos, a ONUDI pontua as características que devem possuir esse modelo de produção industrial, como a redução dos custos de transporte de matérias-primas e produtos acabados, disponibilidade abundante de mão

de obra e redução de salários, além de facilidades para as empresas se deslocarem para essas áreas.

Centralização e descentralização foram combinadas de forma a viabilizar essa modalidade produtiva. De um lado, estava a propriedade do capital, o comando das decisões relativas à produção e o controle do desenvolvimento tecnológico, pois as partes do processo produtivo a serem transferidas eram de cunho operativo (montagem e embalagem). De outro lado, os espaços da periferia, com grande oferta de mão de obra barata e desmobilizada politicamente, incentivos fiscais e creditícios colocados à disposição pelos Estados nacionais, legislação trabalhista pouco avançada ou flagrantemente desrespeitada.

O desenvolvimento tecnológico, especialmente do setor eletroeletrônico também facilitou a transferência de partes do processo produtivo para outros lugares sem comprometimento da produção, pois era constituída por componentes miniaturizados que reduziam custos e viabilizavam seu deslocamento e armazenagem (PINTO, 1987).

Nessa direção, a mobilidade do capital foi tornada factível para buscar novas fontes de lucratividade superiores aos seus lugares de origem, na medida em que foram criadas as condições para que essa produção pudesse ser efetivada em lugares distintos e distantes dos seus centros de comando e decisão.

O processo constituía-se em uma reorganização da produção que implicou em uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países da periferia do capitalismo tiveram inserção de forma subordinada aos ditames do grande capital (industrial) internacional, em sua etapa de *mundialização*, realizando partes do processo produtivo. A etapa da produção exigia pouco ou nenhum desenvolvimento tecnológico da periferia, mantendo nos centros de controle e decisão o seu componente mais sofisticado. Nessa direção, vão as reflexões de Pinto (1987, p. 28), ao designar esse modelo produtivo industrial de *produção parcial*, no qual “cabe às zonas francas a execução dos projetos industriais concebidos nos países onde estão as matrizes”.

Ressaltamos a importante ação do Estado que favoreceu a adoção desse modelo de produção industrial que se deu no controle político dos trabalhadores para que se submetessem ao ritmo da produção e às condições impostas pelas novas atividades favorecidas pelo Estado de exceção que vigorava no Brasil naquele contexto

e na criação de condições para viabilizar a vinda das empresas dos países centrais para operar no Brasil (ANCIÃES, 1978). Aqui, destacamos as vantagens fiscais e aquelas definidas como extrafiscais, vinculadas à oferta de facilidades de infraestrutura e acesso à terra. Acerca desta última, Pinto (1987) destacou como sendo uma das características definidas pela ONUDI para as áreas de implantação desse modelo produtivo industrial a

> Diminuição dos custos de investimento inicial e, em consequência, do percentual de capital imobilizado, devido aos estímulos ficais e materiais e aos serviços gerais e outras regulamentações de vantagens da zona (PINTO, 1987, p. 26).

No contexto da escala nacional, o processo de industrialização do país já tinha feito seus principais avanços, e a região Sudeste, especificamente o estado de São Paulo, despontava como o espaço mais avançado e industrializado do país.

Segundo a periodização de Guimarães Neto (1997), vivia-se, nesse período, a fase da *integração produtiva inter-regional* (1960 a meados de 1980) na qual o Estado, mudando profundamente sua atuação nas regiões de reconhecido atraso econômico, oportunizou a grupos privados e estatais incentivos fiscais e financeiros para que pudessem se estabelecer, contribuindo para a maior presença de capitais extrarregionais nos territórios da periferia nacional.

A partir da década de 1960, a estratégia de mundialização das grandes empresas deflagra uma nova divisão do trabalho e se coaduna com o projeto de modernização em curso no país, cujo modelo completava outras políticas públicas implementadas na região, tendo em vista a integração nacional. Esse fato é sintetizado nas palavras de Valle (2007), ao destacar a implantação de uma zona franca na Amazônia:

> Tratava-se de uma nova divisão internacional trabalho: as novas indústrias do terceiro mundo passam a abastecer os mercados locais e também o mercado mundial. E o fazem mediante a exportação de artigos produzidos pela indústria local - na verdade, filiais ou subsidiárias de empresas europeias e norte americanas [...]. A linha de produção cruzava agora não hangares num único local, mas o globo. Algumas delas paravam nas extraterritoriais “zonas francas” ou fábricas offshore, que agora começavam a espalhar-se esmagadoramente pelos países pobres com mão de obra barata, e sobretudo feminina e jovem, outro artifício para escapar ao controle de um só estado. Assim uma das primeiras, Manaus no interior da floresta amazônica, fabrica artigos têxteis, brinquedos, produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas (VALLE, 2007, p. 98-99).

No caso da Amazônia, ao compor um parque industrial com empresas estrangeiras, pois muitas delas, apesar de terem sede na região Centro-Sul estavam associadas a grandes empresas dos países industrializados, reiteraram-se elementos da dinâmica econômica no país naquele período em que se associou ao capital internacional para promover o salto para a industrialização. Neste caso, essa associação fora do centro dinâmico da região Sudeste fez uso de uma modalidade de produção industrial de eletroeletrônicos semipronta para ser operada.

Ocorre que, nesse período, a produção brasileira de eletroeletrônicos não era muito dinâmica e a produção da Zona Franca de Manaus preencheu essa lacuna. Com isso, o consumo de eletroeletrônicos brasileiros passou a ser abastecido pela produção da ZFM, não concorrente com a de outras regiões, notadamente São Paulo, pois não atuaria nos setores já instalados.

Essa perspectiva é a defendida por Pinto (1987), ao afirmar que a produção de eletroeletrônicos se torna prerrogativa exclusiva da ZFM. Nesse sentido, para esse autor, quando se implantou a Zona Franca de Manaus em termos industriais, o Brasil já contava com um grande número de empresas industriais estrangeiras em seu território, em muitos casos, fábricas das mesmas empresas que vieram a se localizar no Distrito Industrial da Zona Franca. O que passa a ocorrer é, na verdade, a transferência de plantas fabris que já estavam no país para a área de incentivos fiscais da SUFRAMA, usufruindo de seus benefícios fiscais e extrafiscais. O setor eletroeletrônico desloca-se para Manaus, ocorrendo simultaneamente a fusão ou a compra de fábricas nacionais do setor por ou com empresas estrangeiras. Assim,

> Uma das consequências dessa “migração de fábricas” é que determinadas linhas de produtos passam a ser localizadas de forma exclusiva em Manaus, sendo o Distrito Industrial o fornecedor para o conjunto do mercado nacional, além de exportar para um grande número de países latino-americanos” (PINTO, 1987, p. 22).

Além disso, a produção industrial da ZFM seria abastecida por insumos externos, demandados do mercado nacional/internacional, tornados acessíveis pela política de isenção ou redução de impostos de importação. As empresas fornecedoras localizavam-se, particularmente, em São Paulo, onde também estavam os centros de distribuição de seus produtos.

Isso, de alguma forma, pode estar vinculado ao processo de *ajustamento,* destacado por Guimarães Neto (1997), no qual as demais regiões brasileiras, diante da hegemonia de São Paulo, tornaram-se mercado consumidor dos produtos da indústria paulista e, neste caso, não para consumo final, mas de insumos para a produção de bens finais.

Lira (1995) engloba ambas as perspectivas, a produção de bens de consumo duráveis sem importante participação da produção nacional, que passa a ser uma especialidade da ZFM, e ao mesmo tempo, ser mercado consumidor de insumos produzidos na indústria do Sudeste. Ambas, não estavam descoladas de uma estratégia maior da política industrial brasileira, vinculando-se a dois de seus objetivos intermediários. Assim:

> O objetivo maior de transformação da ZFM em um centro industrial e comercial tem estado vinculado a dois objetivos intermediários que ligam a industrialização regional à industrialização do país. Primeiro, o abastecimento do mercado nacional de bens de consumo duráveis, anteriormente importados. Segundo, a utilização de insumos e bens de capital produzidos pela indústria do Sul do país (LIRA, 1995, p. 16).

Um fato importante a ser demarcado é que esse segundo e importante momento do desenvolvimento econômico do estado do Amazonas, assim como o primeiro ocorrido no ciclo da borracha, possui forte relação com o mercado internacional. Nesse sentido, este deve ser entendido de forma mais abrangente, relacionando as diferentes escalas global, nacional e regional/local à movimentação do capital internacional e do capital nacional para garantir a manutenção de sua dinâmica de acumulação.

Embora o centro decisório não esteja prioritariamente nesse espaço subnacional, as macroestratégias não podem prescindir de apoio e incorporação na escala regional/local pelos diversos agentes e atores sociais que nela se projetam e/ou são projetados como “parceiros-menores” (LIMOEIRO, 1995).

A implantação da Zona Franca de Manaus ocorre sob grande convergência de interesses entre o poder central e as elites regionais. As elites locais/regionais, buscando acomodar seus interesses no âmbito das políticas do poder central, perceberam a ZFM como fórmula redentora para o esvaziamento econômico da região após a queda das exportações da borracha.

O empresariado local se adequou às novas condições postas pelas atividades incentivadas, buscando inserir-se principalmente nas atividades de comércio e serviços complementares a essas atividades. Uma das justificativas foi a ausência de *know-how* dos agentes econômicos locais para lidar com as exigências de realização de comércio exterior e de uma indústria com poucos vínculos com a economia regional (SERÁFICO, 2011).

Observa-se um antecedente explicativo para sediar uma zona franca no estado do Amazonas. Anteriormente à aprovação da ZFM no Amazonas, já tinha sido registrada a proposição da criação de um porto franco em Manaus, constando no Projeto de Lei nº. 1.310, apresentado na câmara dos deputados no dia 23 de outubro de 1951 pelo deputado Pereira da Silva. A justificativa se deu “em decorrência das dificuldades geográficas do meio e da solidariedade continental que tem sido a linha dominante de nossa política internacional” (GARCIA, 2004, p. 37).

A referida proposta, portanto, objetivava dinamizar o desenvolvimento regional por meio de atividades comerciais e industriais, enfatizando o relacionamento com os demais países da Pan Amazônia, tendo em vista a localização do estado do Amazonas e da Amazônia Ocidental, na fronteira com a Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela. Além desse antecedente, já havia a experiência de zonas de livre exportação em outros países latino-americanos, como no Peru (Iquitos), importante dinamizador da economia desse país.

A proposta de criação de um porto franco foi aceita, mas sofreu alterações. Esta foi transformada em uma zona franca por meio da Lei 3.173/1957, propositura do deputado Mauricio Jappert, relator do projeto. Esta funcionaria “para armazenamento ou depósito de mercadorias provenientes do estrangeiro destinadas ao consumo interno da Amazônia ou de países limítrofes ao do Brasil”. Posteriormente, outra proposta de Lei do deputado federal Almino Affonso, propugnava a isenção de imposto de renda e outros para empresas que beneficiassem matérias-primas regionais na Amazônia.

Apesar dessas iniciativas com respaldo legal, a Zona Franca de Manaus entrou em vigor, mas não teve êxito, pois os incentivos estabelecidos "não se revelaram suficientes para atrair investidores" (GARCIA, 2004, p. 41). Esta somente vai assumir

outra perspectiva sendo implementada nas décadas posteriores e desenvolvida no âmbito do governo militar, em uma associação com o capital nacional e internacional.

De acordo com Tavares (1972), para apreender as dimensões mais relevantes do caráter contraditório do processo de expansão capitalista nas realidades periféricas, é necessário esclarecer "o papel do Estado como mediador dessas contradições" (TAVARES,1972, p. 22). Nessa direção, em 31/12/1966 ocorreu em Manaus a I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA), comandada pelo presidente Castelo Branco[32]. Nessa reunião, foram feitos estudos e debates sobre o desenvolvimento da Amazônia, a partir de três aspectos: povoamento, autossustentação da economia e integração nacional. Dentre as propostas subscritas pelos participantes, destacam-se a ocupação racional e o aproveitamento do "espaço vazio" como um imperativo de segurança nacional, assegurando uma harmoniosa integração inter-regional.

Além disso, as diretrizes, características, prioridades e plano de desenvolvimento regional deveriam ser estabelecidos pelo governo brasileiro e a ajuda externa deveria ser apenas em caráter suplementar (assistência técnica e financeira a programas/projetos indicados e administrados pelo governo brasileiro). No Documento final, resultante das discussões e debates da I RIDA, os participantes declararam aceitar o desafio proposto,

> para que a Amazônia contribua através de sua perfeita e adequada incorporação à sociedade brasileira sob sua soberania inalienável para a solução dos grandes problemas da Humanidade (GARCIA, 2004, p. 46).

Outros elementos se colocavam no cenário dos interesses militares na região. Conforme já abordado no capítulo três, havia a preocupação com a proteção das fronteiras associada ao diagnóstico de vazio demográfico, pois a existência da população indígena era desconsiderada. Focos insurreicionistas ocorridos nos países da América Latina, na visão militar, colocavam a região amazônica como porta aberta

---

[32] Promovida pelo Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, como parte da *Operação Amazônia*, patrocinada pela Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional da Agricultura, a abertura foi no Teatro Amazonas e sua realização ocorreu no período de 04 a 11/12/1966, a bordo do navio Rosa da Fonseca, em uma viagem de Manaus para Belém. Na I RIDA participaram 429 passageiros (Ministros de Estado, governadores, líderes empresariais, técnicos, investidores em potencial, jornalistas e observadores estrangeiros).

do Brasil a essas possibilidades, uma vez que no contexto mais amplo vivia-se sob a polarização da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

No âmbito intrarregional, havia a constatação de assimetrias nos investimentos destinados à Amazônia Legal, que reforçavam desigualdades existentes no acesso ao volume dos incentivos da SPVEA. Quando a SUDAM buscou conhecer o destino dos investimentos incentivados na região, identificou que, no período 1964 a 1966, o capital privado direcionava-se fortemente para a parte leste, principalmente para o estado do Pará, com 71,9% do total, enquanto no Amazonas estes representavam apenas 4,6% (GARCIA, 2004, p. 47).

Registrava-se também uma expectativa da sociedade amazonense para sair da situação de estagnação econômica que assolava a região. Políticos e o empresariado regional buscavam apoio junto aos governantes para iniciativas que revertessem essa situação adversa da região amazônica, que era considerada, por estes, como abandonada pelo governo central. Não é demais lembrar que após o *boom* da borracha havia uma situação de desesperança quanto à retomada do desenvolvimento de um dos estados que mais viveu a produção, a riqueza e o esplendor desse período.

Conforme Cano (2011), após a consecução da integração comercial das regiões, o movimento passou a ser o de integração produtiva, processo que vai ser acelerado pelo fato de, dentre outros motivos, existir reivindicação de segmentos da elite regional presentes nos estados das regiões Norte e Nordeste para a implementação de uma política de desenvolvimento industrial com investimentos do Sul do país. Esse fato vai originar as políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, no qual se incluiu a Zona Franca de Manaus. Em suas palavras:

> [...] foi sendo reivindicada para amplos segmentos da sociedade – notadamente pelas elites regionais – uma política de desenvolvimento regional que atraísse investimentos, principalmente do Sul do país para a industrialização regional. Essa reivindicação foi inicialmente atendida para a região Nordeste, com a criação da Sudene em 1960 e, em 1967, estendida à região Amazônica, através da Sudam e da Zona franca de Manaus (CANO, 2011, p. 164).

Destacam-se os representantes dos segmentos político e empresarial que participaram ativamente nas discussões e elaborações das políticas desenvolvimentistas e seus instrumentos de incentivo ao desenvolvimento regional, como, por exemplo, Artur Reis, governador do estado do Amazonas naquela ocasião, e

deputados federais como Francisco Pereira da Silva (GARCIA, 2004). Essas demandas foram colocadas como um dos elementos que pressionavam o governo central para incluir a questão regional em sua pauta de ações.

Múltiplas determinações, conforme ressaltado no início, propiciaram a elaboração e implementação dessa proposta em Manaus e no estado do Amazonas, associando diferentes interesses e objetivos de grupos e frações de classe estabelecidos em várias escalas.

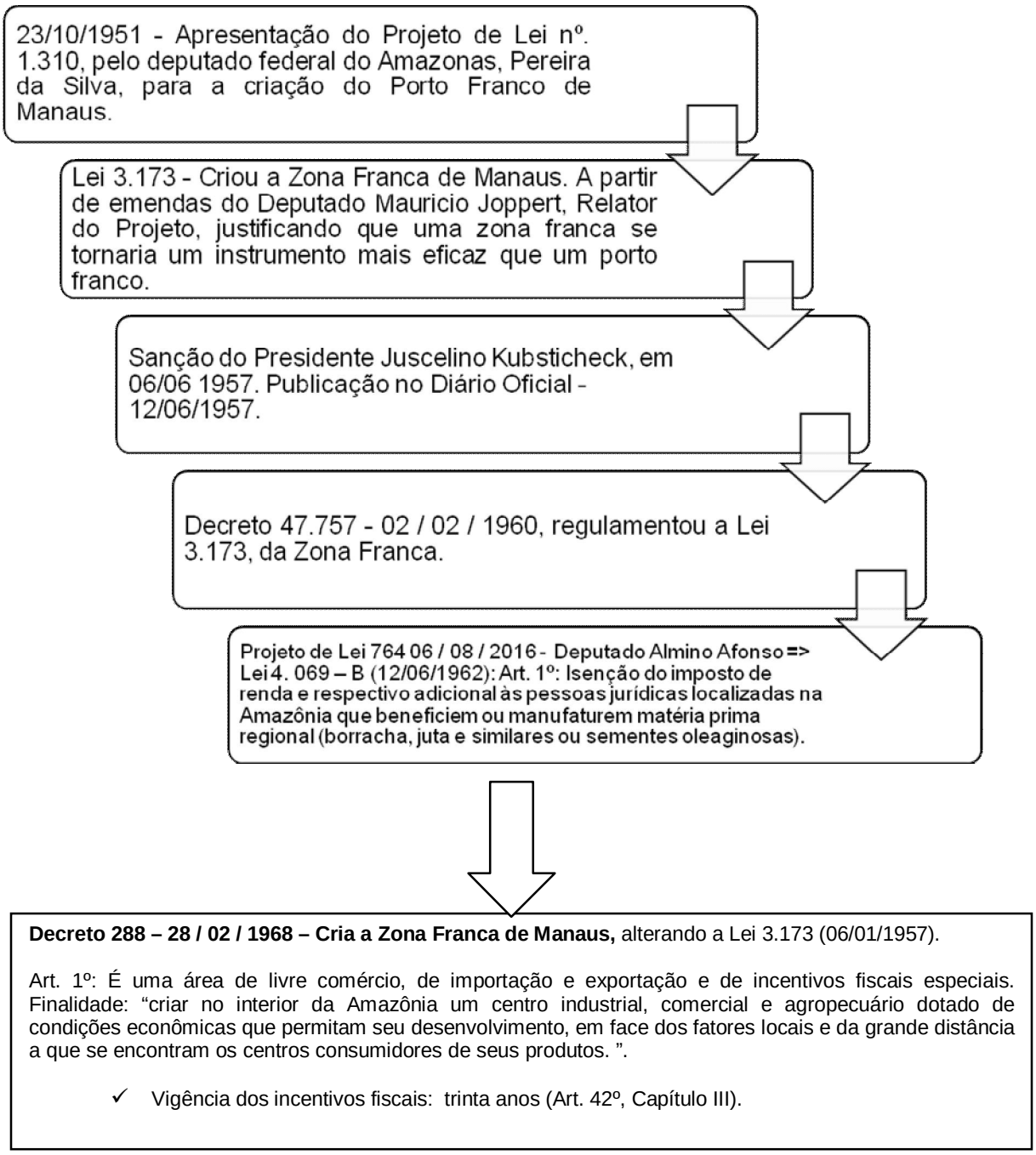
Assim, o “desenvolvimento regional” com “integração nacional”, “proteção das fronteiras” e “mundialização do capital” foram associados no âmbito da política regional desenvolvimentista da ZFM, composta por instrumentos fiscais e extrafiscais de incentivo e favorecimento ao capital nacional e internacional, nas atividades de comércio, indústria e agropecuária.

As atividades da ZFM vão promover uma série de alterações na dinâmica da sociedade amazonense, em especial, no seu processo de urbanização, transformando Manaus em uma *plataforma transnacional de livre comércio e indústria.*

Destaca-se que, para administrar os serviços e instalações da ZFM, foi criada a SUFRAMA, como “Entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas” (BRASIL, Decreto 288, 1967, Capítulo III).

Apresenta-se abaixo um fluxograma com a legislação que continha iniciativas que precedem a instituição da Zona Franca de Manaus. Neste, visualiza-se também uma síntese do Decreto Lei 288/1967 e de como este alterou o Decreto 3.170 que criou a primeira proposta da Zona Franca de Manaus (1957), ao mesmo tempo em que incorporou aspectos da Lei 4. 069 – B /1962, que dispõe sobre a isenção de imposto de renda e outros para incentivar beneficiamento de matérias-primas locais.

Fluxograma 1 - Leis pré-ZFM e Decreto 288/1967 de criação da Zona Franca de Manaus



Decreto 288 – 28 / 02 / 1968 – Cria a Zona Franca de Manaus, alterando a Lei 3.173 (06/01/1957).

Art. 1º: É uma área de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais. Finalidade: "criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos. ".

- ✓ Vigência dos incentivos fiscais: trinta anos (Art. 42º, Capítulo III).

Fonte: SUFRAMA; Garcia (2004). Decreto 288/ (1967). Organizado pela autora.

Quadro 2– Benefícios Fiscais e Extrafiscais oferecidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal às empresas do Polo Industrial de Manaus – Manaus/AM (2011)

Incentivo Fiscal / Esfera de Governo
Governo Federal • Redução de até 88% do Imposto de Importação - II sobre os insumos destinados à industrialização; • Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; • Redução de 75% do Imposto sobre alíquotas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro até 2013; • Redução a zero (0) do PIS/PASEP e da COFINS nas operações internas na ZFM. **Governo Estadual** • Isenção do ICMS incidente sobre produtos industrializados nas remessas dos demais estados brasileiros para a ZFM; • Isenção do ICMS nas entradas de ativo, inclusive partes e peças; • Crédito do ICMS concedidos pelo Estado do Amazonas, nas compras de produtos industrializados de origem nacional; • Restituição do ICMS pelo Governo do Estado do Amazonas para produtos industrializados, nos seguintes níveis: a) 45% para bens de consumo final; b) 55% a 100% para bens de capital, bens de consumo destinado à alimentação, vestuário, calçados e veículos; c) Até 100% para bens intermediários, produtos que utilizam matéria-prima regional e produtos agropecuários pertencentes a setores prioritários; e d) Até 100% para os bens produzidos por empresas de base tecnológica de micro e pequeno porte, produtos medicamentosos que utilizem basicamente plantas medicinais regionais, produtos resultantes da industrialização do pescado e produtos fabricados no interior do Estado;
• Diferimento do ICMS na importação de matéria-prima; • Diferimento do ICMS devido nas operações de importação de mercadorias estrangeiras, para o momento de saída; • Redução da Alíquota do ICMS incidente sobre as operações de importação de mercadorias estrangeiras destinadas à comercialização para até 7%; • Crédito presumido de 6% sobre a base de cálculo do ICMS, para as mercadorias estrangeiras, nas operações de saída da ZFM para outros estados federativos, via venda no atacado; e •. Não incidência do ICMS no ato da entrada de mercadorias oriundas do exterior, desde que destinadas à internação no resto do País (Lei nº 2.826/2003). **Governo Municipal** • Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade, 210 mantendo este número durante o gozo do benefício (Lei Municipal nº 427/1998 - como essa lei possuía um prazo de vigência de 10 anos, expirou em 2008).
Incentivo Extrafiscal / Esfera de Governo
Governo Federal • Distrito Agropecuário: Área de 7.400 hectares com infraestrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial, disponíveis a preço simbólico. Da área total, 1,7mil hectares do Distrito Industrial encontram-se ocupados com indústrias instaladas, mas ainda existem 2,2 mil hectares disponíveis para novos empreendimentos. • Distrito Agropecuário: Área de 589.334 hectares, ao Norte de Manaus.

Fonte: Carvalho (2009); SUFRAMA (2010). Com ajustes da autora.

5.2 A ZFM e a ênfase na industrialização: novas determinações para o desenvolvimento econômico do Amazonas

Inicialmente, a atividade econômica incentivada que entra em execução no âmbito da ZFM é o comércio. Com artigos isentos de importação, Manaus tornou-se a opção dos consumidores brasileiros de outras regiões do país que buscavam na capital do Amazonas produtos somente encontrados no exterior. É importante ressaltar que, conforme situa Garcia (2004), nesse primeiro momento já se iniciavam mudanças na cidade. Muitas lojas se instalaram no centro comercial, pessoas de várias regiões do Brasil iam a Manaus em turismo de compras. Instaurou-se uma efervescência na cidade dando os contornos das transformações estruturais que ocorreriam a partir de então, tendo como centro dinâmico a capital amazonense.

A Zona Franca de Manaus, inicialmente, dinamizou-se como área de livre comércio, colocando Manaus na rota nacional e internacional. Produtos livres de taxa de importação foram autorizados para venda e colocados à disposição dos consumidores brasileiros, transformando a capital amazonense no único lugar do Brasil que possuía essa vantagem, sendo que entre 1967 e 1976 havia plena liberdade para importações, exceto armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e perfumes. Conforme destacou Valle (2007), esta se mostrou como uma atividade que movimentou não somente o setor comercial, mas também o de serviços, em especial os vinculados ao turismo e hospedagens, ao mesmo tempo em que expandiu as redes bancárias e o setor da construção civil.

Na tabela 16, podem-se observar dados que demonstram a dinâmica da atividade comercial no Amazonas e em Manaus, no período de 1960 a 1980, por setor de comércio, varejista e atacadista. Houve crescimento exponencial dessa atividade na capital amazonense, expresso no aumento do número de estabelecimentos entre 1970 a 1980, de 3.582 para 7.704 unidades, mas, principalmente, na quantidade de pessoas ocupadas. Nesse último aspecto, Manaus, em 1980, possuía 24.696 pessoas inseridas nas atividades comerciais, enquanto no Amazonas havia 36.182 pessoas. Além disso, nos setores de comércio, o varejista tem larga vantagem, tanto no número de estabelecimentos, quanto no número de pessoal ocupado, corroborando com o tipo de atividade preferencial da ZFM comercial (tabela 26).

Tabela 26 - Atividade comercial, segundo classe de comércio, número de estabelecimentos e pessoal ocupado – P.O. Amazonas e Manaus (1970-1980)

UF, Município	Classe de comércio	Anos X Estabelecimentos X Pessoal ocupado					
		1960		1970		1980	
		Estabelecimentos	P.O.	Estabelecimentos	P.O.	Estabelecimentos	P.O.
Amazonas	Total	3.279	8.699	6.087	15.936	13.144	36.182
	Varejista	2.752	6.582	5.643	13.449	12.702	33.000
	Atacadista	527	2.117	444	2.487	442	3.182
Manaus	Total	1.254	3.997	3.582	10.516	7.704	24.696
	Varejista	1.119	3.016	3.411	8.920	7.379	22.066
	Atacadista	135	981	171	1.596	325	2.630

Fonte: IBGE. Censo Comercial.

Conforme visto inicialmente, o período que precedeu a implantação da ZFM, havia forte relação da economia amazonense com o campo, pois nas atividades agropecuárias se inseria a maior parte da população economicamente ativa na década de 1960. Foi justamente nesse universo da predominância das atividades agrícolas e extrativas no estado do Amazonas que se colocou outro elemento do tripé, a agropecuária. Conforme o Decreto-Lei 288/196, a atividade agropecuária foi concebida para dinamizar o setor primário, que historicamente encontrava-se em situação fragilizada. Esta atividade, componente da ZFM, vai ser posta em andamento a partir de meados da década de 1970, com a implantação do Distrito Agropecuário (DA), pela Suframa.

Conforme Garcia (2004), a implantação do Distrito Agropecuário que estava previsto no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o apoio à formação de recursos humanos e tecnológicos nessa área, em conjunto com instituições locais, foram iniciativas que buscaram dar concretude a essa proposição. Ao receber a doação de terreno para sediar o Distrito Agropecuário-DA, este também doa terras às instituições afins para o desenvolvimento de suas atividades em seu âmbito, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Foram realizados debates com a comunidade científica, com o setor produtivo e instituições governamentais para definir as prioridades a serem desenvolvidas no DA e um plano de ocupação do solo foi elaborado e efetivado. Apesar desses e de outros investimentos, o desempenho do DA

sempre foi aquém do esperado, em que pese a grande necessidade de abastecimento do setor primário no estado.

Nesse contexto, a atividade industrial se sobressaiu frente aos demais eixos constitutivos do tripé (comércio e agropecuária), impulsionando o desenvolvimento econômico estadual, e também se sobrepondo à atividade extrativa que, historicamente, se constituiu na mola propulsora da economia amazonense.

Apesar de um início tímido, em 1968, quando da instalação da primeira fábrica, com o avanço da aprovação de maior quantidade de projetos industriais pela SUFRAMA (quadro 3 e 4), a atividade industrial se agigantou e tomou proporções que a tornaram o polo dinâmico da ZFM. As primeiras empresas que tiveram seus projetos aprovados por essa autarquia inicialmente instalaram suas plantas no centro histórico de Manaus, tendo em vista as vantagens locacionais de infraestrutura e transporte. Posteriormente, a SUFRAMA estabeleceu a área do Distrito Industrial (DI), como local específico para as empresas incentivadas, com a pedra fundamental lançada em 30 de outubro de 1968, em solenidade com autoridades (GARCIA, 2004).

Quadro 3 – Projetos industriais aprovados pela Suframa, por setor de atividade (1968-1974)

Setor de Atividade	Total	Setor de Atividade	Total
Joias	7	Bebidas	5
Estaleiros	5	Metalúrgicos	6
Produtos químicos	6	Latas	2
Óculos e lentes	3	Cimento	2
Relógios e despertadores	6	Rolamentos	1
Eletroeletrônicos	26	Plásticos	3
Alimentação	3	Motores	2
Confecções	11	Brinquedos	1
Madeiras	14	Outros	32
Têxteis	3		
Total			**138**

Fonte: SUFRAMA apud Garcia (2004).

Quadro 4 – ZFM - Projetos Implantados por Subsetores – Manaus-AM (setembro/1988)

Subsetores	Projetos	Subsetores	Projetos
Brinquedos	10	Óptico	10
Couros, peles e similares	2	Papel papelão	5
Editorial Gráfico	7	Produtos alimentícios	17
Eletroeletrônico	79	Químico	7
Isqueiros, canetas e cutelaria	5	Relojoeiro	15
Madeireiro	25	Termoplástico	11
Mecânico	15	Têxtil	5
Metalúrgico	17	Veículos de duas rodas	5
Minerais não metálicos	3	Vestuário e calçado	9
Mobiliário	2	Diversos	10
Naval	6	**Total**	**265**

Fonte: Garcia (2004).

O movimento do grande capital industrial no Amazonas reflete não somente as (re) definições ocorridas na escala do capitalismo globalizado, como também o da nacional. Cabe ressaltar o papel do governo federal na criação de mecanismos fiscais e extrafiscais que incentivaram a alocação de empresas nacionais e internacionais, como aqueles relacionados ao acesso à terra com infraestrutura, no Distrito Industrial.

As atividades industriais da ZFM são impulsionadas em um contexto no qual o país estava no auge de seu crescimento econômico propiciado pelo “milagre brasileiro”, no período de 1969 a 1973, momento no qual grandes corporações transnacionais aportaram suas plantas industriais no território amazonense (LIRA, 2005). O capital nacional também participou desse movimento de expansão capitalista na região, diretamente ou associado a esses grandes grupos transnacionais.

No caso da produção de bens de consumo duráveis, as empresas mais importantes de alguns setores na escala global estavam, de alguma maneira, representadas na ZFM. Conforme Valle (2007): no setor de eletroeletrônicos, a Philips holandesa, a Sony e a Sanyo japonesas controlavam empresas localizadas em Manaus, produtoras de televisores e videocassete; a Honda e a Yamaha, do Japão, controlavam empresas produtoras de motocicletas e ciclomotores; a Gillete (lâminas de barbear) e a Xerox (copiadora e fac-símiles), também tinham empresas na capital

amazonense. As empresas nacionais, mediante *joint ventures*, tinham ligações com outros gigantes da indústria eletroeletrônica em nível mundial, como a Toshiba, caso da Semp-toshiba e a Marsbita, caso de *Springer-Panasonic*. Além disso, segundo essa autora, havia ligações por meio de licenciamento de tecnologia, assistência técnica, dentre outros.

A vinda de plantas industriais de grandes corporações transnacionais trouxe graves implicações para a organização dos trabalhadores. Em um contexto regional de baixa organização sindical, os trabalhadores das fábricas tiveram (e têm) que enfrentar estratégias de gestão e combate à organização sindical do grande capitalismo global, uma vez que uma das determinantes de sua vinda para ZFM foram os baixos salários da mão de obra. Nessa perspectiva, Scherer destacou que:

> [...] quando se inicia o processo de industrialização, em Manaus, o Brasil já havia passado por amplo processo de internacionalização de sua economia, em particular de sua produção industrial. Ao que parece, houve, na verdade, um processo de ' migração de fábricas' [...] para Manaus, estimulado, de um lado, pela abundância dos 'benefícios' fiscais, colocados à disposição do empresariado do Centro/Sul e estrangeiro pelo poder público e, de outro, pela existência de mão de obra barata, desmobilizada politicamente e constituída, como tal, nesse processo (SCHERER, 1989, p. 54-55).

Por sua vez, a indústria, como centro dinâmico da ZFM pode ser conferida nos dados que alteraram o perfil da economia amazonense em seus anos iniciais. Segundo Lira (2005), o Produto Interno Bruto da atividade industrial foi multiplicado 16,4 vezes no período de 1970 a 1985, e, neste, a indústria de transformação passou de 11% em 1970 para 48% em 1985. Houve também expansão do emprego industrial que passou de 10,8 mil pessoas ocupadas em 1970 para 62,5 mil em 1985. Também, o Valor de Transformação Industrial cresceu no mesmo período de 0,3%, em 1970 para 1,7%, do total nacional.

Apesar desses indicadores positivos, os salários não tiveram a mesma performance, caindo de 16,8% (1970) para 8% (1985), do VTI, refletindo, para Lira (2005), o baixo nível de organização da mão de obra e indo ao encontro das expectativas do grande capital industrial, do favorecimento dos baixos salários para implantar-se na ZFM. Localizada numa região periférica, há que se considerar também que isso ocorre no âmbito da repressão sindical dos governos militares e das políticas

de “arrocho salarial”, não incorporando a inflação e os ganhos de produtividade no valor dos salários.

Esses indicadores mostram também a manutenção da retenção do excedente produzido pelos detentores do capital e a desigualdade social promovida por esse modelo de desenvolvimento no estado do Amazonas. As limitações do modelo industrial da ZFM podem ser constatadas no seu relacionamento com a produção regional. Nesse sentido, para Pereira (2006), o modelo de desenvolvimento implementado pela ZFM é considerado um equívoco histórico, pois se baseia em uma produção industrial focada em produtos que não têm como estabelecer “relação de afinidade em sua cadeia produtiva com os recursos e potencialidades da região” (PEREIRA, 2006, p. 120).

Um dos impactos da industrialização transplantada pela ZFM foi a desarticulação do setor agroextrativista, pelo fato de essa nova indústria não possuir relação com essa atividade predominante na região, sendo direcionada ao mercado externo. O fato de a industrialização não possuir encadeamento produtivo com o tipo de produção estadual pode ser apontado como uma das principais razões para o esvaziamento econômico (e demográfico) dos municípios do interior do estado.

Dentro desse contexto, identifica-se que os insumos industriais utilizados pelas indústrias da ZFM têm diversas origens: internacional, nacional e regional. A alta dependência da indústria da ZFM dos mercados extrarregionais, seja para venda de seus produtos, seja para a aquisição de insumos para a sua produção, é salientada por Lira (2005), para justificar o papel decisivo dos fatores externos para o desempenho regional. No caso da aquisição de insumos, esse autor identificou que, na composição da produção industrial, 35% eram abastecidos no mercado regional, 35% no mercado nacional e 30% oriundos dos países estrangeiros. Contudo, ele adverte que, no caso dos insumos de origem regional, seria necessário ter cautela, pois são produzidos com componentes importados. Segundo Valle (2007, p. 129);

> A montagem de bens de consumo duráveis é realizada em Manaus para atendimento de demanda do mercado nacional, enquanto os componentes são produzidos majoritariamente na Região Centro-Sul do país, quando não adquirido junto a fornecedores internacionais.

Nesse sentido, é histórica a variação negativa da balança comercial do estado do Amazonas, pela quantidade de aquisição de insumos industriais importados e pequena exportação, mesmo que esta tenda a ser equilibrada pelas vendas da produção industrial para o mercado nacional (tabela 27).

Tabela 27 - Setor Industrial - Balança comercial do Polo Industrial de Manaus (em US$ 1.000.000), Mercado Externo e Mercado Interno (1988 – 1999)

	Mercado Externo			Mercado Interno		
Ano	**Exportação**	**Importação**	**Saldo**	**Exportação**	**Importação**	**Saldo**
	A	**B**	**C=A-B**	**D**	**E**	**F=D-E**
1988	59.657,1	460.534,2	-400.877,1	5.039.825,5	1.924.913,2	3.114.912,3
1989	60.987,6	675.113,4	-614.125,8	6.842.314,5	2.350.802,4	4.491.512,1
1990	61.775,7	659.869,0	-598.093,3	8.318.632,0	2.675.334,5	5.643.297,5
1991	62.457,1	668.593,8	-606.136,7	5.921.855,5	1.814.242,9	4.107.612,6
1992	115.131,8	650.579,5	-535.447,7	4.427.632,1	1.360.843,5	3.066.788,6
1993	97.272,7	1.221.280,6	-1.124.007,9	6.538.448,4	1.702.076,8	4.836.371,6
1994	114.570,7	1.816.522,8	-1.701.952,1	8.704.198,1	2.399.621,4	6.304.576,7
1995	101.764,5	2.791.474,9	-2.689.710,4	11.665.195,2	3.097.345,9	8.567.849,3
1996	105.308,7	3.124.003,6	-3.018.694,9	13.160.750,6	3.585.422,8	9.575.327,8
1997	149.656,3	3.371.931,6	-3.222.275,3	11.581.024,1	3.353.783,9	8.227.240,2
1998	227.586,3	2.303.390,9	-2.075.804,6	9.711.004,7	2.624.802,5	7.084.598,7
1999	375.653,2	2.141.135,4	-1.765.482,2	6.841.101,4	1.749.503,8	5.088.778,6

Fonte: SUFRAMA/SAP/CGPRO/COISE (2013).

5.2.1 Mudanças e ajustes da Industrialização Incentivada e a renovação dos incentivos fiscais

No Amazonas, a isenção de impostos de importação/exportação e a concessão de incentivos fiscais que compõem a ZFM desde 1967 mantiveram-se ao longo desses quase 50 anos e, particularmente, a política de incentivos fiscais para as indústrias enfrentou diferentes conjunturas políticas e econômicas. A partir dos processos de abertura comercial e financeira e da deflagração da denominada “guerra fiscal” nos anos 1990, há grande questionamento (por parte dos demais governos estaduais e parlamentares federais) sobre a existência dos incentivos fiscais da ZFM e seus efeitos positivos e negativos para a economia regional/nacional.

Ao longo do período de vigência dos benefícios fiscais, a atividade industrial sofreu mudanças e ajustes, tendo em vista fatores relacionados à política econômica do

país com repercussão nas atividades incentivadas. Essa dinâmica pode ser observada nas diferentes fases pelas quais a ZFM passou, com a prorrogação da política de concessão fiscal em todas elas.

A periodização aqui adotada é a estabelecida pela SUFRAMA[33], que delimita cinco fases[34]. Tal periodização foi ajustada para três fases[35], a partir das determinações mais gerais da política econômica nacional e suas repercussões nas atividades incentivadas pela ZFM, notadamente as industriais.

Desse modo, definiu-se a Primeira Fase no período de 1967 a 1990, juntando a primeira fase (1967-1975) com a segunda (1976-1990), que passam a ser subperíodos, em virtude de estarem dentro do escopo mais amplo da política de industrialização, cujo esgotamento ocorreu a partir de meados da década de 1980. O segundo ajuste foi juntar as fases três (1991-1996) e quatro (1997-2001), estabelecendo a Segunda Fase (1991 a 2002), considerando a adoção de políticas neoliberais. A Terceira Fase inicia-se a partir do ano de 2003 e vai até o último ano da pesquisa, 2015, com a retomada das políticas ditas “neodesenvolvimentistas” e de ações e projetos de investimento de impacto regional.

Assim, em sua primeira fase (1967 a 1990), a ZFM é implementada no âmbito da industrialização pesada no país e de grandes investimentos econômicos governamentais na região Norte, em vista de sua integração ao mercado nacional. Nos anos de 1980, tais processos são interrompidos por conta das repercussões da dívida externa na política econômica.

No primeiro subperíodo (1967-1975), a atividade comercial comandava a economia amazonense e a atividade industrial iniciou-se no ano de 1968. As fábricas

---

[33] Organizada por Peres (2015).

[34] Cabe destacar que existem outras propostas de periodização tais como a de Carvalho (2011), cuja diretriz definidora de cada uma das três fases partiu do predomínio da(s) atividade(s) econômica(s), se comercial, industrial, ou ambas; e a de Bispo (2009), que organizou quatro fases, segundo momentos importantes da trajetória do modelo ZFM (embrionária, afirmação, consolidação e desenvolvimentista).

[35] Um dos ajustes foi definir a Primeira Fase no período de 1967 a 1990, juntando a primeira fase (1967-1975) com a segunda fase (1976-1990), que passam a ser sub-períodos, em virtude de estarem dentro do escopo mais amplo da política de substituição de importações, cujo esgotamento ocorreu a partir de meados da década de 1980. O segundo ajuste foi juntar as fases três (1991-1996) e quatro (1997-2001), estabelecendo a Segunda Fase (1991 a 2002) com vigência do modelo neoliberal na economia. A Terceira Fase ocorreu a partir do ano de 2003 até o último ano da pesquisa, 2015, com a retomada das políticas ditas “neodesenvolvimentistas” e de ações e projetos de investimento de impacto regional.

implantadas caracterizavam-se por aterem-se a dois processos industriais: o – *Completely Knocked Down (*CKD)*;* e *Semi Knocked Down* (SKD) (produtos totalmente ou semidesmontados), daí derivando seu caráter de montadoras de produtos industriais, uma produção transplantada, ou de *produção parcial* conforme denominou Pinto (1987). Destaca-se também a grande liberdade para a importação de insumos à produção (PERES, 2014).

No segundo subperíodo (1976-1990), as diretrizes emanadas da política industrial do país orientavam o fomento da indústria nacional de insumos, localizada principalmente no estado de São Paulo. Para isso, foram estabelecidos padrões mínimos de nacionalização da produção industrial, regido pelo Decreto-Lei 1.435/1975, que alterou o Decreto 288/1967 (originário), possibilitando que os produtos da ZFM tivessem um *índice mínimo de nacionalização*. Também foi estabelecido teto máximo de importação de insumos estrangeiros.

Com isso, as indústrias incentivadas foram obrigadas a cumprir índices mínimos de nacionalização, com base em cálculos definidos por tipo de produto, ou mesmo modelo, e autorizadas a importar somente peças e componentes não produzidos no Brasil. Segundo Garcia (2004), havia incentivos a quem alcançasse maiores índices de nacionalização, gerando mais empregos, com redução do pagamento de Imposto de Importação. Para quem não atingisse o nível mínimo de nacionalização estabelecido, estes, havia sanções, e estes não seriam beneficiados com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPP). Essa necessidade de viabilizar a nacionalização da produção industrial da ZFM ensejou a instituição de polos industriais (duas rodas, eletrônicos, ótico, relojoeiro e outros).

Ainda de acordo com Garcia, no início desse subperíodo (1976), a SUFRAMA adotou estratégias para dinamizar o setor primário da economia amazonense e, ao mesmo tempo, promover a integração com a economia regional. No primeiro caso, pela implantação do DA e, no segundo, pelo apoio às instituições de ensino e pesquisas locais para formação de recursos humanos e geração de tecnologias de perfil regional. Assim:

> Destinou recursos financeiros para a criação dos distritos industriais do Estado do Acre e do Território Federal de Roraima e para a construção dos *campi* universitários da Universidade do Amazonas, em Manaus, da Universidade Federal do Acre, em Rio Branco, e do Projeto Rondon, nos municípios

> amazonenses de Benjamin Constant e São Gabriel da Cachoeira. Promoveu a recuperação das instalações físicas do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, adaptando-a às funções de centro de treinamento de docentes da Universidade do Amazonas, na área biomédica. Financiou a implementação de um elenco de obras de infra-estrutura na Amazônia Ocidental. Repassou recursos financeiros ao Inpa e à Universidade do Amazonas, destinados à realização de cursos de pós-graduação e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada ao aproveitamento econômico de potencialidades regionais (GARCIA, 2004, p. 95).

A vigência de uma política de comércio exterior que mantinha o mercado brasileiro fechado às importações limitava a concorrência aos produtos da ZFM, que, além de produzir todos os televisores do mercado brasileiro, compunha-se de uma produção diversificada de bens de consumo (rádio toca-fitas para automóveis, aparelhos de som, motocicletas, joias, relógios, forno de micro-ondas, artigos de ótica, descartáveis etc.) que ensejou a criação de uma logomarca para identificar os produtos da ZFM: *"Produzido na Zona Franca de Manaus – Conheça o Amazonas"* (GARCIA, 2004, p. 102).

Nesse período, ocorreu a primeira prorrogação dos incentivos da ZFM vigentes até 1997, passando para 2007 (Decreto-Lei nº 92.560, de 16 de abril de 1986). Segundo Brilhante (2012), essa prorrogação da ZFM assinada pelo Presidente José Sarney foi baseada no art. 42 do Decreto 288/1967, que definiu a vigência dos benefícios fiscais por 30 anos, ou seja, de 1967 a 1997. As demais prorrogações foram por meio de Emendas Constitucionais. Assim, a proposição de uma nova prorrogação, suplantando a anterior, desta vez via Emenda Constitucional, ocorreu no processo de elaboração da Nova Constituição Federal de 1988, proposto pelo Relator da Constituição, o senador amazonense Bernardo Cabral. Nessa nova proposição, os benefícios fiscais da ZFM foram prorrogados por 25 anos, entendendo-os até o ano de 2013[36].

Na última década dessa primeira fase, Carneiro (2012) destaca que a crise da dívida externa brasileira expressou a derrocada do padrão de crescimento econômico orientado pelo nacional-desenvolvimentismo no Brasil, em um quadro de profundas

---

[36] Outro fato importante foi a definição de que quaisquer alterações nos critérios para aprovação de projetos somente poderiam ser feitas por meio de lei federal, o que, na perspectiva de Garcia (2004, p. 104) gerou confiabilidade e segurança tanto para os investidores quanto para os trabalhadores da ZFM, eliminando a incerteza quanto a manutenção dos incentivos fiscais do modelo.

mudanças no padrão de organização capitalista (liberalização e globalização financeira). Essa situação ensejou o ressurgimento das ideias liberais e práticas econômicas orientadas pelo Consenso de Washington, que, junto com organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD), criticavam o excesso de intervencionismo estatal nos processos de desenvolvimento econômico dos países da periferia, especialmente na América Latina, cuja estratégia baseava-se na industrialização substitutiva de importação com proteção estatal[37]. No plano mundial, um documento do Banco Mundial lançado em 1991 critica as políticas nacional-desenvolvimentistas em um ponto considerado essencial: o de que a industrialização protegida pelo Estado levaria à distorção de preços, acarretando a má alocação de recursos, "em desacordo com as vantagens comparativas e à perda de eficiência" (CARNEIRO, 2012, p. 765). Assim, essa instituição assume a tese dos ganhos de produtividade como essência do desenvolvimento econômico, associando-os ao bom funcionamento do sistema de preços, "ou seja, a boa alocação de recursos seria uma prerrogativa essencial dos mercados livres e da concorrência" (CARNEIRO, 2012, p. 765).

A partir dessas mudanças, dá-se início à segunda fase da ZFM (1991-2002). As novas diretrizes decorrentes da neoliberalização da economia produzem fortes repercussões para as atividades incentivadas pela ZFM, no Amazonas. A abertura do mercado brasileiro pelo Governo de Fernando Collor para os produtos importados foi um duro golpe para a atividade comercial da ZFM, que possuía a prerrogativa da aquisição de produtos isentos de taxa de importação. A partir desse período, a atividade comercial foi definhando, bem como o turismo de compras associado a tais atividades.

Na escala nacional, as décadas de 1980 e 1990 foram consideradas "perdidas" do ponto de vista do crescimento econômico, com fortes crises, particularmente na segunda metade dos anos de 1990, além das privatizações, ampliação do desemprego, das desigualdades sociais e aumento da vulnerabilidade externa.

---

[37] "O paradigma *market friendly* proposto no documento não descarta a intervenção do Estado, mas define bem seu caráter complementar e essencialmente regulatório, isto é, direcionado para garantir e viabilizar o melhor funcionamento do mercado" (CARNEIRO, 2012, p. 765).

Nesse contexto, estabeleceu-se uma nova política industrial que propugnou o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBPQ) e o Programa de Competitividade Industrial, produzindo fortes impactos e reestruturação das indústrias da ZFM, tendo que se modernizar e reestruturar a produção, incluindo o processo produtivo e a gestão do trabalho para ajustar-se à concorrência do mercado externo pelo esgotamento da proteção dos mercados anteriormente existentes (PERES, 2014).

Outras medidas também impactaram a atividade industrial incentivada, como a retirada do limite máximo global de importação por ano (Decreto 205, 05 de setembro de 1991), o estabelecimento de redutor de 88% do Imposto de Importação para a ZFM (Lei 8.387, 30 de dezembro de 1991) e a substituição do Índice Mínimo de Nacionalização dos produtos fabricados pelo Processo Produtivo Básico (PPB), que se constituiu em um dos pré-requisitos para as indústrias receberem os benefícios fiscais. O PPB é definido na Lei 8 8.387/1991 da seguinte maneira: “Processo Produtivo Básico é o conjunto mínimo de operações no estabelecimento fabril, que caracteriza a industrialização de determinado produto”.

Houve também a instituição da denominada Lei de Informática (Lei nº. 837 (30/12/1991), que condicionou a concessão dos benefícios fiscais a investimentos anuais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), correspondentes a 5% do faturamento bruto da empresa.

Ademais, dentro do contexto de modernização das indústrias da ZFM, duas outras medidas ensejaram o alcance desse objetivo, conforme situa:

> 1) Por meio do Decreto nº 783 de 25 de março de 1993, as indústrias ficaram obrigadas a implantar normas técnicas de qualidade, conforme padrões de entidades credenciadas pelo Instituto nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);
> 2) as empresas do Polo Industrial de Manaus deram início a um amplo processo de modernização industrial, com ênfase na automação, qualidade e produtividade; Em 1996, a reestruturação do parque fabril refletiu em faturamento recorde para aquela década, da ordem de US$ 13,2 bilhões (PERES, 2014, p. 1).

Valle (2007) destaca que na década de 1990 instalou-se a crise recessiva nas indústrias de Manaus, resultante de uma conjugação de fatores envolvendo a crise econômica do país e a política de abertura comercial, que esgotou o protecionismo estatal de sua produção industrial. Conforme essa autora:

> As forças de mudanças lideradas nos anos 90, fundamentalmente a abertura

> comercial e a recessão econômica, foram centrais a crise que tomou conta das instalações industriais sediadas em Manaus. A crise recessiva e o fim do protecionismo estatal impulsionaram o processo de redefinição das bases técnicas e social da unidade produtivas. Uma vez que sujeitas à exposição de novos e poderosos concorrentes, as empresas ver-se-ão na contingência de redefinir os padrões de produção e de organização do trabalho adotado nas décadas anteriores (VALLE, 2007, p. 23).

No contexto da reestruturação produtiva vivenciada pelas indústrias da ZFM, em busca de modernização para aumentar a competitividade de sua produção, foram introduzidos o conceito de “fábrica enxuta” e a automação industrial, que contribuíram para aumentar o número de demissões nas indústrias de Manaus, ocorrendo “baixas nas carteiras” (SCHERER, 2005). Utilizando dados da SUFRAMA, essa autora destaca que, no período compreendido entre 1990 a 2000, o número de trabalhadores empregados nas fábricas do Distrito Industrial caiu de 76.798 para 44.519, deduzindo que “foram excluídos do processo produtivo nas indústrias quase 32.279 trabalhadores, ou seja, uma média de 3.227 por ano” (SCHERER, 2005, p. 59-60).

Outras iniciativas ocorridas nessa fase apontam novos caminhos para a ZFM. Neste caso, a definição de critérios para a SUFRAMA atuar na promoção do desenvolvimento regional, pelo repasse de recursos financeiros (Resolução nº 052, de 01 de agosto de 1997) (PERES, 2014) e a criação de sete Áreas de Livre Comércio – ALCs (quadro 5), incluindo a de Macapá-Santana, localizada na Amazônia Oriental. Localizadas nas áreas de fronteira da Amazônia brasileira, exclusive a localizada no território acreano, buscavam interiorizar o desenvolvimento e sendo a elas estendidos os benefícios comerciais da ZFM, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No entanto, com poucas exceções, não houve grande êxito nessa iniciativa pelo impacto da política de abertura comercial do país.

Quadro 5 – Áreas de Livre Comércio – ALCs da Amazônia – (1980–1994)

ALC	Criação	Localização/Atividades
Tabatinga (AM)	Lei nº 7.965 (22/12/89), implantada em 1990.	Fronteira com a cidade de Letícia (Colômbia) / importações de mercadorias nacionais e estrangeiras para consumo no município e adjacências.
Macapá/Santana (AP)	Lei nº 8.387 (30/12/1991), regulamentada pelo Decreto nº 517/1992 (08/05/1992). Implantada oficialmente em março de 1993.	Fronteira com a Guiana Francesa / Importação nacional e estrangeira.
Guajará-Mirim (RO)	Lei nº 8.210 (19/07/1991) regulamentada pelo Decreto nº 843 (23/06/1993).	Fronteira com a cidade de Guayaramirim (Bolívia); Bonfim: margens do rio Tacutu, fronteira da cidade de Lethem (República da Guiana). Objetivo: Promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo Norte daquele Estado e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, sobretudo Venezuela e Guiana, seguindo a política de integração latino-americana.
Paracaima e Bonfim (RR)	Lei nº 8.256 (25/11/1991) regulamentada pelo Decreto nº 843 (23/06/1993); implementadas no ano de 2008.	Paracaima: Margens da BR-174, fronteira da cidade de Santa Helena (Venezuela); Epitaciolândia e Brasiléia: cidade de Cobija (Bolívia).

Fonte: SUFRAMA (2015) (sítio).

Além da busca de interiorizar o desenvolvimento na Amazônia Ocidental, a proposta de maior inserção no mercado externo é destaque nessa fase. As exportações industriais aumentaram substancialmente entre 1996 e 2000, de US$ 105,3 milhões para US$ 741,6 milhões (GARCIA, 2004). No ano 2000, as vendas para o exterior cresceram 97,42% em relação a 1999, colocando a região Norte como a segunda no índice de crescimento das exportações, superada apenas pelo Centro-Oeste, tendo nos “concentrados para preparação de refrigerantes”, o produto líder de vendas para o exterior (Austrália e toda a América Latina) (GARCIA, 2004, p. 133).

Outra mudança ocorrida após a abertura comercial do país e seus impactos sobre a zona de livre comércio foi o predomínio da produção industrial, fato que propicia

uma transição da então denominada ZFM para Polo Industrial de Manaus (PIM), conforme observa seráfico (2011)[38]:

> Como se vê, depois da abertura da economia nacional, a ZFM, que antes tinha como segmentos dinâmicos o comércio e a indústria, transformou-se em uma zona franca predominantemente industrial, o que se revela inclusive no modo pelo qual passou a ser tratada: Pólo Industrial de Manaus – PIM (SERÁFICO, 2001. p. 119).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, havia uma insatisfação geral com a situação do país, envolto em problemas como baixo crescimento econômico, aumento da dívida pública, altas taxas de desemprego e da inflação e expansão da pobreza. Assim, conjugava-se um quadro de agravamento da situação econômica do país e incertezas quanto a um novo governo e de que forma conduziria a nação.

A terceira fase da ZFM (2002), até os dias atuais, é marcada por mudanças na escala nacional que irão repercutir na atividade industrial incentivada.

Quando iniciou o novo governo, sob o comando do Presidente Lula, em 2003, a situação econômica do país encontrava-se fragilizada. Pinto (2010) destaca que as diretrizes da política econômica brasileira, centrada na estabilização, atendendo às necessidades da dominância da fração bancário-financeira de ampliação das exportações de bens primários (indústria agroexportadora) e políticas sociais focadas na inclusão via mercado constituíram-se nas bases da nova gestão, ora iniciada.

Apesar de manter, e mesmo aprofundar, no âmbito geral, as mesmas medidas macroeconômicas do governo anterior, o Governo Lula teve mais êxito que seu antecessor. Nesse primeiro momento, isso ocorreu, segundo autores como Pinto (2010) e Fonseca; Cunha; Bechara (2013), devido às condições favoráveis do mercado internacional que propiciaram saldos positivos na balança comercial, liderado pelas exportações brasileiras a partir do ano de 2003, principalmente de *commodities* para a China.

Os efeitos do aumento de exportações de *commodities* trouxeram implicações mais profundas para a economia do país, que tem a ver com os novos arranjos políticos

---

[38] Seráfico (2011) registra tramitar no Congresso Nacional uma Emenda Constitucional de autoria do então senador Arthur Virgílio Neto (PSDB/AM), apresentada no ano de 2004, para incluir o artigo 43-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Decreto 288/1967, que substitui, no artigo 40, a denominação Zona Franca de Manaus pela de PIM.

e econômicos e a inserção do país na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, Siqueira (2010) destaca os possíveis efeitos do eixo sino-americano[39] (Estados Unidos e China) para a economia brasileira, como a reprimarização de sua estrutura produtiva e da pauta de exportação.

Por outro lado, a melhoria no desempenho do país não ficou restrita ao aumento das exportações de bens primários. O mercado interno também contribui para isso, em decorrência de várias ações governamentais que objetivaram sua expansão e fortalecimento, como a valorização do salário mínimo, a geração de postos de trabalho formais, a ampliação do crédito ao consumidor e as políticas de transferência de renda, dentre os quais o Programa Bolsa Família.

Essas ações de fortalecimento do mercado interno, somadas às políticas anticíclicas, foram de grande importância quando da crise mundial ocorrida a partir de 2008, possibilitando menor impacto na conjuntura interna. Dentre as políticas anticíclicas implementadas pelo Estado, Pinto (2010, p. 275) destaca o seguinte:

> Além de expandir o crédito dos bancos públicos, o governo Lula adotou outras medidas para conter a crise: reduções das alíquotas do IR e do IPI sobre carros novos, material de construção e eletrodomésticos, do IOF nas operações de crédito das pessoas físicas e da COFINS sobre motos.

No que diz respeito diretamente aos trabalhadores e como foram inseridos no período de crescimento econômico do Brasil no pós-2003, estabeleceu-se a política de valorização continuada do salário mínimo e o aumento do emprego formal. Junto com os programas de transferência de renda, estes foram fatores importantes que contribuíram para a melhoria na distribuição de renda e redução da pobreza.

Na ZFM, os fatos mais marcantes, além do aumento do consumo de bens duráveis, têm a ver com o fortalecimento de sua inserção competitiva nas exportações e ampliação do desenvolvimento tecnológico de base local. No primeiro, destacam-se, segundo Peres (2014), as missões comerciais, participação em acordos de comércio exterior e a realização de eventos de promoção comercial, como a Feira Internacional

---

[39] Alterações expressivas na divisão internacional do trabalho, com a China emergindo na hierarquia e fortalecendo um eixo sinoamericano hegemônico, os EUA como emissor de moeda internacional e a China como única financiadora da dívida interna e externa americana colocam o mundo em torno desse eixo (SIQUEIRA, 2013).

da Amazônia (FIAM), evento que ocorre desde o ano de 2002, expondo produtos das indústrias da ZFM; faz rodadas de negócios e investimentos atraindo participantes do Brasil e do exterior. No segundo, os principais marcos foram a criação de centros de inovação, como o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) (2002) e o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM) (2003).

Essas e outras mudanças têm buscado a reformulação do modelo ZFM, ainda que possua limites em seu alcance. Suas repercussões implicaram em uma proposta de mudança de sua nomenclatura. A senadora do estado do Amazonas, Vanessa Grazziotin propôs que a antiga denominação Zona Franca de Manaus seja alterada para Polo de Desenvolvimento Industrial Incentivado (PDI)[40]. Na justificativa, defende que a liberalização da economia brasileira impôs reestruturação no modelo da ZFM, desvinculando-a de um centro comercial de importados ou mesmo de indústria de montagem. A atual diversificação da produção e busca de inserção competitiva no mercado internacional implicou em um novo caráter para esse modelo industrial. Nessa perspectiva, ela justifica a proposta de mudar a denominação da ZFM:

> A visão corrente de um parque industrial de montagem encontra-se muito distante da realidade atual do Polo de Desenvolvimento Incentivado, que experimenta o adensamento crescente da cadeia produtiva, a diversificação da linha de produtos exportáveis e o incentivo a projetos na área de tecnologia, não deixando dúvidas em relação a seu dinamismo econômico e à sua importância estratégica para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental (AGÊNCIA SENADO, 2014, não paginado).

Apesar das iniciativas anteriormente citadas, de inserção competitiva no mercado externo para os produtos da ZFM, a busca de encadeamento da cadeia produtiva, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento regionais, como o CBA e CT-PIM, o uso dos recursos da Lei de Informática para financiamento de educação superior, em particular na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e fomento de formação de quadros em ciência e tecnologia, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEAM), os resultados precisam ser melhor mensurados e avaliados.

Os dados da Balança Comercial, no período 2000-2010, indicam que a histórica defasagem entre importação X exportação, em particular nas relações com o mercado externo, perduram e se ampliam. Nessa última década, mantiveram-se os resultados

---

[40] Incluindo o artigo 252 na PEC 57/2011, a mesma que prorrogou os incentivos fiscais da ZFM por mais cinquenta anos.

exitosos nas relações com o mercado interno, com um adicional favorecimento pelo fato de sua dinamização via política econômica focada no consumo de massa, no qual os produtos da ZFM têm forte atuação, especialmente os do setor eletroeletrônicos (tabela).

Nesse sentido, não há como sublinhar mudanças que tenham promovido uma inflexão no caráter de produção fabril transplantada da ZFM, a produção parcial, ou em termos mais simples, a montagem de produtos industriais. O saldo negativo com o mercado externo evidencia que a aquisição de componentes importados suplantam as vendas para o exterior. Com isso, a produção industrial continua sem encadeamentos internos, sem dinamizar a cadeia produtiva regional, pois mesmo as fábricas de componentes localizadas na capital amazonense importam seus insumos de outros estados ou países (tabela 28).

Tabela 28 - Setor Industrial - Balança comercial do Polo Industrial de Manaus (em US$ 1.000.000), Mercado Externo e Mercado Interno (2000 – 2010)

Ano	Mercado Externo			Mercado Interno		
	Exportação A	Importação B	Saldo C=A-B	Exportação D	Importação E	Saldo F=D-E
2000	741.625,6	3.026.104,8	-2.284.479,2	9.653.150,4	2.471.944,1	7.181.206,3
2001	829.042,1	2.702.019,9	-1.872.977,8	8.286.068,0	2.260.668,6	6.025.399,4
2002	1.026.327,6	2.583.787,3	-1.557.459,7	8.086.611,6	2.364.238,0	5.722.373,6
2003	1.227.707,0	3.224.771,2	-1.997.064,2	9.394.738,1	2.863.955,5	6.530.782,6
2004	1.085.929,7	3.758.994,1	-2.673.064,4	13.104.968,0	3.814.955,3	9.033.277,0
2005	2.024.527,5	4.762.242,2	-2.737.714,7	16.877.154,8	5.151.058,4	11.726.096,4
2006	1.482.729,2	5.917.620,7	-4.434.891,5	21.265.275,6	6.013.732,6	15.251.543,0
2007	1.044.794,0	6.299.075,7	-5.254.281,7	24.625.062,1	6.598.409,9	18.026.652,2
2008	1.192.004,5	8.555.322,5	-5.487.202,2	28.908.331,1	7.918.106,1	20.990.225,0
2009	857.448,1	6.344.656,3	-5.487.208,2	25.096.203,5	5.480.992,0	19.615.211,5
2010	1.037.497,1	10.181.265,9	-9.143.768,8	34.177.784,4	7.222.814,3	26.954.970,1

Fonte: SUFRAMA/SAP/CGPRO/COISE (2013).

A política de dinamização do mercado interno brasileiro, focada no consumo de massa, teve reflexos na produção industrial da ZFM, cujo principal expoente, no período 2000-2010, conforme dados da SUFRAMA (2013), foi o recorde de geração de postos de trabalho, superando a marca de 100.000 empregos, a maior alcançada desde a existência dos incentivos fiscais (tabela 29).

Tabela 29 - Evolução da mão de obra ocupada no Polo Industrial de Manaus (2000 - 2010)

Ano	Média Mensal de Mão de obra
2000	50.005
2001	54.759
2002	57.812
2003	64.971
2004	79.448
2005	89.869
2006	98.666
2007	98.720
2008	106.914
2009	92.699
2010	103.662

Notas:

1. A partir de 1998, houve a inclusão da Mão de obra Efetiva +. Temporária.
2. corresponde à média mensal de Empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais, com Projetos Aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA.

Fonte: SUFRAMA. SAP; CGPRO; COISE (2013).

Esse crescimento do número de empregos também foi acompanhado pelo aumento do número e do porte das empresas, segundo a média de mão de obra ocupada. Assim, houve acréscimo de mais de 100 empresas, passando de 307 para 431, e a média de mão de obra por empresa que era de 142 atingiu 215 empregados (tabela 30).

Tabela 30 - Evolução da quantidade de empresas industriais incentivadas pela ZFM, Manaus - 2000 - 2010

Anos	Nº de empresas industriais	Mão de obra	Média de mão de obra por empresa
2000	307	43.767	142,56
2010	431	92.863	215,46

Nota:

1. Exceto mão de obra Terceirizada e Temporária.

Fonte: SUFRAMA (2013).

Importante registrar que, nos dados do Censo demográfico 2010 do IBGE, o número de pessoas de 10 anos ou mais residentes em Manaus que declararam

ocupação na indústria de transformação é de 120.773 pessoas (tabela 31). Esse quantitativo, além de superar os dados apresentado pela Suframa, tendo em vista que esta capta informações apenas das empresas que recebem incentivos da ZFM, corresponde a 82,05% do total de pessoas ocupadas nessa atividade, no estado do Amazonas.

Apesar dessas diferenças quantitativas, torna-se evidente que a oferta de postos de trabalho nas empresas industriais está concentrada em Manaus, justificando a concentração de trabalhadores na capital amazonense que procuram melhores oportunidades de emprego e renda, repercutindo também em seu processo de urbanização, tal como será visto mais adiante.

Tabela 31 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a seção de atividade do trabalho principal, indústria de transformação - Manaus e Amazonas (2010)

Unidade da Federação e Município	Pessoas ocupadas	
	Total	%
Amazonas	147.195	100
Manaus	120.773	82,05

Nota:
1 - Dados da Amostra.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Nessa busca por melhores oportunidades de trabalho e de vida na capital amazonense, um aspecto que merece registro é o fato de os migrantes não naturais do estado do Amazonas serem os que, proporcionalmente, conseguiram maior inserção no mercado de trabalho no ano de 2010. Da população economicamente ativa da capital, um total de 844.465 pessoas, separados em dois grupos, o de naturais do estado do Amazonas (666.542 pessoas) e o de não naturais (163.679), identificou-se que 91,99% dos que não eram naturais do estado amazonense estavam ocupados, contra 88,06% da PEA nascida nessa unidade da federação (tabela 32).

Tabela 32 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo a naturalidade em relação à unidade da federação (UF) - Manaus (2010)

Condição de atividade e naturalidade em relação à UF	Condição de ocupação na semana de referência					
	Total	%	Ocupados	%	Não ocupados	%
População Economicamente Ativa – PEA	844.465	100	750.666	88,89	93.799	11,11
PEA Natural da UF	666.542	100	586.987	88,06	79.555	11,94
PEA Não Natural da UF	177.923	100	163.679	91,99	14.244	8,01

Nota:

1 - Dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

No entanto, ao ser avaliada a distribuição salarial dos trabalhadores das empresas industriais da ZFM, observa-se que, em simultâneo ao aumento do número de pessoas ocupadas, a maior parte dos trabalhadores (41,85%) encontrava-se na faixa salarial de 2 a 4 Salários Mínimos (SMs), enquanto em 2010, o maior número de registros caiu para a faixa de salários de até 1 SM (38,51%). Além disso, em todas as faixas salariais até 4 SMs, ocorreu aumento do número de trabalhadores, enquanto nas de maiores salários essa situação inverteu-se, registrando forte diminuição (tabela 33).

Tabela 33 - Faixas de salário (Salário Mínimo - SM) da Mão de obra das empresas industriais incentivadas pela ZFM - Manaus (2000 - 2010)

Faixas de salário (Salário Mínimo - SM)	Anos			
	2000		2010	
	V. Abs	%	V. Abs	%
Até 1,5 SM	4.209	9,62	35.761	38,51
Acima 1,5 a 2,0 SM	6.843	15,64	19.167	20,64
Acima 2,0 a 4,0 SM	18.316	41,85	23.037	24,81
Acima 4,0 a 6,0 SM	5.667	12,95	6.677	7,19
Acima 6,0 a 10,0 SM	4.111	9,39	4.657	5,01
Acima 10,0 a 15,0 SM	2.213	5,06	1.939	2,09
Acima de 15 SM	2.408	5,50	1.625	1,75
Total	43.767	100	92.863	100

Nota:

1. Exceto Mão de obra Terceirizada e Temporária.

Fonte: SUFRAMA (2013). Reorganizado pela autora.

Essa situação é análoga ao ocorrido no país nesse período, sendo bem retratada por Braga (2014), ao destacar que o crescimento anual de postos de trabalho no período 2004 – 2010, de cerca de 2,1 milhões, com aumento de 10% da participação da relativa dos salários na renda nacional apoiou-se, sobretudo no "trabalho barato" (BRAGA, 2014, p. 7).

Um fato importante a ser considerado é que, além de não ter ocorrido aumento da média de salários pagos aos trabalhadores, também não aumentou sua participação em relação ao total do faturamento das empresas industriais incentivadas pela ZFM. No período 2000-2010, o faturamento empresarial aumentou em três vezes, enquanto a elevação da participação dos salários, inclusive benefícios/encargos sociais dos trabalhadores, foi irrelevante, passando de 5,45% para 5,59% (tabela 34), o que fortalece ainda mais a constatação de que o crescimento do emprego nas indústrias da ZFM ocorreu sob a modalidade do "trabalho barato".

Tabela 34 – Proporção dos valores dos Salário, encargos e benefícios sociais no Faturamento das empresas industriais incentivadas pela ZFM - Manaus (2000 - 2010) (Valores em US$ 1,00)

Anos	Faturamento das empresas industriais	Salários, encargos e benefícios sociais	Relação Salários X Faturamento (%)
2000	10.395.099.859	546.611.505	5,26
2010	35.215.281.470	1.968.773.089	5,59

Fonte: SUFRAMA; SAP; CGPRO; COISE (2013).

A contribuição previdenciária é outro aspecto extremamente revelador do que se passa no *mundo do trabalho* amazonense. Nesse sentido, os dados revelam que mesmo os trabalhadores que estão inseridos na indústria de transformação não têm garantida a universalidade desse direito trabalhista.

Ao se observar a dinâmica da contribuição previdenciária no período 2002-2014, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) IBGE mostram que houve melhoria na situação da cobertura previdenciária para as pessoas de 10 anos ou mais no estado do Amazonas[41], acompanhando o quadro nacional. Assim, em 2002,

[41] A divulgação dos dados da PNAD/IBGE é por Unidade da Federação. Portanto, será utilizada como *proxi* para avaliação da cobertura previdenciária nas industrias incentivadas da ZFM, considerando

essa situação era bastante preocupante, pois estava restrita a pouco mais da metade dos trabalhadores, registrando 59,70% contra 40,30% de não contribuintes. No final do período, no ano de 2014, a cobertura avançou na indústria de transformação, abrangendo 71,90%, enquanto a existência de pessoas trabalhando nessa atividade sem contribuição para a previdência social reduziu para 28,10%

Na capital amazonense, ao ser avaliado esse aspecto a partir dos dados do Censo 2010, identifica-se, de maneira mais efetiva, a situação de cobertura previdenciária para os trabalhadores da indústria de transformação localizadas nesse município.

Nesse sentido, identifica-se também a não garantia da universalidade desse direito, embora a proporção de trabalhadores nessa condição seja menos precária. A proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade com contribuição previdenciária corresponde a 81,77% (tabela 35). Essa situação denota que, apesar do grande porte das empresas industriais incentivadas pela ZFM, e seu caráter transnacional, nem todos os trabalhadores possuem seus direitos trabalhistas resguardados.

Tabela 35 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a condição de contribuição para instituto de previdência oficial, na indústria de transformação - Manaus (2010)

Total	%	Contribuição para instituto de previdência oficial			
		Contribuintes		Não contribuintes	
		V. Abs.	%	V. Abs.	%
120.773	100	98.753	81,77	22.020	18,23

1 - Dados da mostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Apesar de não haver dados disponíveis mais desagregados para a indústria de transformação, de maneira geral, em Manaus é incontestável o aumento do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada. No período de 2000 e 2010, o percentual de pessoas inseridas no mercado formal de trabalho, com carteira de trabalho

que a maior parte dos estabelecimentos e do pessoal ocupado, conforme já dito, encontra-se localizado na capital do estado do Amazonas.

assinada (exclusive trabalhadores domésticos) elevou-se de 56,42% para 68,66% (tabela 36).

Tabela 36 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência, por subgrupo e categoria do emprego no trabalho principal - Manaus (2000 - 2010)

Subgrupo do emprego no trabalho principal	Anos			
	2000		2010	
	Total	%	Total	%
Total Empregados (1)	**339.499**	**100**	**571.988**	**100**
Trabalhadores domésticos	38.957	100	45.018	100
Com carteira de trabalho assinada	5.982	15,4	11068,0	24,6
Sem carteira de trabalho assinada	32.975	84,6	33950,0	75,4
Demais Empregados	**300.542**	**100**	**526971,0**	**100**
Com carteira de trabalho assinada	169.557	56,4	361817,0	68,7
Militares e funcionários públicos estatutários	45.945	15,3	51473,0	9,8
Outros sem carteira de trabalho assinada	85.040	28,3	113681,0	21,6

Nota:
(1). Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.
Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

As informações sobre as indústrias da ZFM, com foco na comercialização dos produtos industriais e remuneração e benefícios trabalhistas, evidenciam que, no período abordado, as empresas industriais incentivadas foram beneficiadas com a política econômica nacional focada no mercado interno e no consumo de massa.

O aumento do faturamento empresarial, além de obtido à custa do rebaixamento dos salários dos trabalhadores, encontrou ressonância no aumento das vendas da produção industrial. Nesse período, o saldo da balança comercial manteve-se positivo, sobretudo em relação ao mercado preferencial dos produtos industriais da ZFM, o interno.

A urbanização do estado do Amazonas e suas especificidades sob o comando da indústria incentivada da ZFM serão abordadas de modo mais detalhado na seção a seguir.

6 A URBANIZAÇÃO DO AMAZONAS NO PRESENTE: A AMPLIAÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE MANAUS

O objetivo deste capítulo é identificar como se deu o processo de urbanização no estado do Amazonas, no contexto da industrialização incentivada pelo Estado via introdução do modelo da Zona Franca de Manaus, sendo denominado de "urbanização com industrialização". Buscar-se-á responder as seguintes questões: quais as especificidades desse segundo momento de urbanização mais importante do Amazonas em relação ao do ciclo da borracha? Como a inserção subordinada do estado do Amazonas na divisão regional de trabalho, no âmbito da urbanização com industrialização, criou condições para o fortalecimento da primazia urbana, mantendo uma rede urbana de padrão dendrítico e sob o comando de Manaus? Diante do aprofundamento da urbanização e do desenvolvimento econômico concentrados na capital estadual, pode-se dizer que o paradigma da urbanização da fronteira afirmou-se nesse espaço sub-regional? Qual a posição de Manaus, na rede urbana estadual e regional nos dias atuais?

Inicialmente, será examinada a dinâmica econômica e demográfica dos municípios amazonenses entre 1970 a 2010[42], para verificar a participação destes no total estadual e evidenciar os impactos das atividades incentivadas pela ZFM na capital Manaus, no âmbito intraestadual. Em seguida, buscar-se-á elementos sobre o crescimento da população e sua composição, identificando a importância da migração e a origem dos migrantes que vieram para Manaus. Em ambos, será destacado o que diferencia esses processos do ocorrido no ciclo da borracha.

Posteriormente, será verificada: a conformação da rede de cidades do estado do Amazonas sob o comando da atividade industrial incentivada pela ZFM, nas últimas quatro décadas; o padrão de localização dos núcleos; o crescimento do número e do tamanho das cidades; o reforço da primazia urbana de Manaus e a condição de "metrópole sem região metropolitana"; as contradições de ser o espaço mais avançado

---

[42] Apesar da fase da integração produtiva regional ocorrer de 1960 até meados de 1980, conforme Guimarães Neto (1997), optou-se por esse período pelo fato de os incentivos fiscais da ZFM terem sido prorrogados diversas vezes, estando vigentes até os dias atuais e a atividade econômica incentivada, baseada no modelo de industrialização transplantada, constituir-se, ao longo dessas quase cinco décadas, de forma incontestável, na principal determinação do processo de urbanização do Amazonas.

do capital da sub-região Amazônia Ocidental, nesse segundo mais importante momento de urbanização do estado do Amazonas.

6.1 O esvaziamento econômico dos municípios do interior do Amazonas: atividade industrial sem encadeamentos com a produção regional

No Amazonas, no período que vai de 1970 a 2010, desencadeou-se uma dinâmica de urbanização sintonizada ao movimento de integração econômica, em curso na escala regional e, de forma particular, ao movimento mais amplo de transição demográfica, com a preponderância da cidade como *lócus* preferencial de moradia da população brasileira.

Conforme destacado na seção 5, dentre as atividades do tripé que compunham inicialmente a ZFM, o comércio, a agropecuária e a indústria, esta última foi a que mais dinamizou a economia amazonense, destacando-se na geração de postos de trabalho e, por consequência, no número de pessoas ocupadas.

Ao longo do tempo, a atividade fabril incentivada mostrou-se bastante dinâmica, ampliando o número de estabelecimentos e recrutando mão de obra, apesar de nem todos serem inseridos no mercado formal de trabalho. Ela estabeleceu, portanto, profundos contrastes com a atividade industrial pré-existente no estado amazonense, a extrativa, evidenciando a superioridade da indústria de transformação.

Assim, o setor de atividade econômica responsável pela incorporação da massa de trabalhadores em postos de trabalhos tem sido principalmente o da indústria de transformação, em particular a incentivada pela ZFM[43]. Na tabela 37, é possível visualizar a dinâmica do número de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado em ambos os tipos de indústria, com incontestável liderança da de transformação, em evidência, principalmente a partir da década de 1970[44].

---

[43] É importante registrar que há empresas da indústria de transformação que não recebem incentivos fiscais da ZFM, embora sejam em número pequeno.

[44] Foi avaliada a participação dos demais municípios amazonenses quanto à existência de estabelecimentos industriais, mas identificou-se que a quantidade existente é irrelevante diante do número de empresas localizadas na capital, especialmente na indústria de transformação. Nesse sentido, optou-se por utilizar os dados gerais do Amazonas como um *Proxy* do quadro real da industrialização existente na capital amazonense, apesar de em Manaus também existirem indústrias não incentivadas pela ZFM. Apesar das lacunas existentes em relação aos dados do período de 1967 a 1995, a inflexão

Desde o início, a nova produção fabril caracteriza-se por ser intensiva em mão de obra e possuir baixo nível de exigência quanto à qualificação técnica do pessoal de *chão* de fábrica ou operariado, ou seja, os trabalhadores diretamente ligados ao processo produtivo.

Nos anos mais recentes, pela descrição das ocupações relacionadas à demanda das indústrias de Manaus, têm-se maiores informações sobre as funções desempenhadas pela massa de trabalhadores fabris. Destas, 1/3 ou 36,35% são as que, notadamente, incluem-se nas diretamente ligadas à produção, neste caso, as de Montador de equipamentos eletrônicos (16,08%), Alimentador de linha de produção (10,04%), Operador de linha de montagem (aparelhos eletrônicos) (5,03%) e Montador de equipamentos eletrônicos (computadores e equipamentos auxiliares) (2,32%) (tabela 38).

---

que ocorreu a partir de 1970, aumentando o número de pessoal ocupado na indústria de transformação do Amazonas atesta que esse procedimento é adequado.

Tabela 37 - Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação – Amazonas (1967 - 1995)

Ano	Estabelecimentos / Unidades Locais			Pessoal ocupado em 31 / 12		
	Total	Indústria extrativas	Indústria de transformação	Total	Indústria extrativas	Indústria de transformação
1967	141	-	141	5.234	-	5.234
1968	190	-	190	6.696	-	6.696
1969	183	-	183	7.816	-	7.816
1973	214	X	214	15.318	X	15.318
1974	261	-	261	18.380	-	18.380
1976	262	-	262	24.809	-	24.809
1977	322	1	321	28.034	X	X
1978	327	1	326	32.770	X	X
1979	355	2	353	40.048	X	X
1981	513	2	511	42.907	X	X
1982	532	3	529	39.229	849	38.380
1983	483	3	480	32.457	1.476	30.981
1984	489	3	486	30.045	2.606	27.439
1988	260	4	256	55.920	2.089	53.831
1989	244	2	242	62.636	X	X
1990	233	2	231	55.430	X	X
1992	209	2	207	32.115	X	X
1993	197	2	195	35.195	X	X
1994	182	2	180	37.458	-	-
1995*	164	1	163	40.113	-	-
1996	626	5	621	60.850	2.222	58.628
1997	577	4	573	58.627	2.073	56.554
1998	617	6	612	51.405	1.879	49.526
1999	609	6	603	49.043	1.686	47.357
2000	724	7	717	59.790	1.355	58.435
2001	680	6	674	58.513	1.060	57.453
2002	759	4	755	67.964	1.047	66.917
2003	786	3	783	73.431	1.225	72.205
2004	848	6	842	89.735	1.372	88.363
2005	920	7	912	97.630	1.389	96.241
2006	989	9	980	104.859	1.611	103.248
2007	1.016	15	1.001	107.924	1.723	106.201
2008	1.080	16	1.064	111.282	1.841	109.441
2009	10.063	11	1.052	107.454	1.829	105.625
2010	1.121	16	1.105	117.299	2.337	114.962
2011	1.181	20	1.161	130.401	2.584	127.817
2012	1.065	21	1.044	124.354	2.936	121.418
2013	1.267	23	1.244	138.404	2.532	135.872

Nota:

1. A partir de 1996, a Pesquisa Industrial Anual - PIA (Empresa e Produto), por amostragem, substituiu os censos econômicos realizados de cinco em cinco anos para a **indústria**, comércio e serviços. A denominação “estabelecimentos” foi utilizada até 1995. A partir de 1996, passou-se a utilizar a denominação de Unidades Locais – ULs.

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual - Empresa.

Tabela 38 - Ocupações com maior número de admissões e percentual no total de admitidos na Indústria de Transformação - Manaus/AM (2003 – 2010)

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - Código e descrição	Total	%
731150 - Montador de equipamentos eletrônicos	51.993	16,08
784205 - Alimentador de linha de produção	32.467	10,04
731180 - Operador de linha de montagem (aparelhos eletrônicos)	16.278	5,03
414105 - Almoxarife	9.316	2,88
731110 Montador de equipamentos eletrônicos (computadores e equipamentos auxiliares)	7.494	2,32
Subtotal	117.548	36,35
Demais Ocupações	205.882	63,65
Total	323.430	100

Nota:

1. Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Perfil do Município (2011). Sousa (2014)).

Dentre todos os subsetores de atividades presentes no Polo Industrial de Manaus (PIM), o de eletroeletrônicos lidera em contratação de mão de obra desde os tempos iniciais da ZFM, bem como na quantidade de estabelecimentos e faturamento. Valle (2007) faz essa constatação ao analisar dados da SUFRAMA:

> O crescimento industrial de Manaus teve e tem no setor eletroeletrônico o seu principal e mais importante polo. De fato, entre as 184 empresas industriais implantadas em 1981, contavam-se 31 do setor eletroeletrônico, o que corresponde a 17% no total, empregando 19,9 mil trabalhadores, ou seja 40% da força de trabalho do total empregado pela indústria da ZFM [...]. Em 1996, eram 139 geograficamente concentrada na cidade de Manaus, empregando 27,324 trabalhadores, com um faturamento um pouco a cima de US$9 bilhões, o que corresponde 68,4% do total do faturamento de todas as empresas do DI (US$13.242.230.327) (SUFRAMA,1998; VALLE, 2007, p. 126).

Nos anos mais recentes, de 2010 e 2013, conforme dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (IBGE, 2014), ao ser observada a distribuição dos estabelecimentos da indústria de transformação e o número de pessoal ocupado, em confronto com as da indústria extrativa, nos municípios com mais de 50.000 habitantes do estado do Amazonas, reafirma-se a constatação de que o centro urbano mais

dinâmico da economia do estado amazonense, por meio da atividade industrial de transformação, continua sendo a capital Manaus.

No ano de 2013, foram registrados 1.984 estabelecimentos da indústria de transformação e 130.674 pessoas ocupadas nessa atividade na capital, enquanto o município segundo colocado é Manacapuru, com 96 empresas industriais e 951 trabalhadores (tabela 39).

Tabela 39 – Unidades locais - ULs, pessoal ocupado - PO, total em 31.12, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), Indústria Extrativa e Indústria de Transformação, municípios com 50.000 habitantes ou mais - Amazonas (2010 - 2013)

Município	B Indústrias extrativas				C Indústrias de transformação			
	2010		2013		2010		2013	
	Nº de ULs	PO	Nº de ULs	PO	Nº de ULs	PO	Nº de ULs	PO
Coari	7	1.208	5	950	36	544	25	126
Itacoatiara	2	X	1	X	67	1.263	63	1.010
Manacapuru	-	-	-	-	94	712	96	951
Manaus	25	429	25	786	1.893	109.050	1.984	130.674
Manicoré	-	-	-	-	-	-	35	267
Maués	-	-	-	-	17	71	16	56
Parintins	1	X	1	X	50	299	49	321
Tabatinga	-	-	-	-	12	95	10	96
Tefé	1	X	2	X	22	136	22	116

Nota:
1.Os dados com menos de três informantes estão desidentificados com a letra ” X”.
Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (2013).

No início do século XX, Manaus se destacou nacionalmente pelo bom desempenho nos indicadores econômicos, ocupando, desde 2006, a sexta posição dentre os seis maiores municípios-capitais em relação ao PIB do país, comandado pelas cidades da região Centro-Sul, a saber: São Paulo (1º), Rio de Janeiro (2º), Brasília (3º), Curitiba (4º), Belo Horizonte (5º) e Manaus (6º) (quadro 8).

Quadro 6 – Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – UFs, em ordem de posição (2006-2010)

Municípios/UFs, ordem de posição 2010.	Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto – PIB				
	2006	2007	2008	2009	2010(1)
São Paulo/SP	1	1	1	1	1
Rio de Janeiro/RJ	2	2	2	2	2
Brasília/DF	3	3	3	3	3
Curitiba/PR	5	5	4	4	4
Belo Horizonte/MG	4	4	5	5	5
Manaus/AM	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA (2012).

(1) Dados sujeitos a revisão.

Além disso, quando os demais 61 municípios do Amazonas são avaliados pela participação no Valor Adicionado Bruto (VAB), por atividade, com raras exceções, sua maior participação é na atividade agropecuária (tabela 40).

Tabela 40 - Amazonas, Valor adicionado bruto - VAB a preços correntes - PC, total e por atividade econômica, municípios selecionados a partir de 1º de participação, demais municípios (%) (2010)

Município	Atividades e participações no VAB a preços correntes total por atividade e por município (%)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social
Apuí	2,55	0,04	0,27	0,51
Autazes	2,33	0,07	0,44	0,95
Boca do Acre	1,27	0,12	0,43	0,83
Borba	1,35	0,07	0,45	0,98
Careiro	1,35	0,07	0,41	0,93
Careiro da Várzea	2,83	0,05	0,29	0,66
Coari	2,81	3,53	1,83	2,72
Codajás	1,31	0,05	0,30	0,62
Envira	1,00	0,04	0,22	0,47
Fonte Boa	1,19	0,05	0,3	0,65
Humaitá	1,16	0,12	0,66	1,2
Iranduba	3,99	0,17	0,61	1,19
Itacoatiara	7,35	0,83	2,00	2,61
Lábrea	4,24	0,08	0,52	1,02
Manacapuru	7,32	0,26	1,32	2,3
Manaquiri	1,43	0,05	0,27	0,62
Manaus	5,33	91,74	75,14	51,62
Manicoré	5,55	0,11	0,66	1,32
Maués	2,65	0,11	0,71	1,53
Nova Olinda do Norte	1,1	0,07	0,41	0,92
Parintins	7,66	0,26	1,5	2,73
Pauini	0,85	0,04	0,25	0,55
Presidente Figueiredo	6,59	0,27	0,62	1,14
Rio Preto da Eva	2,84	0,07	0,45	0,71
São Gabriel da Cachoeira	0,56	0,09	0,55	1,11
Tabatinga	0,67	0,14	0,71	1,29
Tapauá	1,18	0,04	0,24	0,53
Tefé	3,08	0,2	0,91	1,61
Uarini	1,63	0,03	0,18	0,39
Urucará	1,29	0,04	0,24	0,51
Subtotal	84,46	98,81	92,89	84,22
Demais municípios	15,54	1,19	7,11	15,78
Amazonas	100	100	100	100

Notas: 1. VAB: riqueza produzida em determinada etapa da produção (incluindo vendas e estoques) deduzido o Consumo Intermediário; 2. Referência 2002 (Série encerrada) / VAB - PC total e por atividade econômica e participações (2010).
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

No aspecto da participação de Manaus no desenvolvimento econômico estadual, tomando como parâmetro o Produto Interno Bruto Municipal (PIBM), sob a dominância das atividades industriais e comerciais incentivadas, esta aumentou de 64,27%, em 1970, para 84,15%, em 1980, em um acréscimo de 20 pontos percentuais em uma década. A participação da capital amazonense no PIB estadual atingiu seu auge em 1990, quando registrou 86,16%.

A concentração da riqueza neste único município tornou-se tão aguda no âmbito do estado do Amazonas que Benchimol sintetizou o fenômeno na expressão de "Manaus, como a capital de si mesma" (BENCHIMOL, 1995), enquanto Sousa (2008), destacou a existência de uma unidade da federação composta por duas realidades: a da capital Manaus, que concentra desenvolvimento econômico, população e urbanização, e a formada pelos demais 61 municípios, grandes em extensão territorial, mas pequenos na participação econômica e demográfica no estado do Amazonas.

Nas décadas posteriores, houve uma leve redução da participação de Manaus no PIB Municipal, com 84,14% (2000) e 83,03% (2010). Todavia, no decorrer dessas quase cinco décadas, é indiscutível que, ao contrário da Amazônia Oriental, todo esse processo na Amazônia Ocidental ficou concentrado em um único e grande centro urbano.

Por outro lado, ao longo dessas quase cinco décadas de ZFM, a pulverização da participação dos demais municípios no PIB estadual, característica marcante do Amazonas, foi a tônica e acentuou-se ainda mais. Organizados em dois grupos, o dos quatro municípios com maior PIB depois da capital e o dos demais municípios, os dados indicam que na outra face do estado amazonense, como era de se esperar, houve redução da geração de riqueza fora do âmbito de Manaus. Assim, em 1970 os quatro municípios[45] com maior PIB Municipal representaram 9,93%, enquanto que os demais participavam com 1/4 da riqueza produzida ou 25,80%. Essa situação se alterou

[45] 1970: 2º lugar: Manacapuru (3,07%); 3º lugar: Parintins (2,40%); 4º lugar: Itacoatiara (2,29%); e, 5º lugar: Careiro (2,17%).

radicalmente a partir de 1980[46], com os quatro municípios, reduzindo-se a 3,94% (-5,99%) e os demais municípios, 11,91%, ou -13,89% em relação a 1970[47].

Nas décadas seguintes, ocorreu a manutenção dessa tendência, com pequena alteração nos anos 2000 e 2010, em virtude de maior participação do município de Coari, que se dinamizou a partir da produção de gás natural (tabela 41 e gráfico 2).

Tabela 41 - Estado do Amazonas, PIB Municipal, Total, Participação da Capital, 04 municípios com mais participação e demais municípios (%) (1970 – 2010)

Ano	Total	%	PIB Municipal (%)		
			Capital	04 Munic. Mais participação (%)*	Demais municípios (%)
1970	US$ 1.696.045.614	100	64,27	9,93	25,8
1980	US$ 6.260.544.853	100	84,15	3,94	11,91
1990	US$ 9.434.785.502	100	86,16	4,46	9,38
2000	RS$ 14.094.080	100	84,14	4,86	11,00
2010	RS$ 48.435.925	100	83,30	5,45	11,25

Nota:

1. PIB Municipal: 1970, 1980 e 1990, em US$ 1,00.

2. PIB Municipal a preços correntes - PC: 2000 e 2010, em R$ 1.000,00.

Fonte: Dados básicos: IBGE e IPEA; IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

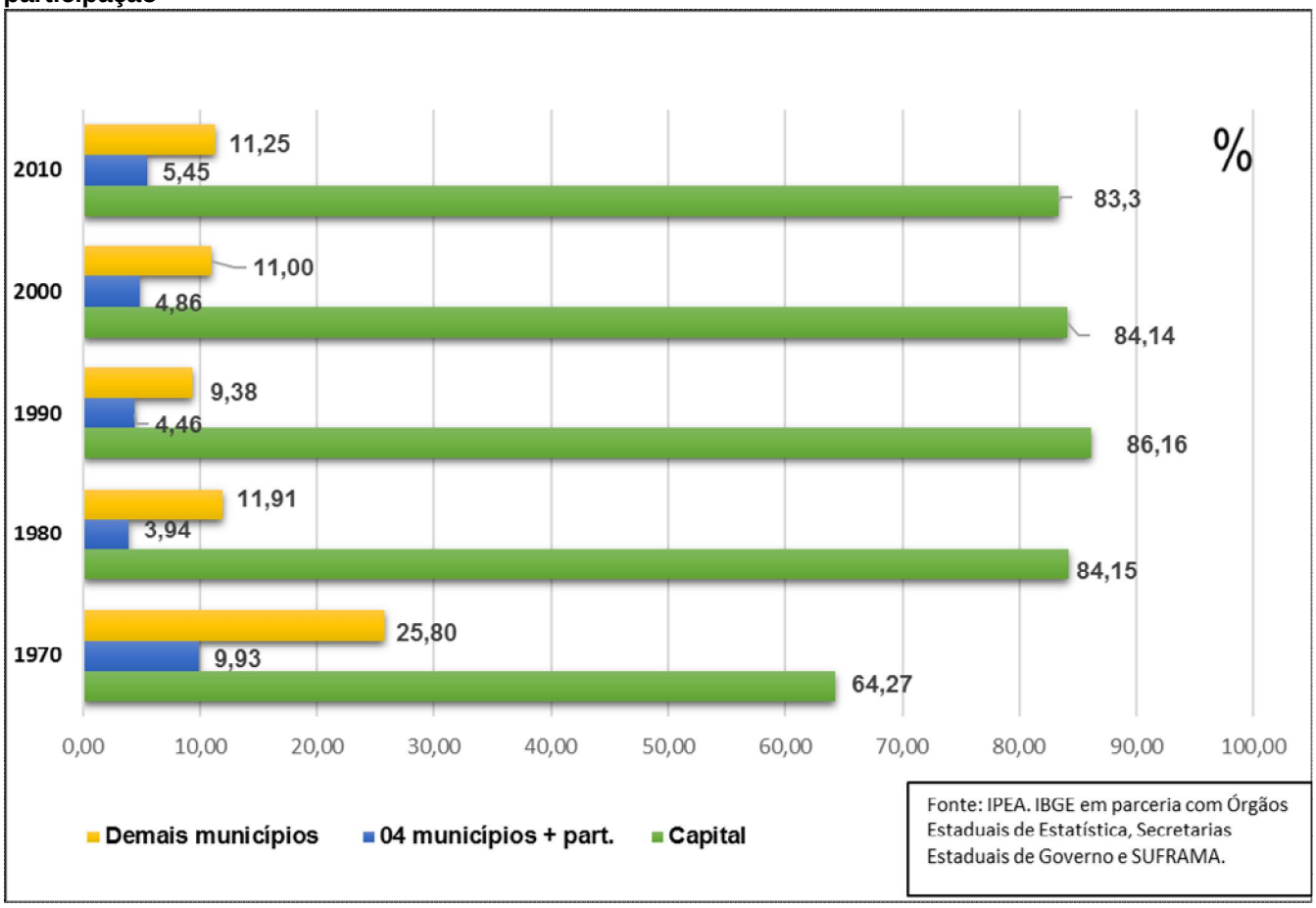
A dinâmica industrial de Manaus agudizou o esvaziamento econômico já presente nos municípios do interior do estado amazonense, quando do início das atividades incentivadas pela ZFM, repercutindo na dinâmica populacional desses municípios, cuja população foi se transferindo, década após década, para a capital, tema que será abordado a seguir.

---

[46] 1980: 2º lugar: Itacoatiara (1,08%); 3º lugar: Manacapuru (1,07%); 4º lugar: Parintins (1,04%); e, 5º lugar: Coari (0,75%). As maiores perdas de participação foram dos municípios localizados próximos à capital (Manacapuru, -2,00%, e Careiro, -1,66%).

[47] Houve apenas dois registros de variação positiva na participação do PIB em relação a 1970: Novo Aripuanã (0,05) e Santa Isabel do Rio Negro (0,03).

Gráfico 2 - PIB Municipal. Participação da capital. 04 municípios com + participação



Fonte: IBGE

6.2 A migração interna como fator de concentração da urbanização na capital

A dinâmica de desenvolvimento determinada pelas atividades econômicas da ZFM a partir de 1967, foi fundamental para que o estado do Amazonas, pela segunda vez em sua trajetória histórica, voltasse a se estabelecer como polo de atração de migração nas escalas regional e nacional. Conforme visto, as atividades econômicas sediadas na capital exigiram cada vez mais alocação de mão de obra nesses setores produtivos.

Contudo, há distinções entre esses acontecimentos que implicaram em crescimento populacional no estado e os que dizem respeito ao ciclo da borracha. Para estabelecer essas diferenças, as questões que se colocam são: Qual o papel da

migração no crescimento populacional do município de Manaus? De onde vêm os principais fluxos? Eles são internos ou externos à região?

O fenômeno migratório ou “a mudança permanente de residência entre duas unidades territoriais estabelecidas” (MARDEN, 2015, p. 189 - 190) e/ou “entre situações domiciliares dentro do mesmo município” (CAETANO, 1998, p. 47), implicam no deslocamento populacional do território, visando o alcance de melhores oportunidades de trabalho e de condições socioeconômicas.

Segundo Melo e Moura (1990), com o advento da ZFM, inaugurou-se uma nova fase na dinâmica demográfica de Manaus, na condição do centro dinâmico da Amazônia ocidental. Nas palavras dos autores:

> A partir principalmente da década de 1960 inaugura-se uma nova fase da dinâmica demográfica da capital amazonense, pois aporta nesse espaço subnacional uma política econômica concebida para integrar a região amazônica ao contexto de acumulação capitalista do país comandado pela região Centro-Sul. Manaus é um espaço eleito, no âmbito do Estado do Amazonas, para sediar a ZFM, operacionalizadora de tal política e ser centro irradiador de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental (MELO; MOURA, 1990, p. 501).

Quanto à origem e composição da população da capital, Melo e Moura (1990), Benchimol (1995), Caetano (1999), Scherer (2005) e Valle (2007) destacam o papel da migração, tanto interna quanto externa, como fator de dinamização e crescimento populacional do Amazonas, em consonância com a dinâmica de aceleração demográfica ocorrida na região Norte a partir da década de 1970.

Portanto, a migração interestadual, entendida como a composta por população vinda de fora do estado do Amazonas, seja das unidades da federação da própria região Norte ou de outras regiões do país, e a migração intraestadual, cujos fluxos vieram dos municípios do interior do estado, tiveram papel importante na composição populacional do município de Manaus e no crescimento demográfico alavancado nesse município, principalmente a partir do ano de 1970.

No tocante à migração interestadual, há uma particularidade registrada no período de 1970 a 2010 quanto ao destino dos migrantes vindos para o Amazonas. Em 1970, das 62.437 pessoas que declararam não serem naturais do estado do Amazonas, 69,15% fixaram domicílio em Manaus. Essa proporção de pessoas naturais de outros estados residentes na capital em relação ao total do estado do Amazonas aumentou

nas duas décadas posteriores, atingindo mais de 80% do total (83,99%: 1980; 83,13%: 1991), coincidindo com o período de auge do crescimento populacional na região.

Por outro lado, nas décadas de 2000 e 2010 registrou-se certa diminuição do percentual dos imigrantes de outras Unidades da Federação com destino a Manaus, registrando 80,13% e 77,78%, respectivamente. Apesar disso, a preferência dos migrantes interestaduais pela capital do Amazonas continua muito alta, demonstrando sua permanência como principal polo migratório também nos períodos mais recentes (tabela 42).

Tabela 42 - População residente, natural de outras Unidades da Federação (UFs) - Amazonas - Manaus (1970 - 2010)

UF, Município	Anos X População residente									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Amazonas	62.437	100	117.532	100	177.026	100	304.774	100	348.791	100
Manaus	43.176	69,15	98.593	83,89	147.164	83,13	244.218	80,13	271.277	77,78

Nota: 1 - Para 1991 e 2010 - Dados da Amostra; 2 - Para 2000 - Primeiros resultados da Amostra.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Benchimol (1995), ao pesquisar a migração para a região Norte e capitais estaduais na década de 1970, no qual se incluiu o Amazonas, destaca o equilíbrio da composição migratória intraestadual e interestadual. Na mesma direção, Caetano (1998), em estudo sobre a migração para o Amazonas e Manaus em 1980[48], ressaltou que a região Norte desempenhou importante papel, com forte presença dos fluxos rural-urbano em que as demais regiões tiveram participação bastante próxima.

Melo e Moura (1990) realizaram pesquisa específica sobre o tema das migrações para Manaus[49] na década de 1980, tendo como base o ano de 1987. Nos resultados identificaram a importância da região Norte no componente migratório para a capital do

[48] O autor utilizou dados da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

[49] Na clássica obra “Migrações para Manaus” (1990), esses autores apresentam resultados da pesquisa amostral sobre o tema das migrações para a capital do Amazonas realizadas no ano de 1987, com 1.977 habitantes, realizada no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco que, nesse período, possuía escritório em Manaus. Na pesquisa de Melo e Moura (1990), o estado do Pará (região Norte) é o que mais se destaca quanto ao número de pessoas residindo em Manaus, com 15,7%, seguido do Ceará (região Nordeste), com 6,8%, do Acre (região Norte), com 6,0%, e do Rio de Janeiro (Sudeste), com 6,0%.

Amazonas, com o total de 71,5%, incluindo os migrantes vindos do interior do estado amazonense, que correspondem a 47,3%, cabendo às demais regiões do país a proporção de 28,5%. Ao serem excluídos do total da região Norte, a migração oriunda do estado amazonense passa a representar 24,2%, ficando, portanto, com um número aproximado ao encontrado nas demais regiões do país.

A motivação econômica foi a principal justificativa apresentada pelos chefes de domicílio para seus deslocamentos rumo à capital amazonense, tanto dos municípios do interior do estado quanto os naturais de outras unidades da federação. Os motivos alegados têm a ver com a melhoria das condições econômicas oferecidas por Manaus e viabilizadas por melhores oportunidades de trabalho e remuneração.

Em todos os estudos citados, destaca-se a participação do estado do Pará como o principal lugar de origem dos migrantes que vieram para a capital do estado do Amazonas, dentre as demais Unidades da Federação. Sua participação no contingente migratório suplanta até mesmo o de algumas macrorregiões do país.

No referente à migração extrarregional, cabe destacar que a principal forma de acesso ao estado do Amazonas é por meio do eixo aquaviário, diante da abundância dos rios existentes nessa unidade da federação. Ao mesmo tempo em que potencializa os deslocamentos intrarregionais, esse fator limita as possibilidades de deslocamento de pessoas de outros subespaços regionais para esse território. Cabe lembrar que, além da imensidão territorial, o Amazonas situa-se distante dos grandes eixos de circulação de pessoas e mercadorias, exigindo tempo e disponibilidade de recursos para deslocar-se para esse espaço sub-regional. Essa constatação foi referendada na pesquisa de Melo e Moura (1990).

O meio mais rápido de deslocamento dos migrantes das demais regiões para o Amazonas somente pode ser feito por via aérea, o que acarreta em grandes dispêndios financeiros para uma população que já tende a viver em condições econômicas adversas. A segunda opção de deslocamento vinda de outras regiões do país é mais complexa, o acesso é por via terrestre, feito pela rodovia Belém – Brasília. Quem opta por esse caminho tem que ir primeiramente para Belém – a capital paraense – para então, utilizando o transporte fluvial, deslocar-se para a cidade de Manaus.

A integração física via terrestre ocorre pela BR 173 (Rodovia Manaus – Porto Velho) e BR 319 (Rodovia Manaus – Boa Vista). Contudo, essas rodovias não tiveram êxito o suficiente para se tornarem corredores de fluxos migratórios das demais regiões do país à capital amazonense. É importante lembrar que os estados que se interligam com Manaus via eixo rodoviário também foram objeto de políticas desenvolvimentistas, atraindo, neste caso, população de outras regiões do país para seu próprio território. Especialmente, no caso da interligação com o estado de Rondônia para outras regiões, a BR-319 (parte da rodovia Transamazônica) nunca foi concluída e possui trechos sem condições de trafegabilidade.

Por outro lado, no que tange à migração intrarregional, a relativa facilidade de acesso ao estado do Amazonas constitui-se como justificativa importante para a forte presença de migrantes da própria Amazônia em Manaus, em detrimento dos migrantes das demais regiões. Este acesso é favorecido pela estratégica posição geográfica da capital amazonense, que, conforme destacaram Melo e Moura (1990), fica em um ponto de confluência de toda a rede de drenagem da Amazônia Ocidental, em uma região de vasto território, sendo que essa localização é um fator imprescindível para a expansão e função urbana que passou a exercer na região e que repercutiu no seu desenvolvimento.

Ademais, a própria situação de decadência econômica que assolou a Amazônia e seus municípios, desde o período do arrefecimento das exportações de borracha no mercado internacional, atuou como fator de expulsão da população amazônica de seus lugares de origem em direção ao principal centro urbano da Amazônia Ocidental.

Dentro desse quadro de migração regional, destaca-se a migração intraestadual, com forte presença de fluxos migratórios oriundos do estado do Pará. Nessa perspectiva, a forma de acesso ao estado do Amazonas, principalmente por meio dos rios, que se constituiu em um empecilho para os migrantes de estados de outras regiões do país, para os moradores dos municípios da Amazônia, tornou-se um elemento facilitador para acessar a capital do estado amazonense.

Associado às dificuldades de caráter socioeconômico de seus lugares de origem, esse acesso facilitado atuou em conjunto e impulsionou a ida para Manaus, que se apresentou mais atrativa e vantajosa para a população regional, em particular a dos

demais municípios amazonenses, pela perspectiva de melhoria de vida e de oportunidades econômicas.

Retomando a questão da migração intraestadual no estado do Amazonas no período da instalação da ZFM em Manaus, registra-se que uma pesquisa realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA), no ano de 1968, identificou que na capital havia a seguinte proporção de população não natural: 10,81% eram procedentes dos municípios do interior do estado; 9,41% tinham naturalidade de municípios de outros estados brasileiros; e 0,55% eram constituídos de estrangeiros (CODEAMA, 1969). Portanto, já existia nessa década equilíbrio na distribuição de migrantes do interior do estado amazonense e de fora deste.

Além disso, estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), referente à evolução da população de Manaus de 1950 a 1970, constatou que foi grande o crescimento demográfico na década de 1960 a 1970, cujo percentual foi de 79,91%, tributado parte ao crescimento vegetativo e, principalmente, à migração: “esta última cresceu mais do que a primeira, isso é, nesse período o crescimento de Manaus se originou mais da migração, quando comparado ao período 1950/60 (FONSECA; CORREA, 1972, p. 6).

Importante destacar que a possibilidade de os municípios do interior estarem sendo esvaziados com a formação de fluxos migratórios em direção à capital do estado já era objeto de reflexão naquele período. Assim, na avaliação de Fonseca e Corrêa (s/d), a população do estado do Amazonas, excluindo a capital, havia crescido apenas 18,48%, enquanto na década anterior, entre 1950 a 1960, esse crescimento havia sido de 36,30%.

Por outro lado, conforme Pinto et al. (2009), nos anos de 1971, 1973, 1974 e 1976, ocorreram intensas enchentes que atingiram vários municípios do Amazonas. Diante das dificuldades acarretadas para a população, como as destacadas pelos autores - a assistência tardia do poder público, a falta de investimentos no cultivo da juta e da pecuária e a crise da economia extrativista instalada desde a década anterior - , não houve outra alternativa senão a busca por melhoria de condições de vida e um lugar seguro contra as enchentes, neste caso, na capital amazonense.

Na mesma direção, Melo e Moura (1990) destacam os motivos de ordem socioeconômica, especialmente as precárias condições de existência da população residente nos municípios do interior do estado do Amazonas, especificamente de algumas partes do território com maior número de migrantes em Manaus, situados ao longo da calha dos rios Solimões e Amazonas. Isso também foi importante para o processo de expulsão de seus lugares de origem. Assim, os níveis de renda e os indicadores sociais clássicos dessas áreas “não deixam dúvida de que eficazes fatores de repulsão somam seus efeitos para condicionar a existência de um elevado grau de mobilidade populacional representado pelos fluxos migratórios” (MELO; MOURA, 1990, p. 242).

Valle (2007) e Scherer (2005) destacam que os trabalhadores vindos da zona rural do estado passaram a ser operários das fábricas do polo industrial de Manaus, demonstrando assim a origem dos migrantes inseridos no trabalho fabril da capital amazonense e sua inserção em um novo “mundo do trabalho”. Conforme essas autoras:

> A “destruição criadora“ schumpeteriana irá eliminar formas de vidas tradicionais ao mesmo tempo em que fará emergir novas relações sociais. O novo proletariado urbano, majoritariamente constituído por trabalhadores recém-saídos do mundo rural, ganhará proeminência entre os grupos sociais constituídos (VALLE, 2007, p. 19).

> Compõe-se uma nova força de trabalho, constituída por levas de caboclos que migram para a cidade de Manaus. Aos olhos dos ribeirinhos, abandonados nas terras de várzeas e experimentando as agruras da crise agrária-extrativista, a ZFM, com todo o seu aparato industrial, constituía-se na possibilidade de uma vida melhor (SCHERER, 2005, p. 40).

Nos dados de migração para o Amazonas apresentados por Caetano (1998), com base no censo demográfico de 1980, é possível identificar que, quanto à zona domiciliar de origem desses fluxos migratórios, quando oriundos de outros estados do país, predominou os domiciliados na zona urbana com destino urbano. Por outro lado, quando são migrantes de municípios do próprio estado amazonense, compõem-se, em sua maioria, por população que vem de área rural com destino urbano (27,22%), corroborando com as afirmativas das autoras acima, embora a proporção dos de origem de área urbana não seja desconsiderável (17,74%) (tabela 43).

Tabela 43 - Distribuição dos migrantes de Manaus segundo a região e a situação domiciliar de origem e destino – 1980

Região, UF, Município	Zona domiciliar de origem e destino da população - %			
	Urbano -> urbano	Rural -> urbano	Outros	Total
Demais municípios do AM	17,74	27,22	1,16	46,12
Estado do Pará	13,95	5,26	0,48	19,68
Restante da região Norte	6,08	1,45	0,22	7,75
Região Nordeste	9,95	3,23	0,28	13,46
Região Sudeste	8,44	0,45	0,1	8,99
Região Sul	1,41	0,15	0,06	1,62
Região Centro-Oeste	2,06	0,24	0,08	2,38
Total	59,63	38	2,37	100

Fonte: Censo Demográfico de 1980, adaptado pela autora com base em Caetano (1998).

Situando a questão da migração extrarregional na região Norte, Becker (2003) ressalta que, após 1990, passou a arrefecer a migração vinda de outras regiões do país para a Amazônia, passando a migração intrarregional à posição de predomínio, em virtude da redução dos investimentos governamentais na região.

Os censos demográficos do ano de 2000 e de 2010, que disponibilizam dados para conhecimento das UFs de origem da população não natural de Manaus, permitem constatar uma pequena redução da migração inter-regional. Com isso, detecta-se que a participação da região Norte quanto à origem da população não natural de Manaus, incluindo os migrantes vindos dos municípios do interior do estado, aumentou de 92,30% no ano 2000 para 93,17% em 2010, enquanto foi registrado queda nas demais regiões.

Ao avaliar o impacto desses deslocamentos populacionais dentro do próprio estado, identificou-se que, pela quantidade de pessoas envolvidas nesse processo, e tomando como parâmetro o porte médio dos municípios amazonenses, é como se década após década, municípios inteiros do Amazonas tivessem sido transferidos para a capital, adensando-a e aprofundando a urbanização neste município no período de 1970 a 2010.

Assim, no ano inicial desse período (1970), havia 30.761 pessoas em Manaus, naturais de municípios do estado do Amazonas. Nessa década, em média, o tamanho da população de um município do Amazonas era de 21.710 pessoas. De acordo com

esse cálculo, foram transferidos para Manaus 1,4 município, em 1970. Em 1980, a quantidade de migrantes dos demais municípios amazonenses dobrou, representando 3,53 municípios transferidos para Manaus. Em 1990, o número de municípios compostos pela população do interior em Manaus quase atingiu o total de quatro municípios, alcançando 3,91. Por sua vez, no ano 2000, os migrantes intraestaduais representaram 5,43 municípios. Finalmente, em 2010, manteve-se a quantidade de cinco (5) municípios transferidos para a capital, ainda que com leve redução para 5,11.

Além disso, pela forma como foi inserida na divisão regional do trabalho e pelo tipo de atividade industrial transplantada na capital do Amazonas, intensiva em trabalho sem qualificação e centrada na última etapa da produção, o papel de Manaus ofertando empregos para a massa de trabalhadores do campo e da cidade tomou destaque.

No início do período de 1970 a 2010, havia maior equilíbrio na distribuição da população pelos municípios amazonenses e, por conseguinte, na participação destes na composição do total de moradores do estado. Ao longo do tempo a participação dos municípios no total da população estadual foi sendo alterada. Paralelo ao crescimento da população estadual, década após década, esta passou a se concentrar na capital, enquanto os demais municípios amazonenses registraram situação oposta à capital.

Divididos em três segmentos, a capital, os quatro municípios mais populosos na sequência, e os demais municípios, é possível avaliar essa dinâmica populacional estadual. Em 1970, o Amazonas possuía 955.203 habitantes, dos quais 311.622 pessoas ou 32,62% residiam na capital. Os quatro municípios com maior representatividade populacional, depois de Manaus, (todos acima de 3%) possuíam 165.668 habitantes, correspondendo a 17,34%. O conjunto dos demais municípios tinha 477.913 moradores, ou seja, a metade da população estadual, com 50,03%.

No decorrer do período, o grupo dos quatro municípios mais populosos diminuiu sua participação, registrando perdas entre as décadas e obtendo 7,32% no ano de 2010. O grupo dos demais municípios registrou perda de participação até o ano 2000, contudo, no intervalo entre as décadas de 2000 e 2010, registrou pequena variação positiva, recuperando perdas e participando no total da população estadual com 40,95%.

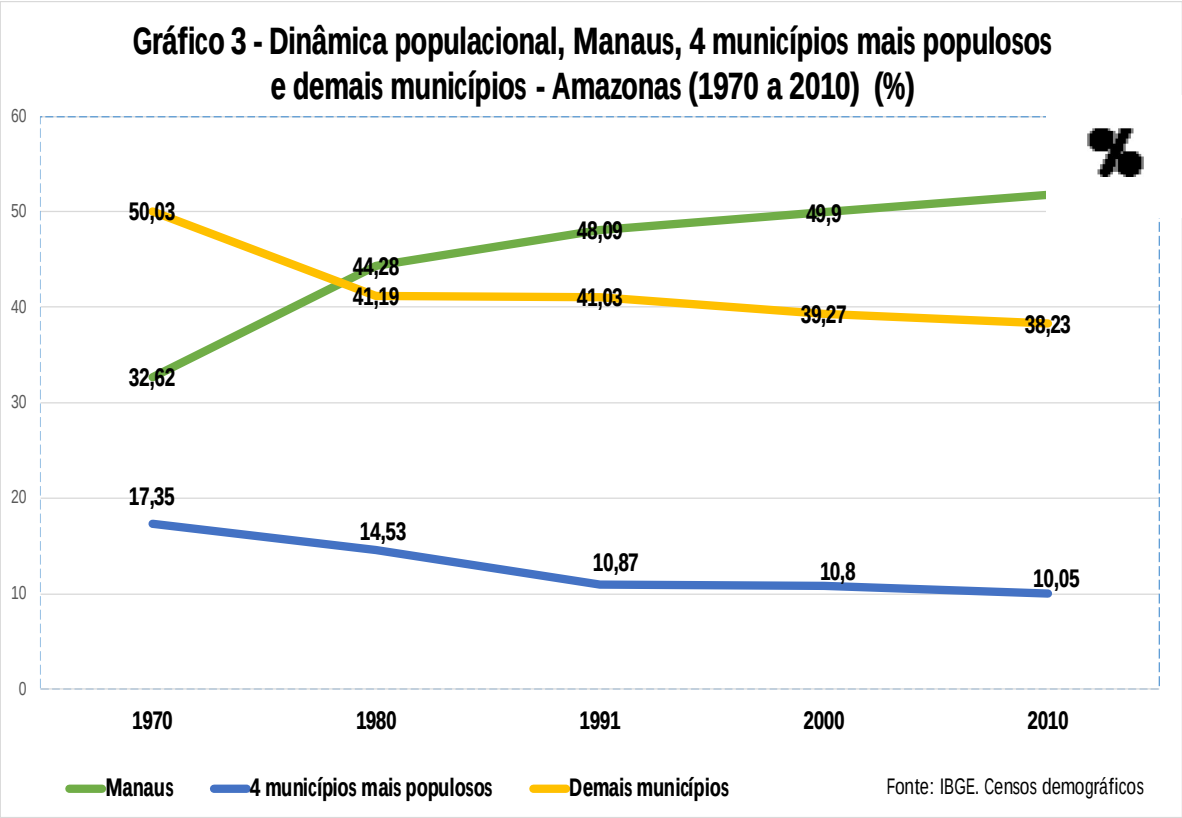
Em síntese, entre 1970 e 2010, os dois grupos de municípios tiveram perdas de participação, exclusive a capital, que sempre registrou aumento de participação. O grupo dos quatro municípios mais populosos iniciou a década de 1970 com 17,35% e terminou no ano de 2010 com 10,87%, perdendo 6,48% pontos percentuais. Já o segundo grupo, em 1970, possuía 50,03%, chegou em 2010 com 38,23%, representando uma perda de 11,80%. Ao mesmo tempo, a capital Manaus, iniciou 1970 com 32,62%, alcançando mais da metade da população, e chegou em 2010 com 51,72% do contingente estadual, com ganho de 19,10%. Os dados podem ser conferidos nas tabelas 44 e gráfico 3.

Tabela 44 - Dinâmica populacional do estado do Amazonas, capital, quatro municípios selecionados, demais municípios (1970-2010)

UF, Municípios	População (pessoas) X Anos							
	1970 (A)		1980 (B)		B x A (%)	1991 (C)		C x B (%)
	V. Abs.	%	V. Abs.	%		V. Abs.	%	
Total	955.203	100	1.430.528	100	_	2.103.243	100	_
Manaus	311.622	32,62	633.383	44,28	11,66	1.011.501	48,09	3,81
4 municípios mais populosos	165.668	17,35	207.890	14,53	-2,82	228.683	10,87	-3,66
Demais municípios	477.913	50,03	589.255	41,19	-8,84	863.059	41,03	-0,16

UF, Municípios	População (pessoas) X Anos					
	2000 (D)		D x C (%)	2010 (E)		D x E (%)
	V. Abs.	%		V. Abs.	%	
Total	2.817.252	100	_	3.483.985	100	_
Manaus	1.405.835	49,9	1,81	1.802.014	51,72	1,82
4 municípios mais populosos	305.014	10,8	-0,04	349.978	10,05	-0,03
Demais municípios	1.106.403	39,27	-1,76	1331993	38,23	-1,04

Fonte: IBGE. Censos demográficos.



Fonte: IBGE. Censos demográficos

Quanto à dinâmica dos municípios que compõem o grupo dos quatros mais populosos, um destaque a ser feito relaciona-se ao município de Careiro que, dentre os demais municípios amazonenses, é o que se localiza mais próximo da capital Manaus, a 20 km de distância, embora seja separado deste pelo rio Negro. Em 1970, esse município era o segundo com maior participação no total populacional no grupo, mas nas décadas seguintes não mais fez parte de sua composição.

É importante ressaltar que durante todo o período 1970-2010, todos os municípios perderam participação e, dentre estes, a situação de Manacapuru é importante registrar. Embora esse município inicie o período como o que possui maior participação populacional no Amazonas, liderando o grupo em 1970 e 1980, no ano de 1991 perde essa liderança para o município de Parintins e nunca mais a recupera. Portanto, Parintins, desde 1991, é o segundo município com maior participação no contingente populacional do Amazonas, depois de Manaus, liderando o grupo dos quatro mais populosos (tabela 45).

Tabela 45 - População residente nos 4 municípios mais populosos, Proporção sobre a população total, Variação entre décadas, Amazonas - 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

UF, Município	Anos X População residente (Pessoas) X População residente (Percentual)									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Careiro	40767	4,27								
Coari			42609	2,98			67096	2,38	75965	2,18
Itacoatiara	37346	3,91	52882	3,70	58.757	2,79	72105	2,56	86839	2,49
Manacapuru	49469	5,18	61018	4,27	57.173	2,72	73695	2,62	85141	2,44
Parintins	38086	3,99	51381	3,59	58.783	2,79	92118	3,27	102033	2,93
Tefé					53.970	2,57				
Total	165668	17,34	207890	14,53	228.683	10,87	305014	10,83	349978	10,05

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Em uma primeira avaliação, o que se constata no período de 1970 a 2010 é a (re)afirmação no Amazonas do padrão de urbanização concentrada na capital, pois os demais municípios amazonenses não acompanharam o ritmo de crescimento da população ocorrido no estado, perdendo participação no total do contingente estadual.

Assim, no decorrer do período 1970 a 2010, o crescimento populacional ocorrido no Amazonas concentrou-se, predominantemente, na capital do estado, reduzindo, de forma incontestável, a participação dos demais municípios no contingente estadual que, somados, passaram a representar metade da população. Acrescenta-se que, apesar da redução da participação demográfica desses municípios não ter sido tão radical quanto à da participação na economia do estado, ao longo do período, reduziu-se em quase 20% ou mais precisamente, 19,11%.

É importante ressaltar que, embora, no decorrer do período tenham sido criados novos municípios no Amazonas, 14 no total entre 1980 e 1991, ao que tudo indica, isso não implicou em melhor repartição da população no território amazonense (quadro 7).

Quadro 7 - Amazonas, Número de municípios (1970 - 2010)

Anos	Número de municípios
1970	44
1980	44
1991	62
2000	62
2010	62

Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

Manteve-se, portanto, o padrão herdado da época da borracha, com a concentração de população na capital estadual, ainda que nesse período não tenha sido de forma tão extrema.

Essa transferência de população do interior do Amazonas para a sua capital é fato incontestável no período de 1970 a 2010, demonstrando que Manaus exerceu e exerce forte poder de atração para a população de seu próprio estado. Os êxodos rurais e também urbanos, rumo ao centro dinâmico da economia amazonense, têm persistido ao longo dessas quatro décadas, sob a dominância das atividades da ZFM, potencializado pelo acesso facilitado da população regional à capital amazonense por meio da tradicional forma amazônica de deslocamento: pelos rios.

Conforme já destacado, esse fato destoa significativamente do período da borracha, quando, ao contrário, a capital diminuiu sua participação no total da população do Amazonas, havendo surgimento de novos núcleos populacionais e revigoramento dos antigos. Nesse sentido, será abordado a seguir o impacto das atividades da ZFM sobre a rede urbana do Amazonas.

6.3 A rede urbana de Amazonas e a reafirmação de Manaus como cidade primaz

Outro aspecto importante para avaliar o processo de urbanização ocorrido no Amazonas no período de integração nacional é a configuração de sua rede de cidades. Nesse sentido, a rede urbana conformada no segundo mais importante momento da urbanização do estado do Amazonas será abordada a partir de dois aspectos: o padrão

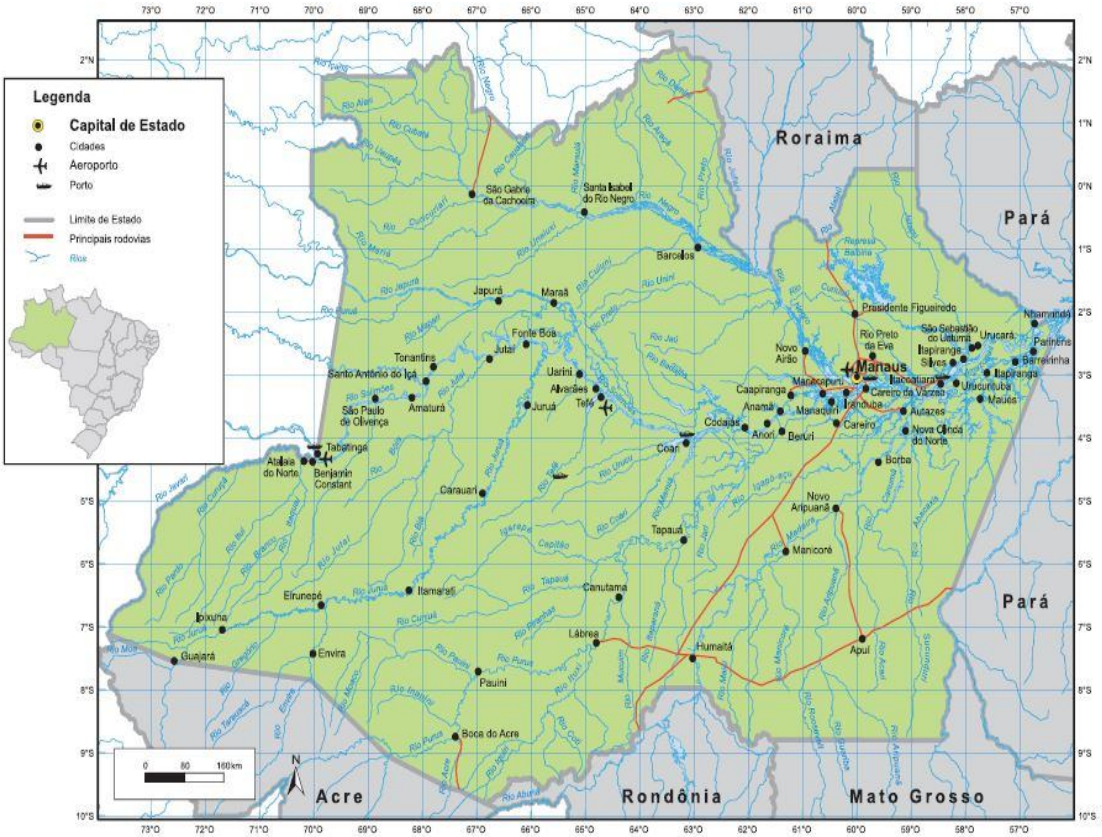
de localização das cidades e a classificação das cidades conforme seu tamanho populacional.

6.3.1 A manutenção do padrão dendrítico

Persistiu na Amazônia Ocidental a rede urbana, ao longo do período de 1970 a 2010; esta é uma rede urbana, cujo padrão de localização dos núcleos populacionais estrutura-se ao longo da calha dos rios (mapa 1). Esse padrão não foi rompido, apesar da dominância da industrialização como principal atividade econômica, estruturando-se "como ponto de apoio à cidade de Manaus e aos núcleos urbanos ribeirinhos localizados nos vales dos rios Purus e Juruá" (RIBEIRO, 2001, p. 369).

Essa forte relação de dependência dos rios, seja para localização dos núcleos populacionais, seja para a circulação de mercadorias e pessoas, vai ao encontro do que Pizarro (2006) acentuou ao denominar a região amazônica de "Nação das águas". Nesse aspecto, uma forma encontrada pelos administradores do estado para a gestão do território amazonense foi separar os municípios pela calha dos rios onde se localizam, conforme demonstra o quadro 8.

Mapa 1 – Amazonas, malha hidroviária e rodoviária e localização dos municípios – 2010



Fonte: IBGE.

Quadro 8 - Municípios do Amazonas, por sub-região

Sub-Região / Municípios	Sub-Região / Municípios	Sub-Região / Municípios
1ª Sub-região - Região do Alto Solimões	**2ª Sub-Região - Região do Triângulo Jutaí–Solimões-Juruá**	**3ª Sub-região – Região do Purus**
Amaturá Atalaia do Norte Benjamin Constant Santo Antônio do Içá São Paulo de Olivença Tabatinga Tonantins	Alvarães Fonte Boa Japurá Juruá Jutaí Maraã Tefé Uarini	Boca do Acre Canutama Lábrea Pauini Tapauá
4ª Sub-região - Região do Juruá	**5ª Sub-região - Região do Madeira**	**6ª Sub-região - Região do Alto Rio Negro**
Carauari Eirunepé Envira Guajará Ipixuna Itamarati	Apuí Borba Humaitá Manicoré Novo Aripuanã	Barcelos Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira
7ª Sub-região - Região do Rio Negro - Solimões	**8ª Sub-região - Região do Médio Amazonas**	**9ª Sub-região - Região do Baixo Amazonas**
Anamã Anori Autazes Beruri Caapiranga Careiro (Castanho) Careiro da Várzea Coari Codajás Iranduba Manacapuru Manaquiri Manaus Novo Airão Rio Preto da Eva	Itacoatiara Itapiranga Maués Nova Olinda do Norte Presidente Figueiredo Silves Urucurituba	Barreirinha Boa Vista do Ramos Nhamundá Parintins São Sebastião do Uatumã Urucará

Fonte: SEPLAN (2006).

No referente ao enquadramento na categoria de cidade, autores como Veiga (2002) questionam a pertinência do conceito administrativo de urbano, usado pelos órgãos oficiais, especialmente pelo IBGE, no que tange à delimitação das áreas de localização domiciliar no país, cuja base é o Decreto-Lei 311, de 02 de março de 1938.

Neste, encontra-se delimitado que toda sede de município deve ser considerada cidade.

Entende-se que, apenas em parte, essa atribuição é prerrogativa do instituto oficial de estatística brasileiro, uma vez que o procedimento de delimitação do perímetro urbano é feito pelos próprios municípios, ou, mais especificamente, pela Câmara de Vereadores, responsável pela definição da legislação municipal, o que lhe dá a responsabilidade de definir o perímetro urbano municipal.

Nesse sentido, a realização dessa atribuição pelos legisladores municipais é prenhe de limitações, seja pela fragilidade técnica, seja pela ausência de órgãos de planejamento urbano em grande parte dos municípios brasileiros. Segundo aponta Veiga (2002), no caso mais extremo, "a delimitação dessas 'cidades', prerrogativa das Câmaras Municipais, inexiste em quase 40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos" (VEIGA, 2002, p. 55). Essa forma de definição da área urbana dos municípios brasileiros busca incorporar a contribuição dos que vivem na cidade e têm a competência legal nas definições sobre a realidade dos municípios brasileiros.

De qualquer forma, apesar das críticas a esse procedimento oficial de definição do que são cidades do ponto de vista administrativo, no caso do Amazonas, seus municípios, com grande extensão territorial e pequena população, participam do circuito de relações urbanas, por meio de fluxos permanentes com os centros maiores e que comandam suas áreas de influência.

Nesse aspecto, concorda-se com Oliveira (2000), quando ainda no início do Século XXI afirmou que a fronteira nasce urbana na Amazônia, **"não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar"** (OLIVEIRA, 2000, p. 186-187, grifo nosso).

Esse "modo de vida urbano" na Amazônia está diretamente relacionado à intensa relação de interdependência entre o rural e o urbano, conforme apontado por Pereira (2014). Para esse autor, há um *espaço de coexistência* entre rural, urbano e o indígena, que estão contidos na "cidade praticada", na "cidade vivida", estando esses elementos evidenciados no cotidiano das cidades amazônicas.

Ademais, a maior parte das novas cidades criadas no Amazonas no período de 1970 a 2010, não se vincularam às ações de colonização dirigida e espontânea e a grandes projetos minerários/metalúrgicos, nem à construção de estradas e outras iniciativas. Resultaram de desmembramento de outros municípios pré-existentes e, conforme já citado, justificam-se mais politicamente do que do ponto de vista econômico, embora com algumas exceções.

Nesse sentido, a criação de novos municípios no Amazonas ocorreu no período de auge da centralização do poder no país e das decisões burocráticas, em virtude da vigência do governo militar, cujo período entre 1966 a 1985 é considerado, no estudo MUNIC; IBGE (2001), como de menor fôlego para a criação de novos municípios. Após esse período, nenhum município foi criado no Amazonas, permanecendo até os dias atuais com a quantidade estabelecida em 1967, de 62 municípios.

Na nova Carta Magna de 1988, ocorreram redefinições, tanto para o reconhecimento do município como entidade integrante da Federação (junto com a União, os Estados, o Distrito Federal), dotado de autonomia político-administrativa, preconizado no artigo 18, quanto para sua criação, que se tornou descentralizada, sendo prerrogativa dos estados. Nesse aspecto, no período pós-constituinte, se acelerou o processo de emancipação de novos municípios no Brasil, crescendo aproximadamente 40% no período de 1988 a 2001 (MUNIC; IBGE, 2001).

Contudo, a ausência de criação de novos municípios persistiu no Amazonas, colocando-o na contramão do momento de auge de criação de novos municípios no Brasil, ocorrido no pós- Constituição Federal de 1988, e destoando de todas as demais unidades da federação que compõem a região Norte. Estas, no período de 1991 a 2000, mais que duplicaram o número de municípios, como foi o caso de Rondônia, de 23 para 52, ou chegaram muito próximo a isso, como ocorreu no Acre, Roraima, Amapá e o Tocantins, ou ainda, acrescentaram 1/3 de novos municípios, como o Pará, que possuía 105 municípios em 1991, passando a contar com 143. Somente o estado do Amazonas manteve o número de 62 municípios nesse período, demonstrando o pouco dinamismo deste território em termos de sua repartição para a criação de um novo ente federado e provável melhor distribuição da população e atividades econômicas no

âmbito intraestadual. No ano de 2010, não houve registro de criação de nenhum novo município nos estados da Amazônia.

Na tabela 45 abaixo, pode-se observar o número de municípios criados desde a década de 1960, nos estados e territórios federais da região Norte, até o ano de 2010, com destaque para o estado do Amazonas.

Tabela 46 - Número de municípios criados nas unidades da federação da Região Norte (1960 - 2010)

Unidade da federação	Ano X Número de municípios					
	1960	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
Rondônia	2	2	7	23	52	52
Acre	7	7	12	12	22	22
Amazonas	**44**	**44**	**44**	**62**	**62**	**62**
Roraima	2	2	2	8	15	15
Pará	60	83	83	105	143	143
Amapá	5	5	5	9	16	16
Tocantins	_	_	_	79	139	139

Notas:

1. Território de Rondônia passou à categoria de Estado no ano de 1981;
2. Território do Acre elevado à categoria de Estado no ano de 1962;
3. O território do Rio Branco recebeu a denominação de Roraima, em 1962, e foi elevado à categoria de Estado em 1988, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte;
4. Território do Amapá, elevado à categoria de Estado em 1988, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte.
5. Estado de Tocantins: criado e 1988, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte.

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

No caso específico da incorporação de novas áreas ao processo de industrialização de Manaus, tomando como referência principal a ZFM, e procurando estabelecer relação desta com a criação de novos municípios, identifica-se que nenhum dos novos municípios criados tem atividades que atuem de forma direta ou complementar à atividade industrial. Estes, não destoando do perfil da maioria dos municípios amazonenses, têm como principal atividade a agropecuária, exclusive o município de Tabatinga. Este último, por ser um município situado na fronteira com os países Peru e Colômbia, possui maior aparato de estruturas governamentais,

principalmente no que diz respeito à defesa do território. Nesse aspecto, sua atividade mais importante é a administração pública (quadro 9).

No caso da criação do município de Rio Preto da Eva, teve a particularidade de sua área fazer parte da zona rural do município de Manaus, abrigando nesse território uma colônia agrícola. A área rural da capital amazonense foi desmembrada para formá-lo, incorporando também áreas dos municípios de Silves e Itacoatiara. A produção agrícola de Rio Preto da Eva é fortemente direcionada para a capital amazonense.

Quadro 9 - Municípios do Amazonas, ano de criação e principal atividade

Município	Criação	Principal atividade econômica
Alvarães	1981	Agropecuária
Amaturá	1981	Agropecuária
Anamã	1981	Agropecuária
Apuí	1981	Agropecuária
Beruri	1981	Agropecuária
Boa Vista do Ramos	1981	Agropecuária
Caapiranga	1981	Agropecuária
Careiro da Várzea	1987	Agropecuária
Guajará	1987	Agropecuária
Iranduba	1981	Agropecuária
Itamarati	1981	Agropecuária
Manaquiri	1981	Agropecuária
Presidente Figueiredo	1981	Agropecuária
Rio Preto da Eva	1981	Agropecuária
São Sebastião do Uatumã	1981	Agropecuária
Tabatinga	1981	Administração pública
Tonantins	1981	Agropecuária
Uarini	1981	Agropecuária

Notas:

Emenda Constitucional n. º 12, de 10 de fevereiro de 1981.

Lei Estadual n. º 1.828, de 30 de dezembro de 1987.

Fonte: IBGE. Cidades@.

Por outro lado, a persistência do padrão dendrítico de localização das cidades amazonenses possui várias implicações para a sua incorporação ao processo de

desenvolvimento em curso na Amazônia Ocidental. Assim, no debate existente sobre as alternativas para o desenvolvimento econômico do Amazonas, uma das questões citadas como obstáculo é a ausência de infraestrutura em logística de transporte, em particular de rodovias, tanto para circulação de mercadorias quanto de pessoas.

O debate feito por empresários e especialistas foca mais detidamente na integração do Amazonas com o resto do país, pois tem em vista possíveis exportações de produtos e mercadorias. Nessa perspectiva, para Rocha (2014), o problema dos estados da Amazônia, e em particular, do Amazonas, não é sua localização distante dos grandes centros, mas a ausência de infraestrutura de logística em transporte, especificamente de rodovias, que é o tipo de modal mais utilizado no Brasil[50]. Essa situação limita a integração ao país, pois as rodovias existentes no estado, conforme esse autor, o conectam somente à região Norte[51]; além destas serem precárias para utilização, como é o caso da BR-319, que liga Manaus a Porto velho (RO).

Os municípios que estão situados próximos às rodovias são em número pequeno, assim como é a extensão dessas rodovias no Amazonas (quadro 10). Este é um dos elementos distintivos em relação ao estado do Pará, por exemplo, cujo número e extensão das rodovias são superiores, diferente do período do *boom* da borracha, quando ambos os estados possuíam a extensão de vias rodoviárias em dimensão bem próxima, conforme visto na seção 4.

---

[50] Conforme dados do Mapa da “Logística dos Transportes no Brasil” (IBGE, 2000), além do predomínio do modal de rodovias para deslocamento e transporte de mercadorias e produtos na distribuição da logística de transportes no Brasil, essa modalidade é concentrada na região Centro-Sul, particularmente em São Paulo. A partir da Zona Franca de Manaus, a movimentação de carga para o Centro Sul exigiu uma forma mista de transporte, o multimodal hidroviário e rodoviário.

[51]

Quadro 10 – Manaus e outros municípios – ligações rodoviárias

Municípios do Amazonas Ligados Por Rodovias com a capital	Rodovia	Jurisdição	Observação
Manacapuru	AM-070	Estadual	...
Novo Airão	AM-352	Estadual	...
Iranduba	AM-070	Estadual	...
Rio Preto da Eva	AM-010	Estadual	...
Presidente Figueiredo	BR-174	Federal	...
Itacoatiara	AM-010	Estadual	...
Silves	AM-363	Estadual	...
Itapiranga	AM-363	Estadual	...
Careiro da Várzea	BR-319	Federal	...
Careiro	BR-319	Federal	...
Autazes	AM-254	Estadual	...
Manicoré	BR-319	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Lábrea	BR-230	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Humaitá	BR-319	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Apuí	BR-230	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Novo Aripuanã	AM-360	Estadual	Condições precárias e sazonais da AM
Ligação de Manaus com outros Estados			
Roraima	BR 174	Federal	...
Rondônia	BR-319	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Municípios Isolados da capital com ligação para outros Estados			
Boca do Acre	AM-317	Estadual	Ligado com Rio Branco/Ac

Nota: Sem informação.

Fonte: Anuários Estatísticos do Amazonas.

Sobre as rodovias, destaca-se que, na escala regional, as existentes nos estados da Amazônia, na atualidade, correspondem a 8,59% do total do país e apenas 10,02% encontram-se pavimentadas. Quanto à distribuição na região, segundo dados do DNIT/MT[52] (2015), a maior extensão de rodovias encontra-se no estado do Pará

[52] Pelos dados do DNIT/MT (2015), encontram-se planejadas para a Amazônia, 32.367,6 Kms^2 de rodovias que corresponde a 20,5% do total do país. Importante destacar que o estado que ocupa o primeiro lugar no planejamento da rede de rodovias é o Amazonas, com 26,0% do total da região Norte.

(29,00%), seguido de Tocantins (25,91%) e depois Rondônia (18,56%). O estado do Amazonas ocupa a quarta colocação, com 9,74% (tabela 47).

Tabela 47 - Rede do Sistema Nacional Viário - SNV, Brasil, Região Norte e UFs, planejada, segundo a pavimentação ou não pavimentação, total (km^2)

UF	Planejada		Rede não pavimentada		Rede Pavimentada		Total	
	V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%
Rondônia	4.240,90	13,1	20.255,20	21,6	2.936,20	13,6	27.432,30	18,6
Acre	443,7	1,4	7.318,70	7,8	1.498,20	6,9	9.260,60	6,3
Amazonas	8.405,40	26	3.834,30	4,1	2.157	10	14.396,70	9,7
Roraima	778,7	2,4	6.083,80	6,5	1.462,80	6,8	8.325,30	5,6
Pará	6.198,50	19,2	30.917,10	32,9	5.738,70	26,6	42.854,30	29
Amapá	4.937,00	15,3	1.769,30	1,9	528,1	2,4	7.234,40	4,9
Tocantins	7.363,40	22,7	23.684,90	25,2	7.241,20	33,6	38.289,50	25,9
Total	32.367,60	100	93.863,30	100	21.562,20	100	147.793,10	100
Brasil	157.560,90	100	1.352.463,50	100	210.618,80	100	1.720.643,20	100
Norte	32.367,60	20,5	93.863,30	6,9	21.562,20	10,2	147.793,10	8,6

Nota:
Inclui as jurisdições federal, estadual e municipal.
Fonte: DENIT/Ministério dos Transportes, 2015.

Tendo em vista as limitações do modal rodoviário no Amazonas, uma opção muito utilizada para transporte de cargas e mercadorias em direção ao Centro-Sul, além do transporte multimodal hidroviário e rodoviário, é o aeroviário. No mapa da logística (IBGE, 2013), esse tipo de modal é caracterizado por possuir custo elevado, por isso é utilizado somente para transportar produtos de alto valor agregado ou os que são perecíveis, exigindo mais rapidez e segurança. Pelo alto custo, há poucos trajetos e estes são concentrados em apenas 10 pares de ligações entre as cidades amazonenses.

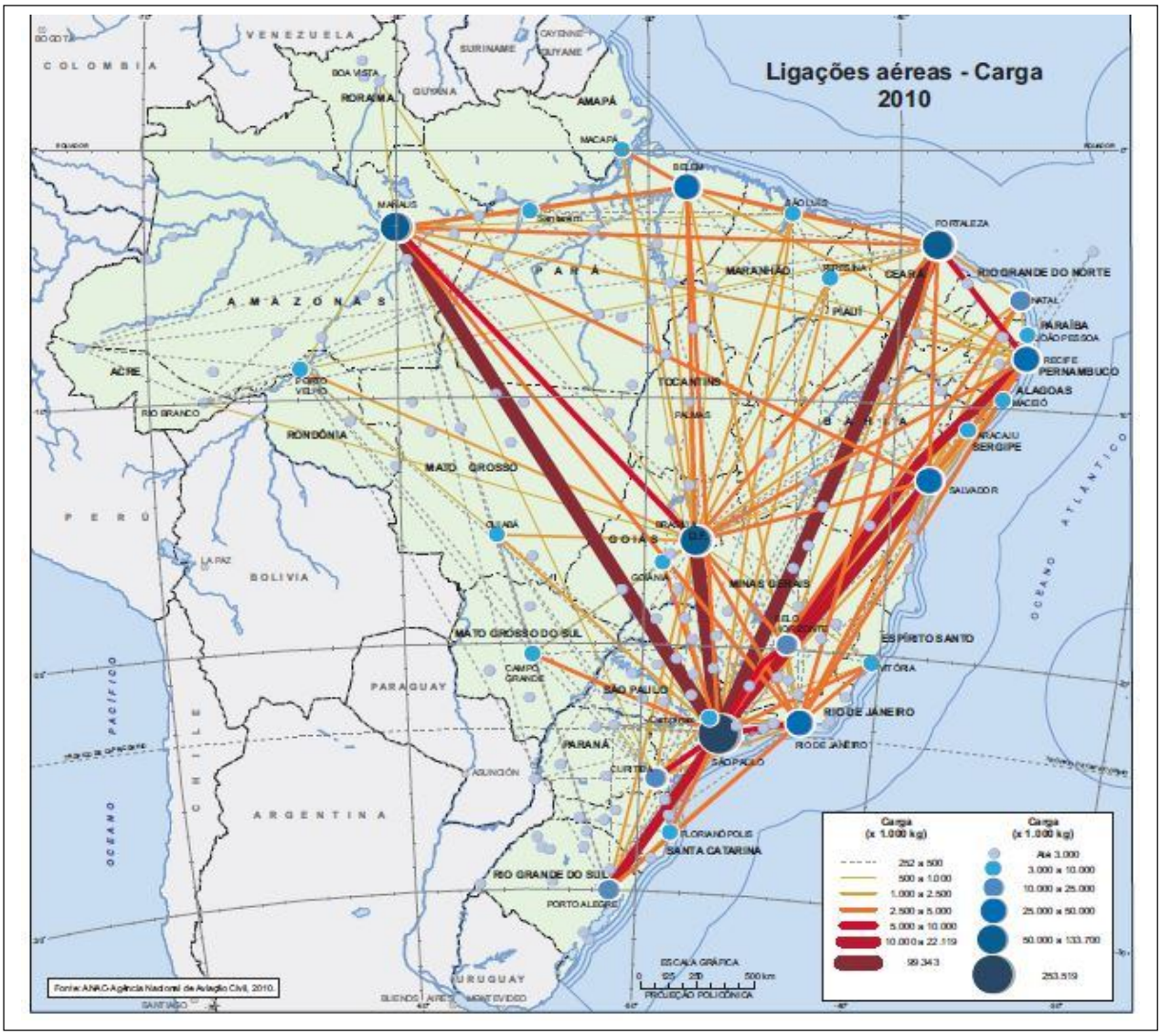
Contudo, um fato a ser destacado é o trecho Manaus-São Paulo, que concentrou mais de 20% do total da carga transportada no país em 2010[53]. Isso ocorre em virtude das atividades da ZFM, cujas empresas com plantas industriais em Manaus têm seu ponto de comando no estado de São Paulo, bem como seu principal mercado

[53] Os demais pares de ligações de transporte aéreo de cargas estão distribuídos entre Brasília, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Belém e outros municípios, dos quais, em sua maior parte, possuem destino/origem concentrada principalmente em São Paulo seguido de Brasília (IBGE. 2013).

consumidor (IBGE, 2013). Essa informação referenda tanto o aspecto da gestão e controle das empresas da ZFM, cujo comando é extralocal, assim como o destino da produção, que é o mercado interno, além de demonstrar que, diante da ausência das rodovias, o transporte de cargas para outras regiões do país ocorre, notadamente, por via área (mapa 2). De qualquer forma, existe o uso do multimodal que é o hidro-rodoviário, utilizado em larga escala para o transporte de produtos em containers, especialmente pelas empresas do Distrito Industrial de Manaus.

Todos esses elementos referendam e enfatizam a capital do estado do Amazonas como a principal cidade da rede urbana do Amazonas, comandando os demais centros urbanos amazonenses. O impacto das atividades econômicas da ZFM sobre a rede de cidades do Amazonas será melhor discutido no próximo subitem.

Mapa 2 – Transporte/ligações de cargas aéreas, Brasil - 2010



6.3.2 A manutenção da primazia urbana de Manaus

A classificação dos municípios amazonenses, segundo tamanho populacional[54], torna possível vislumbrar o crescimento demográfico das cidades, a participação de cada classe de tamanho no contingente de habitantes do estado do Amazonas, bem como sua contribuição no total de moradores na zona urbana, demonstrando a dinâmica da urbanização que esteve em curso no período de 1970 a 2010.

Em uma visão geral, a composição da rede urbana do Amazonas é formada por municípios pequenos no quantitativo demográfico e grande na extensão territorial. Excluindo Manaus, as demais cidades amazonenses têm baixa participação relativa na composição demográfica e no processo de urbanização do estado, apesar de terem ocorrido pequenas e lentas mudanças no período de 1970 a 2010.

No referente à classificação dos municípios, o grupo com população abaixo de 5.000 habitantes sempre teve participação estadual muito reduzida, seja quanto ao número de entes municipais, seja na composição da população e na urbanização (tabela 43). No ano de 1970, cinco municípios representavam 1,8% da população estadual e 0,6% da urbanização estadual. Seu desaparecimento, em 1991, demonstra o crescimento demográfico dos municípios desse porte que passaram a compor outros grupos.

O grupo com 5.000 a 9.999 habitantes obteve seu melhor desempenho no ano de 1991, quando alcançou o total de 16 municípios, porém, tendo diminuído sua participação relativa no total populacional e na urbanização estadual. No final do período (2010), reduziu de forma significativa sua participação na quantidade de municípios, para o número de cinco, assim como no quantitativo da população e na urbanização do estado, com 1,2% e 0,8%, respectivamente.

O grupo de 10.000 a 19.999 habitantes sempre foi o mais expressivo em termos de número de municípios, cujo auge ocorreu em 1991, quando alcançou o total de 28,

---

[54] A classificação foi feita com base na organização feita por Santos (2000) para o período de 1991 a 2000. Foram feitos ajustes, pois essa autora criou intervalos com os municípios do Amazonas que possuíam a partir de 20 mil habitantes, recurso utilizado por pesquisadores para aplicar o conceito de urbano e transpor os limites da definição oficial que estabelece como cidade todas as sedes de municípios e distritos.

representando 19,4% da população e 9,8% da urbanização amazonense. Nos anos seguintes, diminuiu a quantidade de municípios para 24, representando 10,6% da população, reduzindo também a participação na urbanização, com 7,1%.

O grupo de 20.000 habitantes a 49.999, até 1991, possuía 11 municípios, responsável por 15,8% da população e 9,9% de participação na urbanização. A partir do ano 2000, tornou-se mais dinâmico, com forte crescimento, dobrando seu número de municípios para 22, aumentando a participação na população estadual para 22,0% e na urbanização, com 13,9%. No ano de 2010, comparece como o grupo com maior número de municípios no estado, 25, embora tenha registrado pequena redução na participação populacional, para 21,7%, enquanto na população urbana aumentou para 14,3%.

O grupo de municípios acima de 50.000 até 99.999 habitantes somente passou a existir a partir de 1980, estreando com participação importante tanto na composição populacional (11,6%) quanto na urbanização (8,7%). É um grupo pequeno quanto ao número de municípios, embora tenha dobrado sua composição entre 1970 a 2010, passando de três, no início desse período, para seis, em seu final. Apesar do crescimento permanente, acrescentou apenas um município por década. Sua representatividade no conjunto do estado chegou ao final do período com participação discreta, tanto no total populacional, com 11,9%, quanto na população urbana, com 10,2%.

Um fato importante a destacar é que somente no ano de 2010 o estado do Amazonas passou a contar com o grupo de mais de 100.000 habitantes, composto isoladamente por apenas um município, Parintins, situado no Oeste do estado. Sua participação no total populacional e na urbanização é pequena, registrando 2,9% e 2,5%, respectivamente.

A última classe de tamanho é composta somente pela capital. Durante o período de 1970 a 2010, Manaus teve a particularidade do crescimento permanente de sua população, compondo, de forma isolada, grupos de classe de municípios que sempre lideraram em âmbito estadual, seja quanto à participação no total populacional e, especialmente, quando se refere ao processo de urbanização, neste último caso, pela representatividade de sua população urbana no conjunto do estado.

A concentração de população e a primazia urbana de Manaus foram registradas desde 1970, quando, sozinha, compunha o grupo de mais de 200.000 habitantes, representando 32,6% da população estadual e, 69,9% de urbanização. Em 1980, com o aumento significativo de sua população, passou a compor o grupo acima de 500.000 habitantes, alcançando 44,3% da população estadual e, apesar do leve aumento da urbanização, representou 71,4% da do estado (CORRÊA, 1989).

A partir de 1991, a capital amazonense passou a fazer parte da classe de tamanho acima de 1.000.000 habitantes, permanecendo nesse grupo até os dias atuais. Além do ingresso isolado na referida classe de tamanho, outro fato marcante para a capital amazonense, foi que esta praticamente dividiu o estado em termos do quantitativo de população em seu território, alcançando 48,1% do total da população estadual. Nos anos posteriores, avançou mais ainda, registrando 49,9% em 2000 e em 2010 superou a marca de metade do contingente de habitantes no Amazonas, com 51,7%. Quanto ao processo de urbanização, também foi no ano de 1991 que começou a declinar, ainda que de forma lenta, a participação de Manaus no total estadual: 1991, 67,0%; 2000: 66,2%; e 2010: 65,1%.

Os dados podem ser conferidos na tabela 48.

Tabela 48 - Municípios por classe de tamanho, proporção sobre a população total e proporção sobre a população urbana, segundo os Censos Demográficos - Amazonas - 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Municípios por classe de tamanho	1970			1980			1991		
	Quantidade	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana	Quantidade	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana	Quantidade	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana
Até 4.999	5	1,8	0,6	3	0,8	0,3	2	0,8	0,3
5.000 - 9.999	9	7,1	2,1	10	5,5	2,1	16	5,5	2,1
10.000 - 19.999	22	33,5	13	16	16,6	6,2	28	16,6	6,2
20.000 - 49.999	7	25	14,4	11	21,3	11,2	11	21,3	11,2
50.000 - 99.999	0	0	0	3	11,6	8,7	4	11,6	8,7
100.000 - 199.999	0	0	0	0					
200.000 - 499.999	1	32,6	69,9	0					
500.000 - 999.999	0	0	0	1	44,3	7,1		44,3	71,4
Acima de 1.000.000							1		
Total	44	100	100	44	100	100	62	100	100

Municípios por classe de tamanho	2000			2010		
	Quantidade	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana	Quantidade	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana
Até 4.999	2	0,4	0,4			
5.000 - 9.999	16	5,4	2,7	5	1,2	0,8
10.000 - 19.999	28	19,4	9,8	24	10,6	7,1
20.000 - 49.999	11	15,8	9,9	25	21,7	14,3
50.000 - 99.999	4	10,9	10,3	6	11,9	10,2
100.000 - 199.999				1	2,9	2,5
200.000 - 499.999						
500.000 - 999.999						
Acima de 1.000.000	1	48,1	67	1	51,7	65,1
Total	62	100	100	62	100	100

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Apesar de essa classificação do tamanho das cidades do Amazonas ater-se apenas ao aspecto do quantitativo do número de municípios, de população total e de população urbana, a existência de grandes lacunas entre as classes de tamanho que a compõe, sintoniza-se com o estudo da rede urbana brasileira feito pelo REGIC/IBGE (2007). Esse estudo destacou a desigualdade existente na distribuição dos níveis hierárquicos de cidades, existindo áreas de rede urbana nas quais níveis hierárquicos

intermediários inexistem. Estes possuem forte presença do sistema de primazia urbana, diante da forma esparsa de ocupação do território, situação encontrada nas regiões Norte e Nordeste.

> As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, ilustram o segundo caso, já que apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz. Este ocorre tanto em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, onde há esparsa ocupação do território, quanto do Nordeste, apesar de sua ocupação consolidada e, em muitas áreas, densa (IBGE, 2007, p. 13).

Por outro lado, para Santos (1997), a diminuição da participação relativa de Manaus na urbanização do estado a partir do ano de 1991 pode estar refletindo a redução do impacto da ZFM e a sua perda de importância diante do cenário econômico adverso dos anos 1990. Viveu-se, naquele período, a liberação da economia sob o comando do governo neoliberal do Presidente Fernando Collor que, dentre outras iniciativas, abriu o mercado brasileiro das importações para todo o território nacional, tendo duro impacto sobre a atividade comercial. Nessa perspectiva, segundo a autora, “Manaus já teria atingido seu nível de saturação, não sendo mais capaz de atrair e absorver fluxos migratórios intra e interestaduais” (SANTOS, 1997, p. 10).

Apesar disso, ainda é bastante significativa a participação de Manaus no tocante à urbanização do estado e, para essa autora, o fato de a capital amazonense possuir metade da população estadual e ser 99,39% urbana, impacta sobre a caracterização do estado, que é representado por ter sua população, em sua maior parte, domiciliada na zona urbana, impedindo que este seja caracterizado como rural. Nesse sentido, analisando os dados censitários de 1980 e 1991 para o estado do Amazonas, Santos afirma que:

> Na realidade, o Amazonas só não é basicamente rural devido ao peso da capital Manaus que é uma cidade que congrega quase a totalidade de sua população em área urbana (SANTOS, 1997, p. 14).

Sobre a situação de domicílios da população amazonense, os dados censitários demonstram aumento da concentração da população nas áreas urbanas, de 74,92% em 2000 para 79,08% em 2010 (tabela 49). Porém, conforme referido anteriormente, o fato de Manaus concentrar mais da metade da população do estado e essa população

localizar-se majoritariamente na área urbana, cujo grau de urbanização é de 99,49% no ano de 2010, exige cuidado na interpretação dos dados (tabela 50).

Tabela 49 - População residente por situação de domicílio, Amazonas (1970 – 2010)

Ano	População residente X Situação do domicílio					
	Total		Urbana		Rural	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
1970	955.203	100	406.052	42,51	549.151	57,49
1980	1.430.528	100	856.716	59,89	573.812	40,11
1991	2.103.243	100	1.502.754	71,45	600.489	28,55
2000	2.817.252	100	2.111.246	74,94	706.006	25,06
2010	3.483.985	100	2.755.198	79,08	728.787	20,92

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Tabela 50 – Grau de urbanização - Manaus (1970 – 2010)

Ano	População residente X Situação do domicílio			
	Total		Urbana	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
1970	311.622	100	283.673	91,03
1980	633.383	100	611.843	96,6
1991	1.011.501	100	1.006.585	99,51
2000	1.405.835	100	1.396.768	99,36
2010	1.802.014	100	1.792.881	99,49

Nota:

1. Para os anos de 1970 e 1980: Dados da Amostra.
2. Para os anos de 1991, 2000 e 2010: Dados do Universo.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Conforme evidenciado na tabela 49, no Amazonas, são os municípios com mais de 20.000 habitantes – um parâmetro demográfico utilizado por pesquisadores para categorizar com mais precisão as cidades no país (VEIGA, 2002) –, no total de 33, incluindo a capital, os responsáveis por 92,1% da população domiciliada nas zonas urbanas dos municípios. Esse fato demonstra que são os municípios classicamente

aceitos pelos pesquisadores como pertencente à categoria de cidades, em que pese à importância de Manaus, os que mais contribuem para a urbanização amazonense.

Becker (2013) e Pereira (2012) afirmam que a intensa relação rural-urbano é uma das características da urbanização amazônica, levando a um permanente fluxo entre cidade e campo em seus municípios.

Nesse sentido, o fato de a atividade econômica de maior peso na maioria dos municípios do Amazonas ser a agropecuária e a maior participação na urbanização estadual advir dos 33 municípios acima de 20.000 habitantes demonstra, de forma concreta, essa dinâmica, não sendo possível admitir uma separação radical entre campo-cidade no estado amazonense, pois ambas compõem um todo mais amplo. Numa rede urbana esparsa, com manutenção do padrão dendrítico e da primazia urbana, ambos característicos da região amazônica, são os municípios acima de 20.000 habitantes os que mais contribuem, depois da capital, para a urbanização amazonense e, nestes, a dinâmica rural-urbana encontra-se presente.

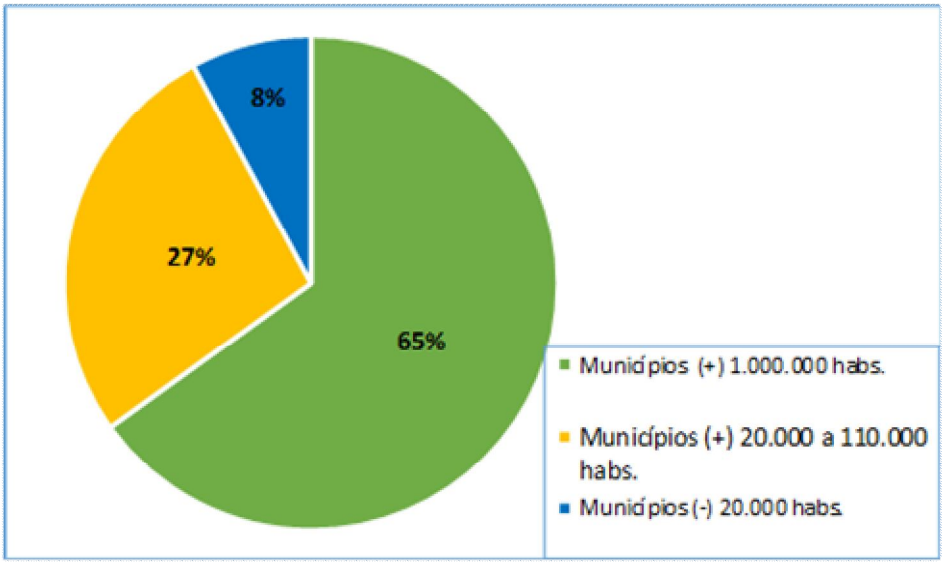
Ciente das potencialidades, mas também das limitações do estabelecimento de hierarquias urbanas para entender as cidades do Amazonas[55] entende-se haver, no ano de 2010, três níveis na hierarquia urbana do estado, do ponto de vista da contribuição dos municípios para a urbanização estadual[56]: a) a capital Manaus, com mais de 1.000.000 de habitantes, correspondendo a 65,1% da população urbana; b) trinta e dois municípios de 20.000 a menos de 110.000 habitantes, correspondendo a 27,0% da população urbana; e c) 29 municípios abaixo de 20.000 habitantes que contribuem com 7,9%, para a urbanização estadual (gráfico 4).

---

[55] "Classificar as cidades pode significar criar uma hierarquia estática entre elas, mas pode também ser o processo direto do entendimento das semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana" (OLIVEIRA, 2014, p. 5). Esse autor coordena o Núcleo de Pesquisa sobre Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), dedicado a estudar os processos de urbanização do estado do Amazonas. Recentemente, o NEPECAB propôs uma organização da rede urbana amazonense composta de variáveis menos tradicionais que as fundadas no aspecto quantitativo. Sobre o assunto, Oliveira (2014).

[56] Organizados conforme o número de habitantes, e tendo como base de dados o Censo 2010.

Gráfico 4 - Municípios e a contribuição para urbanização segundo três Níveis de hierarquia urbana (%)- Amazonas (2010)



Fonte: IBGE. Censo (2010). Organizado pela autora.

A partir desses elementos, no referente ao processo de urbanização posto na escala regional desde a década de 1960, são identificadas várias particularidades em relação ao primeiro momento ocorrido durante o Ciclo da borracha. Uma delas é o fato de esta advir de uma industrialização incentivada e centrada na última etapa da produção, com relações incipientes com a região, no bojo de uma estratégia do Estado nacional para incorporação da região ao desenvolvimento capitalista, este último em sua etapa de mundialização.

Nessa estratégia desenvolvimentista, a mediação do urbano, tal como preconizou a tese da fronteira, foi imprescindível, mas já havia um histórico de uma macrocefalia urbana por parte da capital estadual. Esta, no período antes da ZFM, funcionava como entreposto comercial dos produtos agroextrativos, tendo intensa relação com os municípios do interior. Posteriormente, essas relações foram desestruturadas, ocorrendo o esvaziamento do desenvolvimento e de população por parte nos demais municípios, tendo em vista a predominância da atividade industrial transplantada pela política desenvolvimentista no estado amazonense.

A borracha, apesar da produção para exportação, possuía relação íntima com a região, por pautar-se em produção nativa e existente em larga escala nos municípios, dinamizando a rede urbana amazônica e do Amazonas, reproduzindo, na escala

estadual, uma urbanização dispersa no território, tal como ocorrido na escala nacional no período dos ciclos econômicos. Nessa perspectiva, percebe-se que, sob a dominância da industrialização da ZFM, essa ausência de relação com a produção regional não promoveu profundas transformações na rede urbana amazonense e sim limitou seu desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, a partir da relação da industrialização, migração e urbanização, a função atribuída às demais cidades amazonenses foi de fornecedora de mão de obra para as atividades industriais, comerciais e de serviços localizadas no centro hegemônico, a capital do Estado, uma vez que, a cada década, diminuíam sua participação no total da população estadual, inclusive no ano de 2010, mesmo que tenham apresentado uma pequena inflexão nessa trajetória.

Os desdobramentos desse processo para Manaus foi a implosão/explosão[57] da cidade, dentro de si mesma, pois diante dos obstáculos, não apenas do tipo de atividade econômica, cujos insumos para a indústria tenderam a ser buscados em outros lugares, mas também pelas barreiras geofísicas, impediram o espraiamento da metrópole para os demais municípios, como é o caso de Careiro e Iranduba, limítrofes a capital, mas dela separados pelo rio Negro.

Há algumas exceções, como o município de Rio Preto da Eva, que surgiu do desmembramento dos municípios de Manaus, Itacoatiara e Silves. Este, apesar de sua ligação rodoviária com a capital e de situar-se a 78 km de Manaus, a área rural da capital é extensa e possui barreiras florestais que impedem uma relação mais próxima, como a Reserva Ducke, do INPA.

Nesse sentido, durante mais de três décadas, Manaus constituiu-se numa "metrópole sem região metropolitana", uma vez que sozinha liderou o processo de urbanização no Amazonas, potencializando as contradições e desigualdades inerentes ao espaço mais desenvolvido do capitalismo na sub-região Amazônia Ocidental.

---

[57] Para Lefebvre: "a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e distintos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 1999, p. 26, grifo nosso).

6.3.3 A Manaus do presente: o espaço mais urbanizado na hierarquia estadual e regional da Amazônia

A nova dinâmica econômica de Manaus e o aumento da concentração demográfica lhe propiciou a ascensão à condição de metrópole da Amazônia Ocidental, junto com Belém, no início do período 1970-2010, tendo sido registrado pelo órgão oficial de geografia e estatística brasileiro, ainda que não oficializada como região metropolitana.

Foi no estudo sobre as regiões de influência das cidades feito pelo IBGE que Manaus emergiu pela primeira vez como metrópole regional ainda na década de 1970, precisamente em 1978, deixando para trás a subordinação à Belém, que tinha sido registrada no mesmo estudo, mas no ano de 1966 (IBGE, 2007).

A condição de "metrópole sem região metropolitana" persistiu por quase três décadas. Somente em 30/05/2007, por meio da Lei Complementar Nº 52, foi instituída a Região Metropolitana de Manaus (RMM)[58], constituída pelos municípios de Manaus, Itacoatiara, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo. Posteriormente, a Lei Complementar nº 59, de 27/12/2007, incluiu o município de Manacapuru. Houve ainda uma segunda alteração na composição da RMM, feita pela Lei 64/2009, que modificou a legislação anterior, incluindo os municípios de Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri.

A composição da RMM, em consonância com a extensão territorial do estado do Amazonas, possibilitou-lhe a condição, quando de sua instituição como a região metropolitana de maior área física do país, com 101.475 Km², além da primazia urbana, o que neste caso alcança o segundo lugar do país, com 58% da população metropolitana vivendo em Manaus no ano de 2009 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010).

A proposta de criação da RMM gerou certa polêmica pelo fato de não atender ao critério físico utilizado para a definição das regiões metropolitanas na década de 1970,

---

[58] Para realizar a gestão das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Manaus (RMM), foi criada por meio da Lei Complementar N° 60, de 29/02/2008, a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), vinculada ao gabinete do governador do estado.

que é a *conurbação* entre os seus municípios. No caso específico da Região Metropolitana de Manaus, nenhum dos seus municípios limítrofes está *conurbado* ao município-sede da metrópole.

Entretanto, outros argumentos foram utilizados pelos defensores da proposta da RMM para justificar a sua instituição, como a obtenção de recursos federais na área habitacional e de transporte para o conjunto dos municípios metropolitanos. Além disso, foi divulgado no cenário político estadual que, com a criação da RMM, havia a possibilidade de estender os benefícios da ZFM aos demais municípios metropolitanos, que já funcionavam como “dormitórios” diante da intensa concentração de atividades econômicas na capital amazonense. Neste aspecto, tramita no Congresso Nacional um PEC (22/2010), cujo objetivo é a extensão da área de livre comércio para os municípios limítrofes a Manaus, incluindo os que fazem parte da RMM.

Por outro lado, alguns defensores do projeto da RMM argumentavam que sua criação possuía a perspectiva de focalizar em outras áreas, que não as já abrangidas pela ZFM, como a agricultura, por exemplo, evitando o tendencial esvaziamento do campo e a concentração populacional no grande centro urbano, representado pela capital Manaus.

Nesse contexto da RMM, foi construída a Ponte Rio Negro, interligando Manaus ao município de Iranduba, possibilitando uma ligação terrestre entre os dois municípios. Sobrepondo as águas do rio Negro, a ponte suplantou as barreiras naturais para a circulação de pessoas e mercadorias entre a capital e os municípios de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara e Novo Airão, apontando novas possibilidades para a descentralização do desenvolvimento e da urbanização historicamente concentrados na capital da Amazônia Ocidental. O município de Iranduba, com o advento da construção da ponte, despontou como opção para o mercado imobiliário diante da saturação e elevados preços de terrenos em Manaus.

Um aspecto a ser destacado é a existência da migração pendular para Manaus, que implica na vinda com retorno diário para o município de origem dos migrantes. Os municípios limítrofes que mais se destacam nessa ocorrência é Iranduba e Careiro da Várzea. Conforme Ehnert (2011), além do motivo de trabalho, a ausência de acesso de educação, em particular do ensino superior, e limitadas condições dos serviços de

saúde, são os principais motivos para os deslocamentos diários para a capital amazonense. Há casos, como no município de Presidente Figueiredo, que o poder público disponibiliza transporte para estudantes matriculados em faculdades localizadas em Manaus.

O comando da hierarquia urbana estadual pelo município-sede da região metropolitana de Manaus é incontestável. Essa rede urbana, desenvolvida a partir das ações estatais e do grande capital, viabilizou a integração da sub-região Amazônia Ocidental, por meio da capital Manaus, com a escala nacional, constituindo-se em fração do território dotado de forte dinamismo econômico sob o comando de atividade industrial sem vínculo regional. Ao mesmo tempo, a conectou com o espaço mundial, em particular por abrigar em seu interior, empresas representantes de corporações empresariais mundiais, concretizando, em última instância, a produção de um espaço global para o capital, conforme preconizado por Becker em sua tese da fronteira urbana (1990), mesmo que, para isso, precisou esvaziar, econômica e demograficamente, outras frações territoriais do estado amazonense.

As novas relações de produção e os agentes que o viabilizam, os capitais nela aportados, suas relações extrarregionais/nacionais, atualizam, no âmbito geral, o papel de comando Manaus, numa nova forma de inserção na rede urbano-estadual/regional/nacional, numa especialização monossetorial, como metrópole industrial, embora subordinada a determinações extralocais (nacionais e internacionais).

O desigual desenvolvimento do Amazonas reforçou, ao longo do tempo, a primazia urbana de Manaus, evidenciando, na ausência de cidades de porte médio, o esvaziamento econômico e de população nos demais municípios amazonenses. A forma primaz da rede urbana, que permanece há mais de dois séculos, mistura heranças do passado com as novas determinações do presente, culminando numa urbanização que é reflexo dessa condição periférica e subordinada e que se mantém voltada para trás, para tempos pretéritos. Apesar do dinamismo de sua economia ter como centro dinâmico a atividade produtiva industrial de bens e serviços com alta inovação tecnológica, esta é concebida em lugares distantes e externos, situados na escala supranacional.

Na escala regional, Manaus também possui importante papel na rede urbana. Na primeira década de 2000, a população da região Norte continuou em crescimento, mas sem a mesma intensidade das décadas anteriores. O esgotamento das ações de integração regional desde meados de 1980 se deu pela adoção do neoliberalismo na economia, que implicou na redução dos investimentos governamentais em políticas de combate às desigualdades sociais e regionais.

Essa inflexão repercutiu na dinâmica demográfica da Amazônia, diminuindo o ritmo de crescimento da população. Nesse sentido, a região Norte teve participação na população brasileira, em 2000 e 2010, de 7,60% e 8,32%, respectivamente, com crescimento populacional abaixo de 1% nesse intervalo de 10 anos (tabela 50).

Nesse período de pós auge do crescimento da participação da região Norte no total do país, ocorrido entre 1980-1991, os estados do Pará, Amazonas e Acre continuam liderando em quantidade de população (primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente).

Apesar disso, há distinções nas dinâmicas demográficas dos estados amazônicos, mesmo que sejam em leves proporções. O estado do Amazonas, continuou aumentando sua participação no total da população regional, de 21,82%, em 2000, para 21,96%, em 2010. Essa performance do Amazonas pode ser relacionada à forte relação existente entre desenvolvimento econômico e migração, retratada no aumento significativo do número de pessoas ocupadas na indústria, cujo recorde no número de empregos gerados nas indústrias atingiu a marca de 100 mil entre as décadas. Acompanharam essa mesma dinâmica de crescimento, entre 2000 e 2010, o estado do Acre, de 4,32% alcançando 4,62%. Roraima e Amapá também, pois registraram 2,51%, avançando para 2,84%, e passando de 3,69% para 4,22%, respectivamente.

Nos demais estados, houve leve redução de participação populacional na região. Este foi o caso do Pará, (2000: 49,99%; 2010: 47,79%), de Rondônia (2000: 10,7%; 2010: 9,85%) e também do mais novo estado amazônico, Tocantins, que decresceu sua participação de 2000 (8,97%) em relação a 2010 (8,72%) (tabela 51).

Tabela 51 - População da região Norte e demais Unidade da Federação. Participação das UFs no total (1970 – 2010)

Região e UFs	População residente (Pessoas) X Ano			
	2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Norte	12.911.170	100	15.864.454	100
Rondônia	1.380.952	10,7	1.562.409	9,85
Acre	557.882	4,32	733.559	4,62
Amazonas	2.817.252	21,82	3.483.985	21,96
Roraima	324.397	2,51	450.479	2,84
Pará	6.195.965	47,99	7.581.051	47,79
Amapá	477.032	3,69	669.526	4,22
Tocantins	1.157.690	8,97	1.383.445	8,72

Nota:
1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.
2 - Até o ano de 1991 os grupos de idade vão até 80 anos ou mais; a partir de 2000, vão até 100 anos ou mais.

Na participação das capitais estaduais, que apesar de concentrarem população e o processo de urbanização, entre 2000 a 2010, tiveram representatividade demográfica estável, registrando 30,17% e 30,70%, respectivamente.

Contudo, no referente às duas principais capitais da região Norte, Manaus e Belém, estas tiveram performances distintas. A capital do Amazonas continuou aumentando sua representatividade no contingente das capitais regionais, registrando no ano de 2010, 37%. A capital do Pará, continuou com perda de importância demográfica, mantendo a tendência do ocorrido no período da integração produtiva, tendo registrando em 2010, 28,61%, abaixo da média regional e com quase 10% a menos que a capital do estado do Amazonas (tabela 52).

Tabela 52 – População residente, Capitais da Região Norte 2000 - 20100

Grande Região, Unidade da Federação	População residente (Pessoas) X Anos			
	2000		2010	
	V. Abs	%	V. Abs	%
Norte	12.911.170	100	15.864.454	100
Capitais	3.895.400	30,17	4.870.827	30,70
Capitais	3.895.400	100	4.870.827	100
Rio Branco - AC	253.059	6,50	336.038	6,90
Manaus - AM	1.405.835	36,09	1.802.014	37,00
Boa Vista - RR	200.568	5,15	284.313	5,84
Belém - PA	1.280.614	32,88	1.393.399	28,61
Macapá - AP	283.308	7,27	398.204	8,18
Porto Velho - RO	334.661	8,59	428.527	8,80
Palmas - TO	137.355	3,53	228.332	4,69

Nota:
1 - Dados da Amostra.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Quanto ao processo de urbanização, enquanto na escala nacional no ano 2000 o Brasil superou os ¾ de população urbana, com 81,19%, na região Norte a proporção de pessoas nas cidades foi de 69,92%. Em 2010, a população urbana brasileira continuou em ritmo ascendente, com 84,37%; no Norte, foi 73,55%. Esses dados demonstram que a Amazônia avança em seu processo de urbanização, superando a dinâmica em marcha no país, pois enquanto o Brasil avançou em 3,18% no total da população morando nas cidades entre 2000 e 2010, na Amazônia esse percentual foi de 3,63% (tabela 53).

Tabela 53 - População residente, total e por situação de domicílio, Brasil, Região Norte (1970 -2010)

Brasil, Grande Região	Situação do domicílio	População residente (Pessoas) X Anos			
		2000		2010	
		V. Abs	%	V. Abs	%
Brasil	Total	169.872.856	100	190.755.799	100
	Urbana	137.925.238	81,19	160.934.649	84,37
	Rural	31.947.618	18,81	29.821.150	15,63
Norte	Total	12.911.170	100	15.864.454	100
	Urbana	9.027.976	69,92	11.669.066	73,55
	Rural	3.883.194	30,08	4.195.388	26,45

Nota:

1 - Dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Quanto à manutenção ou não da urbanização concentrada nas capitais estaduais da região Norte, uma ocorrência que advém desde o ciclo da borracha, mantendo uma tendência do período das políticas desenvolvimentistas, a redução da urbanização concentrada persistiu, registrando 41,80% em 2000 e 40,76% em 2010 (tabela 54).

Portanto, a urbanização concentrada nas capitais estaduais da Amazônia, ainda que continue bastante significativa na região, é menos determinante na composição urbana regional quando do início do período sob a dominância das políticas de integração nacional.

Tabela 54 - População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e total de capitais estaduais (1970 – 2010)

Região Norte e capitais estaduais	População residente (pessoas) com situação do domicílio Urbana X Ano			
	2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Norte	9.027.976	100	11.669.066	100
Capitais	3.773.432	41,8	4.756.008	40,76

Nota:

1 - Dados da Amostra.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

E, no caso da participação de cada uma das capitais estaduais no processo de urbanização concentrada que persiste na região, embora venha reduzindo, esse processo continua polarizado pelas duas capitais estaduais mais importantes, Belém e Manaus. Nesse sentido, enquanto em 2000 Manaus registrou 37,02%, Belém, por sua vez, alcançou o segundo lugar, ou 33,72%.

No final do período, em 2010, Manaus manteve a mesma proporção da população urbana regional, registrando discreta recuperação, com 37,70%, seguida de Belém que reduziu para 29,05% sua participação. Portanto, Manaus manteve-se como a capital mais urbanizada da região Norte, comandando a hierarquia urbano-regional.

Importante registrar também que, no período de 1970 a 2010, todas as demais capitais aumentaram sua participação na urbanização regional (tabela 55).

Tabela 55 - População residente por situação de domicílio urbana, região Norte e capitais estaduais (2000 – 2010)

Capitais estaduais	População residente (pessoas) com situação do domicílio Urbana X Ano			
	2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Total	3.773.432	100	4.756.008	100
Porto Velho – RO	273.709	7,25	392.475	8,25
Rio Branco – AC	226.298	6	308.545	6,49
Manaus – AM	1.396.768	37,02	1.792.881	37,7
Boa Vista – RR	197.098	5,22	277.799	5,84
Belém - PA	1.272.354	33,72	1.381.475	29,05
Macapá - AP	273.026	7,24	381.091	8,01
Palmas - TO	134.179	3,56	221.742	4,66

Nota:

1 - Dados da amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Conforme já destacado, no século XX, em um quadro de esgotamento do modelo desenvolvimentista que impulsionou as ações de integração produtiva da Amazônia, nos anos 2000, especificamente a partir de 2003, com a importância crescente da exportação das *commodities* e a ênfase no mercado interno, focada no consumo de massa, cada uma das sub-regiões amazônicas terão destaque a partir de um processo de urbanização revestido de especificidades. Assim, a dinâmica de urbanização das

sub-regiões amazônicas, a ocidental e a oriental, em particular de suas capitais, tem diferenciações significativas.

No caso da Amazônia Oriental, seguindo a trilha dos recursos naturais, com destaque para os minérios, vultuosos empreendimentos encontram-se aportados em outras sub-regiões do estado, fora da área de abrangência da Região Metropolitana de Belém (RMB), em geral consubstanciados em grandes projetos econômicos, favorecendo a dispersão da urbanização, em que se destacam pequenas e médias cidades, rompendo, com isso, a primazia urbana.

Não é de estranhar, portanto, que a participação desses municípios no PIBM seja importante para o PIB estadual e o comando da atividade industrial no Valor Bruto Adicionado do Estado seja da indústria extrativa. A conclusão a que se pode chegar é que a industrialização está favorecendo a urbanização e sua desconcentração no âmbito da Amazônia Oriental.

Ao serem verificados os dados de participação das 12 regiões de integração do estado do Pará no PIB estadual, as regiões metropolitanas, com 27,7%, e de Carajás, com 25,2% (Banco Central, 2016), demonstram que no comando da economia paraense há um equilíbrio entre essas duas regiões, reafirmando mais uma vez que a RMB e a capital Belém têm sua importância relativizada enquanto centro dinâmico do estado do Pará.

Todavia, em uma comparação do Valor Adicionado Bruto, nos dois principais estados da região Norte, Pará e Amazonas, identificam-se algumas similaridades na participação proporcional da indústria extrativa ou de transformação, conforme cada uma dessas Unidades da Federação. Assim, enquanto a indústria extrativa representa, no Pará, 27,1% do total da indústria (42,5%), no Amazonas a indústria de transformação participa com 24,7% do total da atividade industrial estadual (36,7%) (IBGE, 2014, p. 25-26).

No caso de Manaus, em 2000, a taxa de urbanização foi para 99,36% e no ano de 2010 avançou ainda mais em seu processo de urbanização, registrando 99,49% de habitantes domiciliados na zona urbana, ao mesmo tempo em que ampliou sua representatividade populacional no âmbito do estado do Amazonas, com 51, 29%.

No caso da Amazônia Oriental, a taxa de urbanização de Belém atingiu essa mesma proporção quase universal de pessoas vivendo na zona urbana da capital paraense, registrando um leve recuo entre 2000 e 2010, com 99,35% e 99,14%, respectivamente. Contudo, essa urbanização acentuada se afirma em outro contexto, o de perda da participação demográfica (e econômica) de Belém no âmbito do estado do Pará.

Os dados acerca da urbanização de Manaus e Belém encontram-se na tabela 56.

Tabela 56 - População residente por situação de domicílio, Capitais estaduais Belém e Manaus (2000-2010)

	Manaus – AM				Belém – PA			
	Total		Urbana		Total		Urbana	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
2000	1.405.835	100	1.396.768	99,36	1.280.614	100	1.272.354	99,35
2010	1.802.014	100	1.792.881	99,49	1.393.399	100	1.381.475	99,14

Nota:

1 - Para o ano de 1991, dados do Universo. Para os demais anos, dados da Amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

A partir de então, o processo de urbanização na Amazônia, nos pós-políticas desenvolvimentistas, passou a ter novas determinações, comandadas pelas sub-regiões Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, especializadas produtivamente, uma sob a diretriz da atividade agroexportadora, notadamente minérios, e outra, na produção de bens de consumo duráveis, principalmente eletrônicos. A primeira, favorecendo a descontração urbana, enquanto a segunda reforçando a urbanização concentrada na capital estadual, neste último caso, fato que advém desde o primeiro grande momento da urbanização desse espaço sub-regional, ainda no ciclo da borracha.

No âmbito geral, conforme Corrêa (1989), a nova rede urbana que emergiu na Amazônia não é mais expressão da ação do capital mercantil, fortemente presente na região, quando da dominância das atividades agroextrativistas. Adquiriu novos significados, advindos tanto das modificações funcionais quanto da organização interna dos núcleos preexistentes e da criação de novos núcleos, por novos agentes, as

grandes corporações (capital industrial e financeiro) e o Estado capitalista. Esses novos agentes viabilizaram a introdução de novas atividades, população e relações sociais de produção na Amazônia, explicitando seu papel na evolução da rede urbana e na ampliação das relações da região com o Sudeste e o exterior. Nessa perspectiva, considera-se essa uma das grandes diferenciações em relação ao Ciclo da borracha.

No caso específico do Amazonas, encontra-se fortemente presente o grande capital industrial nacional e internacional. A concentração da atividade econômica, de população, possibilitou a Manaus manter-se no comando da rede urbana estadual, e assumir, no pós-políticas desenvolvimentistas, o topo da hierarquia urbano-regional, firmando-se como o espaço mais urbanizado da região amazônica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de urbanização da Amazônia, a partir da década de 1960, foram identificadas algumas especificidades em relação ao primeiro momento da urbanização do estado do Amazonas, o do ciclo da borracha, decorrentes de sua inserção na divisão regional do trabalho.

Apesar da produção voltada “para fora”, o ciclo da borracha possuía relação intensa com a região, por pautar-se em produção nativa e existente em larga escala nos municípios, dinamizando a rede urbana amazônica e do Amazonas. Dessa forma, reproduziu, na escala regional, uma urbanização dispersa no território, tal como ocorrido na escala nacional no período dos ciclos econômicos.

O implante industrial na ZFM tornou-se centro dinâmico da economia amazonense, estabelecendo suas bases sob a modalidade de produção de zona de processamento de exportação, constituída por um conjunto de fatores que tornam seu caráter singular. Por meio da Zona Franca de Manaus são incentivadas empresas industriais nacionais e estrangeiras com subsídios fiscais governamentais, vigentes desde 1967 até os dias atuais, no bojo de uma estratégia do Estado nacional para a integração produtiva da região ao desenvolvimento capitalista, que na escala global, encontrava-se no movimento de mundialização. Seu processo produtivo centra-se na montagem de produtos nas últimas etapas da fabricação de bens de consumo duráveis para o mercado interno, com foco principalmente em produtos eletrônicos.

Sob a dominância das atividades econômicas da ZFM, as relações estabelecidas com a produção de base regional têm sido limitadas. A atividade produtiva industrial não se espraiou para os demais municípios do Amazonas, salvo raras exceções. Apesar de haver indústrias de base regional, essas são em pequeno número. Além disso, os insumos industriais utilizados têm origem predominantemente externa à região. Esses fatores inviabilizaram transformações na rede urbana amazonense e limitaram seu desenvolvimento. No decorrer do período ao longo da vigência da ZFM, muitos municípios estagnaram ou tiveram avanços tímidos na estrutura produtiva, evidenciados na participação no PIB estadual entre 1970 a 2010.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, a partir da hierarquia urbana estabelecida na escala estadual, a função atribuída às demais cidades amazonenses foi, predominantemente, a de fornecedora de mão de obra para as atividades industriais, comerciais e de serviços, localizadas na capital do Estado, uma vez que, a cada década, diminuíram sua participação no total da população estadual, mesmo que tenham apresentado uma pequena inflexão nessa trajetória no ano de 2010 e tenha limites quanto ao tipo de trabalho gerado, suas remunerações e benefícios trabalhistas.

O componente migratório regional foi muito importante para o crescimento da população urbana de Manaus, pelas barreiras físico-naturais impeditivas de uma migração fortemente de massa oriunda de outras regiões. Diante da imensidão do território amazonense e das limitações para seu acesso, por parte de migrantes de outras regiões do país, a relação entre migração intraestadual, intrarregional e inter-regional persistiu equilibrada ao longo do tempo, com condições mais favoráveis à migração regional, tendo os rios como principais vias de deslocamento, notadamente a interna ao próprio estado do Amazonas, bem como a do estado do Pará.

A migração interna teve fortes impactos sobre a rede urbana amazonense. Década após década, foram transferidas grandes massas de população dos municípios interioranos, se direcionando para Manaus em busca de emprego e melhores condições de vida. Nesse aspecto, o advento de municípios de porte médio emergiu somente em 2010, com apenas uma ocorrência; a do município de Parintins.

Persistiu, portanto, uma rede urbana composta por uma grande cidade, a cidade primaz e pequenos municípios, ao encontro do que Oliveira (1982) indicou como sendo o caráter da urbanização da economia de base primário-exportadora dominante nos ciclos econômicos. Esse sistema urbano amazonense, comandado por uma cidade do tipo *primaz*, persistiu em um tempo de longa duração, constituindo-se como uma herança estrutural do passado, apesar das novas determinações da atividade industrial, do centro dinâmico da economia estadual na atualidade. Esse processo de urbanização destoa tanto do ocorrido na escala regional, no caso da Amazônia Oriental, notadamente no estado do Pará, quanto da escala nacional. Em ambas, a urbanização conformou-se em um padrão constituído por pequeno número de grandes cidades, os

espaços metropolitanos, muitas cidades de porte médio e uma multiplicidade de cidades de variados tamanhos e importância.

A manutenção da primazia urbana de Manaus demonstra, em última instância, que o comando e as decisões continuam sendo externos à região, refletindo-se no processo de urbanização do estado do Amazonas. A inserção subordinada na divisão regional do trabalho de um país dependente e periférico na economia mundial ajustou e impôs limitações ao seu desenvolvimento e autonomia na condição de espaço sub-regional. Sua inserção produtiva foi ditada pelos centros dominantes, localizados nas escalas nacional e global, concentradores de tecnologia e controladores das decisões sobre o que e quanto produzir em áreas favoráveis à geração do excedente.

Apesar de a atividade industrial, promovida pela ZFM, ser tecnologicamente moderna, não se relaciona de forma mais efetiva com as demais cidades que compõem a rede urbana amazonense, reproduzindo e mantendo, assim, um sistema urbano de tempos históricos pretéritos, em que a maior parte das funções da população e do desenvolvimento econômico está concentrada em uma única cidade.

Esse fato aponta para a possibilidade de se fazer uma analogia com a *primitive city,* a cidade primaz de grande ocorrência nos países da América Latina, de base colonial ou economia dependente. Contudo, é necessário destacar as diferentes condições históricas do estado do Amazonas, o tipo de atividade econômica dominante na atualidade, sua inserção na divisão regional do trabalho e as relações estabelecidas nas escalas regional/nacional e, mesmo, global. A urbanização promovida pela integração nacional no Amazonas reforçou a forma urbana do passado no presente, promovendo a manutenção da cidade primaz, Manaus.

Nessa estratégia desenvolvimentista, a mediação do urbano, tal como preconizou a tese da fronteira, foi imprescindível, por exigir um conjunto de condições presentes nas aglomerações urbanas para a sua realização. Todavia, conforme se destacou, já havia histórico de primazia urbana da capital estadual, herdada do ciclo da borracha. Manaus, no intervalo entre primeiro período urbanizador do *boom* da produção primário-exportadora do látex e a criação da ZFM funcionava como entreposto comercial dos produtos agroextrativos, tendo intensa relação com os municípios do interior, ao mesmo tempo em que se mantinha no comando da rede

urbana amazonense. Essas relações foram desestruturadas com o advento das indústrias da ZFM, ocorrendo o esvaziamento do desenvolvimento econômico e de população nos demais municípios do interior do estado, pela dominância do tipo de atividade industrial, a de transformação, que foi transplantada para o estado amazonense pela política desenvolvimentista.

Portanto, no período da integração nacional, elementos que já existiam e eram marcantes no estado do Amazonas, como a importância econômica do município de Manaus e sua forte urbanização foram acentuados, em particular esta última, elevada ao limite máximo na capital amazonense com o funcionamento de uma zona de processamento de exportação que se mantém desde o período da integração nacional. Com efeito, no ano de 2010, Manaus contribui com 65% no total da urbanização do estado do Amazonas.

Embora se reconheça que a tese da fronteira urbana possua limitações para explicar o processo de urbanização de Manaus, nesse segundo período mais importante, destacam-se alguns de seus aspectos que possuem nexos com as formulações de Becker (1990a)[59]:

a) Operar sob a lógica do urbano: as atividades econômicas sediadas em Manaus, por meio da ZFM, prescindiram de um grande centro urbano com infraestrutura aeroportuária, administrativa, burocrática e serviços que lhe dessem condições para funcionamento. No decorrer desses 49 anos de existência da ZFM, conforme visto, a urbanização foi dinamizada. Manaus, em detrimento dos demais municípios do Amazonas, tornou-se o destino preferencial dos migrantes, intra e extrarregionais que vieram em busca de novas oportunidades de trabalho.

b) Tem no Estado o principal agente coordenador e mobilizador das mudanças estruturais ocorridas na Amazônia Ocidental, por meio do fluxo de incentivos e

---

[59] A tese da *fronteira urbana* pode ser sintetizada na frase “urbanizar para ocupar”. Seu pressuposto principal é de que, ao promover a urbanização regional, se criaria condições para a rápida ocupação da Amazônia, considerada pelos governos militares um “espaço vazio”. A tarefa do Estado é de promover essa ocupação de forma produtiva, criando condições para o capital privado operar e estabelecer, portanto, relações capitalistas de produção na região periférica. A iniciativa do Estado arregimentou esforços para a vinda do Capital e do Trabalho para a região, integrando produtivamente essa fração do território à economia dominante no país.

subsídios fiscais, e dotação de condições para as grandes empresas industriais instalarem-se em Manaus. Sem a ação decisiva do Estado, não haveria a ZFM e nem o implante industrial que favoreceu a manutenção da primazia urbana. O Estado age *produzindo o espaço para o capital*, por meio de seus agentes (mandatários de cargos públicos e de sua burocracia), em particular representados pelo corpo técnico-administrativo da SUFRAMA.

c) Emergiram também outros agentes, estabelecendo novas relações de poder na região, tais como: os empresários industriais, representando grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais; o operariado industrial, formado pelos trabalhadores locais, regionais e de outras regiões do país, notadamente, do Nordeste; os agentes de comércio exterior e outros serviços, principalmente financeiros. Além disso, alguns agentes sofreram metamorfoses, por exemplo, o empresariado local, que passou a atuar em outras atividades, não mais as vinculadas ao extrativismo e comércio tradicionais, direcionando-se para o comércio e serviços complementares, para atender às novas demandas impostas pela ZFM, havendo pouca inserção nas atividades industriais incentivadas; e a classe política que, apesar de algumas renovações continua mantendo viva as oligarquias regionais e se alternam no comando político do executivo estadual e municipal por muitas décadas, pois o mesmo grupo político comanda o estado do Amazonas há mais de três décadas.

d) Pela presença de migrantes, intra e extrarregionais: a cidade de Manaus tornou-se espaço de ressocialização do migrante, em particular dos que vieram da própria região, na medida em que as relações estabelecidas operam fortemente mediadas pela lógica do mercado.

e) Pela promoção do assalariamento em base industrial, estabelecendo a clássica relação capital-trabalho da indústria. Estes dois elementos clássicos do capitalismo, Capital e Trabalho, foram trazidos para Manaus, por vias diversas, recebendo tratamento diferenciado do Estado que, ao primeiro possibilitou condições e favorecimento para a sua vinda, enquanto ao segundo não houve nenhuma ação nessa direção. Os trabalhadores vieram por iniciativa própria buscar novas oportunidades de trabalho, situação que foi, sobremaneira, dificultada para os migrantes extrarregionais,

pela longa distância e acesso limitado à via aérea ou fluvial ao estado do Amazonas e Manaus, implicando em altos custos no deslocamento para a região.

Ademais, a promoção do desenvolvimento econômico da capital do Amazonas nesse segundo momento urbanizador, assim como no primeiro, não implicou no enfrentamento da desigualdade social que impede o acesso da classe trabalhadora a um conjunto de condições que favoreçam sua cidadania plena.

Nesse sentido, estudos que demonstrem o quanto do excedente produzido pela atividade industrial e da contrapartida das empresas fica retido no estado do Amazonas, e de que forma e em que setores é investido, são fundamentais para estabelecer diferenciações com o ocorrido no ciclo da borracha, quando este era transferido para outros países, e quase nada ficava na região, sem reverter-se em benefícios para os trabalhadores dos seringais.

Outra necessidade de estudos futuros é entender: foi criada uma outra estrutura de classes sociais em Manaus e como está constituída? A denominada classe média é formada por quais segmentos? No ciclo da borracha, sabe-se, que os seringueiros trabalhavam em condições degradantes e em regime de semiescravidão; assim, quais as condições de vida e trabalho a que estão submetidos os operários do PIM, e aqueles que não conseguiram inserir-se no mercado de trabalho fabril?

Por fim, como vive a classe trabalhadora em Manaus? A condição de ser o espaço mais avançado do capital na Amazônia Ocidental possibilitou aos trabalhadores o direito à cidade ou este lhes têm sido negado sistematicamente, referendando o fato das metrópoles brasileiras serem o lugar da pobreza? Há estudos que se dediquem a entender o processo de urbanização do Amazonas, no plano intraurbano, tanto na capital quanto nos municípios que ficaram excluídos das atividades econômicas da ZFM no Amazonas?

Essas são algumas possibilidades de estudo que permitirão entender, por novos ângulos de análise, os desdobramentos e implicações para os trabalhadores amazonenses, ou não, dessa meia década de vigência da atividade industrial em Manaus. Transplantada de realidades muito distantes, as atividades industriais incentivadas pela ZFM aportaram nesse espaço sub-regional a fim de garantir a sua reprodução enquanto sistema cuja base é o capital e, que, ao se apropriarem do

excedente gerado, mesmo em territórios situados na periferia distante dos principais centros dinâmicos de acumulação, tendem a reproduzir a lógica da desigualdade social e da concentração econômica que lhes são constitutivas.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção**: por que e para quem? Belém: NAEA; CFCH; UFPA, 1989. (Coleção Igarapé).

_____. Amazônia: ocupação e reorganização do espaço urbano. In: OLIVEIRA, Nilson P. de (Org.). **Meio ambiente** : qualidade de vida e desenvolvimento. Belém: UFPA; NUMA, 1992, p. 2-12. (Série Universidade e Meio Ambiente, 2).

_____. Carências habitacionais na Amazônia. **Caderno de Estudos Sociais**: a sociodemografia na Amazônia, Recife, v. 13, 1, 1997. (2. Parte).

AGÊNCIA SENADO. **PEC muda nome da Zona Franca de Manaus**. Brasília, DF,: [s.n.], 2014. Disponível em: < http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/19/pec-muda-nome-da-zona-franca-de-manaus>. Acesso em: 14 jul. 2016.

ANCIÃES, Adolpho W. da F. (Coord.). **Avaliação da Zona Franca de Manaus**: subsídios para a formulação de uma política tecnológica. Brasília, DF: CNPq; CAT, 1979.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL– AEB. **(1908-1912)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 1916.

_____. **(1936).** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 1936.

_____**. (1964)**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística; IBGE, 1964. v. 26

AMAZONAS . Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Condensado de informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas**. 5. ed. Atual. Manaus: SEPLAN, 2006.

ARAUJO, Tania Bacelar de. **Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil.** In: _____. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita. (Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 39 - 52).

BANCO DA AMAZÔNIA S/A. Disponível em: <www.basa.com.br>. Acesso em: 2 out. 2014.

BARBOSA, Evandro Brandão. Zona Franca de Manaus: política brasileira de desenvolvimento socioeconômico regional. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 184, 2013. Disponível em:< http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/zona-franca-manaus.hmtl.>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BECKER, Bertha, K. **Amazônia**. São Paulo: Àtica, 1990a. 112p.

_____. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 3, p. 59-73, 1984.

_____. Fronteira e Urbanização repensadas. In: BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana: MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF, UNB; Rio de janeiro, EdUFRJ, 1990b.

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003. p. 651-656.

_____. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA JÚNIOR (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 201-228.

_____. **A quem interessa a floresta em pé**. Manaus: UEA; UNB, 2009. Aula Magna no Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável

_____. **A Urbe Amazônida**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENCHIMOL, Samuel. **Expansão e concentração demográfica**. Manaus: UFAM. 1995. 165 p.

BENCHIMOL, Jaime L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J. Delgado (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BITOUN, Jan; ARAÚJO, Tânia Bacelar de; FERNANDES, Ana Cristina. In: **Tipologia das cidades brasileiras**. BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. 271 p. (Série Conjuntura Urbana, n. 2)

BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Economia paraense**: estrutura produtiva e desempenho recente. Versão eletrônica, 14 abr. 2016. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/ boletimregional/ port/2016/04/ br201604b1p.pdf>. Acesso em: 21 maio, 2016.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1988. Cap. 2 e 3. p. 72-131.

BRAGA, Rui. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, 2014. (on-line).

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2012. 238 p.

BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita. (Org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regiona**l. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 208 p.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - 1975-1979**. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/II_Plano_Nacional_de_Desenvolvimento>. Acesso em: 26 maio, 2016.

_____. **Decreto nº 47.757 de 03/02/1960**. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/**decreto**/1950-1969/D47757.htm.>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. **Decreto-lei n 6.550, de 31 de maio de 1944.** Disponível em: < www2.camara.leg.br/.../declei/.../decreto-lei-6550-31-maio-1944-451989-norma-pe.h>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 288 de 28/02/1967**. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/**decreto-lei**/1937-1946/Del**6550**.htm>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. **Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras ... Disponível em: < www2.camara.leg.br/.../**lei**/.../**lei**-**1806**-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. **Lei n 3.173, de 6 de junho de 1957**. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/**lei**s/1950-1969/L3173.htm>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. **Lei n 4.216, de 6 de maio de 1963**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4216.htm>. Acesso em: 2 out. 2014.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. **Revista Eletrônica e-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 19, ano 5, dez. 2014.

CAETANO, André Junqueira. **Migrações nos municípios das capitais da Região Nort**e. Manaus: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. (Textos IESAM, n. 6).

CAMPOS, Marden Barbosa de. Seletividade e Migração. In: **População, espaço e sustentabilidade**: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Miguel Bruno (Org.). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. Cap. 7, p. 186-201.

CAMPOS, MARDEN, Barbosa de. Seletividade e migração. In: **População, espaço e sustentabilidade**: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Miguel Bruno (Org.). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. Cap. 7. p. 186-201; 344

CANO, Wilson. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2005, Salvador. **Encontro....**Salvador, 23-27 maio, 2005. Disponível em: < http://www.xienanpur.ufba.br/234.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930 - 1970**. 3. ed**.** São Paulo: UNESP, 2007. 382 p.

_____. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Texto para Discussão**. IE; UNICAMP, n**.** 177, maio, 22 p. 2010.

_____. **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas-SP: UNICAMP, 2011. Cap. 5, Parte 2: Questão regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro Pós- 1930. p. 147 – 179.

CAPITALISMO dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. Disponível em:< www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em: 23 set. 2014.

CARDOSO, F.H. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, B. (Coord.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 8. p. 17-57.

CARDOSO, Fernando H.; MULLER, Geraldo. **Amazônia expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. (Edição on-line).

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Novos e velhos desenvolvimentismos. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012.

CASTRO, Edna. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (Org.) **Industrialização e Grandes Projetos. Desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

CASTRO, Edna. Urbanização, Pluralidade, Singularidades. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-39.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, Ana Claudia D. **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes perspectivas. Belém: EdUFPA, 2006. p. 161-215.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS – CODEAMA. Cidade de Manaus II , **Estudos Especificos**, Manaus, v.5, n. 37, 74 p. 1969

CORRÊA, Roberto L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v. 4, n .3, p. 39-68, jul. /set, 1987.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. In:_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16. 2011. (Grupo de estudos urbanos).

CYTRYNOWICZ, Roney. A Batalha da Borracha. In: CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial, EDUSP, 2000.

DIAS, Edinea M. A **Ilusão do Fausto**: Manaus - 1890-1920. 2. ed. Manaus: Valer, 2007. 170 p.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro**: desafios e oportunidades. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2013. (Texto para Discussão, n. 471, p. 1-29).

EHNERT, Alexandre Ricardo Von. **A Região metropolitana de Manaus e as migrações pendulares**. 2011.110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** S. Paulo: Broitempo, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FARIA, Vimar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. **Estudos CEBRAP**, p. 91-115, 18, out. /nov. /dez. 1976.

_____. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, I. , 1978. [S.l.]. **Anais...**, [S.l.], 1978. p. 89-110.

FASE. Exclusão social dos jovens na Região Metropolitana de Belém – RMB. **Relatório de Pesquis**a. Belém: FASE, 2014. (Versão digital).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, Belo Horizonte. v. 23, n. 2, p. 403-428, maio/ago. 2013.

FONSECA, Vania; CORRÊA, Cleusa Maria. **A evolução da população de Manaus**. Revista Acta Amazônica, Manaus: INPA, ano 2, n. 3, dez. 1972. 15 p.

FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado.** São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013. p. 35-52.

_____. Interação entre decisões e estruturas. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado.** São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013. p. 141-152.

GARCIA, Etelvina. **Modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus**: história, conquistas e desafios. 2. ed. Manaus: Norma, 2004. 222 p.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Biblioteca virtual do Amazonas**. Manaus. 2014. Disponível em: <phttp://www.bv.am.gov.br/portal/ conteudo/municipios/ manaus.php>. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. **Lei Nº 52 de 30 de maio de 2007**. Disponível em: < https://www.emplasa.sp.gov.br/.../Legislação%20Regiões%20Metropolitanas/.../Lei%2.> .

_____. **Lei nº 59 de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em:< https://www.emplasa.sp.gov.br/.../Legislação%20Regiões%20Metropolitanas/.../Lei%2.> .

_____. **Lei nº 64 de 30 de abril de 2009**. Disponível em: < www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei.>.

GUERRA, Amanda Estela. Breve histórico da configuração político-administrativa brasileira. In: IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: 2011. p. 11-14. (Documentos para disseminação, Memória Institucional, n. 17) (versão eletrônica).

GUIMARÃES NETO, Juarez. Desigualdades e Políticas regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-99, jun. 1997.

_____. Desafios para uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, MA, v.16, n.1, p. 203-207, jan. /jun. 2012.

HALL, Antony L. O desenvolvimento da Amazônia Brasileira. In: HALL, Antony L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989. p. 21-57.

_____. MUNIC. **Perfil dos municípios brasileiros. Gestão públic**a. 2001. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/ estatistica/economia/perfilmunic/2001/default.shtm>. Acesso em: 2 jan.2015.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Rio de Janeiro, Contas Nacionais, n. 39, 2012.

IBGE. **Regiões de influência das cidades** - REGIC. Rio de Janeiro, 2007

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1 – 5-5, 2000.

_____. **Sinopse do censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Logística dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em www.ibge.gov.br/.../00000019704411122014440525174699.pdf. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, Contas Nacionais, n. 42, 2014.

_____.**Estatísticas do Cadastro Central de Empresas** - CEMPRE. Disponível em:< Cidades@. ibge.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2014.

_____. **Censos demográficos**. **Banco de dados SIDRA**. Disponível em:< http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2014.

_____. **Séries históricas**. Disponível em:< http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. t=populacao-10-anos-mais-idade-ocupada>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. **Redes e fluxos do território**: ligações aéreas. Rio de Janeiro, 2013.

IANNI, Otávio. Política econômica nacionalista. In: _____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 27 - 81.

LEFEBVRE, H. Da cidade à sociedade urbana. In: _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 15.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991a.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. [S.l.]: a Ática, 1991b. Cap. 4 - "Terrorismo e Cotidianidade".

LESSA, Carlos; DAIN, Sulamis. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz G; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense.1982.

LIMA, Jacob Carlos; VALLE, Maria Izabel de Medeiros. Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. **Contemporânea**, v. 3, n.. 1, p. 73-88, jan./ jun. 2013.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury. **Morte e Ressurreição da SUDAM**. 2005. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: M. Fontes, 1981.

MACHADO, Lia O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 54, n. 2, abr./ jun. 1992. p. 27-55.

_____. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**, v.1, p. 109-138, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Bom tempo, 2007. 614 p.

MARTINE, George. **Migrações internas e alternativas de fixação produtiva**: experiências recentes de colonização no Brasil. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1978.

MARTINE, George; CAMARANO, Ana Amélia; NEUPERT, Ricardo; BELTRÃO, Kaisô. **A urbanização no Brasil**: retrospectiva, componentes e perspectivas. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988. v. 2. p. 19-65.

MECOR. **Relatório operação Amazônia.** [S.l.]: Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais - MECOR, 5 abr. 1966. 200 p.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 183 p.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: UNESP, 2009.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Helio A. **Migrações para Manaus**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1990.

NEIDE, Gondim. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007. 340 p. (Série: Memórias da Amazônia).

NOGUEIRA, Ricardo José Batista; NETO, Thiago. Zona Franca De Manaus: entre a geopolítica e a geoeconomia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO, 11., Presidente Prudente, SP. **Anais...** Presidente Prudente, SP, 9 - 12 out. 2015. Disponível em:< http://www.academia.edu/14445571/ Zona_franca_de_Manaus_entre_a_geopolitica_e_ageoeconomia>. Acesso em: 23 jan. 2015.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808**). São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel. **Desenvolvimento capitalista e trajetórias empresariais em Pernambuco**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, v. 6, p. 36-54, 1982.

_____. A reconquista da Amazônia. In: D´INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 85 – 95.

OLIVEIRA, João Pacheco. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910**. Caderno CRH**. Salvador, UFBA, v. 25, n. 64, p. 17- 31, jan. /abr. 2012.

_____. O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI, 2013. p. 427-439.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

_____. **Manaus de 1920-1967**: cidade doce e dura em excesso. Manaus: EDUA, Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2003. 176 p.

_____. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. **Scripta Nova**. **Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. 10, n. 218, p. 35, 1 ago. 2006. Disponível em; < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.htm>. Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 59-98.

_____. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE**, v. 3, n. 5, p. 184-197, jul. /dez. 2014. Disponível em:< http://seer.uece.br/geouece>. Acesso em: 28 dez. 2014.

_____. As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. **Colóquio...** Barcelona, 2014. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Barreto; FERNANDES, Danilo Araújo. Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014.

PACHECO, Carlos Américo. **A questão regional brasileiros pós 1980**: desconcentração económica e fragmentação da economia nacional. Campinas-SP. 1996. (Tese de Doutorado)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, 2013.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia insustentável**: Zona Franca de Manaus: estudo e análise. Manaus: Valer, 2006. 162 p.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Os modos de vida na cidade**: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. 2012. 256 f. Tese (Doutorado)- Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PERES, Paulo**. O que é o projeto ZFM**? Disponível em: < http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/o-que-e-o-projeto-zfm>. Acesso em: set. 2014.

PINTO, Renan Freitas. **Como se produzem as zonas francas**: em trabalho e produção capitalista. Belém: UFPA: NAEA, 1987. p. 19-38. (Série Seminários e Debates, n. 13).

PINTO, Antônia Gomes Neta et al. As grandes enchentes do Amazonas, na década de 1970, e sua associação com a migração para Manaus. In: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO E CIÊNCIA., 2009, Tabatinga, AM. **Anais .....** Tabatinga, AM, 2009. Disponível em:< http://www.sbpcnet.org.br/livro/tabatinga/resumos/134.htm>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PINTO, Eduardo Costa. Dinâmica econômica e regional no Brasil dos anos 2000: efeito China, desconcentração espacial e bloco no poder. In: **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento region**al. BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita. (Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 87 - 102.

_____. **Bloco no poder e governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. 2010. 265 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 271 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. Introdução e sentido da colonização. In:_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011. p. 14-29.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro, MDA :Serviço de Informação Agrícola: Documentário da vida rural, 1953. 149 p.

RIBEIRO, Miguel Angelo. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede urbana complexa. In: SPOSITO, Maria da Encarnação B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP. 2001. p. 369-389.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, n. 22, 2006.

ROCHA, Augusto César Barreto. Infraestrutura de transporte para desenvolver o Amazonas. In: ARCE, Belisário (Org.). **Desafios logísticos na Amazônia Continental**. Manaus: Associação Panamazônia, 2014. 185 p. p. 23-45.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.d. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, 2013. 176 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002.

SANTOS, Taís de Freitas. Características da urbanização recente no estado do Amazonas. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 13, n. 1, jan./jun. p. 113-126, 1997.

SCHERER, Elenise. Zona Franca de Manaus: riqueza e pobreza urbana. In: _____. **Assistência aos desassistidos Manauaras**. São Paulo: PUC, 1989. (Dissertação de Mestrado), 1989.

_____. **Baixa nas carteiras**: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005. 159 p.

SERÁFICO, Marcelo. **Globalização e empresariado local**: estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Annablume, 2011. 264 p.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle-Epoche. In: _____. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIQUEIRA, Hipólita. **Economia metropolitana e mercado de trabalho**: um estudo das regiões metropolitanas do estado de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

_____. **Desenvolvimento regional recente no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. **Economia metropolitana e mercado de trabalho**: um estudo das regiões metropolitanas do estado de São Paulo. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SOUZA, Marcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009. 397 p.

SOUSA, Norma M. B. de. **Participação popular**: reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1998.

_____. **Indicadores sociais no Amazonas**: contrastes na urbanização da capital e do interior. Manaus: Muiraquitã, 2008. 56 p.

_____. **Manaus**: realidade e contrastes sociais. 2. ed. Manaus: Valer; Caritas, 2014a. 194 p.

_____. **Indígenas em Manaus**: condições de vida e contrastes na cidade. Manaus, 2014b. (versão digital).

STELLA, Thomas Henrique Toledo. **A integração econômica da Amazônia** (**1930-1980).** 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAM.1988. Disponível em: <www.suframa.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM. Disponível em: <www.sudam.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. Dinâmica Regional Brasileira (1990-2012). In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (Org.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

TAVARES, Hermes M. **Políticas de desenvolvimento regional no Brasil e nos países do "centro"**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1972. Artigo impresso.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair. A metropolização da fronteira. In:_____. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamento em Belém e a Reestruturação Metropolitana. São Paulo: USP; FFLCHQDEGEO, 1998 (Tese de Doutorado).

_____. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

_____. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 51, p. 113-137, mar. /set. 2010.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

VALLE, Izabel. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: UFAM 2007. 254 p.

VEIGA, José E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano que se calcula. Campinas, Autores Associados, 2002. p. 31- 66.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1987.

VERSIANI, Flavio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, 1993.

_____. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1996. p. 189-213.